

XX Workshop Multidisciplinar
sobre ensino e aprendizagem

2023/2024

“A prática pedagógica na atualidade:
diálogos teórico-práticos”

Apresentação

O WEA tem sido um espaço de busca incessante da qualidade do ensino, de compromisso com a formação continuada dos professores, da produção do conhecimento e da formação do profissional e do cidadão crítico.

Apresentamos nesta edição, artigos individuais e coletivos, alguns em parceria entre alunos e professores. São artigos que relatam as experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas nas salas de aula e os resultados de pesquisas da iniciação científica, dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O WEA tem como característica a divulgação de estudos de todas as áreas do conhecimento científico: Ciências Exatas, Filosofia e Ciências Humanas e Ciências Biológicas. A revista do WEA nasceu em 2004 e tem como principal característica a divulgação de pesquisas e estudos de todas as áreas do conhecimento. São artigos que relatam as experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas nas salas de aula, os resultados de pesquisas da iniciação científica e dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Agradecemos a todos os que contribuíram para a publicação da vigésima edição da mais tradicional revista acadêmica da Unifaccamp.

Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

Comitê de programa e organização

Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

Profa. Dra. Jaqueline Massagardi Mendes

Profa. Me. Juliana Chaves Farias Ferreira

Profa. Me. Kelly Gomes de Oliveira

Prof. Dr. Fábio Luiz Villani

Prof. Me. Silvia Aparecida Fortunato Santos

Diagramação

Prof. Espec. Elizeu Honorato Assunção

SUMÁRIO

1. A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA PRESCRIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA SARCOPENIA EM IDOSOS	
Lívia Machado Amâncio, Luciana Bizeto, José Luís da Rocha Santos, Sabrina de Almeida Marques	7
2. A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aline S. O. Jesus, Claudia T. F. Costa, Larissa C. Nascimento, Siomara P. Santos, Tamyres P. Barbosa, Ana P. Silva, Fernando Roberto Campos.....	17
3. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Julia C. De Melo, Giovanna de Moraes Pinto, Suellen Fernandes Santos, Giovanna Nascimento M. De Souza	27
4. A ORIGEM DO UNIVERSO DE ACORDO COM AS TEORIAS DO BIG BANG	
Guilherme Pereira Gomes, Antonio Aparecido Silva, Antonio Carlos Camacho	35
5. ANÁLISE DA OBRA A FAMILIA ADDAMS	
Sibely Mesquita, Emily Barbosa, Cecília M.S. Inácio, Fábio Luiz Villani	45
6. AS DIFICULDADES NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Alessandra Mandu, Débora Cristina, Giovanna Seródio, Lilian Ramos de Oliveira, Silvia Aparecida Fortunato Santos	51
7. AS MAZELAS DO PRECONCEITO RACIAL EM SOROCABA E AS FORMAS DE MITIGAÇÃO PELO EXERCÍCIO DO DIREITO	
Victor Hugo De Oliveira Silva, Fábio Luiz	57
8. CONSUMO, DESEJOS CONSUMISTAS E SEU IMPACTO NA SUBJETIVIDADE	
Bianca Cristina Sebastião da Silva, Erica Rezende, Giovanna Lidia Bergamini de Abreu, Helen Melo, Taís Elise de Moraes, Thayná Bueno	65
9. DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATRAVÉS DA ARTE PARA CRIANÇAS CEGAS E BAIXA VISÃO	
Paulo Henrique Barbosa, Julhia Vaz, Eduarda Tavares Silva	79

10. DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR COMPREENSÃO DE GEOMETRIA PLANA NO ENSINO MÉDIO	
Felipe Miguel Dias, Gabriel Gomes de Araújo, Laila Matsubara Fugarino, Nicolas Pereira Paz, Vinícius Hideki Lima Sakai, Luciana Ferreira Baptista, Ronildo Aparecido Ferreira	92
11. EFEITOS PSICOLÓGICOS DO ABUSO EXCESSIVO DO ANABOLIZANTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Victor Eduardo Braga André, Manuela Giacomini	106
12. ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E LETRAMENTO A CONSTRUÇÃO DO LEITOR: ANÁLISE DO CONTO “UMA VELA PARA DARIO”	
Gilson Soares de Souza.....	116
13. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL	
Lucas Rodrigues, José Luis da Rocha Santos, Sabrina de Almeida Marques, Sheyla Cabral Santos Buickvieser, Luciana Bizeto	130
14. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA DE DADOS EM AMBIENTES ACADÊMICOS	
Giulio Vincenzo Di Berardo, Gustavo Rodrigues Da Silva, Henrique Lourenço Tamada, Luciana Ferreira Baptista	138
15. LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA (LLA): CARACTERÍSTICAS GERAIS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO	
José Luis da Rocha Santos, Sabrina de Almeida Marques	145
16. LUCÍOLA: O REFLEXO DO BRASIL, PRELÚDIO DA REVOLUÇÃO	
Natália Rainho Silva, Sílvia Aparecida Fortunato Santos.....	156
17. MICROPLÁSTICOS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS, COMPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA	
Antônio Aparecido Silva, Lucca Borro, Bruno Carmo Sá, Antonio Carlos Camacho	163
18. NOITE NA TAVERNA: A SOCIEDADE PRÁTICA, O GÓTICO DENUNCIA	
Mariana da Silva Lima, Sílvia Aparecida Fortunato Santos	170
19. O PERFIL LEXICAL DOS TERMOS DO POEMA FAROESTE CABOCLO	
Karina Belizio Pereira, Margarete Barroso Trentino	178

20. O QUE DIFERE OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS DOS MEDICAMENTOS REFERÊNCIA E SIMILARES?	
José Luis da Rocha Santos, Sabrina de Almeida Marques, Sheyla Cabral Santos Buickvieser, Luciana Bizeto	195
21. ORGULHO, PRECONCEITO E UMA SOCIEDADE VELADA	
Mariana da Silva Lima, Fábio Luiz Villani	204
22. ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA A FAVOR DA PREVENÇÃO CONTRA O CANCER DE PELE	
Paola Iracema de Camargo Vaz, Sheyla Cabral Santos Buickvieser, Sabrina de Almeida Marques, Luciana Bizeto, José Luis da Rocha Santos	209
23. PANIS ET CIRCENSES: A ILUSÃO PSEUDO-TECNOLÓGICA INOVADORA E OS MALEFÍCIOS DA DIGITALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PAULISTA	
Natália Rainho Silva, Silvia Aparecida Fortunato Santos.....	218
24. PILULA DO DIA SEGUINTE: CARACTERISITCAS GERAIS E O PAPEL DO FARMACEUTICO	
Daiana Santos Santana Souza, José Luis da Rocha Santos, Sabrina de Almeida Marques	227
25. PSICOLOGIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A MEMÓRIA – BASEADO EM CIÊNCIA PSICOLÓGICA DE MICHAEL GAZZANIGA E LAURIE LUNDY-EKMAN	
Mauro Elias Gebran.....	237
26. QUALIFICAÇÃO DE “GRUPOS ECONÔMICOS” NO DIREITO TRIBUTÁRIO	
Amanda Correia dos Santos, Evandro Ferigato.....	243
27. RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS E COMUNIDADE: NOVAS PRÁTICAS ANTIMANICOMIAIS	
Giovana Tarin Ibañez, Maria Eduarda de Oliveira, Rafaela Fachini Pedroso, Kaianne Gabrielle de Souza, Tatiana de Lima Silva, Cristiana Tavares	250
28. SINCRETISMO BRASILEIRO E O RACISMO RELIGIOSO: DESDE QUANDO? PARA ONDE?	
Mariana da Silva Lima, Antonio Reis Junior	264
29. SUICÍDIO: UM HOMOCÍDIO DE SI MESMO	
Any Caroliny Oliveira Gonçalves, Gabriele Moreira Gomes, Giane Cristine da Rosa Oliviera, Sheila da Silva Moraes, Tiago Barbosa Silva	271
30. TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DE HIV	
Sarah Castro, José Luis da Rocha Santos.....	277

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA PRESCRIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA SARCOPENIA EM IDOSOS

Lívia Machado Amâncio
Luciana Bizeto
José Luís da Rocha Santos
Sabrina de Almeida Marques

RESUMO

Com o aumento da população idosa, há o surgimento de algumas patologias que reduzem a qualidade de vida e tornam os idosos dependentes, como é o caso da sarcopenia, uma doença multifatorial ocasionada pela inatividade física, idade avançada, comprometimento neuromuscular, fatores endócrinos, estresse oxidativo e consumo inadequado de calorias totais e proteínas, que causa perda de massa muscular prejudicando a mobilidade do idoso, aumentando a incidência de quedas e conseqüentemente sua autonomia. Os suplementos alimentares estão sendo utilizados por essa parcela da população, como uma nova alternativa para a melhora do quadro nutricional e no auxílio do aumento de massa magra que conseqüentemente ocasiona uma melhora no desempenho físico e na autonomia do idoso. O trabalho tem como objetivos principais compreender como os suplementos como o whey protein, a creatina, o hidroximetilbutirato (HMB), e a vitamina D, contribuem para a melhora da sarcopenia e qual o papel do farmacêutico para o uso racional e adequado dos suplementos alimentares. A metodologia utilizada foi a de pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico. Foram incluídos estudos com resultados satisfatórios, além de alguns autores sobre os dados analisados. Conclui-se que ainda há incertezas quanto os benefícios que os suplementos alimentares fornecem aos idosos sarcopênicos, ainda é necessário mais estudo a respeito do mecanismo de ação de alguns suplementos.

Palavras-chave: Suplementos alimentares, Sarcopenia, whey protein, creatina, vitamina D, HMB, atuação do farmacêutico.

ABSTRACT

With the increase in the elderly population, there is the emergence of some pathologies that reduce quality of life and make the elderly dependent, such as sarcopenia, a multifactorial disease caused by physical inactivity, advanced age, neuromuscular impairment, endocrine factors, oxidative stress and inadequate consumption of total calories and proteins, which causes loss of muscle mass, impairing the mobility of the elderly, increasing the incidence of falls and consequently their autonomy. Food supplements are being used by this section of the population as a new alternative for improving nutritional status and helping to increase lean mass, which consequently leads to improved physical performance and autonomy for the elderly. The main objectives of this study are to understand how supplements such as whey protein, creatine,

hydroxymethylbutyrate (HMB) and vitamin D contribute to improving sarcopenia and what role pharmacists play in the rational and appropriate use of dietary supplements. The methodology used was descriptive exploratory research carried out through a bibliographic survey. Studies with satisfactory results were included, as well as some authors on the data analyzed. It was concluded that there are still uncertainties about the benefits that food supplements provide to sarcopenic elderly people, and more studies are needed on the mechanism of action of some supplements.

Keywords: Food supplements, Sarcopenia, whey protein, creatine, vitamin D, HMB, pharmacists' role.

1. INTRODUÇÃO

A cada ano que passa, a população brasileira fica mais velha. Conforme os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre os anos de 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos no país caiu 5,4%, enquanto todos os grupos acima dessa faixa etária neste período tiveram um aumento. (IBGE, 2022). A previsão é de que nas próximas décadas a população mundial com mais de 60 anos passe dos atuais 41 milhões para 2 bilhões até 2050. (Nações Unidas Brasil, 2014). Esse grupo apresenta modificações fisiológicas e na composição corporal, inerentes do processo de envelhecimento, que podem impactar na saúde e na qualidade de vida, dentre elas a sarcopenia (SOUZA, *et al.*, 2022)

A sarcopenia é uma condição predominante em idosos, que se caracteriza pela perda de massa muscular. O desenvolvimento da sarcopenia é um processo multifatorial que inclui inatividade física, idade avançada, perda de neurônio motor, distúrbios metabólicos, redução de fibras musculares do tipo II, fatores hormonais, processos inflamatórios, comorbidades, efeitos adversos de medicamentos, fatores genéticos, ambientais e nutricionais, causando prejuízo na massa e função muscular, redução da massa óssea e da cognição, perda de autonomia, bem-estar e qualidade de vida do idoso, dificultando a mobilidade, assim como outros fatores primordiais para a vivência de um envelhecimento com qualidade (PEREIRA, 2019)

Um dos tratamentos preventivos para essa síndrome é a mudança dos hábitos alimentares associado com a prática de exercícios físicos e o consumo de suplementos alimentares que de acordo com a RDC N° 243, de 26 de julho de 2018, são produtos para ingestão oral, apresentados em formas farmacêuticas, destinados a suplementar a

alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados (ANVISA, 2020), com o foco no seu uso para melhora do peso corporal, massa magra e desempenho físico, assim como a prevenção de taxas de morbimortalidade e melhora na qualidade de vida. Os suplementos mais utilizados são o *Whey Protein*, Creatina, Hidroximetilbutirato (HMB) e a Vitamina D (PEREIRA, 2019)

O farmacêutico possui conhecimento técnico podendo colaborar pela melhor qualidade de vida dos pacientes com a Sarcopenia, esclarecer as dúvidas, prestar orientação farmacêutica e informar a relação benefício e risco, a conservação e a utilização de suplementos alimentares e demais categorias de alimentos, bem como suas interações (fármaco-nutriente, nutriente-nutriente) e a importância do seu correto manuseio (CRF-RS, 2019). O presente estudo tem por objetivo avaliar a importância da utilização de suplementos alimentares no tratamento e prevenção da Sarcopenia, demonstrando através da sua efetividade e demais assuntos pertinentes. Dessa forma, este trabalho pode contribuir para um melhor entendimento no âmbito informativo a respeito do profissional farmacêutico.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, onde foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados Scielo e Medline. Foram selecionados publicados em periódicos nacionais e internacionais, compreendidos entre os anos de 2000 e 2023. Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores: sarcopenia, suplementos alimentares e atuação do farmacêutico no tratamento da sarcopenia.

2.1. SARCOPENIA

Considerada uma síndrome geriátrica, o termo 'sarcopenia' (do grego "sarx" ou carne + "penia" ou perda) foi usado pela primeira vez pelo pesquisador Irwin Rosenberg, em 1989 (CRUZ-JENTOFT, *et al.*, 2010), é um processo de natureza multifatorial que inclui o envelhecimento, o comprometimento neuromuscular, falta de exercícios físicos, fatores endócrinos, estresse oxidativo e o consumo inadequado de calorias totais e proteínas, que causa em seus portadores, a diminuição progressiva da massa muscular esquelética e/ou desempenho físico podendo levar à redução da capacidade física, da

capacidade cognitiva, do desempenho cardiopulmonar, da imunidade, da massa óssea, anemia, aumento no número de quedas, aumento da fragilidade e do risco de mortalidade entre os idosos (SOUZA, *et al.*, 2022). De acordo com *European Working Group on Sarcopenia in Older People* (EWGSOP) o diagnóstico de sarcopenia é feito quando há redução de massa muscular e perda de função muscular (força muscular ou desempenho). O EWGSOP sugere três estágios conceituais: “Pré-sarcopenia” quando há somente a perda de massa muscular; “Sarcopenia” caracterizado pela perda de massa muscular associado à perda de força e/ou desempenho físico; e “Sarcopenia Severa” presença da redução de massa muscular, força muscular e função (ROBERTO, 2017). A sarcopenia pode desenvolver através de duas origens sendo elas: primária quando não é identificado um fator causal evidente, associada ao processo natural do envelhecimento; e secundária quando envolve presença de patologias contribuintes e/ou outros fatores desencadeantes, como as mudanças na ingestão dietética e no metabolismo da proteína, e atrofia por desuso que ocorre quando os músculos se desgastam por conta da falta de exercício. O EWGSOP recomenda a utilização do caminho: *Find cases-Assess-Confirm-Severity* (F-A-C-S), para triagem e diagnóstico de pacientes com sinais característicos de sarcopenia, sendo que cada palavra de acordo com TOLEDO & MIKA, 2019, significa:

a) Find cases (encontrando casos): Para identificar indivíduos com risco de sarcopenia, o EWGSOP recomenda o uso do questionário SARC-F (*simple questionnaire to rapidly diagnose sarcopenia*) possui baixo custo e ampla aplicabilidade e é baseado em cinco elementos que avaliam a força e função muscular (força, capacidade de andar, levantar-se de uma cadeira, subir escadas e números de quedas) (MATSUDO, *et al.*, 2000).

b) Assess (Avaliar): Para avaliar a evidência de sarcopenia, o EWGSOP recomenda o uso de força de preensão ou o Teste de levantar da cadeira com pontos de corte específicos para cada teste.

c) Confirm (Confirmar): Para confirmar a sarcopenia por detecção de baixa quantidade e qualidade muscular, aconselha-se DXA (Densitometria óssea) e a BIA (bioimpedância elétrica) na prática clínica e DXA, BIA, TC (Tomografia computadorizada) ou RM (Ressonância magnética) em estudos de pesquisa.

d) Severity (Determinar a gravidade): a gravidade pode ser avaliada por medidas de desempenho; Velocidade de marcha, SPPB, TUG e teste de caminhada de 400 m podem ser usados.

2.2. PERFIL FISIOPATOLÓGICO DO IDOSO

O idoso pode apresentar a redução da ingestão alimentar chamada de “anorexia do envelhecimento” que está associada com perda de apetite, acloridria (ausência da produção de ácido clorídrico, HCl, no estômago o que aumenta o pH gástrico e leva ao aparecimento de sintomas como náuseas, queimação e azia), redução do paladar e olfato, saúde oral prejudicada, saciedade precoce (relaxamento reduzido do fundo gástrico, aumento da liberação de colecistocinina em resposta à gordura ingerida, elevação da leptina). Além disso, fatores psicossociais, econômicos e interações medicamentosas, podem contribuir para o desenvolvimento e progressão da sarcopenia, principalmente quando associada a outras comorbidades. Por essa razão, é evidente a necessidade da utilização da suplementação nutricional em pacientes sarcopênicos, em especial proteínas, creatina e vitamina D, com o objetivo de suprir o déficit no consumo energético-proteico (SOUZA, *et al.*, 2022).

Com o aumento da população idosa e a sua suscetibilidade ao risco de desnutrição energético-proteica devido à perda de apetite (hiporexia), dificuldade de mastigação, isolamento social, problemas relacionados ao sistema digestivo e/ou dificuldade na obtenção e preparo das refeições, surgiu à necessidade de entender os benefícios da implementação dos suplementos alimentares na nutrição desse grupo etário. Com base nos estudos mais relevantes sobre esse tema que evidenciam que a suplementação nutricional como o *whey protein*, creatina, hidroximetilbutirato (HMB), e a vitamina D, associados à atividade física e mudanças de hábitos contribui para o aumento da massa magra e da força muscular de forma que, a nutrição seja um elemento-chave das intervenções multimodais para fragilidade e sarcopenia (MOURA, *et al.*, 2021). É de extrema importância o suporte de um profissional para que não haja maiores danos à saúde, uma vez que todo suplemento inserido na dieta de forma errônea pode acarretar diversos problemas de saúde, assim como inserido corretamente pode trazer grandes benefícios (PEREIRA, 2019).

2.3. TRATAMENTO DA SARCOPENIA

Mudança de hábitos, associada a exercícios físicos e a terapias hormonais, medicamentosas e suplementação alimentar, são apontadas por estudos como medidas efetivas na prevenção e no tratamento da sarcopenia.

2.4. SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Em 2018, com o surgimento da RDC 243/2018, a categoria de suplementos alimentares foi criada com o objetivo de garantir o acesso da população a produtos seguros e de qualidade. Foram reunidos na categoria todos os produtos que pertenciam a outros grupos de alimentos e definido regras mais apropriadas aos suplementos alimentares como limites mínimos e máximos, populações indicadas, constituintes autorizados e alegações com comprovação científica (GOV, *et al.*, 2020). O propósito dos suplementos alimentares é fornecer nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos em complemento à alimentação, sendo assim podem ser usados para suprir deficiências nutricionais, atender às necessidades específicas de grupos populacionais, melhorar o desempenho atlético ou promover a saúde em geral. É importante ressaltar que os suplementos não são medicamentos e por isso não devem ser utilizados sozinhos para tratar, prevenir ou curar doenças, mas sim em conjunto com um tratamento farmacológico adequado, atividades físicas, mudanças de hábitos e sempre com acompanhamento de um profissional habilitado, como exemplo o farmacêutico (ANVISA, 2020). Abaixo, estão descritos alguns suplementos que podem colaborar no tratamento da sarcopenia.

Whey protein - constituído de 80% de caseína e 20% de soro de leite, o *Whey Protein* é extraído da porção aquosa do leite durante o processo de fabricação do queijo. É uma fonte altamente biodisponível de proteína de maior valor biológico, devido a sua rápida digestibilidade, por possuir um alto teor de aminoácidos tanto essenciais quanto os ramificados, como por exemplo, a leucina e por estimular a síntese proteica muscular (SAUDADE, KIRSTEN & OLIVEIRA, 2017). Seu alto teor de aminoácidos essenciais funciona como substrato, contribuindo para a reparação do músculo durante a prática de exercícios, como recurso ergogênico, já que possui sua eficiência devidamente testada e comprovada para aumento de performance, desempenho e recuperação (PINHEIRO, *et al.*, 2022).

Creatina - Sua principal função é ser um repositório rápido de energia durante a contração muscular durante os exercícios de alta intensidade e, além disso, melhora a força máxima, potência e aumenta a capacidade funcional. A creatina se torna um suplemento importante para o idoso sarcopênico, já que um dos principais efeitos dessa suplementação é elevar os estoques de creatina fosfato intracelular o que melhora o sistema ATP-CP, gerando maior força na contração muscular e consequentemente contribuindo para a melhoria da realização de atividades cotidianas que requerem força, manutenção ou até ganho da massa muscular e melhoria da qualidade de vida (SILVA, 2022).

Hidroxi metil butirato (HMB) - Tem a função de estimular a síntese proteica que promove sinais anabólicos (crescimento) e reduzindo o consumo de proteínas ao reduzir sinais catabólicos (destruição) evitando o consumo muscular e os danos celulares (MADRID, 2023). O HMB está presente em laticínios, carnes vermelhas, peixe e frango ou como suplemento nutricional. A dosagem diária eficaz do HMB é de 3g, a suplementação se torna necessária para a proteção e reestruturação dos músculos dos indivíduos que apresentam maior risco de lesão muscular e/ou os que apresentam grande perda de massa magra, inibindo assim a degradação da leucina. Não há evidências até o momento sobre os efeitos adversos da suplementação de HMB, porém há uma carência de estudos relacionados à suplementação do mesmo em idosos sarcopênicos (Cruz, et al., 2017).

Vitamina D - é um hormônio esteroide lipossolúvel, responsável pela regulação da homeostase do cálcio no organismo e pela formação óssea. A maior fonte de vitamina D do organismo é sua síntese catalisada pelas irradiações ultravioletas, sendo que as fontes alimentares contribuem apenas com uma pequena parcela das necessidades diárias. A deficiência de vitamina D é um dos principais determinantes da osteoporose, que é mais comum em idosos, está associada também a sarcopenia devido à contribuição para perda de força, diminuição da função muscular, acarretando um aumento da incidência de quedas associadas a fraturas e a uma deterioração do equilíbrio. Nesses casos a suplementação com a vitamina D vem sendo apontada em estudos, como uma estratégia que visa melhorar a função muscular, diminuir os níveis de quedas, e está relacionada a uma melhora na morfologia das fibras musculares, essa intervenção nutricional em idosos sarcopênicos, pois além de ter um efeito preventivo, auxilia na melhora do quadro clínico do paciente (PEDROSA & CASTRO, 2005). O

excesso de vitamina D pode levar a deterioração da função renal e pode ser evidenciado por músculos fracos, ossos fracos, sangramento excessivo ou pedras nos rins e, muito frequentemente, é resultado de excesso de vitamina D proveniente de suplementos dietéticos e não de fontes de alimentos ou de superexposição à luz do sol (PUC MINAS, 2012).

2.5. ATENÇÃO FARMACÊUTICA

A RDC nº 661, de 25 de outubro de 2018 que dispõe sobre o cuidado farmacêutico relacionado a suplementos alimentares e demais categorias de alimentos na farmácia comunitária, consultório farmacêutico e estabelecimentos comerciais de alimentos e dá outras providências, no Art. 3 consta que no ato da dispensação suplementos alimentares e demais categorias de alimentos, como etapa do cuidado, o farmacêutico deve avaliar a prescrição e informar, por escrito ou verbalmente, ao paciente e/ou a seu cuidador, sobre a importância da utilização de forma racional, no Art. 5 cita que o farmacêutico deve se atentar sobre as reações adversas potenciais; as interações potenciais com alimentos, suplementos, medicamentos, exames complementares e doenças; toxicidade (aguda, subcrônica e crônica); precauções, advertências no uso e contraindicações; modo de uso relacionado à indicação/alegação de uso e características do indivíduo (biológicas, socioeconômicas, culturais, psicológicas e valores). No Art. 7 referente à prescrição de suplementos alimentares, demais categorias de alimentos e preparações magistrais diz que o farmacêutico poderá prescrever suplementos alimentares no seguinte contexto: prevenção de doenças e de outros problemas de saúde; recuperação da saúde, sempre que no processo de rastreamento houver identificação de riscos; otimização do desempenho físico e mental, associado ao exercício físico ou não; complementação da farmacoterapia, como forma de potencializar resultados clínicos de medicamentos, bem como prevenir ou reduzir reações adversas a medicamentos; manutenção ou melhora da qualidade de vida, considerando sempre as necessidades do paciente (CRF-SP, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso em conjunto ou isolado dos suplementos alimentares combinados à prática de exercícios mostram que contribuem para o ganho de massa magra, além de uma diminuição nos efeitos dessa patologia. É notório que no Brasil ainda há uma escassez de estudos, porém os estudos encontrados trouxeram um importante aporte científico comprovando a eficácia destes, desde que utilizados com cautela e com

acompanhamento de um profissional qualificado, com o um farmacêutico, que pode auxiliar o paciente durante o tratamento a fim de evitar efeitos adversos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Requisitos sanitários para suplementos alimentares. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/agenda-regulatoria/2017-2020/temas/alimentos/arquivos/tema-4-14.pdf>> Acesso em: 05 set. 2023 às 17h30min.

CRF-RS. Suplementação alimentar e atuação do farmacêutico. Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://media.crfrs.org.br/portal/pdf/2019-05-Supl-alimentaresAF.pdf>> Acesso em: 05 set. 2023 às 18h40min.

CRF-SP. Resolução CFF 661/2018. Conselho Regional de Farmácia do estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.crfsp.org.br/noticias/10130-resolu%C3%A7%C3%A3o-cff-661-2018.html>> Acesso em 18 set. 2023 às 20h10min.

CRUZ, A.A.L.; BARBOSA, I.F.; LIMA, T.T.; LEITE, W.H; KOTOVICZ, P.D.L.; Atualidades e evidências sobre o HMB em idosos sarcopênicos. Congresso Internacional Envelhecimento Humano, 2017. Disponível em: <<https://br.iherb.com/blog/hydroxymethylbutyrate-hmb-health-benefits/1677#:~:text=O%20hidroximetilbutirato%20%C3%A9%20uma%20subst%C3%A2ncia,consumido%2C%20o%20HMB%20%C3%A9%20produzido.>>Acesso em: 16 set. 2023 às 22h00min.

CRUZ-JENTOFT, A.J.; BAEYENS, J.P.; BAUER, J.M.; BOIRIE, Y.; CEDERHOLM, T.; LANDI, F.; MARTIN, F.C.; MICHEL, J.; ROLLAND, Y.; SCHNEIDER, S.M.; TOPINKOVÁ, E.; VANDEWOUDE, M.; ZAMBONI, M.; Sarcopenia: Consenso Europeu sobre definição e diagnóstico: Relatório do Grupo de Trabalho Europeu sobre Sarcopenia em Pessoas Idosas. OXFORD ACADEMIC, 2010. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ageing/article/39/4/412/8732>.>Acesso em: 05 set. 2023 às 19h40min.

GOV.BR. Suplementos alimentares. Governo Federal Brasileiro, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/alimentos/suplementos-alimentares>> Acesso em: 07 set. 2023 às 14h15min.

MADRID, E.; Benefícios do Hidroximetilbutirato (HMB), Massa Muscular e Exercícios. iHerb, 2023. Disponível em: <<https://br.iherb.com/blog/hydroxymethylbutyrate-hmb-health-benefits/1677#:~:text=O%20hidroximetilbutirato%20%C3%A9%20uma%20subst%C3%A2ncia,consumido%2C%20o%20HMB%20%C3%A9%20produzido.>>Acesso em: 16 set. 2023 às 20h10min.

MATSUDO, S.M.; MATSUDO, V.K.R.; NETO, T.L.B.; Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. SCIELO, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbme/a/D6gQ8hMqWZdknzYh7jNf8jq>.>Acesso em: 12 set. 2023 às 17h34min.

MOURA, G.V.; SOUSA, M.C.; SOUSA, P.; LIMA, C.H.R.; Uso de suplementos alimentares no manejo nutricional em idosos com sarcopenia. Revista Saúde.Com, 2021.

Disponível em:
<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/8142/6184>> Acesso em: 09 set. 2023 às 15h20min.

PEDROSA, M.A.C.; CASTRO, M.L.; Papel da vitamina D na função neuromuscular. Scielo, 2005. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/abem/a/Lzjvc9fV47KFxrDKRSDn5rv/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 15 set. 2023 às 19h23min.

PEREIRA, S.P.; A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM IDOSOS COM SARCOPENIA. Centro Universitário UNIFACVEST, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/bf89b-parizotto,-s.p.-a-importancia-do-uso-de-suplementos-alimentares-em-idosos-com-sarcopenia.-nutricao.-lages_-unifacvest,-2019-02_.pdf.> Acesso em: 05 set. 2023 às 17h12min.

PINHEIRO, J.A.C; SILVA, T.J.; ALECRIM, J.V.C; SILVA, T.I.N; TAVARES, F.A.G.; Suplementação de whey protein em idosos sarcopênicos: uma revisão de literatura. Estácio, 2022. Disponível em:
<<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/1164>> Acesso em: 09 set. 2023 às 20h20min.

PUC MINAS. Falta ou Excesso de Vitamina D. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012. Disponível em:
<https://portal.pucminas.br/no ponto/materia.php?codigo=543>> Acesso em: 16 set. 2023 às 17h10min.

ROBERTO, E.L.; Relação da sarcopenia e a deficiência de vitamina d no envelhecimento: uma revisão integrativa. Repositório Institucional da UFMG, 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EEFF-BBYTK7/1/ewerton.pdf> Acesso em: 05 set. 2023 às 21h00min.

SAUDADES, J.O; KIRSTEN, V.R; OLIVEIRA, V.R.; Consumo de proteína do soro do leite entre estudantes universitários de porto alegre, RS. Scielo, 2017. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbme/a/rNb89DKqvJfDqX9mdH4ZcGM/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 09 set. 2023 às 17h50min.

SILVA, B.C.B.; A relevância da suplementação de creatina como tratamento da sarcopenia no idoso. UNIFAN (Centro Universitário Alfredo Nasser), 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://unifan.net.br/wp-content/uploads/2022/12/A-RELEVANCIA-DA-SUPLEMENTACAO-DE-CREATINA-COMO-TRATAMENTO-DA-SARCOPENIA-NO-IDOSO-1.pdf> Acesso em: 12 set. 2023 às 16h20min.

SOUZA, C.A.; SANTOS, R.P.; SALERNO, V.; GOMES, D.V.; SOUZA, E.B.; A importância da alimentação e da suplementação nutricional na prevenção e no tratamento da sarcopenia. Jornal de Investigação Médica, 2022. Disponível em:
<<https://revistas.ponteditora.org/index.php/jim/article/view/519/382>> Acesso em: 04 set. 2023 às 16h40min.

A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Aline S. O. Jesus
Claudia T. F. Costa
Larissa C. Nascimento
Siomara P.S antos
Tamyres P. Barbosa
Ana P. Silva
Fernado Roberto Campos

RESUMO

Antigamente, pessoas doentes ou deficientes eram abandonadas ou mortas, o assassinato era comum. Os adultos que desenvolveram cegueira foram abandonados. Em Roma, as leis não eram favoráveis às pessoas nascidas com deficiência. Com a chegada do cristianismo, surgiu uma nova visão sobre as pessoas com deficiência. Em 1784, Valentin Haüy abriu a primeira escola do mundo dedicada à educação de cegos, e a situação começou a mudar, no século seguinte surge o sistema Braille. Louis Braille (1809-1852) foi o criador do sistema que é utilizado até hoje. Como a história se mostrou cruel com as pessoas com deficiências, até o momento em que estas foram vistas como pessoas, temos o objetivo de analisar a história destas pessoas e, de como isso alterou na aprendizagem e desenvolvimento social. Mesmo com o reconhecimento atual sobre estas pessoas, não há investimento, infraestrutura e uma formação de profissionais capacitados para acolher as pessoas com falta ou perda de visão, não há espaços de inclusão.

Palavras-chave: Deficiência visual. Educação. Inclusão

ABSTRACT

In the past, sick or disabled people were abandoned or killed, murder was common. Adults who developed blindness were abandoned. In Rome the laws were not favorable to people born with disabilities. With the arrival of Christianity, a new view of people with disabilities emerged. In 1784, Valentin Haüy opened the first school in the world dedicated to the education of the blind, and the situation began to change, in the following century the Braille system appeared, Louis Braille (1809-1852) was the creator of the system that is used today. How history was cruel to people with disabilities, until the moment they were seen as people, thus aiming to analyze the history of these people and how this changed their learning and social development. Even with the current recognition of these people, there is no investment, infrastructure and training of qualified professionals to welcome people with lack or loss of vision, no inclusion spaces.

Keywords: Visual impairment. Education. Inclusion

1. INTRODUÇÃO

A deficiência visual que compreende a cegueira e a baixa visão, sempre esteve presente na humanidade, mas não da forma que a vemos hoje. Apesar de sempre existir, durante muito tempo, a história das pessoas com deficiência foi marcada por preconceitos e rejeição.

Mediante o cenário atual, nota-se uma significativa mudança em relação às pessoas com deficiência. Elas que antes eram consideradas inválidas e incapazes, hoje têm seus direitos garantidos como qualquer outro cidadão, inclusive a inserção no ambiente escolar, que é fundamental para a formação do ser humano.

Nesse contexto, o presente artigo visa estudar a historicidade da deficiência visual, tomando como ideia principal o meio educacional, suas condições, aplicações e efetivação.

A metodologia utilizada fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, a partir do estudo e análise de livros e artigos científicos, reunindo informações e dados da história da deficiência visual, do contexto atual da educação inclusiva e dos direitos assegurados por lei.

A escolha do tema baseou-se na importância e necessidade de fazer com que a inclusão seja mais do que estar presente na sala de aula. Trabalhar o desenvolvimento tanto das habilidades manuais e intelectuais e, inserir atividades lúdicas durante esses processos são essenciais para estimular a interação social entre os alunos, atentando para as particularidades de cada um, para que a inclusão esteja ao alcance de todos. Portanto, percebe-se a relevância em analisar esse processo de transformações ao longo do tempo.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A presença das pessoas com deficiência visual ou outras, na antiguidade, é quase que nula. Nesta época as pessoas enfermas ou com deficiência eram abandonadas ou mortas, era comum o assassinato. Já os adultos que desenvolviam a cegueira eram abandonados.

No Egito antigo, evidências arqueológicas revelam que há mais de cinco mil anos, as pessoas com deficiências integravam-se nas diferentes hierarquias sociais (faraó,

nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia mostra que por muito tempo o Egito foi conhecido como Terra dos Cegos porque seu povo era constantemente acometido de infecções nos olhos, que resultavam em cegueira. Dentre os poetas gregos, um nome conhecido é Homero que, pelos relatos, era cego e teria vivido em época anterior a VII a.C.

Em Roma as leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. As crianças que nasciam com deformidades físicas ou mentais, os pais eram autorizados a matá-las pela prática do afogamento. Relatos, no entanto, afirmam que os pais abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados.

Com a chegada do cristianismo, surge uma nova visão sobre as pessoas com deficiência. O cristianismo modificou a postura diante da deficiência incluindo seu portador entre as “criaturas de Deus”, assim ele não poderia ser abandonado, já que possui alma. Sob a influência do cristianismo, os portadores de deficiência passam a ser assistidos em suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas não havia a preocupação com seu desenvolvimento e educação. (Mantoan, 1997, p.215)

Essa relevante mudança operou-se devido ao conteúdo da doutrina cristã, que condenava de forma veemente a prática apoiada pelo então sistema vigente da morte de crianças que nasciam com deformidades, e eram rejeitadas pelos pais. Condenava também o abandono de vítimas de doenças crônicas, deficiências físicas e mentais.

A igreja cristã começou a pregar a prioridade da prática de atos assistenciais às pessoas pobres e enfermas, que passaram a ser segregadas em hospitais, ‘asilos’ ou conventos.

Com a insistência da igreja o Rei Luís IX, da França, que reinou entre 1214 e 1270, criou o primeiro hospital para pessoas com deficiência visual da história, em Paris, o Quinze-Vingts (“o Hospital dos Trezentos”, referindo-se ao número de leitos) deveu-se aos 300 dos seus soldados que tiveram seus olhos arrancados pelos sarracenos durante as Cruzadas, mas que ofereceu atendimento também a outros cegos franceses.

O estado de pessoas com deficiência começou a modificar-se com o aparecimento do período renascentista (por volta de 1350 até ao fim do século XVI 1600) representou um marco, um revisar dos preconceitos, menosprezo com pessoas cegas ou outros tipos de deficiências alterando normas, estatutos, crenças e práticas sociais no que diz respeito ao modo de se relacionar com a pessoa com deficiência que, até então, era descrito como criação do demônio ou do divino.

A história de pessoas com deficiência teve um grande avanço entre os séculos XVIII e XIX, pois, em 1784, Valentin Haüy inaugurou, na França, a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas, Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris.

Mesmo diante dessa aceitação do homem, a maioria das pessoas com deficiência era obrigado a viver de esmolas, chegando até mesmo a praticar furtos, como tentativa de se alimentar e sobreviver.

No Século XIX, em 1819, Napoleão pediu para Charles Barbier (1764-1841), um capitão do exército francês, desenvolver um código para ser usado em mensagens transmitidas à noite durante as batalhas. Criou-se então o código secreto militar, denominado “escrita noturna”, composto da disposição de doze pontos em relevo, cujas combinações formavam os símbolos fonéticos. O sistema foi considerado muito complicado e foi rejeitado pelos militares.

Barbier então apresentou a sua invenção ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris. Louis Braille (1809- 1852) era um dos alunos que assistiram à apresentação, então com quatorze anos, se interessou pelo sistema e apresentou algumas sugestões para seu aperfeiçoamento. Como Barbier se recusou a fazer alterações em seu sistema, Braille modificou totalmente o sistema de escrita noturna criando o sistema de escrita padrão – o BRAILLE.

O sistema Braille, utilizando seis pontos em relevo dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, usados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica em geral, na música e, recentemente, na Informática. (Regina, 2022 p.08)

Tal sistema abriu um novo horizonte para os cegos: a utilização de um mecanismo concreto de instrução e de integração social. A partir da invenção do referido sistema, em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta que definiu sua estrutura básica, ainda hoje utilizada mundialmente.

3. A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR ATUALMENTE

No Brasil, em 1961 surgiu o compromisso com a Lei 4.024/61, a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que envolvia a educação de crianças com deficiências. Mas em 1994, a Declaração de Salamanca (documento elaborado na

Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha), com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, traz uma nova ideia que modifica a visão sobre a educação inclusiva, visando incluir mais crianças ao critério (sejam elas portadoras de deficiência ou não), apoiando e adaptando a "educação para todos", que surgiu com a percepção de que diversas crianças não conseguiam se beneficiar da escola.

Em 1996, surge a nova LBD superando e modificando a antiga. Juntamente, vieram mudanças em relação a forma em que as pessoas enxergavam o outro, deixando de minimizar a pessoa à sua limitação, a deficiência não era a pessoa, mas sim uma condição em que ela se encontrava. Porém, mesmo com as evoluções, percebe-se que ainda há dificuldade na adaptação de instituições. Escolas que possuem maior recurso financeiro, têm a possibilidade de um investimento maior em bibliotecas com mais livros e materiais em Braille, pisos táteis de alerta direcional, placas e mapas em braille e a disponibilização de recursos em áudio, o que facilita a adaptação da pessoa com deficiência visual, abrindo novos horizontes, trazendo maior equidade para os alunos.

Mas esta é a realidade para algumas pessoas, pois em escolas de baixa renda, a busca pela adaptação de pessoas com deficiências visuais tem sido um dos obstáculos a ser vencido. Através de reportagens, nota-se que a vida escolar de uma pessoa com deficiência visual pode ser difícil sem os materiais certos disponíveis, o que faz com que professoras tirem do seu próprio bolso e seu próprio tempo para montar atividades adaptadas para seus alunos. É o dever da professora ensinar uma criança, mas ela precisa de ajuda, precisa da base da escola como auxílio. No Youtube, há canais onde professoras ensinam a fazer materiais para crianças com deficiência visual, pois sabemos que nem todas as escolas oferecem estes materiais, sendo assim, a iniciativa acaba sendo tomada pelas professoras em si.

Mas ainda há muitos projetos que precisam sair do papel, debates e buscas por melhorias nessa área são de extrema importância, e esperamos que em um futuro próximo, essas ideias e materiais estejam disponíveis em todas as escolas.

4. A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Na educação infantil, as brincadeiras tornam-se fundamentais no processo de aprendizagem da criança. Tanto é que, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, diz que:

A educação infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. (BRASIL, 2017, p.41).

Assim, conforme (Brasil, 2017, p.36), o ato de brincar cotidianamente em diferentes espaços e com diferentes parceiros, engloba todas as experiências que uma criança deve ter para o seu desenvolvimento cognitivo, corporal, sensorial e social.

Através do brincar, habilidades como coordenação motora e equilíbrio, podem ser desenvolvidas, assim como a autonomia e interação com os demais.

A palavra 'lúdico' vem do latim ludus. Divertimento, brincadeira, entretenimento e jogo são alguns dos significados atribuídos a essa palavra, ou seja, o ato de brincar. Dartner, citado por Locatelli (2009. P,13) conceitua lúdico como:

A palavra ludus, em latim e em outros idiomas, acumula dois significados: jogar e brincar. Podemos, assim, atribuir serenidade ao jogar somada a leveza do brincar sem infantilizar as atividades, nem exigindo dos participantes adultos que se tornem crianças por algumas horas. Os adultos como as crianças prestam-se ao jogo por prazer

(Dartner, p.2006,25).

O lúdico surge como uma atividade capaz de fazer as pessoas conviverem em grupo, socializando vivências, a fim de tornar possível a vida social, o que torna o brincar uma ação que educa para a vida. Seja em casa ou na escola, as brincadeiras fazem parte da vida da criança, e devem ser estimuladas durante a infância.

De acordo com Vygotsky (1998), que é um dos que representam esse conceito do brincar como uma atitude que permite o ser humano criar, onde fantasia, imaginação e realidade se conversam na concepção de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e/ou adultos.

No ambiente escolar, o brincar deve ser mais do que a hora do recreio, e deve estar presente no planejamento pedagógico da escola. Com o acompanhamento e direcionamento do (a) professor (a), as crianças podem aprender brincando.

O brincar na Educação Infantil já se mostrou de suma importância para o desenvolvimento da criança. Mas também, se faz necessário analisar como as crianças com deficiência têm sido incluídas nesse âmbito. Muitas delas acabam sendo isoladas ou até elas mesmas se isolam por não se sentirem confortáveis ou até incapazes por conta de sua limitação.

No caso da pessoa com deficiência visual, que é o tema deste artigo, a falta de brinquedos interessantes para crianças cegas e a dificuldade de conseguirem ser incluídas nas brincadeiras, dificultam sua participação e interação com as demais crianças, o que as distancia cada vez mais de uma real inclusão.

Perceber as limitações de cada indivíduo é o primeiro passo para caminhar rumo à inclusão. Ao reconhecer as barreiras, pode-se buscar formas para que esse aluno possa ser inserido na atividade proposta. Atividades que exercitem a audição e o tato (sentidos apurados que os deficientes visuais têm), são ótimas opções para trabalhar suas potencialidades, e também desenvolver novas habilidades, como a expressão e interação social. A figura do professor nesse momento, torna-se essencial tanto para o olhar de reconhecimento, quanto para o direcionamento dessa inclusão.

É válido ressaltar que compreender a situação e limitações é importante, mas o foco se baseia em entender de que forma podemos contribuir para que esse indivíduo de fato seja incluído, tanto no ambiente escolar, quanto em sua família e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica feita durante a elaboração do artigo, podemos concluir que tanto a pessoa com deficiência visual, quanto as pessoas com outras deficiências, desde a antiguidade eram tratadas com indiferença. Na maioria dos casos, abandono e morte eram o destino desses indivíduos, que não tinham nenhum direito dentro da sociedade.

Ao decorrer da história, gradativamente nota-se mudanças e avanços em relação ao tratamento que se dava à cegueira. O Cristianismo foi um dos protagonistas na luta contra esse preconceito, a igreja passou a dar suporte as pessoas com deficiências que

eram maltratadas e abandonadas, e mesmo que de uma forma ainda pequena, essas pessoas iam ganhando o seu espaço.

Mesmo com a instituição da primeira escola voltada para a educação de cegos, muitas barreiras tiveram que ser derrubadas para que as pessoas cegas tivessem seus direitos garantidos, e uma vida digna. Uma das grandes conquistas alcançadas foi a do sistema de escrita padrão, o BRAILLE, que permite que os indivíduos tenham acesso à educação.

É fato que muitas mudanças significativas ocorreram para que as pessoas com deficiência pudessem seguir suas vidas normalmente, sendo incluídas na sociedade. Mas ainda existem metas a serem alcançadas. A própria educação é uma delas, a falta investimento nessa área causa a escassez de materiais e recursos adequados para se trabalhar na sala de aula e na escola em geral, o que gera a falta de acessibilidade para muitas pessoas e, conseqüentemente, a exclusão de tais.

Com a instauração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, o conceito de inclusão foi ressignificado. E em 1996, surge uma nova LDB, visando garantir a inclusão no ensino regular, assegurar de forma gratuita a assistência aos educandos com necessidades especiais e oferecer um atendimento especializado. Mas ainda há um caminho a percorrer para que ocorra a efetivação da inclusão, e haja um ensino de qualidade para todos, respeitando as diferenças.

Uma das formas de aprendizagem essencial para a criança (seja na educação especial ou não) se dá através da brincadeira. O ato de brincar auxilia no desenvolvimento do cognitivo, coordenação motora e habilidades do ser humano. Segundo estudiosos e pensadores, a brincadeira impulsiona a interação social e deve estar presente no ambiente escolar, possibilitando o desenvolvimento do aluno.

Muitos educadores quando se veem sem recursos na escola para trabalhar e elaborar atividades (brincadeiras) que necessitam de materiais específicos, como texturas e sons diferentes, no caso da pessoa cega, acabam recorrendo ao seu próprio método, muitas vezes tirando de seu bolso para garantir aos seus alunos uma aula que os estimule. Portanto, a falta de investimento se torna um dos maiores vilões na tentativa de inclusão no ambiente escolar.

A falta de qualificação de professores e profissionais da área, também prejudica esse processo de inclusão, principalmente quando se trata da pessoa com deficiência, que por vezes é vista apenas na sua limitação e não o ser humano em si, com suas potencialidades e especificidades. Portanto, investimento, valorização à educação e reconhecimento das diferenças são requisitos indispensáveis na construção de uma real inclusão.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cecília G.; RUIZ, Letícia C. Interação entre crianças com deficiência visual em grupos de brincadeira. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sYZX7Wn8n86ZfkWHykNJcvt/#>. Acesso em: 31 out. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Versão Final. Brasília, DF, 2017.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A Jornada histórica da pessoa com deficiência: Inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ESTEVÃO, Marília. Louis braille, o inventor. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/fique-por-dentro/louis-braille-o-inventor>. Acesso em: 12 out. 2023.

LOCATELLI, Adriana. Lúdico, como Recurso Pedagógico, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola Municipal de Imperatriz. MT - 2009. 68.f. (monografia). Faculdade Santa Teresinha. Imperatriz, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, SP. Memnon; SENAC, 1997.

OLIVEIRA, Ruam. O brincar como parte fundamental do aprender. 2022. Disponível em <https://porvir.org/o-brincar-como-parte-fundamental-do-aprender/>. Acesso em 02 nov. 2023.

REGINA, Tania. Sistema Braille de leitura e escrita: noções básicas. São Paulo, SP. Fundação Dorina Nowill para cegos, 2022.

ROMA, Adriana C. Breve histórico cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190426090505.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

SANTOS, Miralva J. A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional. 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10613/1/Miralva%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SILVEIRA, Tatiana S. Deficiência Visual: Fundamentos e metodologias. 2009. Disponível em:

<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=30545>. Acesso em: 15 set. 2023.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 6^a ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Julia C. De Melo
Giovanna de Moraes Pinto
Suellen Fernandes Santos
Giovanna Nascimento M. De Souza

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a Síndrome de Down e as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, sobretudo na educação infantil. Expondo brincadeiras e atividades lúdicas que podem ser trabalhadas com as crianças, a fim de proporcionar uma maior inclusão, como foi aplicado pelos estudantes de Pedagogia da UNIFACCAMP através do evento “Um dia para todos”.

Palavras-chave: Inclusão, Síndrome de Down, Atividades Lúdicas, Ambiente Escolar, Educação Infantil.

ABSTRACT

This article discusses Down Syndrome and the difficulties faced in the school environment, especially in kindergarten. It presents games and playful activities that can be worked on with children to provide greater inclusion, as applied by pedagogy students from UNIFACCAMP through the event “A day for everyone”.

Keywords: Inclusion, Down Syndrome, Playful Activities, School Environment, Kindergarten.

1. INTRODUÇÃO

O artigo aborda a importância da inclusão de crianças com síndrome de Down no ambiente escolar, na fase da educação infantil, e o papel das atividades lúdicas durante este processo. Tratando as dificuldades enfrentadas, visto que muitas vezes os alunos portadores da síndrome não possuem atendimento especializado dentro da sala de aula.

Este artigo tem como objetivo analisar, verificar e selecionar quais são as atividades lúdicas mais bem sucedidas para serem trabalhadas no desenvolvimento da inclusão de crianças com síndrome de Down, para assim serem aplicadas pelos estudantes de Pedagogia no evento promovido pela Unifaccamp e Prefeitura da região.

É muito importante construir a escola inclusiva e democrática em que as crianças aprendam a conviver com o outro, respeitando as diferenças, construindo amizades

através solidariedade. As atividades lúdicas se constituem em um poderoso instrumento para todas as formas de inclusão. A brincadeira contribui para o desenvolvimento de muitas habilidades e fortalece o vínculo afetivo.

2. SÍNDROME DE DOWN E A INCLUSÃO ESCOLAR

A síndrome de down (SD), também chamada de trissomia do cromossomo 21, é uma alteração genética. Segundo Bruna (2011), em vez de dois cromossomos no par 21, pessoas com SD possuem três, o que determina suas características, como os olhos oblíquos e a hipotonia. Segundo Holden e Stewart (2002), algumas características específicas dos portadores da Síndrome de Down, são as dificuldades com a memória curta auditiva; as dificuldades com a linguagem e fala; as dificuldades sensoriais com a audição e visão; forte consciência e percepção visual e habilidades de aprendizagem visual; atraso na coordenação motora grossa e fina; e dificuldade de processamento auditivo.

Ferreira e Silva (2001) relatam que os primeiros estudos sobre a síndrome surgiram com o cientista John Langdon Hydon Down, durante o século XIX, quando os portadores ainda eram tratados como uma doença. Segundo Shwartzman (1992, p. 15)

"A síndrome de Down é uma condição clínica caracterizada por retardo mental, baixa estatura, alterações esqueléticas, imunológicas, vários estigmas, fenótipos, bem como anormalidades em outros sistemas e órgãos; os pacientes afetados apresentam vários indícios de um processo precoce de envelhecimento".

Apesar do desempenho funcional de crianças com SD ser inferior ao de crianças normais, Mancini et al. (2003) diz que "[...] este desempenho inferior não se mantém constante no contínuo do desenvolvimento." Para isso, é fundamental que a criança tenha apoio psicológico, acompanhamento físico e inclusão na escola.

"[...] pode-se acreditar que a inserção por intermédio do processo de inclusão escolar, durante a primeira infância, e quando os símbolos sociais estão sendo formados, é um fator determinante para o desenvolvimento dos aspectos sociais."(Anhão et al., 2010).

A educação é um direito de todas as crianças, assim como as atípicas, aquelas diagnosticadas com certa deficiência, síndrome ou transtorno, igualmente descrito no artigo 206, inciso 1, na Constituição, em que diz "igualdade de condições acesso e permanência na escola" (BRASIL, 2004). Conforme Luiz, Bortoli, Santos e Nascimento (2008) a Constituição não garante apenas o direito à educação, ademais, assegura, também, o atendimento educacional especializado, dando atenção ao aluno com

deficiência que tem prejuízo na escolarização regular. Esse atendimento que tem, como principal objetivo, formar um sujeito que se integre à escola, aos grupos sociais, ao trabalho e à sua comunidade, pode ser feito nas escolas comuns ou nas APAEs.

De acordo com Holden e Stewart (2002) para o sucesso da inclusão da criança na escola é preciso ter um ambiente estruturado, sendo adaptado às suas necessidades e uma abordagem de ensino que facilite seu aprendizado com adaptação curricular, essas estratégias são válidas não somente para os portadores da Síndrome de Down, mas para todos que precisam dessa individualização.

É necessário que o professor e os pais da criança com SD façam uma aliança e crie uma boa relação com a escola, podendo trocar experiências vividas no cotidiano. Dessa forma, o professor entende melhor como contribuir pedagogicamente, socialmente e emocionalmente, fazendo com que ele se desenvolva de modo significativo.

Esse trabalho feito pelo profissional da educação não é fácil, é preciso da cooperação da gestão da escola e, como já mencionado, da família do aluno com Síndrome de Down.

“Assim, pode-se concluir que os professores das escolas de ensino regular precisam receber treinamento para desenvolverem seu trabalho junto a crianças portadoras de SD, visto que se mostraram inseguros devido a suas experiências anteriores

(PETTY; SADLER, 1996).”

3. A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS E BRINCADEIRAS

Brincar é uma parte fundamental do desenvolvimento infantil, sobretudo para crianças com Síndrome de Down. As brincadeiras desempenham um papel crucial no processo educacional dessas crianças, fornecendo inúmeros benefícios que contribuem para o seu crescimento e bem-estar. Essas atividades proporcionam não apenas diversão, mas também promovem o crescimento cognitivo, motor e social, além de fomentar a inclusão e a interação social. (Silva, 2016). De acordo com o Movimento Down (2015) a estimulação é levar a criança, através da brincadeira, a aprender sempre mais, contribuindo para o seu desenvolvimento futuro.

Para desenvolver melhor em todos os sentidos da vida, é necessário que a criança com Síndrome de Down tenha um acompanhamento desde cedo, permitindo assim, que

tenha a estimulação e a identificação de suas potencialidades, para serem exploradas na educação infantil através de brincadeiras lúdicas.

Piaget (1998) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa.

Através de um bom planejamento é possível desafiar as crianças a estimularem o seu melhor, utilizando atividades lúdicas como a dança e a música, habilita-se a autonomia da criança para tomar decisões de acordo com as regras estipuladas. (Cintra, Oliveira e Veiga, 2015)

É crucial adaptar os jogos para atender às necessidades individuais das crianças, especialmente quando há crianças com deficiência no grupo. Essas adaptações garantem que todos possam participar das atividades, promovendo uma experiência inclusiva e enriquecedora a todos. (Silva, 2016).

Estes são exemplos entre muitos outros que permitem estimular nas crianças habilidades sociais, motoras e psíquicas, de acordo com o objetivo desejado:

Jogos de tabuleiro: Jogos clássicos como dama, dominó e baralho oferecem uma oportunidade para o desenvolvimento do raciocínio lógico, aprimorando a memória e promovendo a interação social.

Jogo da memória: Excelente para estimular a memória e a concentração, esse jogo envolve a correspondência de pares de cartas.

Dança da cadeira: As crianças caminham ao redor de cadeiras ao som da música, com uma cadeira a menos a cada rodada. O jogo incentiva a interação, atenção e obediência a comandos, além de promover a consciência corporal.

Telefone sem fio: Uma brincadeira de interação na qual uma frase é passada de ouvido a ouvido até que o último revela a frase, promovendo comunicação e interação social.

Pular corda: Uma atividade que envolve interação e aprimoramento da coordenação motora global.

O uso de atividades lúdicas e brincadeiras na sala de aula, não é apenas opção do docente, mas também é obrigação, estando estabelecido como direito na Constituição

Federal de 1988. Com o objetivo de garantir o direito à educação inclusiva na rede regular de ensino, a Constituição esclarece que a Síndrome de Down é uma forma de vida e não uma doença, portanto, as pessoas portadoras da síndrome são capazes de desenvolver as mesmas habilidades que uma pessoa típica, com um maior tempo para tal, sendo assim, a estimulação é essencial para o seu desenvolvimento. (Cintra, Oliveira e Veiga, 2015)

Portanto é possível através das brincadeiras e atividades lúdicas, produzir a estimulação necessária para que a criança com síndrome de Down desenvolva sua identidade, autonomia e descubra o mundo a sua volta, em um ambiente controlado e cotidiano.

4. UM DIA PARA TODOS

No sábado, dia 11 de novembro de 2023, foi realizado um evento, chamado “Um dia para todos”, com atividades e brincadeiras inclusivas para alunos da APAE e comunidade, proporcionado pelos estudantes de Pedagogia da UNIFACCAMP.

Os autores deste artigo elaboraram um circuito voltado para pessoas com Síndrome de Down, em que os participantes deveriam equilibrar uma bolinha usando uma colher enquanto passava entre as garrafas pets, em seguida pulavam amarelinha, como na imagem abaixo.



Foto1 : fonte própria

Esta atividade tem como objetivo trabalhar a coordenação motora fina e grossa, equilíbrio, agilidade e concentração, dado que estas são as grandes dificuldades enfrentadas pelos portadores desta síndrome. De acordo com Croppede et. al (2012): “Estudos com crianças com SD em idade escolar demonstram que dificuldades motoras interferem no desempenho de atividades de vida diária, dentre elas as tarefas de autocuidado”.



Foto 2: fonte própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados é possível considerar que as brincadeiras adequadas para desenvolver as habilidades das crianças com Síndrome de Down, não precisam ser necessariamente elaboradas, basta que despertem o interesse delas e realmente trabalhem suas dificuldades.

Cabe ressaltar que as atividades apresentadas na pesquisa necessitam ser aplicadas a mais pessoas com Síndrome de Down para que possam ter um resultado mais eficaz.

Assim como foi realizado no evento citado, as brincadeiras eram objetivas e o circuito direcionado chamou atenção do público e do único portador da Síndrome de Down presente no evento, este que participou com muito entusiasmo, porém apresentou

suas limitações; mostrando que a atividade proposta se enquadra para o público-alvo. Sendo assim, a teoria e a prática foram um sucesso.

REFERÊNCIAS

Anhão, Patrícia Páfaro Gomes, Pfeifer, Luzia Iara e Santos, Jair Lício dos. Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2010, v. 16, n. 1.

Bicalho, Glenda Borges Dias. Síndrome de down: benefícios das atividades lúdicas, 2008. Disponível em: <<https://calafiori.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/S%C3%8DNDROME-DE-DOWN-BENEF%C3%8DCIOS-DAS-ATIVIDADES-L%C3%9ADICAS.pdf>>

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.

Cintra, Rosana Carla Gonçalves Gomes; Oliveira, Allyne Nunes de Veiga; Elaine Cristina Freitas. As contribuições do lúdico no processo de desenvolvimento das crianças com síndrome de Down na educação infantil, 2015. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/73/103>>

COPPEDE, Aline Cirelli; CAMPOS, Ana Carolina de; SANTOS, Denise Castilho Cabrera. Desempenho motor fino e funcionalidade em crianças com síndrome de Down. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 19, n. 4, p. 363–368, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1809-29502012000400012>>.

HELENA, Maria. Síndrome de Down. Drauzio Varella. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-down/amp/>>. Acesso em: 09 out. 2023.

HOLDEN, B.; STEWART, P. The inclusão of students with Down síndrome in New Zeland schools. *Down Syndrome News and Update*, v. 2, n. 1, p. 24-28, 2002.

Luiz, Flávia Mendonça Rosa; Bortoli, Paula Saud De; Santos, Milena Floria; Nascimento, Lucila Castanheira. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2008, v. 14, n. 3

Mancini, Marisa Cotta; Silva, Priscila Carvalho e; Gonçalves, Sabrina Corrêa; Martins, Simone de Medeiros. Comparação do Desempenho Funcional de Crianças Portadoras de Síndrome de Down e Crianças com Desenvolvimento Normal aos 2 e 5 Anos de Idade. *Arq Neuropsiquiatr* 2003;61(2-B):409-415.

Silva, Amanda Gomes da. A ATIVIDADE LÚDICA: Contribuições para a Educação das Crianças com Síndrome de Down, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1817/1/AGS21062016>>.

Silva, Diorges Ricardo da; Ferreira, Juliana Saraiva. INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN. Revista de Educação Física/UEM Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1. sem. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277126040_INTERVENCOES_NA_EDUCA CAO_FISICA_EM_CRIANCAS_COM_SINDROME_DE_DOWN>. Acesso em: 10 out. 2023.

A ORIGEM DO UNIVERSO DE ACORDO COM AS TEORIAS DO BIG BANG

Guilherme Pereira Gomes
Antonio Aparecido Silva
Antonio Carlos Camacho

RESUMO

O presente artigo apresenta um resumo da formulação da teoria do Big Bang assim como uma breve explicação teórica. Mesmo sendo apenas uma teoria, é atualmente, a teoria mais aceita sobre início do universo dentro da comunidade científica. Existe alguns fatos que o conhecimento atual da humanidade sobre o universo serve de base teórica para a teoria, assim como alguns pontos não coincidem com a teoria, sendo refutados pelo meio acadêmico. Mas a teoria do Big Bang está sempre em desenvolvimento, em constante pesquisas, portanto esses pontos ilógicos da teoria podem ser no futuro desvendados.

Palavras-Chave: Universo, Teoria, Big Bang.

ABSTRACT

This article presents a resume of the formulation of the Big Bang theory as well as its a brief theoretical explanation. Even though it is just a theory, it is currently the most accepted theory about the beginning of the universe within the scientific community today. There is some facts that humanity's current knowledge knows about some points do not coincide with the theory, being refuted by the academia. But the Big Bang theory is always in development, in constant researchs, so these illogical points in the theory may be revealed in the future.

Keywords: Universe. Theory. Big Bang.

1. INTRODUÇÃO

A teoria do Big Bang é a teoria sobre a origem do universo melhor aceita dentro da comunidade científica. Basicamente a teoria diz que tudo começou em um ponto indefinidamente quente com muita pressão, que um dia “explodiu” e começou a expansão do universo, cerca de 13,4 bilhões de anos e ocorre mudanças até hoje no universo. A teoria baseia-se em observações do universo atual e lógica, pois a tecnologia atual do ser humano é incapaz de ver o centro do universo ou o começo de tudo, portanto, a teoria é apenas uma teoria.

2. O QUE A TEORIA APRESENTA

O Big Bang é a teoria melhor aceita sobre o início do universo na comunidade científica, Carl Sagan, um cientista físico, biólogo, astrônomo, escritor, norte-americano

que mencionou: "As observações astronômicas mostraram além de qualquer dúvida razoável que o universo começou num único instante, há bilhões de anos, num evento que veio a ser chamado de Big Bang". A teoria diz que cerca de 13,4 bilhões havia um ponto de matéria, pressão e calor indefinido tudo misturado em um único ponto, que "explodiu". Acredita-se que essa "explosão" ocorreu devido à falta de combustível para manter aquele ponto, isso pode ser visto nas estrelas, que gastam todo seu combustível e são obrigadas a queimar um elemento mais pesado e acabam "explodindo" e se tornam uma supernova, espalhando matéria e energia em grandes distâncias. Após essa "explosão" do ponto de matéria, calor e pressão, cujo foi nomeado "átomo primordial", o universo era formado de plasma de quark-glúons ou informalmente nomeado de "sopa primordial", que tinha um calor de aproximadamente 5,5 bilhões de graus Celsius. Esse plasma foi se resfriando e resfriando, e com a diminuição de temperatura, foi permitido a criação e a interação de novos materiais, que foram interagindo entre si enquanto o universo resfriava e assim foi-se criando e surgindo os elementos do espaço que conhecemos hoje em dia como estrelas, nebulosas, planetas etc.

A teoria do Big Bang é a teoria de maior sucesso que temos para a origem e evolução do universo." "Conseguimos explicar um vasto número de fenômenos por meio de um número comparativamente pequeno de leis, mas ainda não conseguimos reduzir as próprias leis a um pequeno número de leis fundamentais... Também precisamos de uma melhor compreensão da origem do universo e o que estabeleceu as constantes fundamentais da natureza, como a carga do elétron."

(Stephen Hawking).

Figura 1: A supernova Cassiopeia A, estrela que explodiu há 340 anos, e ainda assim, é a supernova mais recente já registrada em nossa galáxia. A imagem mostra como uma supernova fica depois da explosão, espalhando matéria por toda a proximidade. (Reprodução/NASA).

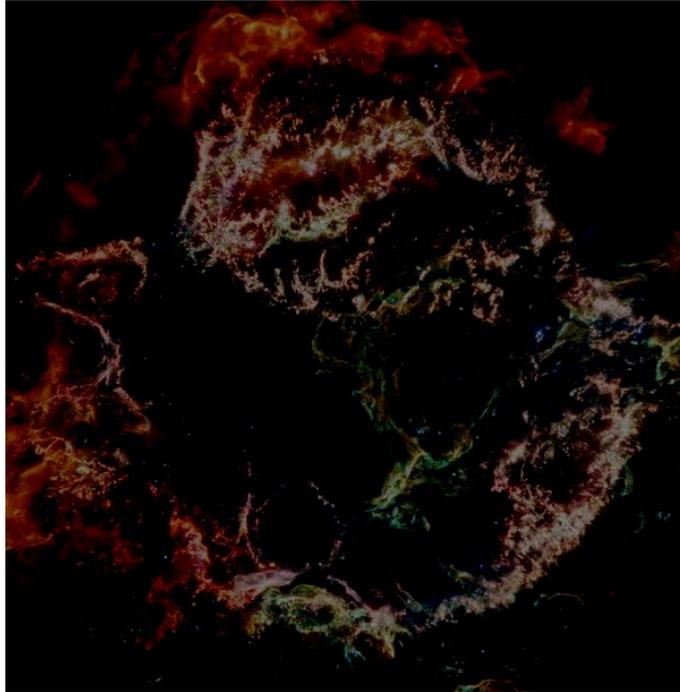


Figura 1 Fonte: <https://encurtador.com.br/cmpyS>

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMULAÇÃO DA TEORIA

A teoria do Big Bang começou tudo com Albert Einstein com sua publicação da teoria da relatividade em Albert Einstein (1879-1955) em 1916, apresentou a teoria da relatividade geral. A teoria da relatividade geral falava sobre corpos que apresentam aceleração e estão sendo afetados por uma força, sendo da gravidade ou força externa.

A teoria de Einstein da relatividade se aplicava também ao espaço, deixando sob pretexto a expansão do universo. A teoria de Einstein serviu de base teórica para os estudos de um cientista estadunidense, George Lemaître (1894-1955), um padre e um pioneiro da teoria do Big Bang. Na época, os cientistas estavam pesquisando sobre a probabilidade da ocorrência de uma expansão do universo, Lemaître pensou na possibilidade dessa teoria, chegando na conclusão do processo inverso, no início era um ponto que se expandiu em estilhaços, denominou esse ponto de “átomo primordial”. Enquanto, o matemático russo Alexander Friedmann (1888-1925) chegou à conclusão de que o universo estava em contínua expansão.

Os estudos de Friedmann, eram diferentes de Lemaître, e chegaram no mesmo resultado. Após os estudos destes dois, houve os estudos de Edwin Hubble, onde dizia

que as galáxias estão se afastando e que a distância da Terra é linearmente proporcional à velocidade de afastamento, denominada “Lei de Hubble”. Hubble estudava os desvios de luz emitidos pelas estrelas, era acreditado por cientistas passados que o universo era composto por apenas a nossa galáxia, mas após observações de Hubble sobre uma estrela cefeída (uma estrela massiva e gigante, com grande luminosidade) permitiu a “descoberta” de uma nova galáxia, a Galáxia de Andrômeda. Edwin Hubble chegou a mencionar: "Com a descoberta de que as galáxias se afastam de nós com velocidades proporcionais às suas distâncias, o universo parecia mergulhar mais fundo no mistério".

Figura 2: Alexander Friedmann. (Leningrad Physic-Technical Institute, Emilio Segré Visual Archive).



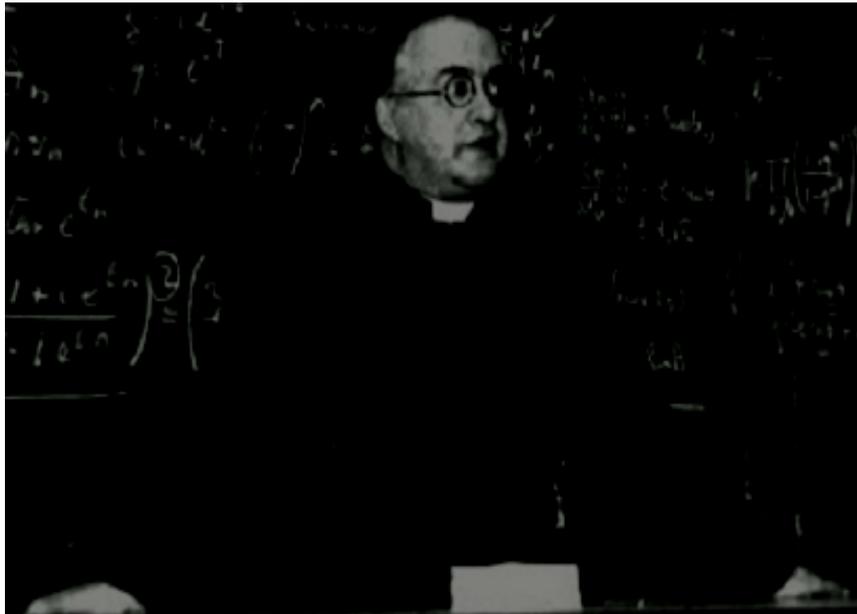
Fonte:<https://www.sciencenews.org/article/alexander-friedmann-universes-expansion-1922-cosmology>

A Lei de Hubble era que quanto maior a distância entre nosso planeta e uma outra galáxia, maior a velocidade que ela se afasta da nossa galáxia. Ademais, a luz emitida pelas estrelas mais distantes, possuíam uma coloração avermelhada denominada “redshift” ou “Efeito Doppler” (o desvio de luz emitido por estrelas). Hubble aconselha que o universo está em expansão e anteriormente possuía um tamanho mínimo, a própria expansão foi a razão de tudo ter sido criado.

Porém, os estudos de Lemaître não foram aceitos inicialmente pela comunidade científica que na época considerava o universo como algo sem nenhuma mudança e completamente parado, e como ele era um padre, foi acreditado que era uma ideia remetida ao divino. *“Vos calculs sont corrects, mais votre physique est abominable”* (Seus cálculos estão corretos, mas sua física é abominável), disse Einstein para George Lemaître devido à sua teoria. Após um tempo, com uma melhor aceitação da teoria,

Einstein mencionou estar arrependido e que foi um dos piores erros que fez em sua vida, pois em suas equações ele criou uma constante que impossibilitou a expansão do universo em suas contas, atrasando e impedindo o desenvolvimento da teoria do Big Bang. Com a postagem do artigo de Lemaître, onde dizia acreditar no átomo primordial e que ele se fragmentou e se originou o universo, numa explosão nuclear, esse modelo serviu de inspiração para os modelos modernos.

Figura 3: Imagem de George Lemaître. (Uniensino).



Fonte:<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581045-o-sacerdote-georges-lemaitre-o-padre-do-big-bang-que-fez-einstein-mudar-de-ideia>.

Com a criação da radioastronomia, um estudo do universo a partir de frequências e ondas de rádio liberadas pelos componentes e recursos do espaço, permitiu a tese de gases presentes no espaço, como o Hidrogênio, um importante elemento do espaço que é utilizado na queima de combustível de estrelas ou na formação estelar ou radiações.

4. OS PILARES DA TEORIA

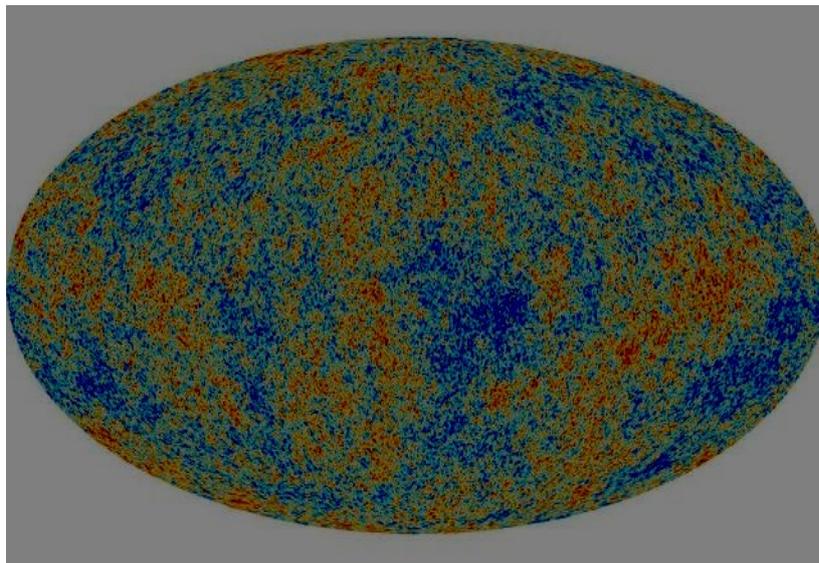
Os pilares do Big Bang, ou as bases que sustentam a teoria, são: a radiação cósmica de fundo de micro-ondas (RCFM), a nucleossíntese estelar e as observações do telescópio Hubble. A RCFM, prova que o universo já foi muito mais quente do que hoje em dia, descoberta por Arno Penzias e Robert Wilson, ambos astrônomos que estavam fazendo uma pesquisa utilizando satélites e receptores de sinais, quando descobriram uma certa frequência interferindo suas pesquisas, eles tentaram de tudo para retirar essa interferência de seus resultados, como retirar ninhos de pombos que

estavam ali por perto e limpar a antena, porém mesmo assim, havia sinais de interferência na antena. Então sob toda a pressão de saber o que era aquela interferência, Penzias disse em comunicado:

“Quando ouvimos pela primeira vez aquele ‘zumbido’ inexplicável, não entendemos seu significado e nunca sonhamos que estaria conectado às origens do universo. Só quando esgotamos todas as explicações possíveis para a origem do som é que percebemos que havíamos encontrado algo grande.”

E essa era a RCFM, que comprovando que o universo já foi mais quente. Essa radiação é importante pois é útil para os cientistas pois ajuda a aprender o universo primitivo de acordo com assinaturas de calor e radiação, a partir de seu espectro eletromagnético (distribuição de ondas eletromagnéticas), fornecendo informação sobre o início. E os cientistas retiraram muita informação da RCFM, como por exemplo as ondas gravitacionais primordiais.

Figura 4: Mapa da radiação cósmica de fundo observada pelo satélite Planck. A diferença de cores representa as diferentes temperaturas. (ESA/Planck).

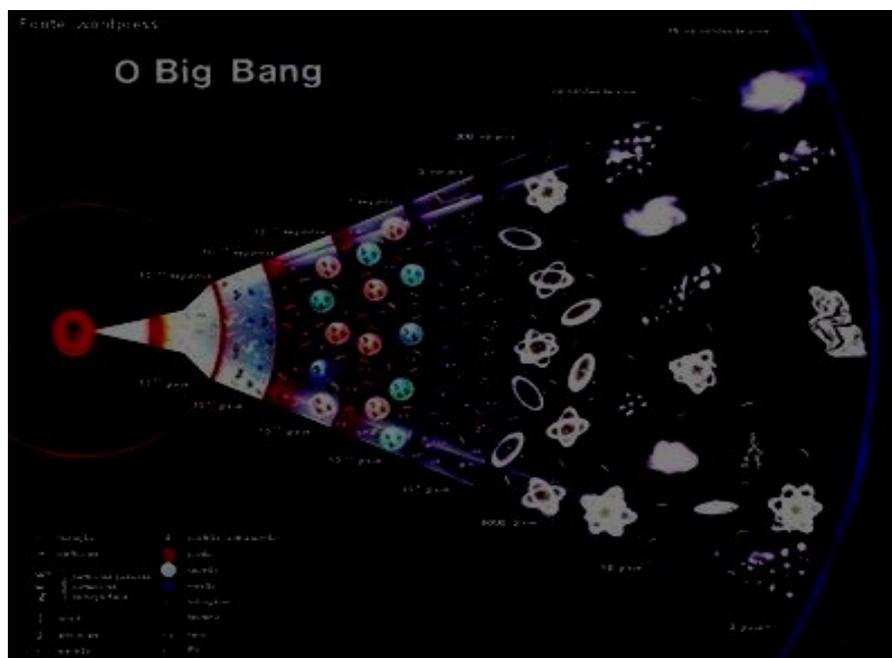


Fonte: <https://tinyurl.com/4n28ks8j>

Outra base da teoria do Big Bang, é a nucleossíntese estelar. A nucleossíntese estelar é algo muito importante como base para sustentar a teoria do Big Bang, e um importante astrofísico que teve estudos muitos importantes neste assunto é Fred Hoyle, nascido em 24 de junho de 1915 em um vilarejo de Gilstead, em Bingley (Yorkshire). Seus primeiros trabalhos foram sobre a síntese de elementos nas estrelas, e então escreveu 2 livros sobre esse assunto, a síntese de elementos em estrelas, no primeiro

ele disse que o núcleo das estrelas pode se elevar em temperaturas muito maiores do que de início e chegando até em bilhões de graus Celsius e que devido a temperatura extremamente alta, ocorre um equilíbrio térmico que faz o ferro se tornar mais abundante do que outros elementos pesados, Hoyle nomeou esse acontecimento de alta concentração de ferro em objetos astronômicos de “e-process”. Já o segundo artigo, mostrou que o carbono e o ferro não podiam ser sintetizados pelo processo de equilíbrio térmico, então ele atribuiu reações de fusão nuclear específicas para esses dois elementos emergirem, sua síntese ocorre em determinadas camadas de uma pré-supernova, uma subclasse de supernovas. A nucleossíntese ajuda na credibilidade da Teoria do Big Bang, pois ela prova a criação de elementos novos, assim como no Big Bang. George Gamow, um físico nascido na Ucrânia que estudou além da teoria do Big Bang, teve contribuições sobre o núcleo do átomo, atividade das estrelas e a criação de elementos, foi um pioneiro na investigação da nucleossíntese estelar, escreveu: "O universo está repleto de coisas fascinantes, como estrelas, galáxias e átomos. Mas a mais fascinante delas é a história do universo em si".

Figura 5: Imagem que mostra como era o universo e o que tinha nele ao passar dos anos. (Secretaria da Educação).



Fonte: <https://www.redalyc.org/journal/849/84958001016/html/>

E a outra principal base da teoria é o telescópio James Webb, que confirmou o telescópio anterior, o Hubble, nomeado em homenagem a Edwin Hubble que determinou a taxa de Inflação do universo, grau que ele se expande. Webb confirmou os números que foram apresentados por Hubble, e que foram os mesmos utilizados para a formação

da constante de Hubble também conhecido “H0” que é a taxa de expansão do universo. Porém, há a chamada “Tensão de Hubble”, que é o coeficiente entre dois resultados diferentes que cada um se baseia em um ponto específico da história do universo. Alguns cientistas utilizando o método da constante de Hubble, chegaram a um valor, 67, então basicamente, se move a 67 km por segundo por megaparsec (que equivale a 3,26 milhões de anos-luz). E utilizando outros métodos e variações, chegaram à cerca de 74 quilômetros por segundo por megaparsec. Causando tensão e dúvida entre os cientistas, “Foram consideradas criteriosamente diversas preocupações e problemas”, conta Adam Riess, ganhador do prêmio Nobel de física por descobertas envolvendo a expansão do universo. “Não se chegou a esse resultado do zero... fizemos inúmeras análises profundas de cenários absolutamente implausíveis.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do Big Bang, é apenas uma teoria, então isso significa que não é conclusivo e definitivo, ela estará sempre em mudança e evolução para se adequar aos conhecimentos científicos da atualidade. Além da teoria do Big Bang, há diversas teorias sobre o universo, como por exemplo a teoria das cordas, a teoria do multiverso, gravidade quântica em loop e até mesmo mitologia e religião, o ser humano sempre se pergunta onde o universo surgiu e como, assim como seus componentes. Portanto, mesmo a teoria do Big Bang se apoiando em bases concretas e lógicas, ele ainda sim pode estar errado, pois a tecnologia humana não permite o ser humano olhar ou “espiar” no centro do universo ou um lugar muito distante, impedindo de afirmar ou confirmar essa teoria, assim como as outras que falam sobre a origem do universo.

REFERÊNCIAS

NUNES, Ana. TELO DA GAMA, Margarida. O Big Bang e a Radiação Cósmica de Fundo. Disponível em: O Big-Bang e a radiação cósmica de fundo (página 6) (ulisboa.pt) Acesso; 31 Agosto de 2023

HOWELL, Elizabeth. MAY, Andrew. What is the Big Bang. Disponível em: <https://encr.pw/lrEhO> Acesso: 25 Maio de 2023

Explore Cosmic History. Disponível em: <https://encr.pw/s9L0o> Acesso: 18 Maio de 2023

ERICKSON, KRISTEN. What is The Big Bang. Disponível em: <https://acesse.dev/xweuP> Acesso: 27 Abril de 2023

WILLIAMS, Matt. What is The Big Bang Theory. Disponível em: <https://encr.pw/JivH8> Acesso: 17 Maio de 2023

WAGA, Ioav. A Expansão do Universo. Disponível em: <https://www.if.ufrj.br/~ioav/nota.html> Acesso: 26 Agosto de 2023

O Big Bang. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/fis02001/aulas/cosmo3.html> Acesso: 20 Julho de 2023

Cosmic Microwave Background (CMB) Radiation. Disponível em: <https://l1nq.com/yH9rS> Acesso: 13 setembro de 2023

WALL, Mike. Major Discovery: "SMOKING GUN" for Universe's Incredible Big Bang Expansion Found. Disponível em: <https://l1nq.com/TSzOI> Acesso: 13 setembro de 2023

The Big Bang. Disponível em: <https://encr.pw/edXE5> Acesso: 24 junho de 2023

How Did The Universe Begin. Disponível em: <https://acesse.dev/spFsY> Acesso: 8 junho de 2023

GUITARRARA, Paloma. Big Bang: Histórias e Evidências da Teoria. Disponível em: <https://abrir.link/nwBAH> Acesso: 21 março de 2023

HELERBROK, Rafael. Teoria do Big Bang. Disponível em: <https://abrir.link/ZEWcK> Acesso: 5 abril de 2023

ASTH, Rafael C. Teoria do Big Bang. Disponível em: <https://l1nq.com/vZuhj> Acesso: 30 agosto de 2023

O QUE FOI O BIG BANG. Disponível em: <https://encr.pw/jUB2q> Acesso: 3 junho

GRESHKO, Michael. O Universo está se Expandindo Mais Rápido do que o Esperado. Disponível em: <https://abrir.link/SmZkQ> Acesso: 20 setembro de 2023

SATO, Eduardo. Uma Relíquia do Big Bang; A Radiação Cósmica de Fundo. Disponível em: <https://acesse.dev/yIsFU> Acesso: 13 março de 2023

James Webb Confirma Dados Sobre a Expansão do Universo e Intriga Cientistas. Disponível em: <https://l1nk.dev/MB1XB> Acesso: 20 setembro de 2023

NOGUEIRA, Salvador. Entende de uma Vez: O Que é Inflação Cósmica. Disponível em: <https://acesse.dev/K9Rva> Acesso: 30 março

O Que é a Expansão do Universo. Disponível em: <https://acesse.dev/4ZVer> Acesso: 30 Março de 2023

Quem Descobriu a Expansão do Universo? Disputas de Prioridade Como Forma de Ensinar Cosmologia com Uso da História e Filosofia da Ciência. Disponível em: <https://encr.pw/rlz0> Acesso: 26 Julho de 2023

MENEZES, Pedro. Teorias da Origem do Universo. Disponível em: <https://l1nq.com/0dMwx> Acesso: 19 Setembro de 2023

The Big Bang. Disponível em: <https://acesse.dev/tq4At> Acesso: 30 Maio de 2023

The Big Bang. Disponível em; <https://acesse.dev/Na7jE> Acesso: 12 Junho de 2023

LÓPES, Alberto. George Lemaître, O Padre do Big Bang que fez Einstein mudar de ideia. Disponível em: <https://acesse.dev/BEE7A> Acesso: 9 Abril de 2024

SIEGFRIED, Tom. A Century Ago, Alexander Friedmann Envisioned the Universe's Expansion. Disponível em: <https://acesse.dev/WCLty> Acesso: 9 Abril de 2024

ANÁLISE DA OBRA A FAMÍLIA ADDAMS

Sibely Mesquita
Emily Barbosa
Cecília M.S. Inácio
Fábio Luiz Villani

RESUMO

Este artigo consiste em uma leitura da obra *A Família Addams*, série televisiva de 1964 inspirada nos cartuns de essência macabra de Charles Addams. Como forma de pesquisa analisaremos o contexto cultural e por meio dela, trataremos do aspecto grotesco e como este encontra-se inserido no texto, nos possibilitando fazer uma possível interpretação do romance e do humor, dispendo como embasamento para essa análise o artigo: ***Memória E A Arte Do Grotesco Na Cultura Televisiva: Uma Análise Da Série A Família Addams (2021)*** e o livro ***Do grotesco e do sublime (s.d.)***, de Victor Hugo.

Palavras-chave: Grotesco. Reflexão. Ficção

ABSTRACT

This article consists of a reading of *The Addams Family*, a 1964 television series inspired by the macabre cartoons by Charles Addams. As a form of research we analyze the cultural context and through it we analyze the grotesque aspect and how it is inserted in the text, allows us to make a possible interpretation of the novel and humor, available as a basis for this or article: ***Memória E A Arte From the Grotesque in Television Culture: An Analysis of the Addams Family Series (2021)*** and the book ***From the grotesque and the sublime (n.d.)***, by Victor Hugo.

Keywords: Grotesque. Reflection. Fiction

1. INTRODUÇÃO

O caricaturista americano Charles Addams surpreendeu em 1933 com uma série de caricaturas no *The New Yorker*. Elas representavam personagens macabros que abraçavam o humor negro e parodiavam a vida cotidiana. Algumas décadas depois, nos anos 60, aquelas caricaturas acabariam inspirando uma série de televisão bem conhecida: *A Família Addams*. Gomez, pai e marido apaixonado acaba sempre sendo carinhoso para agradar sua amada esposa.

Mortícia, o próprio nome já revela um pouco ela é muito pálida e tem os cabelos cumpridos, ela é a esposa de Gomez e mãe da família.

Wandinha, a filha dos Addans pode ser representada em diversas fases de sua vida, ela é meio peculiar e gosta de contar histórias de homicídios e torturar seu irmão.

Feioso, ele é irmão de Wandinha, o garoto sofre pelas torturas, além de sempre se manter em confusão, gosta de criar animais exóticos.

2. RELAÇÕES ENTRE A OBRA E A SOCIEDADE

Em 30 de outubro de 1938, véspera do tradicional Dia das Bruxas nos Estados Unidos, A rede de rádio CBS transmitia o programa *Mercury Theater*, que semanalmente apresentava textos literários adaptados, em uma certa semana, o texto escolhido foi o romance de ficção científica A Guerra dos Mundos. A qualidade da interpretação e um contexto histórico carregado de tensões levaram a um resultado explosivo: um em cada cinco ouvintes não notou que se tratava de obra de ficção; parte do público acreditou que a Terra estava realmente sendo invadida por marcianos. Milhares deixaram as suas casas tentando fugir das cidades. Afinal, qual relação se tem entre tal ocorrido com a obra literária A família Addams? Ao início Charles Addams escreveu sua primeira tirinha no ano de 1938, e a criação dos Addams foi uma sátira à família tradicional norte-americana da época.

Ademais, Charles estava vivendo um contexto onde o medo se era presente pois, enquanto a população de Nova Jersey sentia medo da suposta "invasão de marcianos" lá na Alemanha Adolf Hitler anuncia o "Anschluss", a "união" entre a Alemanha e a Áustria que, de fato, era a anexação da Áustria à Alemanha nazista. Contudo, Charles não só presenciou o desespero da população, como também estava prestes a ver o maior acontecer, entre outras palavras, o início da segunda Guerra Mundial. O mesmo, conhecido como o Mestre do Macabro, apesar de não saber, usava muito em sua obra o termo **Grotesco** que é também utilizado na literatura, Para Wolfgang Kayser (1986), em sua obra escrita em 1957, *O Grotesco: configuração na pintura e na literatura*, afirma que o grotesco, em sua origem, referia-se ao conjunto de formas vegetais, animais e humanas que se combinavam de um modo insólito e fantástico e sobre a criação do termo, afirma que:

La grottesca e grottesco, como derivações de grotta (gruta), foram palavras cunhadas para designar determinada espécie de ornamentação, encontrada em fins do século XV, no decurso de escavações feitas as primeiro em Roma e depois em outras regiões da Itália.

(KAYSER, 1986, p. 17-18)

Já para VAZQUEZ, é um dos meios que a arte e a literatura dispõem para ajudar a quebrar uma realidade que busca ser eterna e imutável.

“Não é por acaso que aparece associado historicamente na arte e na literatura com movimentos anticlássicos e anti-realistas; resumindo: inconformistas.”

(VÁZQUEZ, 1999, p. 292).

Charles tinha uma personalidade forte, e vendo a situação da época quis unir o horror, o estranhamento, o grotesco, para uma sociedade que estava apavorada e que precisava enxergar que o ruim, o estranho, também poderia ser algo bom. Claro que não foi o que aconteceu, mas suas obras de uma maneira estranha, faziam as pessoas sentirem um pouco de humor, afinal, mostrava um pouco da realidade da época. Os Addams nos ensinam que a diferença, mesmo quando grita aos olhos, não é tão importante assim.

3. HORROR, AMOR & HUMOR ANDANDO JUNTOS

Mas esta não era a única família que reinava na televisão da época, já que havia uma série de uma família muito parecida, chamada *Os Monstros*. O humor negro e a adoção dos clichês do terror para depois parodiá-los serviram de base para uma sátira dos valores da contemporaneidade. De alguma forma, o normal passou a ser o diferente, o estranho, enquanto tudo aquilo que ia além do convencional era venerado.

Essa técnica descreve uma espécie de mundo de cabeça para baixo que entretém o espectador pela estranheza, mas, simultaneamente, o convida a questionar seus próprios valores.

Todos nascemos em uma sociedade que influencia nossas decisões, nos torna capazes de discernir entre o que é certo e o que é errado. Mas esse tipo de gênero nos convida a adotar uma nova perspectiva, um ponto de vista que, a partir do humor, quebra nossos esquemas tradicionais.

O sucesso da Família Addams foi tanto que uma série de televisão não foi suficiente. Sobre ela, surgiram filmes, séries animadas e até mesmo um musical.

Seus personagens são reproduções dos filmes de terror, mas levados para a vida cotidiana. Não são mais aparições fantasmagóricas que devem assustar a vizinhança, mas “vizinhos” peculiares.

De certo modo, tudo isso nos traz de volta à ideia do *freak*, de todos aqueles indivíduos que, por qualquer razão, não correspondem ao normativo em um dado momento. (A MENTE É MARAVILHOSA.COM, 2020).

4. FAMÍLIA ADDAMS É SOBRE O HORROR DE SER PADRÃO

A existência de um único padrão (socialmente aceito e preestabelecido) define que somente um determinado tipo deve ser considerado esteticamente bonito ou aceitável. Além disso, os padrões podem fortalecer a existência de estereótipos, ou seja, ideias estritas a respeito do que é socialmente aceito como bonito, chegando a questão da identidade do indivíduo na obra da família Addams. Segundo Le Page:

“Todo ato de fala é um ato de identidade. A linguagem é o índice por excelência da identidade e as escolhas linguísticas são processos inconscientes que o falante realiza associado às múltiplas dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o usuário assume na comunidade de fala, mas o que determina a escolha de uma ou outra variedade é a situação concreta de comunicação.”

Quando lemos ou assistimos a obra percebemos que os mesmos transformam palavras que teoricamente eram para ser ruins em “elogios” Gomez com sua esposa diz “infeliz, querida?” E ela o responde “completamente!” Fazendo a palavra “infeliz” ser algo bom. O Que também é uma identidade dos personagens, sem essas sátiras, a obra ficaria sem o toque de identidade linguístico que é importante afinal, só os Addams conseguem transformar trevas em algo que seja relativamente “bom”.

Ademais, conseguimos perceber que a obra não só quebra padrões de beleza, como também quebra um certo padrão linguístico o qual assusta o leitor, mas faz uma reflexão que o padrão não é uma risca perfeita que dever ser seguida.

“representação coletiva, se impõe ao indivíduo inapelavelmente. Nenhum indivíduo tem a faculdade de criar a língua, nem de modificá-la conscientemente. Ela é uma armadura dentro da qual nos movimentamos no dia-a-dia da interação humana. Como qualquer outra instituição social, a língua se impõe ao indivíduo [...]

(CASTELAR, 2003, p. 60).”

5. A DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Não podemos deixar de reconhecer a existência de uma crise no ensino da Língua Portuguesa, nascida na recusa dos defensores da gramática tradicional em acompanhar os avanços da ciência da linguagem. Para que esse quadro mude é necessária uma

mudança de atitude, perder essa ideia de “certo” e “errado” e refletir a respeito de um ensino mais consciente e menos preconceituoso.

Para que isso ocorra é importante que ocorra a conscientização de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua, ele sabe e se comunica a partir dessa língua. Por exemplo, com mais ou menos quatro anos de idade, uma criança já domina integralmente a gramática de sua língua. Deve se levar em conta também que não existe erro de português. Existem diferentes gramáticas para as diferentes variedades de português, gramáticas que dão conta dos usos que diferem da alternativa única proposta pela Normativa. Além disso, não se recomenda usar a expressão “erro de português” para o erro de ortografia.

A língua portuguesa é um traço cultural comum a todos que a falam, seja brasileiro, português ou componente de outras nações que tem esta língua como idioma oficial. Porém, existem nessa língua inúmeras variações que muitas vezes são vistas de forma preconceituosa por muitas pessoas.

É necessário mostrar que existe um grande preconceito ainda com relação à língua portuguesa e aqueles que a falam, principalmente por parte de gramáticos tradicionais. Por isso, surgem alguns mitos os quais ganham poder diante da maioria das pessoas, dentre os quais está o mito de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado”. O qual já foi mencionado anteriormente e que traz uma análise irreal da linguagem que é falada pela maioria dos brasileiros, pois eles apenas não seguem os padrões cultos da gramática, mas possuem conhecimento internalizado de acordo com suas realidades e conseguem comunicar-se perfeitamente bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros da família Addams são monstros criados por Charles Chas para zombar da família tradicional, justamente o inverso da família vendida na mídia e nos filmes da época. Os monstros são personagens excêntricos, que não se importavam com o que os seus vizinhos pensavam a respeito deles. Para criar a atmosfera sinistra que ronda a família, Charles se inspirou na cidade de Westfield, Nova Jersey, sua terra natal. A área é recheada de mansões vitorianas luxuosas e de cemitérios antigos, bastante assustadores.

A obra é coordenada desde os personagens que tem uma identidade única e diferente de qualquer outra até a arte de criticar o contexto da época e de alguma forma, fazer uma crítica a tudo que é comum, ou, em outras palavras, a tudo que é padrão. O roteiro tem uma premissa interessante e até original, que acaba rendendo boas situações e piadas sarcásticas, sempre contrastando o "normal" daquela família com o conservadorismo do mundo exterior.

Com isso, A família Addams não só aborda o horror como comédia, mas também faz uma crítica para a sociedade na questão de identidade, afinal, como já dito, ser padrão é um horror para essa família, tanto na questão dos estereótipos e na questão de linguagem. Fazer um espectador sentir medo é muito mais complicado do que parece, pois entram em cena diferentes emoções essa mesma premissa poderia ser aplicada à comédia: fazer as pessoas rirem é uma tarefa muito complicada, ainda mais se quisermos que o riso seja unânime. E se pegarmos todos esses clichês de terror e os lermos em tom de comédia? É exatamente isso que a Família Addams faz, e é aí que reside a chave do seu sucesso.

REFERÊNCIAS

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Convite a Estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KAYSER, Wolfgang. O Grotesco: configuração na pintura e na literatura. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento.

Memória E A Arte Do Grotesco Na Cultura Televisiva: Uma Análise Da Série A Família Addams (2021).

Do grotesco e do sublime (s.d.), de Victor Hugo.

‘Rádio e Pânico’, 15 anos depois: EDUARDO MEDITSCH

A família Addams: a beleza do macabro, (2020). Disponível em: <<https://amenteemaravilhosa.com.br/a-familia-addams-a-beleza-do-macabro/>>.

BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? 7ed. São Paulo: Ática, 1993. Série Princípios.

PERINI, Mário Alberto. Gramática descritiva do português. 4ed. São Paulo: Ática, 2001

AS DIFICULDADES NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Mandu
Débora Cristina
Giovanna Seródio
Lilian Ramos de Oliveira
Sílvia Aparecida Fortunato Santos

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar o tema principal de Altas Habilidades e Superdotação, dando maior ênfase à vida escolar e as maiores dificuldades encontradas por crianças e adolescentes que possuem essas características. Podemos citar entre elas a ausência de apoio e preparo por parte do corpo docente, da gestão escolar e dos órgãos públicos, que influenciam grandemente na qualidade educacional e futuro desses alunos. O artigo também procura entender as maiores demandas e necessidades a serem supridas, buscando respostas sobre como tornar o ambiente escolar um lugar mais próspero e benéfico para tais discentes.

Palavras-chave: Altas Habilidades, Superdotação, Inclusão, Dificuldades, Escola

1. INTRODUÇÃO

A constituição brasileira nos artigos 3º e 6º garante o direito à educação universal de todos os cidadãos, sem qualquer tipo de distinção de classe, clero ou gênero. Isso significa que todos os discentes, sejam eles portadores ou não de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, têm o acesso à educação garantido por lei. Entretanto, na prática, é comum encontrarmos relatos de grandes dificuldades e até mesmo exclusão total ou parcial de alunos durante o Ensino Básico que, por diversos motivos, sejam eles a falta de preparo ou o preconceito, sofrem durante toda a vida escolar, sempre em busca de inclusão e de compreensão.

Este artigo busca compreender alguns fenômenos por trás da dificuldade encontrada, especificamente, por alunos do Ensino Fundamental que possuem Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD). Serão abordadas as nuances acerca da compreensão do tema e do senso comum que muitas das vezes influencia no tratamento correto para esses alunos.

Utilizaremos como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica com artigos científicos e livros acerca do tema e como técnica de coleta de dados a realização de entrevistas com profissionais de Ensino, pais e responsáveis de crianças com AH/SD, para a compreensão das demandas e dificuldades dos discentes no âmbito escolar. A pesquisa será de abordagem qualitativa e terá natureza básica.

2. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Segundo o documento Saberes e práticas da inclusão (2006), A Política Nacional de Educação Especial (1994) define como portadores de Altas Habilidades e Superdotação os discentes que apresentarem desempenho acima da média e elevada facilidade em algum dos aspectos a seguir, utilizando também com base a teoria de inteligências múltiplas de Gardner: a capacidade intelectual geral; a aptidão acadêmica específica em algum tema do interesse do discente; pensamento criativo; capacidade de liderança; talento para artes e uma elevada capacidade psicomotora.

Utilizando como base os trabalhos de Gardner, podemos dizer que existem diversos tipos de inteligência. Segundo Kátia Cristina (1999), Gardner afirma que a inteligência é responsável pelas habilidades de criar, resolver problemas e fazer projetos, em uma determinada cultura em que o indivíduo está inserido. O indivíduo com AH/SD, portanto, possui uma facilidade elevada em alguns dos pontos citados, podendo até mesmo estar muito acima da média comparado aos outros colegas de sua idade.

Entretanto, segundo Girlyayne e Diógenes (2020), podemos observar que os discentes identificados com Altas habilidades e Superdotação, por possuírem essas características que se diferenciam dos demais, requerem tanto dos educadores quanto do ambiente escolar onde estão inseridos, uma assistência direcionada. É necessário maior cuidado e maior observação por parte do docente, da sala de apoio e da gestão escolar, para que não haja a exclusão por parte dos alunos e da equipe pedagógica, que resultam em práticas como bullying e dificuldades de interação social, conforme analisado por Dalosto e Alencar (2016).

Segundo Mattei (2008):

Estas crianças frequentam o ensino regular e muitas vezes se deparam com profissionais da educação que sabem tanto quanto ou menos que elas, gerando um conflito de saberes colocando em prova o poder do professor. (...) Esta criança geralmente não apresentará alta habilidade em todas as áreas de conhecimento. Muitas vezes a criança pode deixar a desejar em áreas acadêmicas, que tem valoração maior na escola, e ter alta habilidade para artes,

música ou outras áreas afins. Este contraste entre o que a escola e os educadores priorizam e os anseios do educando influenciam nas relações em sala de aula.

Pontuando uma pesquisa realizada por Rech (2006), é necessário que o professor tenha conhecimento das necessidades apresentadas, citando como exemplo o extremo desinteresse ou a inquietação em sala de aula, que podem não significar rebeldia ou mau educação, mas sim tédio e frustração, pois o que o professor está ensinando o aluno com altas habilidades já possui discernimento.

3. ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Em uma entrevista realizada via Formulários Googles com professores e profissionais em formação de licenciatura, foram coletados dados acerca do entendimento e forma de lidar dos profissionais da área da educação com os discentes que possuem Altas Habilidades e Superdotação. O formulário conteve 14 respostas, sendo 13 respostas de docentes e futuros docentes residentes do estado de São Paulo e 1 do estado do Ceará.

Nesta pesquisa, 4 participantes lecionam no Ensino Fundamental há mais de 10 anos, 5 lecionam em torno de 5 a 10 anos, 2 lecionam há menos de um ano e 1 leciona de 1 a 5 anos. Apenas 2 nunca lecionaram ou ainda estão em formação acadêmica.

Quando perguntados se estariam preparados para lidar com um aluno com Altas Habilidades e Superdotação em sala de aula, 10 participantes responderam que não. As principais justificativas são a ausência de formação, conhecimento e informação sobre o tema. Um dos participantes cita o fato de não ser uma tarefa fácil por conta das superlotações das salas de aula, mas que é preciso estar sempre atualizado e capacitado para poder fazer o melhor.

Ao serem perguntados se já lidam com um discente com Altas Habilidades e Superdotação, apenas 4 participantes responderam que sim. Sobre desafios que puderam enxergar durante a vida escolar desses indivíduos, tanto sobre aspectos de desempenho escolar quanto socioemocionais e de interação com outros colegas de classe, esses 4 participantes citaram, dentre diversos desafios: A alta compreensão do estudante em comparação com os demais e sua facilidade em realizar às vezes tornam a rotina escolar bem chata para o aluno; A falta de recursos pedagógicos para auxiliar esses estudantes; A interação com os colegas é mais complicada; Tem uma pressão

para que ele seja sempre o melhor; Competitividade do aluno com Altas Habilidades e Superdotação sobre os outros colegas de classe; Seletividade para interação social (procura estar com os que mais se destacam na turma).

Quando perguntados sobre sugestões para a equipe escolar (gestão, professores, sala de suporte) em relação a forma de lidar com um indivíduo com Altas Habilidades e Superdotação, 7 participantes responderam que é essencial uma formação e busca de conhecimento. Outras respostas foram: “Não destacar o discente como uma figura distante das demais, ainda que seja de suma importância aceitar e compreender as diferenças. O destaque em excesso, como se tratasse o indivíduo como algo quase anormal, pode causar constrangimento e distanciamento social.” Pontos como preparo e empatia também foram citados, além de palestras e cursos.

Quando perguntados sobre a mensuração do conhecimento acerca do tema Altas Habilidades e Superdotação em uma escala de 1 a 10, 6 participantes responderam que o conhecimento é inferior a 5, e 4 responderam que está igual ou acima de 8.

4. TRABALHO REALIZADO NA FEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Utilizando com base os conceitos de inteligências múltiplas de Gardner, foram propostos dois jogos durante a Feira de Educação Inclusiva “Um dia para todos” realizada no Ginásio Nenezão em Campo Limpo Paulista. Para o desenvolvimento da inteligência Lógico-matemática e também Espacial foi utilizado um tabuleiro de xadrez para o ensinamento do movimento das peças, buscando desenvolver o raciocínio lógico e a resolução de problemas. Para o desenvolvimento da inteligência Linguística e Naturalista, além de explorar conceitos do dia a dia e conhecimentos gerais, foram utilizadas perguntas em um jogo de Quiz, onde a cada resposta dada como certa o participante ganhava uma “moeda” do jogo, e, no final, eram somados os pontos para decidir o ganhador. O jogo poderia ser jogado, no mínimo, em duplas ou até 6 grupos.

Para a aplicação desses jogos não foram encontrados participantes com Altas Habilidades e Superdotação o suficiente para termos uma análise prática, mas foi muito bem aplicado, com as adaptações necessárias, para os docentes com Autismo, Deficiência Intelectual e Síndrome de Down. Os jogos estimularam a imaginação e a capacidade de raciocínio lógico dos participantes, além de terem contribuído para a interação social e sensação de pertencimento.

CONCLUSÃO

Com o trabalho de pesquisa e questionário realizado podemos concluir que, mediante as informações colhidas para esse artigo, a educação inclusiva teve um grande avanço, mas não especificamente no tema de habilidades de superdotação/hiperfoco.

A escola convencional tanto da rede municipal como estadual, não está preparada para receber esse tipo de aluno, pois essa criança tem um alto índice de aprendizagem, facilidade de abstração e associação, além do possível bullying, fazendo com que o discente acabe perdendo o foco e desestimulando, afetando seu emocional.

Seus órgãos competentes devem investir em preparação e capacitação aos nossos professores para então saber como lidar com essa criança e criar meios para desenvolver trabalhos, projetos em prol desse aluno e esse investimento que seja proporcionado a toda gestão escolar.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, G. M. F.; GUSMÃO COUTINHO, D. J. Crianças com altas habilidades/superdotação (AH / S) no contexto de sala de aula do ensino regular. [S. l.], v. 6, n. 1, p. 2501–2522, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n1-185. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/6166>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Winnie Gomes da; ROLIM, Rossana Gecília Bezerra e MAZOLI, Wayne de Holanda. Reflexões sobre o processo neuropsicológico de pessoas com altas habilidades/superdotação. *Gerai*, Rev. Interinst. Psicol. [online]. 2016, vol.9, n.2, pp. 195-210. ISSN 1983-8220.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, S. D. E. E. A. D. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002751.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VIRGOLIM, A. As vulnerabilidades das altas habilidades e superdotação: questões sociocognitivas e afetivas. *Educar em Revista*, v. 37, p. e81543, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, S. DE E. E. Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competência para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades / superdotação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

WELLAUSEN VIEIRA, N. J. Inteligências múltiplas e altas habilidades uma proposta integradora para a identificação da superdotação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1270>. Acesso em: 24 set. 2023.

BAHIESE, Taisa Rodrigues Smarssaro e ROSSETTI, Claudia Broetto. Altas habilidades/superdotação no contexto escolar: percepções de professores e prática docente. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2014, v. 20, n. 2 [Acessado 24 Setembro 2023], pp. 195-208. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200004>. Epub 22 Jul 2014. ISSN 1980-5470.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle. Estudo de caso de uma criança com características de altas habilidades: problematizando questões referentes à inclusão escolar. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

DALOSTO, Marcília de Moraes; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano. Os superdotados e o bullying. Curitiba: Appris, 2016.

MATTEI, G. O professor e aluno com altas habilidades e superdotação: relações de saber e poder que permeiam o ensino. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 21, n. 31, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/11>. Acesso em: 18 nov. 2023.

AS MAZELAS DO PRECONCEITO RACIAL EM SOROCABA E AS FORMAS DE MITIGAÇÃO PELO EXERCÍCIO DO DIREITO

Victor Hugo De Oliveira Silva
Fábio Luiz

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo verificar e expor a situação social, no tocante a violência contra raça, em que a cidade de Sorocaba se encontra - elaborando a hipótese apresentada por meio de uma argumentação precisa e coesa. Para tal, realizou-se a aplicação de um caso concreto, incidente de racismo ocorrido no polo da universidade pública do município em foco, ao estudo, com intuito de ilustrar o cenário atual proporcionado pelos estigmas, que tanto prejudicam a comunidade. Destaca-se, ainda, que fora pontuado os reflexos que o exercício do Direito pode e deve acarretar ao quadro exposto, fazendo uso do alcance da sua autoridade – mediante a defesa dos direitos sociais violados - para atenuar injustiças oferecidas àqueles que integram uma minoria, a qual tenha sido lesada.

Palavras-chave: Preconceito. Racismo. Violação De Direitos. Injúria Racial

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine and expose the social situation regarding racially motivated violence in which the city of Sorocaba finds itself, elaborating on the hypothesis presented through precise and cohesive argumentation. To do so, a specific case was examined, a racism incident that occurred on the campus of the public university in the municipality in focus, in order to illustrate the current scenario caused by the stigmas that greatly harm the community. It is also worth noting that the article emphasizes the reflections that the exercise of law can and should have in the presented situation, utilizing its authority to defend violated social rights and mitigate injustices faced by those belonging to a minority that has been harmed.

Keywords: Prejudice. Racism. Rights Violation. Racial Insult

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, através da crença genérica de uma parcela do povo, faz-se válida a ideia de que há uma sociedade igualitária, na qual todos são tratados da mesma forma, sem qualquer distinção por cor, gênero, religião ou raça.

Ainda que o senso comum admita, a existência de preconceitos enraizados nas pessoas (racismo estrutural, por exemplo), parte da população tende a renegá-la,

transformando esse problema em algo invisível, intangível e indiscutível, logo, incombátil.

A respeito do preconceito contra raça, em nossa comunidade, é contestada a ideia de que os racistas sequer existam. Sendo comum, inclusive, o emprego de frases polêmicas - como “No Brasil, não existe racismo”, “O racismo acabou com a escravidão” – por parte de pessoas que aparentam não terem estudado o assunto muito a fundo. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2022 foram registradas cerca de 2.458 denúncias de crimes de racismo, um aumento acima de 50% quando comparado às queixas do ano anterior. Já as ocorrências de injúria racial (equiparada ao delito de racismo pela Lei 14.532/2023) contabilizadas passam da casa dos dez mil no ano analisado.

Quando se trata de cidades do interior, o desconhecimento sobre a presença de racistas é significativo. Pois, mesmo que se acredite que o racismo está presente, o número de pessoas que se identificam como detentor de algum tipo de preconceito é baixíssimo, ou até mesmo nulo.

Portanto, o estudo a seguir empenha-se em identificar o grau de profundidade das mazelas do racismo no interior. Procurando definir se o entendimento popular possui qualquer tipo de legitimidade.

Para corroborar com a hipótese citada, o artigo dedica o seu espaço a descrição de uma situação ocorrida na cidade interiorana de Sorocaba – SP, na qual um aluno, em meio a um evento esportivo do instituto de ensino matriculado, foi constrangido por conta do seu tom de pele. Tal situação pode ser a chave para evidenciar a veracidade das visões apresentadas nesta seção.

2. O CASO

No dia 21 de junho de 2023, o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) de Sorocaba fora afetado por uma lamentável situação. Durante a final de vôlei masculino de interbixos (jogos esportivos entre os cursos da faculdade), torcedores do time da Engenharia deram início a insinuações racistas endereçadas aos jogadores do time da Administração.

Em meio a vibração das torcidas, inata a todos os jogos competitivos, era possível notar que algumas pessoas emitiam sons que mimetizavam o guinchar de um macaco. Tais grunhidos partiam, em sua maioria, de torcedores brancos para atletas negros.

Com o nítido envolvimento da questão racial, o episódio foi amplamente repudiado pelos alunos presentes – os quais informaram integrantes da comissão de arbitragem e representantes da organização da competição que, por sua vez, registraram o fato na súmula da partida - e, posteriormente, foi divulgado nas redes sociais, ganhando repercussão ainda maior.

Após denúncia recebida no dia 3 de julho, a UFSCar Sorocaba se pronunciou sobre o caso, com a reitoria demonstrando completo repúdio ao comportamento inadequado dos estudantes, além de reforçar o seu compromisso com a luta contra a discriminação dentro e fora de suas dependências.

Em nota, a atlética também expressou o seu descontentamento para com o ato realizado: “Não toleraremos nenhum tipo de preconceito em nosso meio e nos uniremos a todas as entidades do campus para erradicar o racismo e construir uma comunidade universitária verdadeiramente inclusiva.” (Atlética Geral UFSCar Sorocaba, 2023)

Com isso, a instituição como um todo demonstrou forte comprometimento com a mitigação da pressão sofrida pela minoria em suas instalações.

3. A REPERCUSSÃO

Tendo ciência dos fatos ocorridos, por via de denúncia realizada pelo Movimento Antirracista e da Unegro de Sorocaba, o Ministério Público do Estado de São Paulo pediu à Polícia Civil do estado que instaurasse inquérito, viabilizando a investigação do acontecido pelo órgão.

Além disso, com a sua disseminação, quase que instantânea – devido a agilidade das redes virtuais -, a notícia alcançou figuras de autoridade de todo o Brasil. Uma delas foi a deputada federal Erika Hilton (PSOL), a qual fez uso de suas redes para solicitar que a universidade tomasse para si a missão de identificar, responsabilizar e punir os agentes relacionados ao fato.

Em declaração feita em seu perfil, a deputada ainda estabeleceu uma ligação entre o evento de Sorocaba e situação ocorrida com o jogador Vini Jr., também vítima de racismo. Segundo Erika:

Ataques como esse não são incomuns em torcidas esportivas, vide o caso recente em que o jogador Vini Jr. foi vitimado, fenômeno deplorável que devemos combater sempre. E a Universidade Pública deve ser exemplar no combate ao racismo e todas as formas de discriminação, não ser palco desses acontecimentos.

(ERIKA HILTON, 2023)

A partir disso, é visível a interferência do racismo estrutural na vida em comunidade, haja visto que, em ambos os casos, os gestos racistas foram enquadrados como mera piada por aqueles que os praticaram. A visão prejudicada por preconceitos enraizados na história é capaz de impedir que os indivíduos enxerguem a gravidade de seus atos.

4. A RECORRÊNCIA

Apesar de aparentar ser um caso isolado, chocando os munícipes que se deparam com a história, a ocorrência descrita é algo relativamente comum a cidade de Sorocaba. Somente no ano de 2023, cerca de 5 episódios já ganharam notoriedade na mídia – número que não deve representar nem mesmo um terço das agressões cometidas.

No dia 19 de junho, uma mulher de 59 anos foi presa ao negar o atendimento da coordenadora do laboratório, no qual faria um exame de sangue. A recusa teria sido motivada por conta da cor da jovem que a atenderia, cuja pele era negra.

Pouco menos de um mês depois, outro caso de racismo ganhou destaque. Uma advogada sofrera injúria racial ao ter seu cabelo como alvo de comentário preconceituoso, por parte de um funcionário público do Fórum Trabalhista de Sorocaba.

Somado a isso, a própria UFSCar de Sorocaba tem sua reincidência de casos de racismo, como por exemplo, um incidente de 2018 em que uma aluna negra foi perseguida por colegas preconceituosos. As paredes banheiro da instituição foram marcadas com pichações racistas, dentre as quais estavam grafados o nome da estudante, juntamente com duas suásticas e frases de cunho discriminatório e de ameaça, como “preta imunda” e “vai morrer”.

A recorrência de registros fora tamanha que a reitoria teve de se mobilizar para iniciar um processo antirracista, conforme esclarecido em nota divulgada no site da faculdade:

Para contribuir para a construção de uma universidade e, mais, de uma sociedade em que ele, idealmente, deixe de existir, informamos por fim que estamos, exatamente neste momento, estruturando novos programas e ações com linhas diversas de atuação - desde as educativas até novas regulamentações e processos internos para enfrentamento de violências, acolhimento de vítimas e responsabilização de agressores -, muito especialmente a partir da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, que passa por mudança em sua gestão.

(GESTÃO UFSCAR, 2023)

Tal conjuntura proporciona uma clara visão da naturalidade com que direitos preservados por lei vem sendo covardemente violados. Cabendo somente ao Direito estabelecer medidas de sanar a problemática exposta.

5. DEFESA DOS DIREITOS

Diante do intrincado panorama revelado, torna-se imperativo recorrer ao respaldo do âmbito jurídico, pois este se configura como uma ferramenta fundamental no esforço pela preservação das garantias inerentes ao ser humano.

Os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Artigo 3 da Declaração Universal de Direitos Humanos); liberdade de ir e vir (Artigo 13); direito à saúde (Artigo 25); direito à honra (Artigos 17 e 20 do Direito Civil); direito à intimidade (Artigo 21) entre outros; são exemplos de prerrogativas garantidas integralmente pelo sistema legal a todos, sem distinção alguma.

Logo, ainda que, na realidade social, assemelhasse a mera ficção, os seres humanos são todos reconhecidos como pessoas perante a lei (Artigo 6 da DUDH), fazendo com que, sob a perspectiva forense, todos possuam o bem-estar civil como direito natural.

Quando essa expectativa não é atingida, cabe ao Direito enfrentar as contravenções que emergem, buscando contorná-las e conceder ao indivíduo lesado a devida compensação.

Em relação ao crime de racismo, especialmente sob as circunstâncias do caso estudado, a Lei 7.716/89 (Lei do Racismo) datada de 5 de janeiro de 1989 prevê pena de 2 a 5 anos, além de multa, para aqueles que discriminarem pessoas, ferindo a sua

dignidade, por conta de sua cor. A pena é aumentada de metade se o ato for realizado por duas ou mais pessoas, o que se encaixa na descrição do episódio na UFScar, dado que os agressores eram uma torcida de estudantes.

Paralelamente, em 2023, foi incluída pela Lei nº 14.532, do mesmo ano, o parágrafo 2º-A e o artigo 20-A ao artigo 20 da lei citada anteriormente. Essas adições discorrem acerca dos incidentes ocorridos em eventos destinados ao público, dentre eles, as atividades esportivas.

Com condenação prevista de 2 a 5 anos de reclusão, e impedimento de frequentar, por três anos, lugares destinados a práticas esportivas (Artigo 20, § 2º-A) - com pena aumentada de um terço até a metade, quando num contexto de descontração, diversão ou recreação (Artigo 20-A) – o artigo 20 da Lei do Racismo é o principal recurso jurídico ao qual as vítimas do fato podem recorrer em sua busca por justiça, visto que se alinha de forma precisa com o cenário retratado, sendo a perfeita subsunção do caso concreto à norma abstrata.

Por fim, é importante ressaltar que o preconceito racial é um crime inafiançável e imprescritível. O que diminui as chances de agressores se escusarem da punição cabível, denotando a seriedade com que esse delito é tratado pelo Direito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, depreende-se que o racismo é um problema palpável, que se encontra firmemente fixado na sociedade contemporânea. Atingindo todas as comunidades, sem qualquer tipo de ressalva, esse obstáculo dispõe de certa discricção capaz de dificultar a sua percepção, resultando em uma existência erroneamente negada. Contudo, exemplos como o da cidade de Sorocaba, nos fornece um lembrete lastimável, porém necessário, de que o preconceito racial é uma realidade comum – a qual deve ser frequentemente combatida por todos os cidadãos.

De modo prático, o papel crucial no enfrentamento a discriminação advém de ações coletivas, tais como a promovida pela Prefeitura de Sorocaba, por meio da Coordenadoria da Igualdade Racial, órgão vinculado à Secretaria da Cidadania (Secid). O projeto, divulgado em 2021, oferece canais de atendimento aos munícipes para que possam relatar episódios de racismo e injúria racial – funcionando de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas.

No que tange ao campo do Direito, a análise detalhada de cada caso, em busca das garantias legais cabíveis, é primordial à dissuasão da prática de preconceito, abuso ou qualquer outro tipo de violência, além de proporcionar o bom funcionamento do ordenamento jurídico como um todo.

REFERÊNCIAS

PODER360. 81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros. Poder360, [19 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>. Acesso em: 20 set. 2023.

G1 GLOBO. MP pede que Polícia Civil investigue caso de racismo registrado em campus da UFSCar Sorocaba. G1 Globo, [7 de julho de 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/07/07/mp-pede-que-policia-civil-investigue-caso-de-racismo-registrado-em-campus-da-ufscar-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

G1 GLOBO. Paciente é presa por racismo ao se negar a receber atendimento de mulher negra em laboratório de Sorocaba. G1 Globo, [19 de junho de 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/06/19/paciente-e-presa-por-racismo-ao-se-negar-a-receber-atendimento-de-mulher-negra-em-laboratorio-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

OAB SP - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DE SÃO PAULO. Comissão de Igualdade Racial da OAB Sorocaba aciona MP por injúria racial e racismo contra advogada. Jornal da Advocacia, [4 de julho de 2023]. Disponível em: <https://jornaldaadvocacia.oabsp.org.br/noticias/comissao-de-igualdade-racial-da-oab-sorocaba-aciona-mp-por-injuria-racial-e-racismo-contradvogada/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ESTADÃO. Aluna negra é alvo de pichações racistas em banheiro da UFSCar. Estadão, [8 de novembro de 2018]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/aluna-negra-e-alvo-de-pichacoes-racistas-em-banheiro-da-ufscar/>. Acesso em: 20 set. 2023.

UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Reitoria reafirma antirracismo da UFSCar e anuncia ações na área. UFSCar, [4 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.gestao.ufscar.br/pt-br/news/reitoria-reafirma-antirracismo-da-ufscar-e-anuncia-acoes-na-area-1>. Acesso em: 20 set. 2023.

HILTON, Erika. Ataque racista na UFSCar Sorocaba, [4 de julho de 2023]. Tweet. Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1676337736133869569>. Acesso em: 20 set. 2023.

EDUCAÇÃO, Saraiva. Vade Mecum. 36. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. p. 137.

Prefeitura de Sorocaba. Prefeitura oferece canais para denunciar racismo e injúria racial, [25 de março de 2021]. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-oferece-canais-para-denunciar-racismo-e-injuria-racial/>. Acesso em: 20 set. 2023.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR). Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

AAA.UFSCARSOROCABA. Compartilhamento de Conscientização contra Racismo. Instagram, [7 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuKZShHLshO/>. Acesso em: 20 set. 2023.

CONSUMO, DESEJOS CONSUMISTAS E SEU IMPACTO NA SUBJETIVIDADE

Bianca Cristina Sebastião da Silva
Erica Rezende
Giovanna Lidia Bergamini de Abreu
Helen Melo
Taís Elise de Moraes
Thayná Bueno

RESUMO

O presente artigo apresenta uma pesquisa realizada sobre consumismo e seus impactos na subjetividade humana. A análise aborda a relação entre o comportamento de consumo excessivo e os aspectos psicológicos dos indivíduos. Ao longo deste trabalho, será discutido os efeitos do consumismo na autoestima, nas relações interpessoais e no bem-estar emocional dos consumidores. Também será destacado a influência do marketing e da publicidade na promoção de um estilo de vida centrado no consumo, bem como os mecanismos psicológicos subjacentes à compulsão por comprar. Por meio de uma revisão da literatura e de dados empíricos, será explorado as consequências psicológicas do consumismo, como sentimentos de inadequação, ansiedade e sentimento de culpa. Além disso, o artigo discute a influência do mundo globalizado e a presença da internet no cotidiano das pessoas e como isso impacta na subjetividade de cada indivíduo.

Palavras-chave: Marketing; Psicologia; Internet; aspectos psicológicos; consumismo excessivo; identidade; autoimagem; bem-estar subjetivo; compras por ansiedade; cultura do consumo; infância.

ABSTRACT

The present article presents a research conducted on consumerism and its impacts on human subjectivity. The analysis addresses the relationship between excessive consumption behavior and individuals' psychological aspects. Throughout this work, the effects of consumerism on self-esteem, interpersonal relationships, and consumers' emotional well-being will be discussed. Additionally, the influence of marketing and advertising in promoting a consumption-centered lifestyle will be highlighted, as well as the underlying psychological mechanisms of compulsive buying. Through a literature review and empirical data, the psychological consequences of consumerism will be explored, such as feelings of inadequacy, anxiety, and guilt. Furthermore, the article discusses the influence of the globalized world and the presence of the internet in people's daily lives and how this impacts the subjectivity of each individual.

Keywords: Marketing; Psychology; Internet; psychological aspects; excessive consumerism; identity; self-image; subjective well-being; anxiety-driven shopping; consumer culture; childhood

1. INTRODUÇÃO

O ato de consumir desempenha um papel fundamental em nossas vidas, moldando identidades e influenciando comportamentos diários. Vivemos em uma sociedade onde o consumo é onipresente, impulsionado por uma variedade de fatores culturais, sociais e econômicos. No entanto, por trás desse fenômeno aparentemente trivial, existem questões profundas sobre como os desejos consumistas afetam a subjetividade e bem-estar emocional.

Este artigo pretende explorar a complexa relação entre consumo, desejos consumistas e subjetividade humana. Seu objetivo é investigar os mecanismos subjacentes aos desejos de consumo, compreendendo como fatores individuais e sociais influenciam os padrões de consumo. Além disso, busca analisar as consequências psicológicas do consumo excessivo, examinando como o apego aos bens materiais pode impactar nossa autoestima, satisfação com a vida e bem-estar emocional.

Ao realizar uma revisão abrangente da literatura existente e analisar estudos empíricos relevantes, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre consumo, desejo e subjetividade. Este trabalho não apenas oferecerá insights valiosos para psicólogos e profissionais de marketing, mas também fornecerá orientações importantes para formuladores de políticas interessados em promover um consumo mais consciente e saudável.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. MARKETING E MANIPULAÇÃO DE DESEJOS

O marketing está presente em todos os momentos da nossa vida e em todos os lugares, seja no trabalho, nos estudos, no lazer ou até mesmo em situações cotidianas simples. O marketing foi atualizado de acordo com as gerações, hoje o que permeia a sociedade é o Marketing Digital, que foi totalmente adaptado para o universo das redes sociais e internet. Esse tema traz muitos conceitos importantes voltados à subjetividade humana e a psicologia de modo geral, que será explorado ao decorrer do artigo. Kotler (2000, p. 27) afirma que “Marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros”. Dentro desse contexto há outros tópicos que podem ser destrinchados em detalhes, entre eles está o Branded Content.

O Branded Content pode ser definido como o conteúdo do marketing, que funciona como uma moeda de troca, comercializada para instigar o interesse e permitir que os usuários tenham uma experiência do que podem vivenciar ao se tornarem, efetivamente, clientes. O consumidor de hoje não recebe a mensagem dos veículos de massa, mas dialoga com a marca nas redes sociais e na internet, por isso, dizemos que vivemos uma era de experiência. Esse cenário, por sua vez, permite que o consumidor procure a empresa, de forma proativa, em vez de a empresa procurar o consumidor, portanto, pode-se dizer que houve uma mudança no vetor de marketing. Este é o marketing 4.0: a combinação do marketing tradicional com o digital, segundo Philip Kotler, um dos grandes nomes do marketing.

A relação do Conteúdo no Marketing é importante pelo fato da manipulação dos desejos, tópico que será explorado neste momento. Atualmente, o processo de comunicação está ágil devido a globalização, dessa forma as informações chegam em segundos através dos celulares e computadores. O algoritmo de grandes empresas e sistemas, como a Google, a Microsoft e a Meta também colaboram no processo de agilidade e na mostra de conteúdos, o que facilita e alimenta nossos desejos para o consumo. A manipulação no campo do marketing muitas vezes se manifesta na tentativa de atrair consumidores com benefícios irresistíveis no curto prazo. Por exemplo, estratégias como descontos e promoções podem criar uma sensação de urgência, levando indivíduos a realizar compras que, de outra forma, talvez não considerassem. O uso do medo no marketing, outra prática comum de manipulação, explora as preocupações e incertezas dos consumidores, alertando sobre consequências terríveis caso não ajam imediatamente. Mensagens inspiradoras, frequentemente exageradas e irrealistas, prometem transformações que mudam a vida com pouco esforço, visando pessoas que podem estar lutando com autoconfiança ou disciplina.

Táticas de pressão social buscam persuadir os consumidores ao sugerir que "todos estão fazendo isso", seja através de endossos de celebridades ou estatísticas do setor. Enquanto isso, o apelo à novidade e à inovação atrai aqueles interessados nas experiências mais recentes e grandiosas.

Embora essas estratégias manipulativas possam gerar ganhos a curto prazo, elas têm custos inerentes. Tais abordagens, embora eficazes na obtenção de vendas imediatas, não resultam necessariamente em uma verdadeira fidelidade do cliente. Os relacionamentos construídos com base em manipulações tendem a ser transacionais e

carecem da conexão emocional mais profunda que sustenta uma lealdade inabalável à marca.

As consequências psicológicas e emocionais do consumo após a manipulação no marketing podem ser diversas e complexas. Um estudo feito por Philippe Chandon, professor de Marketing na INSEAD nos Estados Unidos, acerca do Marketing em redes de fast food têm mostrado que a manipulação pode levar a uma série de efeitos adversos nos consumidores, incluindo sentimentos de arrependimento, culpa e ansiedade. Por exemplo, quando os consumidores são persuadidos a comprar algo com base no medo, eles podem experimentar uma sensação de angústia ou preocupação sobre as consequências negativas associadas a não agir imediatamente. Além disso, o uso de mensagens inspiracionais e aspiracionais pode levar a expectativas irrealistas e sentimentos de insatisfação quando as promessas não são cumpridas. A manipulação também pode afetar a autoestima e a autoimagem dos consumidores. A publicidade que explora inseguranças pessoais pode reforçar sentimentos de inadequação e insuficiência, levando os consumidores a buscar soluções rápidas e superficiais para seus problemas. Além disso, o uso de pressão social pode criar uma sensação de conformidade e alienação, fazendo com que os consumidores se sintam pressionados a agir de acordo com as expectativas dos outros, em vez de seguir suas próprias vontades e necessidades. Todas essas consequências podem ter um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar dos consumidores, aumentando o estresse, a ansiedade e até mesmo contribuindo para problemas de autoestima e depressão. Portanto, é crucial que os profissionais de marketing reconheçam o impacto potencial de suas estratégias e busquem promover práticas mais éticas e responsáveis para proteger o bem-estar dos consumidores.

2.2. IMPACTO DO CONSUMISMO NA IDENTIDADE E AUTOIMAGEM

O capitalismo cria um ambiente propício ao consumismo, promovendo a produção e o consumo de bens e serviços como uma forma de impulsionar o crescimento econômico. Embora o consumismo possa trazer benefícios econômicos, também pode ter consequências negativas, como o aumento de endividamento pessoal e a eternização de padrões insustentáveis de consumo, impactando a identidade e a autoimagem do indivíduo.

A identidade representa os sentimentos que são desenvolvidos a respeito de si e o que é construído socialmente a partir da sua história de vida e suas características. A identidade é um processo contínuo da definição de si mesmo, das representações e de seu “estar” no mundo. A autoimagem expressa a percepção que a pessoa tem de si, sendo definida em termos de uma constelação de pensamentos, sentimentos e ações acerca do relacionamento do indivíduo com outras pessoas, bem como acerca do eu como uma entidade distinta dos outros.

Na cultura consumista a identidade e a auto imagem é colocada a prova a todo momento, em muitas vezes os valores de uma pessoa é baseada em seus bens materiais o que faz acreditar que sua autoestima precisa da capacidade de compra, levando o indivíduo a ter sentimento de inferioridade por não conseguir ter bens materiais.

O consumismo está profundamente ligado à publicidade e a mídia que promovem a comparação social, padrões de belezas que são irreais fazendo com que se crie uma pressão para que aceite esse padrão, levando a baixa autoestima, sentimentos de inveja, insatisfação com suas conquistas, danificando sua autoconfiança. Pode promover também relações superficiais baseadas em troca de bens materiais ou na busca de status social, impedindo o desenvolvimento de conexões significativas o que é saudável para a construção da identidade.

Vemos que o consumismo traz um grande impacto para o indivíduo na sua subjetividade, interferindo na identidade e autoimagem, influenciado a percepção de si mesmo e de suas relações com os outros. Promovendo uma cultura de materialismo, superficialidade e comparações constantes.

2.3. CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO CONSUMISMO EXCESSIVO

Em alguns casos o consumismo pode se tornar uma doença (espécie de vício). Neste caso, a pessoa consumista só consegue obter prazer na vida ao comprar coisas. Em situações como esta, é necessário um tratamento profissional de um psicólogo.

Existem diferentes fatores que levam uma pessoa a consumir bens e serviços, tais como fatores culturais, fatores sociais, econômicos e psicológicos.

O consumo compulsivo é denominado de oniomania, nome dado pelos especialistas ao transtorno que gera um impulso incontrolável e constante de comprar

produtos de forma exagerada, ou seja, a pessoa é viciada em compras, é um dependente assim como um alcoólatra, ou um dependente químico por exemplo.

Existem diferentes fatores que levam à oniomania, como biológicos, psicológicos e sociais. Os problemas do dia-a-dia são fortes fatores que influenciam o excesso de consumo, uma vez que comprar algo tem a função de preencher um vazio que possa vir a existir, o mesmo suprir uma insatisfação ou amenizar uma decepção sofrida. Em síntese, a compulsão pelas compras serve para aliviar um sentimento de frustração, uma carência, a solidão e até mesmo a depressão.

O Comportamento de comprar compulsivamente é muito recorrente nas sociedades capitalistas, sendo que grande parte da população apresenta esse distúrbio de comportamento. A compra compulsiva pode ser definida como um comportamento crônico de comprar repetidas vezes como uma resposta a situações que envolvam sentimentos negativos.

Essa compulsão é difícil de ser cessada e gera consequências muito prejudiciais. Vale ressaltar que as consequências geradas pelo consumo compulsivo não se limitam apenas às consequências financeiras, como o endividamento. O oniomaníaco sofre psicologicamente devido ao sentimento de culpa existente nessas situações, ele também tem suas relações sociais afetadas, como por exemplo o afastamento de pessoas importantes na vida do indivíduo doente. A oniomania compreende seis características: depende de uma fonte externa; compensar um débito interior; o viciado sente-se dependente da fonte externa com o decorrer do tempo; o dependente sente uma necessidade incontrolável de se envolver nesse comportamento repetidamente; devido à insatisfação da necessidade verdadeira o dependente tem a necessidade de aumentar a dosagem cada vez mais; o dependente apresenta a síndrome de abstinência quando não é capaz de empreender sua compulsão.

2.4.ALTERNATIVAS AO CONSUMISMO E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO

O bem-estar subjetivo é um importante componente da Psicologia Positiva. É um aspecto que pode favorecer a maneira como nós vemos a nós mesmos e as outras pessoas, o que pode resultar em maior prazer em vivenciar as situações cotidianas e o relacionamento com nossos pares. Torna-se importante, cada vez mais, conhecer os aspectos relacionados a esse tema.

Confirmando esses estudos, evidências experimentais indicam que as pessoas tendem a apresentar sofrimento quando não fazem parte de nenhum tipo de grupo ou quando têm relações pobres dentro dos grupos a que pertencem (Diener & Seligman, 2004). Verificou-se, assim, que participar de grupos, como grupos de amigos, de trabalho, de apoio, é um fator favorável para o bem-estar subjetivo.

Aprender como evitar o consumismo é uma lição fundamental para cuidar melhor do dinheiro e ter uma vida financeira saudável. Se o indivíduo não tomar cuidado com as compras por impulso, pode se endividar facilmente e comprometer seus projetos de vida em poucas horas no shopping — ou em poucos cliques no e-commerce.

Hoje, a ansiedade e depressão são grandes vilões para o bolso, pois funcionam como gatilhos para o comportamento compulsivo e a busca de alívio por meio das compras. Como resultado, milhões de pessoas sofrem com dívidas, limites estourados e falta de perspectiva financeira.

Em 2022, o endividamento dos brasileiros bateu um novo recorde: 77,9% da população tinha dívidas no cartão de crédito, cheque especial, carnê e outros tipos de crédito, segundo dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio.

O relatório também demonstra que cerca de 10,6% dos brasileiros devem mais aos bancos do que conseguem pagar, em um reflexo da crise econômica decorrente do período pandêmico.

Destinar grande parte de sua renda a gastos desnecessários pode comprometer seriamente o orçamento pessoal. Portanto, é indispensável repensar os hábitos de consumo.

2.4.1. 7 dicas para evitar o consumismo e as compras por ansiedade

- 1. Entender o motivo por trás de cada compra** - O primeiro passo para evitar o consumismo é avaliar se está tomando decisões racionais na hora de fazer compras ou se está se deixando levar por sentimentos e emoções.
- 2. Controlar o orçamento** - A falta de planejamento do orçamento prepara o terreno para o consumismo, pois impede que haja controle sobre os ganhos e gastos mensais.

3. **Focar nas metas financeiras** - Para realizar qualquer sonho que envolva dinheiro, é primordial manter o orçamento equilibrado, evitar dívidas e poupar mensalmente — e claro que é impossível fazer isso gastando demais.
4. **Adiar as compras** - Uma estratégia adotada por muitas pessoas é realizar o adiamento das compras. Por exemplo, ao ter a certeza da necessidade de um novo smartphone, tendo já colocado o item no carrinho virtual, faça o seguinte: espere até amanhã para concluir a aquisição.
5. **Apostar no consumo colaborativo** - Nesse sistema, as pessoas compartilham, trocam, emprestam e alugam em vez de comprar, focando no acesso aos bens e serviços, deixando de lado a posse.
6. **Planejar as compras** - O planejamento é um aliado importante contra o consumismo e as compras por ansiedade. Antes de sair de casa ou acessar o e-commerce, planeje exatamente o que vai comprar e defina um limite de gastos com essa compra.
7. **Separar o “ser” do “ter”** - Aprender como evitar o consumismo também passa pelo autoconhecimento nas finanças e por uma reflexão sobre seus valores. Com tantos estímulos ao redor para consumir, muitas pessoas acabam confundindo o “ser” com o “ter” e se sentem representadas por aquilo que compram.

2.5. IMPACTOS DA CULTURA DO CONSUMO NA INFÂNCIA

O impacto do marketing na formação da identidade e dos desejos consumistas das crianças é uma questão complexa e relevante na contemporaneidade. A publicidade direcionada ao público infantil exerce uma influência poderosa, moldando percepções e comportamentos desde cedo. Ao associar produtos a características desejadas, a propaganda cria critérios de seleção e estabelece uma relação entre o consumo e o status social, incentivando as crianças a valorizarem mais o ter do que o ser.

O documentário "Criança, a Alma do Negócio" oferece uma análise contundente dessa dinâmica, evidenciando como as estratégias publicitárias são habilmente desenvolvidas para atrair a atenção e o desejo das crianças, muitas vezes explorando sua ingenuidade e vulnerabilidade. Com casos reais e entrevistas com especialistas, o filme destaca como a publicidade direcionada às crianças influencia seus comportamentos de consumo e afeta sua subjetividade, promovendo valores materialistas e distorcendo suas percepções de felicidade e autoestima.

A cultura de consumo, amplificada pelas mídias sociais e tecnologias digitais, padroniza os desejos das crianças, incentivando uma busca incessante por produtos que prometem status e pertencimento. A constante exposição a mensagens publicitárias, seja na televisão tradicional ou nas plataformas online, contribui para a internalização precoce da cultura do ter, acelerando o processo de amadurecimento e levando as crianças a adotarem comportamentos não condizentes com sua faixa etária.

É fundamental compreender que a infância é uma construção social e histórica, sujeita a influências culturais e contextuais. O avanço das tecnologias e a onipresença da mídia na vida das crianças têm um impacto significativo na sua subjetividade e desenvolvimento emocional. A falta de reflexão crítica sobre o papel da publicidade na formação das identidades infantis pode resultar em uma geração cada vez mais consumista e alienada dos valores essenciais.

Os estudos sobre psicologia do desenvolvimento infantil destacam a importância das influências do meio social e cultural na formação da personalidade das crianças. A relação da criança com o mundo ao seu redor está em constante evolução, sendo influenciada por diversos fatores, incluindo a mídia e a publicidade. Pais e pesquisadores têm levantado preocupações sobre os efeitos negativos do marketing na mídia, alertando para a necessidade de promover uma cultura de consumo mais consciente e responsável.

A atividade de influenciador mirim é algo muito comum nos dias de hoje, mas mesmo sendo associada a um aspecto lúdico, levanta debates significativos sobre os limites entre o uso de plataformas digitais e a infância. As crianças que se envolvem nesse universo muitas vezes enfrentam uma rotina que se assemelha ao trabalho formal, comprometendo sua vivência infantil com responsabilidades e preocupações típicas do mundo adulto. É importante considerar que, uma vez que as crianças se tornam produtoras de conteúdo no meio virtual, é esperado também que elas modifiquem as formas de consumo ligadas a esse espaço. Como consequência, não é incomum que esses perfis se associem a marcas como meio de promover publicidade infantil a partir do discurso das crianças, tornando-as praticamente um produto do mercado digital. Em 2020, por exemplo, segundo a revista *Veja*, a marca de brinquedos Mattel foi condenada a pagar R\$200.000,00 por danos morais coletivos. O Tribunal de Justiça de São Paulo considerou que a empresa fez publicidade indireta ao contratar crianças/influenciadores mirins com canais no YouTube para divulgar sua marca de bonecas. Vale ressaltar que,

desde 2014, a norma do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente proíbe que a publicidade infantil seja dirigida diretamente a crianças.

Portanto, é essencial abordar essa temática de forma abrangente e crítica, considerando não apenas os impactos imediatos da publicidade na infância, mas também suas repercussões a longo prazo na formação da identidade e na sociedade como um todo. A conscientização e o debate sobre o papel do marketing na vida das crianças são passos importantes para mitigar os efeitos nocivos do consumismo desenfreado e promover um desenvolvimento infantil mais saudável e equilibrado.

3. METODOLOGIA

Foi realizada pelas autoras deste artigo uma pesquisa quantitativa acerca do assunto trabalhado. Foram incluídas oito (8) perguntas de múltipla escolha, através da plataforma Google Forms, as respostas foram feitas por 89 pessoas e os resultados foram recolhidos e relacionados com o estudo teórico. O objetivo da pesquisa é saber de modo abrangente como é a relação do Marketing com as pessoas e quais são os impactos disso em sua subjetividade, além do uso da internet e agilidade nesse processo

4. RESULTADOS

TABELA 1 - A Relação das Pessoas com o Marketing e Consumo

QUESTÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sentir-se influenciado pelo Marketing a realizar compras que não necessita.	70 - Sim 19 - Não	78,7% Sim 21,36% Não

TABELA 2 - A Relação das Pessoas com a Internet e Agilidade

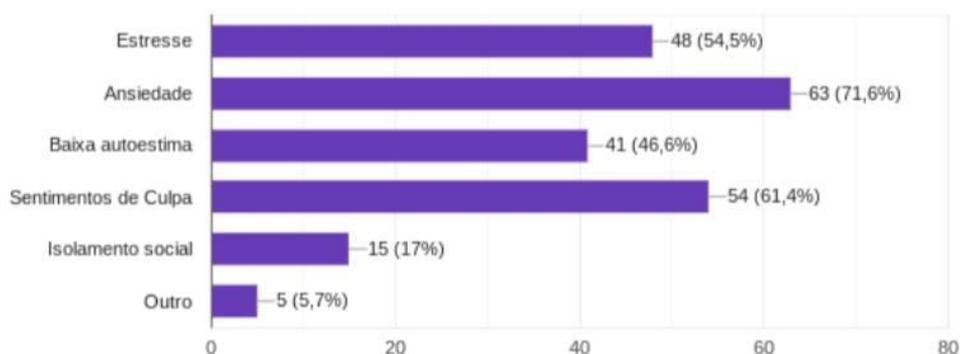
QUESTÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Preferências em realizar compras Online ou presencialmente.	71 - Online 18 - Presencial	78,9% Online 20,2% Presencial
Frequência no uso do serviço de Delivery de modo geral	49 - Sempre usam 33 - Ocasionalmente 7 - Não usam	55,1% Sempre usam 37,1% Ocasionalmente 7,9% Não usam
Se redirecionar para sites de compras enquanto está usando Redes Sociais	56 - Sim 33 - Não	62,9% Sim 37,1% Não

TABELA 3 - Sentimentos e Emoções acerca do Consumismo

QUESTÃO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Experimentar sentimentos de inadequação por não seguir tendências de consumo	57 - Sim 32 - Não	64% Sim 36% Não
Vivenciar situações em que o consumo foi motivo de tensão e desentendimentos nas relações familiares	70 - Sim 18 - Não	79,5% Sim 20,5% Não
Opinião: Achar que o consumismo afeta a percepção de identidade individual das pessoas	67 - Sim 06 - Não 16 - Imparcial	73,6% Sim 6,7% Não 18% Imparcial

TABELA 4 - Consequências Psicológicas

Neste momento da pesquisa foi questionado quais são algumas das consequências psicológicas que a pessoa entrevistada ou alguém conhecido já vivenciou como resultado do consumo excessivo. Foram postas algumas opções de transtornos e sentimentos.



5. DISCUSSÃO

Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que uma grande parte das pessoas se sente influenciada pelo marketing a realizar compras que muitas vezes não são necessárias, demonstrando a eficácia das estratégias de marketing na sociedade atual. Além disso, a preferência pela compra online é predominante, com a maioria dos entrevistados utilizando serviços de entrega para maior comodidade. A relação entre consumo e internet é evidente, com uma parcela significativa dos entrevistados admitindo redirecionar para sites de compras enquanto estão nas redes sociais. Isso sugere uma forte interconexão entre as plataformas digitais e o consumo.

Em relação aos sentimentos e emoções associados ao consumismo, uma parte expressiva dos entrevistados experimenta sentimentos de inadequação por não seguir

tendências de consumo, e o consumo excessivo é apontado como motivo de tensão e desentendimentos nas relações familiares. A maioria dos entrevistados acredita que o consumismo afeta a percepção de identidade individual, destacando a influência do consumo na construção da identidade pessoal. Quanto às consequências psicológicas do consumo excessivo, os entrevistados relataram principalmente ansiedade, seguida de estresse e sentimento de culpa. Isso sugere que o consumo excessivo pode ter um impacto significativo no bem-estar psicológico das pessoas.

Em suma, os resultados da pesquisa destacam a complexidade das relações entre marketing, consumo e subjetividade, ressaltando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os impactos do consumismo na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do consumismo e seus impactos na subjetividade humana revela uma interação complexa entre fatores individuais e sociais que moldam nossos padrões de consumo e influenciam nossa identidade e bem-estar emocional. Neste trabalho, exploramos os mecanismos subjacentes aos desejos consumistas, analisamos as consequências psicológicas do consumo excessivo e destacamos a influência do marketing e da cultura do consumo na promoção de um estilo de vida centrado no consumo.

Ao longo deste artigo, pudemos constatar como o consumismo permeia diversas esferas de nossa vida cotidiana, desde as relações interpessoais até a construção de nossa autoestima. As estratégias manipulativas do marketing, aliadas à cultura do ter em detrimento do ser, podem gerar consequências adversas para nossa saúde mental e emocional, aumentando os níveis de estresse, ansiedade e insatisfação.

No entanto, também discutimos alternativas ao consumismo e promovemos reflexões sobre a importância de um consumo mais consciente e responsável. Estratégias como adiar as compras, focar em metas financeiras e praticar o consumo colaborativo podem ajudar a evitar os excessos e promover um maior equilíbrio entre nossas necessidades reais e nossos desejos consumistas.

Além disso, destacamos a relevância de considerar os impactos do consumismo na infância, ressaltando a necessidade de proteger as crianças dos efeitos nocivos da publicidade e promover um desenvolvimento infantil mais saudável e equilibrado.

Portanto, conclui-se que o estudo do consumismo e sua relação com a subjetividade humana é de suma importância para compreensão dos desafios e das oportunidades de promover um consumo mais consciente e saudável. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre esse tema e inspire ações que visem o bem-estar individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

Chandon, P., & Wansink, B. (2007). As tendências de saúde com o consumo em restaurantes de fast-food. *Journal of Consumer Research*, 34(3), 301-314.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice - Hall, 2000.

CIALDINI, R. Influência: A Psicologia da Persuasão. Nova York: HarperCollins, 2006.

REZ, R. Marketing de conteúdo: a moeda do século XXI. São Paulo: DVS, 2016.

GABRIEL, M. Marketing na era digital. São Paulo: Novatec, 2010.

Kardes, F. R., Cronley, M. L., & Cline, T. W. (2011). Comportamento do Consumidor.

Mason, OH: South-Western Cengage Learning. Schwartz, B. (2004). O Paradoxo da Escolha: Por que Mais é Menos. NY: Harper Perennial.

Artigo científico intitulado "A construção da identidade social", publicado na revista do Curso de Direito da FSG em 2009, de autoria de Berlatto, O.

Ciampa, A. C. Identidade. (1984). In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense. Godecke, M. V., Naime, R. H., & Figueiredo, J. A. S. (2013). O CONSUMISMO E A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO BRASIL. *Revista Eletrônica Em Gestão, Educação E Tecnologia Ambiental*, 8(8), 1700–1712. <https://doi.org/10.5902/223611706380>

Caderno temático "A nutrição e o consumo consciente". São Paulo: Instituto Akatu, 2003

PRADO, Mateus Ferraz. A influência de fatores psicológicos e comportamentais no risco de crédito: uma abordagem à luz da psicologia econômica. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PASSARELI, Paola. Psicologia positiva e o estudo do bem-estar subjetivo: Estudos já realizados envolvendo o bem-estar subjetivo. *SciELO Brasil*, 2006.

Sem autor, Saiba como evitar o consumismo e não comprar por ansiedade, Neon, 2020.

MOREIRA, Sara, Oneomania: doença do consumo compulsivo que afeta as finanças: O que é oneomania?. Serasa limpa nome, 2022.

POSTERNAK, Rebeca; VASCONCELOS, Fernanda Gomes; TARQUINO, Michele. Os impactos da cultura de consumo na infância através da análise do documentário: criança a alma do negócio. 2020.

SANTOS, Andréia Mendes dos. Sociedade do consumo: criança e propaganda, uma relação que dá peso. 2007.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Dobelin de. O consumo de conteúdo nas redes sociais e seus impactos na subjetividade de crianças. 2024.

MARTINS, Ingrid Schumann Seabra. A criança como influenciadora de compra para a publicidade: apelos, motivações e subjetividade infantil. 2017.

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATRAVÉS DA ARTE PARA CRIANÇAS CEGAS E BAIXA VISÃO

Paulo Henrique Barbosa
Julhia Vaz
Eduarda Tavares Silva

RESUMO

Este artigo aborda os desafios enfrentados na promoção da educação inclusiva em artes para as crianças com deficiência visual de modo a refletir em como podemos realizar tal inserção da arte para os indivíduos que não enxergam ou possuem limitações na visão? Partindo de Trabalho de natureza exploratória, combinando pesquisa bibliográfica e observações de interações com obras inclusivas por meio de uma atividade de campo. O estudo busca explorar estratégias de ensino para crianças com baixa visão ou perda total de visão. Devemos salientar que há historicamente no nosso país um grande processo de inclusão de pessoas com deficiência visual. Essencialmente existem diferenças na forma como tais indivíduos se relacionam com o ambiente e convivem com o mesmo, necessitando de adaptações físicas que utilizem de outros sentidos para a orientação e deslocamento desses indivíduos. É importante ressaltar que tal trajetória é de grande importância para a inserção das pessoas com deficiências visuais e com visão subnormal, entretanto ainda há um longo caminho a percorrer uma vez que os desafios da inclusão de tais indivíduos ainda possuem necessidades a serem sanadas. Por meio de análises e reflexões, este artigo busca contribuir para o aprimoramento da educação inclusiva em artes visuais, destacando a importância da adaptação de materiais para a inclusão e da acessibilidade para crianças com deficiência visual.

Palavras-chave: Pedagogia, cegueira, deficiência visual, socialização, processo de aprendizagem e inclusão.

ABSTRACT

This article addresses the challenges faced in promoting inclusive arts education for children with visual impairments in order to reflect on how we can achieve this inclusion of art for individuals who cannot see or have vision limitations? Starting from work of an exploratory nature, combining bibliographical research and observations of interactions with inclusive works through a field activity. The study seeks to explore teaching strategies for children with low vision or total vision loss. We must highlight that there has historically been a large process of inclusion of people with visual impairments in our country. Essentially, there are differences in the way such individuals relate to the environment and live with it, requiring physical adaptations that use other senses to guide and move these individuals. It is important to highlight that this trajectory is of great importance for the inclusion of people with visual impairments and low vision, however there is still a long way to go as the challenges of including such individuals still have needs to be addressed. Through analysis and reflection, this article seeks to contribute to the improvement of inclusive education in visual arts, highlighting the importance of adapting materials for inclusion and accessibility for children with visual impairments.

Keywords: Pedagogy, blindness, visual impairment, socialization, learning process and inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A arte é um aspecto fundamental na formação ética, psicológica e social dos indivíduos em seu processo de desenvolvimento cognitivo. No entanto, como se dá tal formação para os indivíduos que não possuem a visão, sentido mais utilizado para a apreciação artística? Neste contexto, é essencial cumprir o direito à educação inclusiva.

Partindo do pressuposto de que é assegurado por lei, no ambiente escolar, que a pessoa portadora de deficiência obtenha o máximo desenvolvimento possível de suas habilidades (art. 27 lei 13146/96), é possível afirmar que o estudo, o desenvolvimento e o acesso à atividades artísticas não é apenas "luxo", mas dever as instituições.

Ao longo da história a deficiência visual já foi amplamente estudada, havendo diversos meios de inserir os indivíduos que possuem perda total de visão ou visão subnormal, no entanto, quando nos referimos a arte, há ainda um longo processo a ser percorrido, tendo início a poucas décadas por meios das obras táteis.

Para entender o processo no qual as pessoas de baixa visão ou perda total da mesma são inseridas socialmente é fundamental entender os processos já existentes no nosso país. Além dos aspectos já garantidos no âmbito legal, que parte de uma série de conquistas por meio da comunidade cega.

Sendo assim, o artigo busca analisar e refletir acerca dessa temática abrangendo os questionamentos: De que forma a arte se relaciona com esses alunos? como a arte se envolve com o desenvolvimento psicossocial e emocional do educando? como o professor enquanto mediador pode atuar para potencializar as capacidades do aluno? Quais meios utilizar para o ensino da arte para indivíduos com baixa visão ou cegos?

2. A DEFICIÊNCIA VISUAL E A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE CEGOS NO BRASIL

A deficiência visual engloba uma ampla gama de condições, desde a baixa visão até a cegueira total. É importante considerar as necessidades específicas desses indivíduos, que muitas vezes dependem de adaptações físicas e outros sentidos para se orientarem e interagirem com o ambiente.

A história do movimento cego no Brasil remonta ao período imperial e é marcada pelos esforços para promover a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência visual. No entanto, ainda existem desafios a serem superados para garantir a plena inclusão desses indivíduos na sociedade e principalmente no ambiente escolar.

2.1. ENTENDENDO A DEFICIÊNCIA VISUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS.

A deficiência visual, se refere a perda da capacidade do indivíduo enxergar de forma plena, mesmo com o auxílio de lentes corretivas ou outros recursos, entretanto Marta Gil (org.) em 2000, “A expressão ‘deficiência visual’ se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal”, sendo a visão subnormal entendida como:

“visão subnormal (ou baixa visão, como preferem alguns especialistas) à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades.”

(Deficiência visual / Marta Gil (org.). – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. pg, 6.)

É importante entender, portanto, que ao nos referirmos a deficiência visual, estamos nos referindo a uma diversidade de indivíduos que possuem diferentes níveis de necessidades de adaptação, por exemplo, uma pessoa míope que possui dificuldade em enxergar à distância, vendo os objetos embasados, e uma pessoa que perdeu totalmente a visão são ambas consideradas como deficientes visuais. Entretanto, um indivíduo com míope, pode utilizar lentes corretivas ou realizar cirurgias para correção de sua visão, fator que não pode ocorrer com aqueles que perderam totalmente a visão.

Existem, portanto, muitas características quando abordamos as deficiências visuais, e é essencial saber que tais aspectos podem ser adquiridos ao longo da vida ou serem congênitos, ou seja, desde o nascimento. Os fatores que podem conduzir a perda de visão podem ser os mais variados, desde as condições oriundas de comorbidades como a diabete ou catarata, acidentes que ferem a córnea ou a perda gradativa por condições genéticas.

2.2. A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS CEGOS NO BRASIL

No Brasil a questão da inclusão dos portadores de deficiência visual está presente desde o período colonial existindo tal movimento de busca dos direitos e a inclusão dos cegos, deficientes visuais ou baixa visão.

A história da busca da inclusão de deficientes visuais (cegos, portadores de deficiência visual ou baixa visão) teve início com José Álvares de Azevedo, um jovem cego de nascença, que estudou durante seis anos na renomada Instituição Imperiale des Jeunes Aveugles, em Paris. Conheceu o médico francês José Francisco Xavier Sigaud, que chegou ao Brasil em 1825 e participou da criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi Sigaud quem mediou com o imperador D. Pedro II, de quem era médico particular, a proposta de Álvares de Azevedo de criação de uma escola para cegos.

Portanto a questão da inclusão dos deficientes visuais no Brasil data ainda do período imperial através do Imperial Instituto dos Meninos Cegos que foi inaugurado em 17 de dezembro de 1854, sendo instalado inicialmente em uma fazenda alugada ao barão de Rio Bonito, localizada no Morro da Saúde, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1891, num novo momento político em nosso país, a instituição passou a se chamar Instituto Benjamin Constant. Já no século XX, mais precisamente em 12 de março de 1909, foi registrada a criação do Instituto de Cegos Recife Antônio Pessoa de Queiroz.

No Estado de São Paulo, no entanto, até 1927 não havia escola para cegos. O Instituto Padre Chico para Cegos recebeu o nome de Monsenhor Dr. Francisco de Paula Rodrigues (1840 – 1915), “Padre CHICO” Em 1929, chegaram as primeiras Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo para assumir a gestão interna do Instituto. E em 1930 a escola começou, em regime de internato, com a chegada de uma professora do ensino oficial.

O Instituto de Cegos da Bahia foi criado em 30 de abril de 1933, na cidade de Salvador BA. Em maio de 1937, foi criada uma escola, que preparava alunos até a 5ª série. Quem quisesse continuar os estudos ia para o Instituto Normal, hoje ICEIA, sendo oficialmente inaugurado em 20 de setembro de 1941. Em fevereiro de 1942, Dona Lydia Moschetti fez uma doação total da Instituição à Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

Alguns anos depois, novamente na cidade de São Paulo, em 11 de março de 1946, surgiu a Fundação para o Livro dos Cegos no Brasil.

É importante ressaltar que tal trajetória é de grande importância para a inserção das pessoas com deficiências visuais e com visão subnormal, entretanto ainda há um longo caminho a percorrer uma vez que os desafios da inclusão de tais indivíduos ainda possuem necessidades a serem sanadas.

Globalmente se desenvolvem meios de adaptar os ambientes físicos e materiais escritos para que os indivíduos portadores de deficiência visual possam interagir de forma independente com o ambiente, assim como o piso tátil que tem origem no Japão na década de 60, e é implementado de forma normativa no Brasil desde 2004 em estações de trem, consistindo em pisos com relevo que servem de orientação para a bengala indicando o caminho e obstáculos presentes no ambiente

No ambiente escolar, além de outras estratégias se desenvolveu a escrita em braile em 1825 na França, consistindo em um sistema de escrita utilizando pontos em relevo organizados em duas colunas que indicam as letras ou números por sua composição, permitindo assim a leitura para pessoas com perda total de visão ou com visão subnormal possam ler.

Entretanto ainda existem alguns aspectos sociais e de adaptações que ainda precisam ser implementados, por exemplo, uma maior conscientização das pessoas acerca do respeito ao piso, sendo possível observar nos ambientes onde estão presentes (A adaptação física ainda se limita a poucos espaços) as mesmas não são respeitadas.

3. O QUE A LEI DIZ SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA?

A legislação brasileira estabelece diretrizes mínimas para a inclusão de pessoas com deficiência visual no sistema educacional. é fundamental compreender como essas leis afetam a educação das crianças com deficiência visual e quais são os padrões mínimos de qualidade do ensino que devem ser observadas, assim como o reconhecimento de que existe uma comunidade própria dos indivíduos cegos.

Mesmo que a inclusão das pessoas com deficiência visual no sistema de ensino do Brasil seja algo que se realiza desde o período imperial, as normativas vigentes em relação a inclusão de tais indivíduos percorrem um longo caminho de desenvolvimento, até culminaram na implementação de tal aspecto nas Leis de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) no qual já se previa a inclusão de pessoas com deficiência visual no ambiente escolar.

Dentre tais princípios podemos destacar o § 2º do Art.1 da lei 9.394/96, que prevê que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRASIL, 1996), pelo qual tem se o ambiente escolar como um formador social dos

indivíduos, e que é função da escola preparar o indivíduo para que esteja adaptado e inserido à sociedade.

Devemos considerar, no entanto, que o aluno com deficiência visual pode ter acesso à escola em duas condições, como um deficiente visual congênito, ou seja, nasceu com a deficiência visual e aquele que a desenvolveu, seja por um acidente ou alguma anomalia patológica. Em ambos os casos, segundo Marta Gil (org) em 2000, o aluno apresenta certos graus de defasagem em relação a indivíduos da mesma faixa etária, sendo assim, deve-se promover condições para que o estudante possa ter uma condição adaptada ao acesso e permanência na escola. Podemos identificar o mesmo princípio sendo abordado na LDB (Lei 9.394/96) no “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1996) além de que tais adequações se inserem nos aspectos previstos no Título III da LDB:

“Do Direito à Educação e do Dever de Educar IX – Padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;”

(BRASIL, 1996).

Devemos considerar também que os indivíduos com deficiência visual formam uma cultura própria, norteada pelos seus aspectos comuns, formada desde a origem da abordagem da educação para “cegos” no Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Tal cultura deve ser respeitada como um fator da identidade dos estudantes e seus aspectos pessoais, previstos também no Artigo 2º da LDB (Lei 9.394/96) “XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.” (BRASIL, 1996).

4. QUAL A IMPORTÂNCIA DA ARTE AO LONGO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA COMO ASPECTO FORMADOR DO ÂMBITO EMOCIONAL E PSICOSSOCIAL DO ESTUDANTE, COMO ISSO INFLUI NA FORMAÇÃO DE UMA PESSOA CEGA?

A educação artística desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças. No entanto, muitos elementos artísticos são visuais, o que representa um desafio para crianças com deficiência visual. Explorar formas alternativa de apreciar e criar arte é essencial para o desenvolvimento psicossocial e emocional dessas crianças,

existindo alternativas táteis de algumas obras em museus e exposições, mas tais adaptações ainda precisam estar presente no desenvolvimento do estudante em seus anos escolares.

Ao longo da formação acadêmica temos como direito garantido por meio das Leis de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) um conjunto de normativas que visam o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, através do direito de expressar-se, conviver, conhecer-se e de se comunicarem.

Grande parte destes princípios, são estimulados nas aulas de artes, na qual o discente poderá explorar as diversas linguagens da arte, tanto no aspecto de sua produção como na apreciação de obras já feitas. As linguagens artísticas (composta pelas artes visuais, artes cênicas, dança, música e as artes integradas), irão atuar de maneira a garantir o desenvolvimento das capacidades de expressão, garantidas pelas diversas leis no processo de desenvolvimento.

Além disso, no livro *Por que Arte Educação?* de João Francisco Duarte Júnior (DUARTE JR., 1994) nos diz que a arte é uma busca de representar o mundo por meio de significados criados através de símbolos, que vão além da linguagem. Portanto, podemos concluir que, para o desenvolvimento das capacidades de expressão e da compreensão do mundo que cerca os indivíduos ocorram de maneira integral, a arte e todas as linguagens artísticas são um elemento essencial e indispensável.

Por meio da apreciação artística, é possível usufruir de maneira mais ampla de meios expressivos e de compreensão do mundo que nos cerca. Atuando também como um meio de contato com elementos de culturas distintas, por exemplo, ao assistirmos uma peça de teatro, uma telenovela ou uma série que se ambienta em outro país e em outra período histórico do nosso próprio país, estaremos tendo contato com representações de tais lugares e momentos da história de forma a compreender as suas formas próprias de cultura. Por tal razão, as produções das artes cênicas possuem um grande estudo para a ambientação de cenário e cultura, para que sua representação do ambiente, figurino e personagens possa ser o mais fidedigno possível ao ambiente, pessoas reais e seus elementos culturais.

Portanto, deve-se considerar todas as linguagens artísticas como grandes responsáveis pela formação de aspectos expressivos, relacionadas intrinsecamente às

questões sociais e na formação psicológica. Ao nos possibilitar compreender o mundo que nos cerca, e diversas formas de expressão, a arte estará diretamente relacionada à capacidade de expressão e comunicação, assim como no âmbito emocional. Podendo ser citado como exemplo, a capacidade de indivíduos que não se comunicam verbalmente conseguirem cantar ou se expressarem através de imagens.

No entanto, devemos considerar que a maioria dos elementos artísticos são produzidos para que sejam consumidos por meio da visão, de modo que tais elementos acabam se ausentando da formação dos indivíduos com baixa visão ou cegueira. Fator que se agrava quando tal condição é congênita, pois não existe um repertório de referência dos elementos presentes nas representações artísticas. Como meio de exemplificar tal aspecto, nós formamos o repertório de cores que conhecemos ao enxergá-las e nomeá-las, assim, ao vermos algo de cor semelhante a que temos em nosso repertório de cores podemos a nomear. Entretanto, uma pessoa que nasceu sem a capacidade de enxergar de forma plena, nunca viu uma cor, sendo totalmente indiferente para a mesma, saber que o céu é azul, pois sequer sabe o que é azul. Tal perspectiva nos é apresentada através do documento Deficiência visual organizado por Marta Gil (GIL (org),2000) onde nos é trazido a perspectiva de que:

“A cegueira, ou perda total da visão, pode ser adquirida, ou congênita (desde o nascimento). O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, guarda memórias visuais, consegue se lembrar das imagens, luzes e cores que conheceu, e isso é muito útil para sua readaptação. Quem nasce sem a capacidade da visão, por outro lado, jamais pode formar uma memória visual, possuir lembranças visuais.”

(GIL (org) 2000, pg. 8)

Levantando assim os possíveis questionamentos: Mas, e quando a criança atinge a idade de começar a frequentar a escola e se faz necessário a importância do convívio com a arte? Será que professores e gestão estão devidamente preparados para lidar com esta situação? E as obras de arte, livros e desenhos, possuem capacidade o suficiente para ajudar essas crianças?

Como apontado anteriormente existem adaptações voltadas a tal aspecto, dentre elas o sistema braile, pelo qual a leitura se torna possível, no entanto, mesmo em tal sistema a presença de imagens e obras artísticas ocorrem apenas pela descrição da figura, limitando assim o acesso à obra em si.

Tendo tais aspectos em vista, nas últimas décadas, busca-se promover a inclusão de figuras táteis em museus e exposições de modo que como Almeida, Carijó e Kastrup ao abordarem tal tema em *Por uma estética tátil: sobre a adaptação de obras de artes plásticas para deficientes visuais*, consideram que apenas as adaptações para a circulação nos museus e exposições por meio de pisos táteis e audiodescrição não são o suficiente, apontando que:

“... o primeiro passo em direção a uma inclusão verdadeira. No entanto, ele não é o bastante. De que adiantaria permitir aos deficientes visuais a plena autonomia de circulação e mobilidade no museu, se não lhes proporcionássemos igualmente o acesso às obras de arte? O próprio sentido da visita a um museu de arte estaria perdido.”

(ALMEIDA, CARIJÓ, KASTRUP, 2010)

Portanto, ainda caminhamos em um processo no qual a inclusão de pessoas cegas deve ocorrer, de modo a superar tais defasagens. Sendo necessário, no entanto uma adaptação que abranja todos os aspectos da estrutura educacional, para que o direito ao pleno desenvolvimento do estudante seja alcançado.

Por meio de atividade realizada no “Um dia para todos!” promovido como uma ação inclusiva em parceria entre a APAE Campo Limpo Paulista e a UNIFACCAMP, no dia 11 de novembro de 2023, no qual atividades adaptadas para pessoas cegas (não havia pessoas de tal público do dia do evento) foram apresentadas à comunidade. Foi possível a observação de que existe uma demanda de educação do tato, pois, se demonstrou um processo complexo para as crianças e até mesmo adultos identificarem qual era a obra representada apenas pelo tato.

Evidenciando assim que do mesmo modo que se aprende a apreciar uma obra pela visão, é necessário que se aprenda a “enxergar” a obra por meio do tato. Portanto é de extrema importância que haja uma educação dos sentidos, criando um repertório tátil, assim como há o repertório e a memória visual.

5. QUAIS ABORDAGENS SEGUIR PARA ENRIQUECER O APRENDIZADO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL?

Para melhorar o aprendizado de crianças com deficiência visual na arte, é necessário adotar abordagens específicas. Isso inclui a introdução gradual de elementos bidimensionais com relevo e objetos tridimensionais, bem como o uso representacional de texturas. No entanto, obras verdadeiramente inclusivas devem combinar elementos

de alto relevo, esculturas e texturas reais para proporcionar uma experiência sensorial completa e significativa.

A educação voltada a crianças com deficiência visual, é um processo de inclusão, sendo também um tratamento de aceitação e de readaptação do indivíduo principalmente nos casos no qual a cegueira foi adquirida, segundo Gil:

“Quando a deficiência visual acontece na infância, pode trazer prejuízos ao desenvolvimento neuropsicomotor, com repercussões educacionais, emocionais e sociais, que podem perdurar ao longo de toda a vida, se não houver um tratamento adequado, o mais cedo possível.”

(GIL,2000, pg. 10)

Portanto, as estratégias educacionais empregadas devem incluir aspectos que conduzam à autonomia do estudante, o permitindo assim, a locomover-se com o auxílio da bengala, sendo importante que haja poucas mudanças nos ambientes para que o mesmo possa se orientar.

Assim como ocorre a aprendizagem do alfabeto é importante que aprenda o código em braile de modo progressivo, uma vez que assim como os demais estudantes estará passando por um processo de alfabetização, bem como no uso do soroban ou outros materiais adaptados.

É importante que se considere qual o nível de acuidade visual do estudante, uma vez que se sua visão for subnormal e o mesmo enxergue de uma determinada distância, deve-se permitir que o estudante se sente a uma distância adequada, e o seja permitido olhar da forma que ele consiga enxergar, já que em alguns casos o mesmo enxerga apenas por uma parte de seu olho.

Considere também que é na escola que se percebe os primeiros traços de visão subnormal, principalmente nos estudantes que se percebe o estreitamento constante dos olhos para enxergar a lousa, ou a aproximação constante do livro e do caderno. É de extrema importância que nesses casos o docente chame os responsáveis para os comunicar e os orientar acerca da necessidade do estudante.

Para o campo da arte, é importante que sejam introduzidas de forma gradual elementos bidimensionais com relevo e objetos tridimensionais, criando assim um repertório de referência. Iniciando tal processo com figuras geométricas simples e passando a composições de obras inclusivas.

Sendo formado tal repertório inicial, deve-se ampliar o acesso a obras, como esculturas em tamanho reduzido combinando as mesmas com texturas reais e elementos de alto relevo.

É importante considerar o processo de tornar uma obra inclusiva, como algo que não deve encerrar-se na exploração tátil, visto que, como observa Almeida, Carijó e Kastrup (2010), muitas destas obras e adaptações por desconsiderar o funcionamento próprio do sistema tátil e a tomam como análoga ao da visão.

Segundo os autores Almeida, Carijó e Kastrup (2010) às práticas inclusivas em diferentes espaços encontram-se de três formas: Alto-relevo, esculturas e o uso representacional de texturas.

Sendo o Alto relevo a experiência inclusiva mais conhecida, consiste na apreciação de obras bidimensionais através de linhas, porém perdendo sua riqueza de representacional, uma vez que alto-relevo desconsidera as noções de profundidade e sobreposição e a natureza do tato humano em buscar a tridimensionalidade de objetos.

Observando esse fenômeno, seria possível afirmar que as esculturas são prontamente a melhor forma de inclusão, nota-se, porém, que a pobreza no uso do material (pedra, mármore, biscuit...) torna difícil a apreciação completa da forma, já que tudo é "uma coisa só". Já o uso representacional de texturas, apesar de proporcionar uma experiência tátil bidimensional como o alto relevo, dispõe de diferentes texturas representando diferentes formas, porém perde-se o "significado" conferido a cada forma, já que não representam exatamente aquilo que são. (Almeida, Carijó e Kastrup, 2010)

Após o processo de formação de todo o repertório tátil e da significação da arte para o estudante é fundamental que posteriormente o mesmo passe a produzir obras, no qual ele usará seu repertório sensorial para produzir de forma autônoma obras que expressem seus sentimentos. É fundamental que tais obras sejam produzidas pelos demais colegas da turma também, uma vez que o intuito é de incluir o estudante com baixa visão e não o diferenciar dos demais.

Desta forma, é possível afirmar que uma obra verdadeiramente inclusiva é aquela que compreende um pouco de cada um dos três aspectos: a riqueza sensorial do alto relevo e do uso representacional de texturas, em simultâneo com a tridimensionalidade de uma escultura, agregando ainda texturas reais, coerentes com aquilo que representam no cotidiano para que a obra obtenha significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da educação inclusiva na arte para crianças com deficiência visual não se limita à acessibilidade, mas também à participação ativa desses alunos. A adaptação de materiais e estratégias de ensino é fundamental para garantir que a arte seja uma ferramenta eficaz no desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial dessas crianças. A busca por soluções inclusivas e o respeito à diversidade são passos essenciais em direção a uma educação mais igualitária e enriquecedora para todos.

Portanto, que uma arte inclusiva não tem como proposta apenas a acessibilidade da criança e do público, como também propor que estes se tornem parte da obra, que a manipulem, deem sentido, de modo que a arte inclusiva seja também uma arte participativa, conceito que deve estender-se até a educação como conceito geral.

Não basta “permitir” que a criança portadora de deficiência visual tenha acesso à escola, mas possibilitando que este ambiente seja rico em experiências que desenvolvam suas habilidades sociais, emocionais e intelectuais de maneira plena assim como se prevê nas leis educacionais.

Há ainda muitos pontos que podem ser explorados em relação a tal temática, sendo esse um estudo ainda introdutório em relação a mesmo, considerando também que tal campo se desenvolve ainda lentamente em nosso sistema educacional, entretanto deve-se sempre haver como pressuposto promover um ambiente onde todos possam se desenvolver, aspecto que é a base da profissão docente.

REFERÊNCIAS

Almeida, Carijó E Kastrup. Por Uma Estética Tátil: Sobre A Adaptação De Obras De Artes Plásticas Para Deficientes Visuais, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/fmdC9P6tky6fMNwHKML9p5C/?lang=pt>. Acesso em: 20 de outubro de 2023

BRASIL. Acessibilidade na Camara, 2004. Camara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/pdfs>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

Deficiência visual / Marta Gil (org.). – Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. : il. - (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

Duarte Júnior, João-Francisco, 1953 - Por que arte-educação?/João-Francisco Duarte Júnior.- 7.^aed.- Campinas : Papirus, 1994. (Coleção Àgere)

HISTÓRIA DO SISTEMA BRAILLE. Câmara Paraguaçu, 2014.Disponível em:<https://camaradeparaguacu.mg.gov.br/escola/wp-content/uploads/2014/01/historia-braille.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

MARTINS, Maicon Araujo. O Ensino de artes visuais para cegos: o caso da menina Alice. Repositório ufmg, 2013. Disponível em:https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9KSN4/1/maicon_araujo_martins___corre__o_p_s_banca.pdf. Acesso em: 22 novembro de 2023.

QUANDO FOI CRIADO O PISO TÁTIL? essencial acessibilidade, 2021.Disponível em: <https://essencialacessibilidade.com.br/quando-foi-criado-piso-tatil/>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR COMPREENSÃO DE GEOMETRIA PLANA NO ENSINO MÉDIO

Felipe Miguel Dias
Gabriel Gomes de Araújo
Laila Matsubara Fugarino
Nicolas Pereira Paz
Vinícius Hideki Lima Sakai
Luciana Ferreira Baptista
Ronildo Aparecido Ferreira

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de desenvolver um aplicativo que auxilie alunos de Ensino Médio na compreensão dos tópicos de Geometria Plana cobrados, especialmente, nas áreas de geometria básica e trigonometria. Dentre os autores pesquisados para a constituição conceitual deste trabalho, destacaram-se Jesus (2008), Mello (1999), Chiummo (1998), Rolkouski (2002) e Struik (1954). A metodologia utilizada foi a pesquisa explicativa, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico através de pesquisa de campo, para posterior programação do aplicativo. As conclusões mais relevantes são que os alunos possuem, de fato, essa dificuldade no entendimento da área matemática supracitada, mas que a demonstração de fórmulas e explicação melhora seu desempenho.

Palavras-chave: Educação de Matemática. Geometria Plana. Geometria Básica. Trigonometria.

ABSTRACT

This study aims to develop an application that helps high school students understand the Flat Geometry topics covered, especially in the areas of basic geometry and trigonometry. Among the authors researched for the conceptual constitution of this work, Jesus (2008), Mello (1999), Chiummo (1998), Rolkouski (2002) and Struik (1954) stood out. The methodology used was explanatory research, with data collection being a bibliographical survey through field research, for subsequent programming of the application. The most relevant conclusions are that students do, in fact, have difficulty understanding the aforementioned mathematical area, but that the demonstration of formulas and explanation improves their performance.

Keywords: Mathematics Education. Flat Geometry. Basic Geometry. Trigonometry.

1. INTRODUÇÃO

Para compreender satisfatoriamente conceitos de geometria e trigonometria, é necessário um nível razoável de abstração, que, muitas vezes, é exigido de jovens no

segundo ano do Ensino Médio (FEIJÓ, 2018), mesmo sem ter sido amplamente ensinado nas séries anteriores. Assim, sabe-se que diversos alunos apresentam dificuldade nessa área, uma vez que nunca tiveram contato com demonstrações tangíveis dos conceitos, essenciais para a compreensão (GARNICA, 1996), o que motiva este trabalho a propor um aplicativo visando cumprir tal papel, auxiliando estudantes.

O presente estudo delimita-se aos temas de geometria básica e trigonometria cobrados no Ensino Médio, tal qual área de polígonos convexos, decomposição de figuras geométricas, demonstração de fórmulas como a da altura e área de triângulos equiláteros, conceitos relacionados a triângulos retângulos, função e lei dos senos, função e lei dos cossenos, ângulos simétricos e relações fundamentais da trigonometria, além das relações de arco metade e arco duplo.

O objetivo geral é desenvolver um aplicativo interativo, que propicie ao usuário certo grau de autonomia para identificar cada elemento matemático, focado nas áreas supracitadas, visando auxiliar na compreensão dos conceitos através da demonstração, ao invés de apenas enumerá-los.

Esta pesquisa justifica-se em decorrência da dificuldade observada em escolas por parte de diversos alunos no campo da geometria básica e trigonometria, por não entenderem com exatidão a demonstração envolvida nas fórmulas matemáticas, conforme demonstrado na pesquisa de campo realizada em fevereiro e março de 2023, com alunos do Ensino Médio, demonstrando auxílio em um tema bastante cobrado em vestibulares nacionalmente. Além disso, a ausência de entendimento correlacionada à ausência ou falha na demonstração de fórmulas também é observada por Mello (1999).

A metodologia deste trabalho é a pesquisa exploratória, utilizando o método da engenharia, com a identificação de um problema e obtenção de sua solução, tendo como coleta de dados o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo.

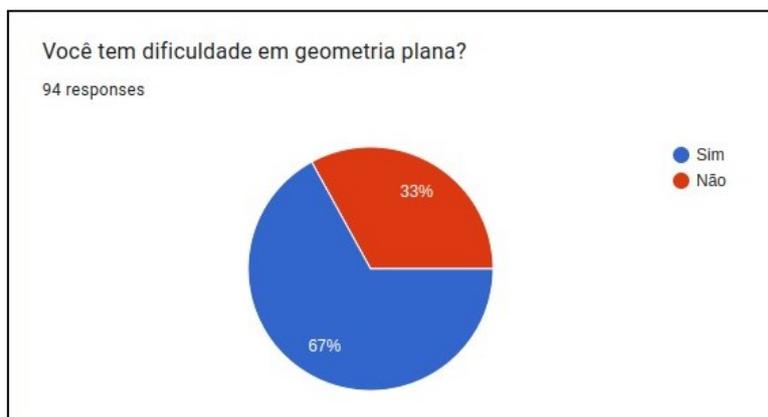
2. PESQUISA DE CAMPO: A DIFICULDADE DOS ALUNOS

Foi realizada, entre os meses de fevereiro e abril de 2023, uma pesquisa de campo através de formulário com 94 alunos de Ensino Médio, questionando acerca de suas dificuldades com o campo da geometria. Conforme dito por Santos et al. (2011), “nem sempre os alunos se sentem motivados para o estudo, apresentando dificuldades na resolução de problemas que envolvem as relações e funções trigonométricas”, que

se trata de parte da geometria plana, demonstrando a confiabilidade da pesquisa realizada, consoante a estes resultados.

Assim, a primeira análise a ser feita apreende-se da pergunta “Você sente dificuldade em geometria?”, para a qual cerca de 67% dos alunos responderam “sim”, enquanto apenas 33% não demonstraram tal dificuldade, conforme observado na FIGURA 1.

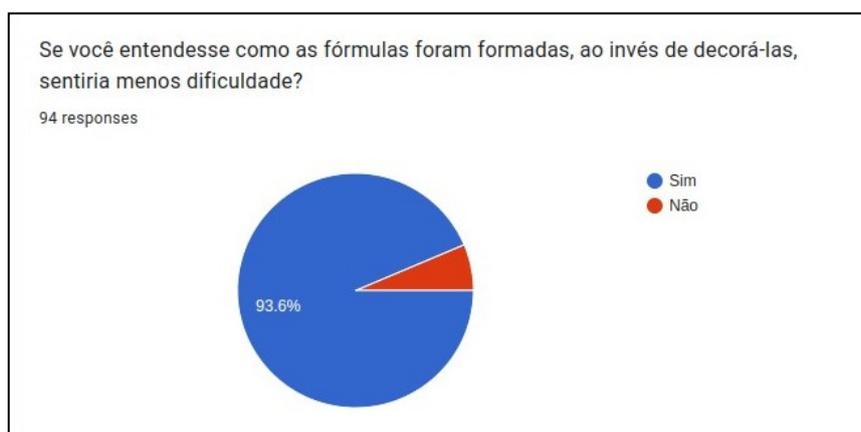
Figura 1: Você tem dificuldade em geometria plana?



Fonte: Próprios autores

Na FIGURA 2, é possível observar as conclusões relativas à segunda pergunta, as quais evidenciam que sim, caso houvesse a clara demonstração das fórmulas matemáticas envolvendo geometria, os estudantes sentiriam menos dificuldade com seu entendimento e interpretação, dado que 93,6% concordam com isso, enquanto a porcentagem de discordância representa apenas 6,4%.

Figura 2: Se você entendesse como as fórmulas foram formadas, ao invés de decorá-las, sentiria menos dificuldade?



Fonte: Próprios autores

Na terceira pergunta, questionava-se acerca da possível utilização de um aplicativo que auxiliasse no desenvolvimento de tais obstáculos, demonstrando a pertinência do presente trabalho e de sua aplicação prática, uma vez que, conforme pode ser visto na Figura 3, 94,7% dos entrevistados fariam uso da aplicação a ser desenvolvida no presente estudo, enquanto apenas 5,3% não utilizariam.

Figura 3: Usaria para seus estudos um aplicativo direcionado à demonstração das fórmulas de geometria plana?



Fonte: Próprios autores

Assim, fica evidente que a maioria dos estudantes apresentam dificuldade no campo da geometria plana, e utilizariam meios digitais tais como aplicativo presente neste trabalho para facilitar seus estudos.

Tendo em vista tais dificuldades observadas na aprendizagem de conceitos, bem como as atuais tendências na Educação Matemática, percebe-se a necessidade da construção de novas propostas metodológicas que abordem estes conceitos (MENEHELLI et al, 2021), como através do aplicativo a ser desenvolvido.

3. A GEOMETRIA PLANA BÁSICA E SUA ABORDAGEM NO ENSINO MÉDIO

A Geometria constitui importante da matemática ao estudar “o espaço, as formas nele existentes e suas relações” (JESUS, 2008); assim, sua prática não contribui apenas para o cotidiano, mas para a formação do pensamento lógico-dedutivo, sendo fundamental para o desenvolvimento do raciocínio do estudante (OLIVEIRA et al, 2007).

Sua história remonta ao passado remoto, sendo um campo importante desde a Antiguidade, conforme evidencia Struik (1954), discorrendo acerca da história da matemática.

Entretanto, trata-se de um tópico, conforme discorre Pavanello (1993), com raízes históricas que justificam seu não ensino, mesmo que devesse ser introduzido nas séries finais; uma de tais razões, trata-se até da ausência de disseminação do conhecimento, mesmo entre professores, dentro desse campo, além do movimento da matemática moderna, que apenas ampliou a questão. Um agravante para o problema veio com a Lei nº 5692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aplicada pelo Poder Legislativo, que permitiu que as escolas criassem os próprios programas, negligenciando ainda mais a questão da geometria plana, deixando-a como uma matéria de segundo plano.

Por outro lado, Chagas (2004) argumenta que o ensino de Matemática deveria ser apoiado na reflexão sobre os conhecimentos e também sobre aplicações desse conhecimento nas demais ciências. Para isso, a escola deve oferecer recursos materiais e pedagógicos para que o trabalho docente possa se desenvolver.

Dessa forma, uma possível saída para tal problemática poderia vir a ser a compreensão de representações, uma vez que a semiótica, a demonstração etc., contribuem e são intrínsecas à matemática, constituindo parte fundamental da formação, podendo permear, de maneira natural, o processo de construção dos conceitos matemáticos, tal qual conclui Jesus (2008).

Demonstra-se assim, como o ensino da geometria plana, apesar de essencial, encontra-se negligenciado. Além de possuir um vasto campo de aplicação prático, permite ao educando a construção de conhecimentos teóricos, dentre temas, postulados e teoremas, possibilitando desenvolvimento intelectual, com sua ausência representando uma lacuna na prática pedagógica dos profissionais da área, o que posteriormente gera um saber insuficiente da temática (OLIVEIRA et al, 2007).

4. A TRIGONOMETRIA E SUA ABORDAGEM NO ENSINO MÉDIO

A trigonometria surge antes de Cristo, figurando como uma parte bastante antiga da matemática, pautada na astronomia, agrimensura e navegação, tendo sua primeira tabela compilada ao redor do século II a. C. (LIMA, 2012).

No momento da construção do ciclo trigonométrico foi introduzido o conceito de arco geométrico, que é uma das partes da circunferência delimitada por dois pontos, e, a partir desse conceito, foi explanada a ideia de arco e ângulo central, o que permitiu demonstrar o comprimento da circunferência e a medida de arcos. (JESUS et al, 2015)

Dessa forma, fica claro que a trigonometria representa uma importante área no conhecimento humano, o qual foi gradativamente construído ao longo da história, se aplicando em matemática, física e outros conceitos de exatas. Entretanto, conforme exposto por Santos et al (2011, p.50), os alunos, muitas vezes, não se sentem motivados para seu estudo, apresentando dificuldade na resolução de problemas.

Ademais, esse campo não representa apenas um dos obstáculos do estudante de ensino médio, mas um de seus principais dentro do aprendizado da matemática, sendo fonte e alvo de frustrações e reclamações (DANTAS, 2013).

Isso ocorre em decorrência de um ensino, muitas vezes, focado apenas em memorização de fórmulas e sua aplicação, uma vez que sua explanação envolve nível de abstração acima do que diversos educadores creem que seja inteligível ao aluno no fim de seu ensino básico, tornando sua compreensão ainda mais difícil. Assim, “os professores se preocupam muito em ensinar por completo todo o conteúdo do livro didático do aluno e em cumprir o cronograma previsto pela escola” (FERREIRA et al., 2014), tornando o ensino, em sala de aula, defasado. Muitas vezes, conforme conclui o estudo supracitado, os tópicos considerados “fáceis” são os que mais dificultam a resolução de problemas por parte dos alunos, como semelhança de triângulos (ARBACH, 2002).

Por conta dessa óptica, vimos ser necessário o desenvolvimento de auxílio, para que o ensino de um tópico tão importante não fosse limitado apenas à sala de aula, promovendo aprendizado no meio digital, tão presente na vida cotidiana, através do Trimathic.

5. IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO MATEMÁTICA

A conceituação e definição de demonstração matemática representa um tópico de demasiada complexidade, uma vez que se trata de algo subjetivo e, até mesmo, um tanto quanto abstrato: todos temos um significado para o que vem a ser uma demonstração (ROLKOUSKI, 2009).

Conforme pode ser visto em Maioli (2002), a demonstração representa um conceito debatido historicamente, tendo sido, em outros momentos, apenas direcionada ao convencimento e afirmação da veracidade de certa declaração:

No final do século XIX, a demonstração em matemática tinha um caráter grandemente material. A demonstração de uma proposição era uma atividade intelectual que visava a nos convencer e a convencer os outros, racional, mas também psicologicamente, da veracidade dessa proposição (MAIOLI, 2002).

Assim, demonstra-se a pluralidade do conceito, tendo em vista que esse varia de acordo com o público-alvo, assim como conforme aquele que realiza o procedimento, podendo ser mais rígidas ou mais informais, de acordo com divergentes contextos (Ibid, p. 4).

Por conseguinte, adotaremos, para este presente estudo, a definição dada por Rolkouski (2002), com sua noção de demonstração:

[...] em que se parte de um problema, e procura-se, num ir e vir constante entre conjeturas e contraexemplos, chegar a uma conclusão em que todos os passos sejam coerentes e verificados de acordo com a teoria subjacente adotada, neste caso a geometria plana.

(ROLKOUSKI, 2002)

Dessa forma, segundo o mesmo autor, a demonstração desempenharia papel de descoberta em constante interação com a comunidade interessada. Além disso, conforme conceitua Arzac (1988), a demonstração é justificada, na geometria, pela busca por uma solução, mas que esta apenas avançaria considerando o obstáculo epistemológico, os quais representam coisas inerentes ao saber e identificáveis pelas dificuldades encontradas pelos matemáticos de superá-los ao longo da história, mas que são verdadeiramente constitutivos do conhecimento (JESUS, 2008).

Entretanto, tem-se alguns objetivos comuns, conforme estabelecidos por Hanna et al. (1996):

- Verificação: confere estatuto de verdade a uma sentença;
- Explicação: esclarece porquê a sentença é verdadeira;
- Sistematização: organiza vários resultados dentro de um sistema dedutivo, com conceitos e teoremas;
- Descoberta: resulta na criação de novos resultados;
- Comunicação: interfere na transmissão do conhecimento matemático.

Historicamente, o ensino de geometria plana tem se resumido a decorar fórmulas, mais por respeito à autoridade do professor e temor por notas baixas, do que por entender seu significado, uma vez que não é dispensado, em sala de aula, muito tempo para a valorização da demonstração rigorosa (GOUVÊA, 1998). Dessa forma, observamos que a presença de um aplicativo visando tal ensino, poderia representar uma oportunidade para tais estudantes.

A demonstração de fórmulas matemáticas, apesar de sua negligência, representa elemento fundamental para entender a prática da matemática (JESUS, 2008). Ela surge consoante ao surgimento dos primeiros conceitos geométricos e trigonométricos, com sua origem tratando-se quase de uma “arqueologia”, uma vez que remonta ao contexto social grego (ARSAC, 1988), demonstrando a forma com a qual se insere intrinsecamente à nossa sociedade, desde os primórdios do que tomamos como “ciência”.

É impreterível notar o quanto o aprendizado da matemática como um todo é interpretado, pela maioria dos estudantes, como totalmente desarticulado do seu cotidiano, representando algo pouco didático (AMANCIO et al., 2016).

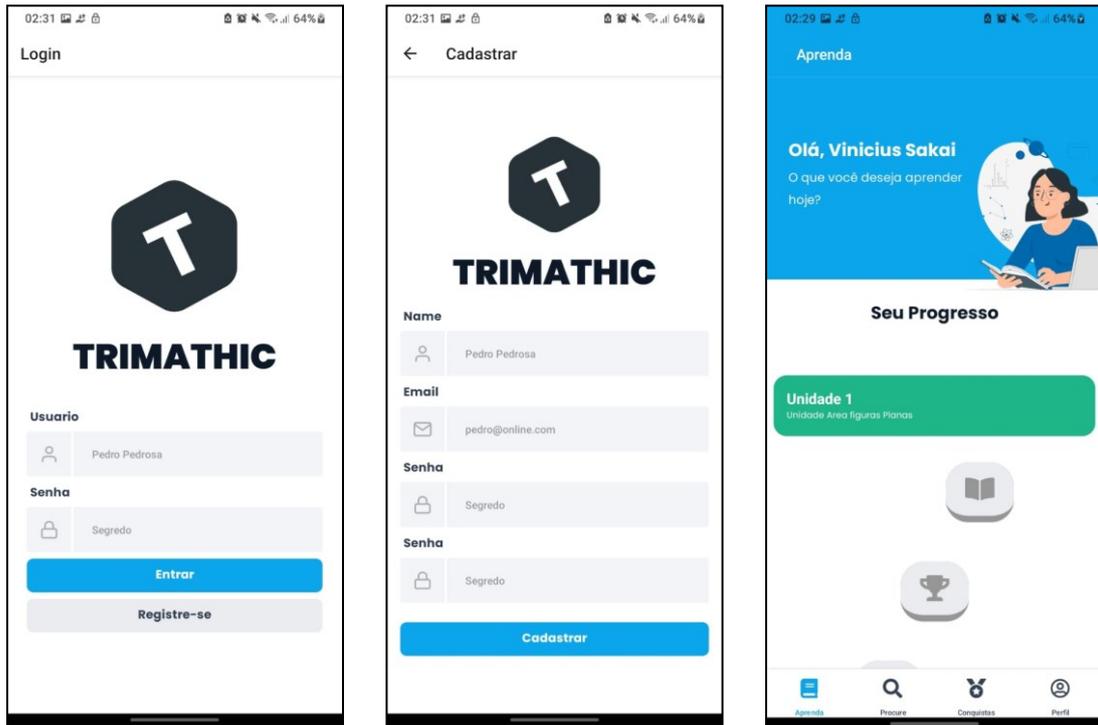
Dessa forma, nota-se a importância real de tal demonstração, sua ausência em diversas aulas até, muitas vezes, em decorrência da diferente formação de professores (ROLKOUSKI, 2009) e como o aplicativo desenvolvido, o Trimathic, poderia auxiliar nessa deficiência no currículo de grande parte dos estudantes brasileiros.

6. O APLICATIVO, SUAS FUNCIONALIDADES E BASES TEÓRICAS

O aplicativo possui diversas telas, iniciando na de login, onde o estudante pode inserir seus dados já cadastrados, ou registrar-se na plataforma, conforme a Figura 4(a). Caso o registro ainda não tenha sido feito, é necessário preencher informações como nome, e-mail e senha (Figura 4(b)).

Após isso, o aplicativo abre na página inicial de boas-vindas, com as unidades 1 (Área de Figuras Planas, como a Figura 4(c)), unidade 2 (Trigonometria e Ângulos, conforme Figura 5(a)), além de unidades em desenvolvimento.

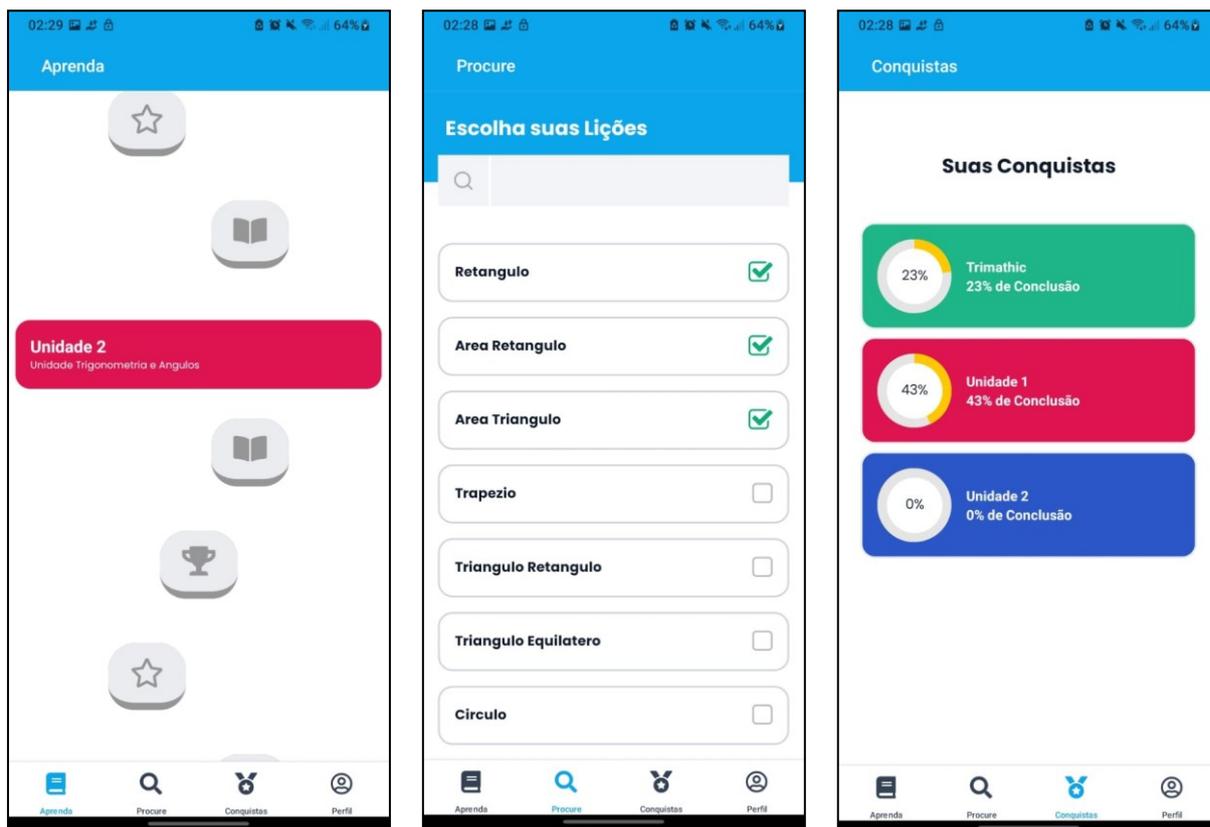
Figura 4: Aplicativo - acesso inicial



Fonte: próprios autores

Ao entrar na unidade, exibe-se a tela de seleção das lições, com os diversos conteúdos que, após a conclusão das atividades, aparecem como concluídas (Figura 5(b)). Ao abrir a aba de Conquistas, na barra horizontal inferior, é exposto o progresso do aluno dentro do aplicativo, mostrado na Figura 5(c).

Figura 5: Aplicativo - unidades



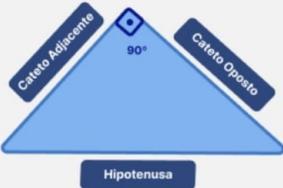
Fonte: próprios autores

Dentro das lições, cada conteúdo é explicado em detalhes, de forma didática, usando a demonstração de fórmulas (ANDRADE, 2007), além da memorização, como, por exemplo, sobre triângulos (Figura 6(a), baseado em Lindegger, 2000, e em Chiummo, 1998), círculos (Figura 6(b)), trigonometria (Figura 7(a)), demonstrando o progresso no trecho inferior conforme o avanço da tarefa (Figura 7(b)).

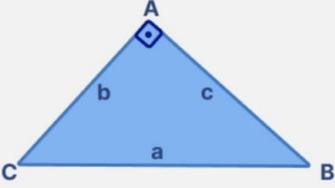
Figura 6: Aplicativo – triângulos e círculos

02:29 64%

Observe essa figura geométrica:



O que você acaba de ver é um triângulo retângulo. Essa forma geométrica é formada por um ângulo interno de 90° , chamado de ângulo reto.



Este triângulo apresenta 3 ângulos:

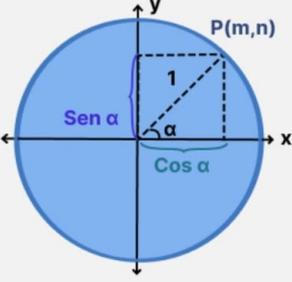
O representado no vértice A (90°) - oposto à ele, temos o lado a, também conhecida como **HIPOTENUSA**

O representado no vértice B (45°) - oposto à ele e adjacente a hipotenusa, temos o lado b, também conhecido como **CATETO ADJACENTE**

02:29 64%

Senos e Cossenos

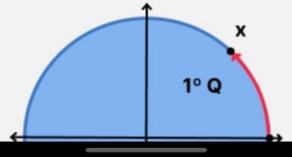
Observe o círculo trigonométrico:



Na figura temos um arco de medida α , que tem sua extremidade no ponto P, e por ser um ponto no plano cartesiano ele terá coordenadas representados por (m,n) .

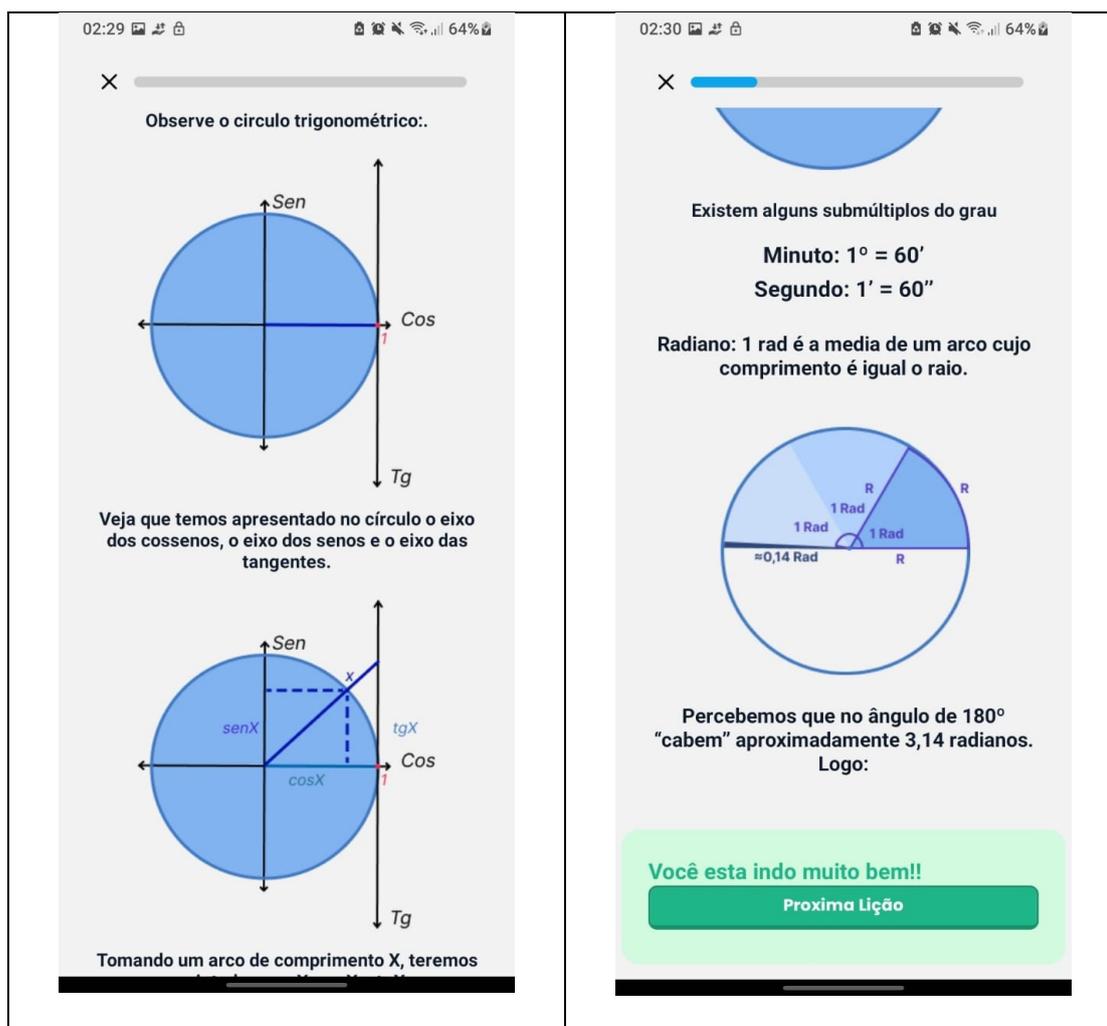
E como definição, m que é representado no eixo X, será o valor do Cosseno $\text{Cos } \alpha$, e n que é representado no eixo Y, será o valor do Seno $\text{Sen } \alpha$.

Sinais Senos e Cossenos



Fonte: próprios autores

Figura 7: Aplicativo - trigonometria



Fonte: próprios autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi desenvolvido e testado um aplicativo que auxilia na compreensão de geometria plana básica e trigonometria, conforme o conteúdo cobrado no Ensino Médio, uma vez que diversos alunos apresentam dificuldade nesse tópico. Foi também analisado a razão de a demonstração ser indispensável no aprendizado dos estudantes, assim como a necessidade do ensino de tais conceitos no ensino básico.

Em suma, sabe-se que uma das maiores fontes de confusão se dá com a intangibilidade de temas relacionados à matemática, fator solucionado através da demonstração didática a qual a aplicação se propõe.

Entretanto, é evidente que diversos outros aspectos podem influenciar na temática e não foram aprofundados no presente trabalho, tais como as condições de estudo desses jovens, seu incentivo dentro e fora de sala de aula, e o estado da educação pública conquanto estrutura física e docente.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, V. S. et al. Ensinando e Aprendendo Trigonometria no Ensino Médio. São Paulo: Encontro Nacional de Educação Matemática, 2016.

ANDRADE, J. B. Composição e decomposição de figuras geométricas planas por alunos do ensino médio. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ARBACH, N. O ensino de geometria plana: o saber do aluno e o saber escolar. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

ARSAC, G. L'origine de la démonstration: essai d'épistémologie didactique. Lyon: Université Claude Bernard, 1988.

CHAGAS, E. M. P. F. Fracasso do ensino da Matemática: Contribuições ao debate teórico para uma educação inclusiva. Belo Horizonte: III seminário Internacional sociedade Inclusiva: Ações inclusivas de sucesso, 2004.

CHIUMMO, A. O Conceito de Áreas de Figuras Planas. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

DANTAS, A. S. O uso do GeoGebra no ensino de trigonometria: uma experiência com alunos do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Mossoró: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, p.22, 2013.

FEIJÓ, R. S. A. A. Dificuldades e obstáculos no aprendizado de trigonometria: um estudo com alunos do ensino médio do Distrito Federal. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

FERREIRA, A. et al. O uso de materiais didáticos de manipulação no ensino de trigonometria no ensino médio. Paraíba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Congresso Nacional de Educação, p. 2-4, 2014.

GARNICA, A. V.M. As Demonstrações em Educação Matemática: um ensaio. Rio Claro: Bolema, 2002.

GOUVÊA, F. A. T. Aprendendo e ensinando geometria com a demonstração: uma contribuição para a prática pedagógica do professor de matemática do ensino fundamental. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

HANNA, G. et al. Proof and Proving. Holanda: International Handbook of Mathematics Education, p. 877-908, 1996.

JESUS, G. B. Construções geométricas: uma alternativa para desenvolver conhecimentos acerca da demonstração em uma formação continuada. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

JESUS, N. F. et al. Desorganizando a trigonometria no ensino médio. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2015.

LIMA, E. L. Meu Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2021

LINDEGGER, L. R. M. Construindo os conceitos básicos da trigonometria no triângulo retângulo: uma proposta a partir da manipulação de modelos. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MAIOLI, M. Uma oficina para formação de professores com enfoque em quadriláteros. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

MELLO, E. G. S. Demonstração: Uma Sequência Didática para a Introdução de seu Aprendizado no Ensino da Geometria. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

MENEGHELLI, J. et al. Função seno e cosseno: uma abordagem de ensino através da resolução de problemas. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

OLIVEIRA, L. L. et al. O ensino da geometria nas escolas de nível médio da rede pública da cidade de Guaratinguetá. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

PAVANELLO, R. M. O Abandono do Ensino da Geometria no Brasil: causas e consequências. Campinas: Zetetiké, 1993.

PODER LEGISLATIVO (Brasil). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 11 ago. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 maio 2023.

ROLKOUSKI, E. Demonstração em Geometria: uma descrição de processos de construção, utilizados por alunos de Licenciatura em Matemática. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

SANTOS, D. C. et al. O uso de materiais manipuláveis como ferramenta na resolução de problemas trigonométricos. Santa Maria: Vidya, 2011.

STRUIK, D. J. A Concise History of Mathematics. Londres: G. Bell and Sons LTD, 1954.

EFEITOS PSICOLÓGICOS DO ABUSO EXCESSIVO DO ANABOLIZANTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Victor Eduardo Braga André
Manuela Giacomini

RESUMO

Este estudo visa destacar as consequências psicológicas do uso de esteroides anabolizantes, alertando sobre os efeitos negativos na saúde mental, especialmente em indivíduos com uma forte ênfase narcisista na busca pelo corpo ideal. Os anabolizantes, sintéticos da testosterona, são amplamente abusados tanto por homens quanto mulheres, visando ganhos musculares rápidos, especialmente entre praticantes de musculação. O aumento do uso dessas substâncias, não apenas no cenário esportivo, mas também entre os frequentadores de academia, é alarmante, dada sua associação com efeitos adversos à saúde mental. O artigo destaca a necessidade de análise do uso de anabolizantes na musculação, pois os praticantes estão propensos a utilizá-los, exigindo uma atenção especial dos profissionais de saúde. É crucial conscientizá-los sobre as substâncias mais comuns e os impactos negativos que podem acarretar na saúde mental. Além disso, é importante abordar esse tema controverso que carece de mais pesquisas e atenção da comunidade científica. Este estudo busca evidenciar as implicações psicológicas do uso de anabolizantes, destacando a importância de conscientizar sobre seus efeitos adversos na saúde mental, especialmente entre os praticantes de musculação.

Palavras-Chave; Efeitos Psicológicos, anabolizantes, abuso, comportamentos.

ABSTRACT

This study aims to show the psychological consequences generated by the use of anabolic steroids, therefore it is of fundamental importance to alert the consequences and how they negatively influence mental health and warning about the psychological illusion promoted by the use of anabolic steroids in the subject who uses them who have the narcissistic central belief of obtaining the perfect body. Anabolic steroids are synthetic derivatives of testosterone, with therapeutic purposes. are being used abusively by men and women, where they enable an increase in muscle volume in the short term. Concern has become alarming regarding the use of these substances not only in the world of sports, but also by bodybuilders for no purpose. become athletes, since their use allows them to gain muscle mass and these individuals may be predisposed to using them. Therefore, the present study aims to present an analysis of the use of Anabolic steroids in the bodybuilding scenario. The same is justified by the fact that practitioners of this modality are predisposed to use this resource, alerting professionals in the field about the most used substances and the adverse effects on mental health. Furthermore, it is important to address a controversial subject that requires more scientific studies and attention from the community.

Keywords; Psychological Effects, anabolic steroids, abuse, behaviors.

1. INTRODUÇÃO

A busca incessante pela melhoria da performance atlética, a obtenção de um corpo musculoso e a busca por padrões estéticos ideais têm levado muitos indivíduos a recorrerem ao uso de esteroides anabolizantes. Essas substâncias, conhecidas por seus efeitos no aumento da massa muscular e da força, têm sido amplamente utilizadas por atletas e entusiastas do fisiculturismo. No entanto, além dos impactos físicos, o uso indiscriminado de esteroides anabolizantes tem suscitado crescente preocupação devido aos seus efeitos adversos sobre a saúde mental e os problemas psicológicos que podem desencadear.

Este estudo pretende explorar a relação entre o uso de esteroides anabolizantes e os problemas psicológicos, como transtornos de humor, comportamento agressivo, depressão, ansiedade, entre outros. Ao longo deste trabalho, examinaremos a literatura científica disponível, destacando pesquisas que abordam os efeitos psicológicos adversos associados ao consumo dessas substâncias. Além disso, buscaremos compreender os mecanismos subjacentes a esses problemas psicológicos e discutir as implicações práticas para a saúde pública, esportes e a sociedade em geral.

À medida que avançamos nesta investigação, torna-se evidente que a compreensão dos problemas psicológicos causados pelo uso de esteroides anabolizantes é de suma importância, não apenas para a comunidade científica, mas também para os profissionais de saúde, atletas, treinadores e indivíduos que consideram o uso dessas substâncias. Este estudo visa contribuir para um maior entendimento dos riscos associados ao uso de esteroides anabolizantes, bem como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção que possam mitigar os impactos negativos na saúde mental daqueles que recorrem a essas substâncias em busca de ganhos físicos.

2. O USO DE ESTEROIDES ANABOLIZANTES

Os esteroides anabólicos androgênicos (EAA) são derivados sintéticos da testosterona que são utilizados para o tratamento/controle de diversas doenças (BASARIA; WAHLSTROM; DOBS, 2001; HARTGENS; KUIPERS, 2004). Em tese o uso de anabolizantes tem como principal função no uso terapêutico de pacientes de diversas patologias, como distrofia muscular, sarcopenia, falência da medula óssea, mielofibrose e doença renal crônica, também tem sido relatado que eles podem auxiliar na

recuperação funcional de pacientes que necessitam de ventilação mecânica ou com permanência prolongada em unidades de terapia intensiva e períodos pós operatório(Castilho, B. V. Ruela, L. P. Grasselli, L. M., Nunes, Y. T. ., Cerdeira, C. D. Santos, G. B. ., Ponciano, A. . (2021).)

Também podemos citar que os EAA estão sendo empregados terapêuticamente em tratamentos de diversas doenças, como AIDS, alguns tipos de anemia, cirrose hepática, alguns tipos de câncer, osteoporose, entre outras. Os pacientes com deficiências hormonais, queimaduras severas e disfunções que estão associadas, principalmente, ao catabolismo do tecido muscular esquelético também trazem boas respostas com o uso dos EAA. (BHASIN et al., 1998; BASARIA; WHALSTROM; DOBS, 2001; HARTGENS; KUIPERS, 2004; LANG et al., 2010).

Quando utilizados em doses terapêuticas e com monitoramento por profissionais de saúde, além de serem úteis no tratamento de distúrbios de puberdade, trazendo assim um grande recurso aos tratamentos.

Mesmo tendo grande sucesso no tratamento de algumas doenças, o uso de anabolizantes prolongados podem causar efeitos colaterais, onde o médico deve se fazer em necessário avaliar se seus benefícios terapêuticos compensam, ou não, pois trazem o surgimento de efeitos adversos. Nas doses terapêuticas certas e sob o controle e supervisão de médicos os efeitos colaterais são controlados e podem ser minimizados. Mas quando usados em doses elevadas os anabolizantes trazem consequências graves à saúde de seus usuários.

3. O USO ASSOCIADO NA PRÁTICA ESPORTIVA DE MUSCULAÇÃO

A testosterona foi descoberta em 1905 e como isolar 1935, começou a gerar uma onda onde vários produtos sintéticos foram produzidos. No pós Segunda Guerra Mundial, os esteroides anabólicos tiveram o uso para a recuperação do sistema muscular dos prisioneiros de guerra e logo passaram a ser utilizados no esporte, trazendo o objetivo de aumentar a massa muscular e o desempenho em modalidades esportivas (COB, 2004).

Embora existam numerosos estudos científicos sobre os esteroides anabolizantes e os esportes, pouco se sabe em relação aos seus efeitos e suas contra indicações (FLECK e KRAEMER, 1999).

Em muitas modalidades esportivas o uso foi proibido devido aos altos riscos médicos e a utilização abusiva deles, Fleck e Kraemer (1999) citam que os anabolizantes são utilizados há quase 50 anos, no objetivo de estimulação de tamanho e força musculares, e além disso, faz parte do levantamento de peso, levantamentos básicos e do fisiculturismo. Nestes esportes, a utilização deste recurso tem continuado.

Atletas de ambos os sexos utilizam diversos agentes farmacológicos, por acreditarem que estes medicamentos possam exercer uma influência positiva no desempenho de força, potência, destreza e resistência.

O uso de EAA têm se disseminado nos últimos anos, em diferentes camadas da sociedade, mesmo alguns destes indivíduos sabendo das consequências das reações adversas que essas substâncias possam gerar. Há um certo hábito de ignorar onde o objetivo de aprimorar o desempenho vem por meio destas drogas. (LIMA e CARDOSO, 2003; SABINO, 2004).

Estudos mostram que atletas que utilizam EAA obedecem a três metodologias para utilizar:

- 1) Ciclo - Conhecida como "ciclo", trata-se do período de utilização de tempos em tempos, que pode ser de quatro a 18 semanas.
- 2) Pirâmide- Ela começa com pequenas doses, que progressivamente aumenta até o ápice e, após atingir a dosagem máxima, existe a redução regressiva até o final do período.
- 3) Stacking-(uso alternado de esteroides de acordo com a toxicidade), essa metodologia vem da utilização de vários esteroides ao mesmo tempo.

Entre os atletas o hábito comum de como uma mistura dos três métodos descritos acima. Os EAA são administrados, geralmente, em doses supra fisiológicas que poderão chegar a até 500mg por dia consumidas por várias semanas ou meses (**Paulo Rodrigo Pedroso da Silval; Ricardo Danielskill; Mauro Antônio Czepielewski 2002**)

Um recente estudo feito pela Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Luana Lima de Oliveira, Jorge Lopes Cavalcante Neto) em 2018 mostra a distribuição do perfil dos praticantes de musculação na relação ao uso de esteroides anabolizantes, também mostrando as principais características de saúde desses usuários. Vale destacar que boa parte dos participantes já fez uso de esteroides anabolizantes (46%) e que o mais

frequente foi a testosterona (43,5%), seja de forma isolada ou combinada com outras drogas anabólicas. expõe a distribuição do perfil dos praticantes de musculação em relação ao uso de esteroides anabolizantes, bem como as principais características de saúde desses usuários. Vale destacar que boa parte dos participantes declarou já ter feito uso de esteroides anabolizantes (46%) e que o mais frequente foi a testosterona (43,5%), seja de forma isolada ou combinada com outras drogas anabólicas.

Podemos observar também que ter uma melhora estética foi o principal motivo para que esses praticantes de musculação fizessem uso de esteroides anabolizantes. Podemos notar o fato de que a maioria desses usuários já teve efeitos colaterais (28%), a facilidade de adquirir tais produtos através de amigos (63%) e não procurar qualquer acompanhamento médico (97,8%) para o uso dessas substâncias.

4. USO DE ANABOLIZANTES E SEUS EFEITOS

Como já observado, o uso dos anabolizantes com fins terapêuticos, frisando que é importante ter acompanhamento profissional. Segundo Lima (2009), o abuso de doses que são acima das terapêuticas traz enormes riscos à saúde, com reações adversas, físicas e psicológicas. Ribeiro (2008) traz o aviso que quanto maior a quantidade e a dose de EAA's, maiores são os efeitos colaterais em diferentes órgãos do sistema.

Entre os anabolizantes mais usados e seus efeitos podemos citar: Nandrolona muito popular pelo grande efeito anabólico e sobrevida longa causa crescimento excessivo de pelos com aspecto masculino e aprofundamento da voz em uma mulher com longos períodos de uso devido às suas propriedades androgênicas (ROSA; AGUIAR; RAMOS, 2014; GANESAN; HAQUE; ZITO, 2020).

Podemos encontrar ela sendo indicada para tratamento de doenças debilitantes crônicas, ou trauma. Com o uso prolongado ela traz efeitos colaterais severos como, azoospermia (ausência de espermatozoides ativos no sêmen ejaculado) hipertrofia prostática (Aumento da glândula da próstata) e carcinoma prostático (câncer na próstata) (Pedroso 2014). Podemos chamar a atenção também para os efeitos nas mulheres da hipertrofia clitoriana (aumento do clitóris) e amenorreia (a ausência de menstruação), (Ribeiro apud Braga, 2005).

Durateston: Ou popularmente conhecido como “dura”, se trata de um anabolizante que tem base de testosterona mais consumido no mundo. Ele ajuda com o crescimento

muscular e a diminuição da gordura corporal do usuário. É uma ação bastante intensa pois o uso traz aumento de força e ganho de peso e não traz a temida retenção hídrica como a alguns dos esteroides altamente androgênicos trazem. (Gruding & Bachman 1995 apud Santos, 2007). Para o tratamento ele é indicado para reposição de testosterona em homens portadores de condições associadas com hipogonadismo após castração química, eunucoidismo entre outras situações.

Com os efeitos colaterais podemos citar o priapismo (Ereção prolongada do pênis, geralmente sem excitação sexual) e outros sinais de estimulação sexual excessiva, oligospermia (Baixa quantidade de espermatozoides no sêmen) e diminuição do volume ejaculatório. (Abril et al., 2005, Bonetti et al., 2008).

Testosterona: Este anabolizante é famoso por trazer um rápido ganho de força e trazendo ganho de força e volume muscular, conhecido por promover rápido ganho de força e volume muscular. Ele é procurado por pessoas que querem um ganho muscular de forma rápida sem utilizar os métodos. Pois esta droga traz ganho de massa magra, resistência física e força e melhora a densidade óssea. Tirando a parte estética, o medicamento ajuda no tratamento de distúrbio na produção de testosterona, como doença nos testículos ou hipogonadismo primário, ajuda na produção de espermatozoides, e trata a falta de apetite sexual. Os efeitos colaterais são: Atrofia de testículos, insônia, ginecomastia, queda de cabelos, náuseas, perda de libido, problemas renais, câncer no fígado e retenção de líquido. (Gruding & Bachman, 1995 apud Santos, 2007).

5. EFEITOS PSICOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS

Como demonstrado, desde a descoberta dos esteroides em 1930, eles ajudam com o tratamento de diversas doenças, como ajudar no tratamento de testosteronas. (BROWER, 2009).

O uso de anabolizantes varia de indivíduo para indivíduo, como as alterações psicológicas que o uso de esteroides traz (KANAYAMA; HUDSON; POPE JR, 2009).

Citando os efeitos psiquiátricos graves, são as psicoses, mudanças extremas de humor, que vão da mania à depressão. Durante o ciclo de uso geralmente a mania se manifesta, depressão se apresenta após a interrupção do uso entre os ciclos. O que torna preocupante é que esses sintomas mentais trazem danos violentos, que são letais

e não letais, para si próprio e a outros. O suicídio e homicídio são associados ao uso, isto torna a preocupação indiscutível. (BROWER, 2009).

Os sintomas de mania ou hipomania se mostram com a exposição aos esteroides anabolizantes, já sintomas depressivos ou distímia se apresentam quando é suspenso o uso. (POPE JR et al., 2014). Além dos efeitos apresentados, pode notar síndrome de dependência. Em um estudo compararam usuários dependentes de esteroides anabolizantes com usuários não dependentes, e os resultados mostram que um grupo mostra sinais de dependência também de outras substâncias, como opioides, drogas lícitas (álcool e cigarro), outros hormônios e medicamentos. Em caso 25% dos usuários dependentes relataram uma síndrome maníaca ou hipomaníaca no processo de uso e trazem relato de episódio depressivo maior durante a retirada do esteroide anabolizante (KANAYAMA; HUDSON; POPE JR, 2009)

Em um estudo feito por Ip et al. (2012) com 120 usuários do sexo masculino que se mostraram dependentes de esteroides anabolizantes e 367 que não são dependentes por meio de uma pesquisa on-line, os diagnósticos psiquiátricos mostram em transtorno depressivo maior, transtorno de ansiedade (transtorno de ansiedade generalizada, transtorno do pânico, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno obsessivo-compulsivo ou fobia social), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, anorexia nervosa ou bulimia nervosa.

Aqueles que relataram um diagnóstico psiquiátrico, que dependem dos esteroides anabolizantes mostraram chances maiores para ter transtornos ao contrário dos usuários que não são dependentes ao relatar um transtorno de ansiedade (16,1% vs 8,4%) e transtorno depressivo maior (15,2% vs 7,4%). No estudo de Hauger, Westlye e Bjornecekk (2020) os dependentes de esteroides anabolizantes apresentaram um sofrimento psicológico maior, com níveis mais altos de ansiedade e depressão, e mais de 20% pontuaram acima do ponto de corte clínico, apresentando assim sofrimento significativo, concluindo que a dependência de esteroides anabolizantes está associada a elevados problemas de saúde mental.

Os efeitos psicológicos se apresentam ao tipo, combinações, doses e duração do uso, tendo assim uma relação dose-resposta entre o uso de esteroides anabolizantes e seus efeitos psicológicos, na qual aqueles que têm maior exposição em excesso ao longo da vida possui maior risco de efeitos psicológicos adversos (KANAYAMA; HUDSON;

PUPO JR, 2008). Podemos dizer que há uma forte motivação para ter um uso persistente, mesmo com efeitos colaterais, sendo muitas vezes sustentada por fatores psicológicos. Com esses dados e estudos destaca a importância do profissional de saúde na compreensão dessas mudanças psicológicas, também com o potencial dos esteroides anabolizantes de causar dependência. E, os atletas devem estar plenamente conscientes de que esses medicamentos sofrem uso indevido e, portanto, é necessário um monitoramento rigoroso (BROWER, 2009; GANESAN; HAQUE; ZITO, 2020).

É importante que os atletas tenham acesso para serem educados sobre os potenciais danos causados pelos esteroides anabolizantes, e com os métodos avançados de detecção dessas substâncias no sangue e na urina. É crucial que eles compreendam que muitos esteroides anabolizantes adquiridos online são falsificados e podem conter aditivos tóxicos. Além disso, há um risco de desenvolver dependência dessas substâncias, o que pode exigir encaminhamento para aconselhamento com um profissional de saúde mental.

Um outro importante aspecto é o frisar que os esteroides anabolizantes trazem efeitos psicoativos graves, como raiva, pensamentos suicidas e comportamento violento, que podem ser fatais. (GANESAN; HAQUE; ZITO, 2020). Mesmo com o uso terapêutico legítimo quanto o uso de forma ilegal dessas substâncias.

Segundo Santos (2003), existe uma patologia que é bem comum nesses casos, conhecida como vigorexia ou transtorno disfórmico corporal, que é distúrbio relacionado à percepção da imagem corporal, podendo trazer também ansiedade (Machado; Ribeiro, 2004). Os indivíduos que apresentam sintomas de vigorexia ao parar de fazer o uso de esteroides começam a mostrar quadros de depressão, onde apresenta dependência psicológica dos anabolizantes (Matos; Brandão, 2010). Wilmore e Costill (2001) nos traz que é no processo de retirada das substâncias que os efeitos de síndrome de abstinência se apresentam. Os principais sintomas da abstinência, pode-se citar as alterações de humor, depressão, insônia, anorexia, diminuição da libido, fadiga, dor de cabeça, dores musculares e articulares (Diehl, Cordeiro & Laranjeira, 2010). Com conhecimento da gravidade dos efeitos no uso é importante ressaltar que em caso de manifestação dos sintomas, o indivíduo precisa procurar tratamento e apoio psicológico (Diehl, Cordeiro & Laranjeira, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que o uso indevido de Esteroides Anabolizantes traz vários problemas tanto fisiologicamente como psicologicamente. A busca pelo corpo perfeito idealizado pela sociedade traz um preço alto e as pessoas que utilizam de forma incorreta não sabem o quão caro é.

A falta de informação, como é falado de resultados rápidos e otimizados e a forma como é vendido pela internet traz vários riscos às pessoas que fazem exercícios e querem uma resposta rápida em seu físico. Trazer informação para o público que iniciou o mundo Fitness e explicar as consequências e instruir que usar esteroides deve ser acompanhado por uma equipe qualificada sempre

É crucial conscientizar sobre os malefícios dos anabolizantes, e isso pode ser feito por meio de diversas iniciativas educativas. Palestras em escolas e academias, campanhas de mídia social com relatos reais, material educativo explicativo, parcerias com profissionais de saúde e atletas, programas de prevenção em comunidades, inclusão de conteúdo nos currículos escolares e campanhas em eventos esportivos são algumas dessas iniciativas. Em conjunto, essas ações buscam alertar sobre os perigos do uso de anabolizantes e promover um estilo de vida saudável e natural.

REFERÊNCIAS

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; ANDRADE, Tarcísio Matos de. Musculação, uso de esteroides anabolizantes e percepção de risco entre jovens fisiculturistas de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 18,2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbce/a/n7M6Zh9VpF87NdhFpzZCCxN/?lang=pt#> Acesso em 16 de ago. de 2023.

COSTA, Ana Caroline Corrêa; LIMA Eduarda Moreira; SANTOS, Jânio Sousa. Musculação e o uso de esteroides anabolizantes. *Research, Society and Development*, v. 10, n.13, 2021. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21462/19251> acesso em 16 de ago. de 2023.

MEGA MARTINS, Cristiane et al . Efeitos psicológicos do abuso de anabolizantes. *Ciênc. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 84-91, jul. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212005000200007&lng=pt&nrm=iso . acessos em 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, Luana Lima de Oliveira; NETO; Jorge Lopes Cavalcante Neto. Fatores sociodemográficos, perfil dos usuários e motivação para o uso de esteroides

anabolizantes entre jovens adultos. Rev. Bras. Ciênc. Esporte. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbce/a/n7M6Zh9VpF87NdhFpzZCCxN/?lang=pt#> . acesso 17 ago.2023.

ROCHA, Madalena; AGUIAR, Fátima, RAMOS, Helena. O uso de esteroides androgênicos anabolizantes e outros suplementos ergogênicos – uma epidemia silenciosa. Rev. Port.de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, Volume 9, Issue 2,2014. Disponível em https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1646343914000406?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=817ca1e1b8954d30 acesso 17 ago. 2023.

SILVA, Fabiana Gonçalves. O uso de esteroides anabolizantes no cenário da musculação. Especialização em Preparação Física e Esportiva. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9EALQ7> acesso 18 ago.2023.

ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E LETRAMENTO A CONSTRUÇÃO DO LEITOR: ANÁLISE DO CONTO “UMA VELA PARA DARIO”

Gilson Soares de Souza

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre a formação e o papel do leitor no tecido social; o processo de significação do texto literário e o efeito que este exerce sobre o leitor. Assim, sob o viés da Estética da Recepção, busca-se possíveis caminhos junto ao letramento para uma formação crítica do leitor. Para tanto, será analisado o conto “Uma vela para Dario”, de Dalton Trevisan, autor do Modernismo brasileiro, utilizando os critérios da Estética de Recepção, tendo como base os principais autores: Hans Robert Jauss (1994) e Wolfgang Iser (1999), principalmente. A expectativa é proporcionar uma visão diferente do que se têm de ensino de literatura nas escolas, considerando o leitor, entendido como coadjuvante no processo de leitura. Ademais, investiga-se os caminhos para capacitá-lo, a se ver como tal, é um dos efeitos que se espera deste artigo.

Palavras-chave: Estética da recepção, Letramento, Dalton Trevisan.

SUMMARY

The present work aims to reflect on the formation and role of the reader in the social fabric; the process of meaning of the literary text and the effect it has on the reader. Thus, from the perspective of Reception Aesthetics, possible paths are sought alongside literacy for a critical formation of the reader. To this end, the short story “A candle for Dario”, by Dalton Trevisan, author of Brazilian Modernism, will be analyzed using the criteria of Reception Aesthetics, based on the main authors: Hans Robert Jauss (1994) and Wolfgang Iser (1999), mainly. The expectation is to provide a different vision of literature teaching in schools, considering the reader, understood as supporting in the reading process. Furthermore, we investigate the ways to enable it, seeing itself as such, is one of the expected effects of this article.

Keywords: Reception aesthetics, Literacy, Dalton Trevisan.

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de refletir sobre a formação e o papel do leitor no tecido social, sobre o processo de significação do texto literário e sobre o efeito que esse exerce sobre o leitor, esse artigo, sob o viés da Estética da Recepção, busca possíveis caminhos junto com o letramento para uma formação crítica do leitor.

Na aula inaugural pública, ministrada a 13 de abril de 1967 na Universidade de Constança, o professor Hans Robert Jauss, propõe uma discussão a respeito da situação

da história da literatura e a sua reprodução. Jauss questiona as duas teorias literárias principais da época: a marxista e a formalista.

Minha tentativa de superar o abismo entre literatura e história, entre o conhecimento histórico e o estético, pode, pois, principiar do ponto em que ambas aquelas escolas pararam. Seus métodos compreendem o fato literário encerrado no círculo fechado de uma estética da produção e da representação. Com isso, ambas privam a literatura de uma dimensão que é componente imprescindível tanto de seu caráter estético quanto de sua função social: a dimensão de sua recepção e de seu efeito.

(JAUSS, 1994, p.22).

Segundo o autor, o leitor desempenha nas teorias literárias acima mencionadas um papel extremamente limitado, a saber, o restringir-se do texto à produção e à representação, deixando de fora o leitor ou receptor do texto literário. Fugindo dessas teorias que não reconhecem o leitor como parte constituinte do texto, o autor insere a literatura em uma dimensão importantíssima: a dimensão de sua recepção e de seu efeito. Nesta está a vastidão da obra, a possibilidade de muitas interpretações, pois, a qualidade do texto não resulta nem nas condições históricas nem no seu nascimento, mas sim na recepção, no efeito. A obra é recepcionada pelo leitor e este, por sua vez, interpreta-a enquanto aquela o modifica. O efeito, por sua vez, age no leitor que tem seus atos, de certa forma modificados pela leitura, repercutindo no tecido social. A proposta então sugerida por Jauss coloca o leitor como agente construtor de sentido na obra e sujeito e é pelo processo de leitura que o texto literário atinge seu efeito: “ambos os métodos, o formalista e o marxista, ignoram o leitor em seu papel genuíno...: o papel do destinatário quem, primordialmente, a obra literária visa.” (JAUSS, 1994, p. 22).

Partindo dessas primeiras considerações, pode-se afirmar que o texto é escrito pensando em um leitor. Se a obra é feita pensando no público ideal, o leitor tem um papel fundamental no processo de criação da mesma. Desde sua criação, o texto, como já dito, tem o leitor como alvo. O autor então imagina qual público de leitores pretende atingir e o leitor, cumprindo seu papel de receptor, interpreta a obra e lhe dá sentido. Existe, assim, uma relação dialógica entre literatura e recepção e, conseqüentemente, entre autor, texto e leitor. Portanto, “em uma história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história.” (ECO, 1994, p. 7). Entende-se, dessa forma, o leitor como fator decisivo de significação da história.

Tal afirmação reflete o caráter dinâmico da produção literária, como se pode perceber no trecho a seguir: “a obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto.” O texto literário assim que vai à público já não pertence ao autor, mas, sim, aos leitores que dela se deleitam, e os leitores são muitos, e em épocas e sociedades distintas, desta forma a obra se resinifica, se renova e continua a dialogar e ter sentido. (JAUSS, 1994, p. 24) De acordo com o autor, a obra é incompleta, não há sentido em si; o texto precisa do leitor para lhe dar sentido, porém, seu sentido é dinâmico e muda conforme seu observador/leitor. A história da literatura é um processo de recepção e produção estética que se faz nova na atualização dos textos literários pelos leitores que os recebe.

Analisar o processo de formação do leitor significa, para a Estética da Recepção, formar o indivíduo Leitor, não apenas no ato de decodificar o texto, mas também na capacidade desse indivíduo de interpretar o texto, ler nas entrelinhas, identificar a ideia proposta pelo autor, dialogar com o texto, fazendo inferência e ajudar em sua significação, preenchendo as chamadas fendas ou espaços vazios; e como resultado dessa construção de sentidos, acontece o efeito do texto que será internalizado pelo leitor.

Assim sendo, se percebe como o leitor passa a exercer, a partir das teorias da Estética da Recepção, um papel fundamental no processo de significação literária. Sendo assim, torna-se necessário perceber quais os tipos de leitor são importantes para a compreensão dessa teoria. Segundo Eco (1989), existem dois tipos de leitores literários: o leitor-modelo e o leitor empírico.

O crítico define o leitor-modelo como “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar. O leitor-modelo se aprofunda no texto compreendendo e entendendo a intenção do autor, além de aceitar “jogar” com o texto fictício (ECO, 1994, p.14). Entende-se então que o texto literário além de idealizar um leitor, necessita desse leitor. O leitor-modelo passa a ser construído pelo autor: “o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo.” (ECO, 1989, p.10) Gerar um texto significa executar uma estratégia de ações de previsões dos movimentos de outro. Trocando em miúdos, o autor, na construção do texto, pensa estrategicamente em possíveis movimentos do leitor: “para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que ‘conhecimento de códigos’). (ECO, 1989, p.12).

Segundo Eco, entende-se que o autor idealiza possíveis habilidades no seu leitor, habilidades essas que vão além de simples decodificações das letras, ultrapassando essa linha, entra-se no campo da interpretação, do ler nas entrelinhas. Assim, “um texto distingue-se de outros tipos de expressão por sua maior complexidade. E motivo principal da sua complexidade é justamente este não-dito. (DUCROT, 1972, p.10)

O não-dito destacado por Eco refere-se à análise que ultrapassa a compreensão superficial do texto. É o processo de significação que se situa nas entrelinhas do processo de recepção. “Não dito significa não manifestado em superfície, a nível de expressão: mas é justamente esse não dito que tem que ser atualizado a nível de conteúdo.” (ECO, 1989, p.12).

Portanto, o texto deixa propositalmente “espaços brancos” para serem preenchidos pelo leitor, com sua bagagem de leitura de mundo e de outros textos. “O texto está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos”. (ECO, 1989, p.13). Esses espaços em branco exigem do leitor habilidades de interpretação e cooperação e, desta forma, transforma a produção literária em espaço mais democrático, proporcionando um papel importante para o leitor na construção do sentido do texto. Esses movimentos que o texto visa no leitor ultrapassa, como já dito, a simples decodificação das letras. A participação do leitor se dá, desse modo, através da imaginação e da cooperação interpretativa.

O segundo tipo de leitor destacado por Eco é o Leitor-empírico. Segundo ele, “Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo de suas próprias paixões”. (Eco 1989). Para o crítico, o leitor empírico se diferencia do leitor-modelo justamente pelo fato de não seguir os caminhos predeterminados pelo autor, ou ignorá-los, fazendo com que o texto seja, assim, um espaço propício às suas reflexões subjetivas, direcionando a compreensão à sua vivência particular e não às idealizações do escritor. Como enfatiza Eco, ‘não há uma lei que determine como devem ler’, pois um leitor-modelo pode ora ler como leitor-empírico, já o leitor-empírico terá um esforço maior para ler como leitor-modelo.

Como vemos, a Estética da Recepção busca formar o leitor não como ser passivo diante de um objeto autossuficiente, mas visa aquele leitor que vai além das letras, códigos, o leitor crítico, idealizado como leitor-modelo e concretizado como empírico.

Este último é o leitor que ultrapassará os filtros de interpretação propostos pelo autor e terá possibilidades de refletir em seu comportamento diante do mundo, assimilando a percepção do seu papel como indivíduo ativo na sociedade.

A Estética de Recepção, desse modo, exerce um importante papel social, pois, pensa o leitor como sujeito construtor de sentidos do texto, da mesma forma como construtor da sua existência e percepção do mundo ao seu redor. “Na leitura e na escrita de textos literários encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos.” (COSSON, 2006, p. 9).

Dentro desse contexto de formação de leitores transformados em sujeitos no tecido social, a Estética da Recepção, em sua conceituação, se aproxima dos objetivos que pretende a prática de Letramento.

2. LETRAMENTO LITERÁRIO E ALFABETIZAÇÃO

Letramento segundo Rildo Cosson “trata-se não da aquisição da habilidade de ler e escrever, como concebemos usualmente a alfabetização, mas sim da apropriação da escrita e das práticas sociais que estão a ela relacionadas.” (Cosson, 2018, p. 11) Desta forma, destaca-se também a autora Magda Becker Soares, que foi uma grande educadora, linguista, pesquisadora e professora universitária pioneira no Brasil em aprofundar os estudos em relação à importância do letramento, e também a diferença de letramento e alfabetização. Para a pesquisadora alfabetização é “levar à aquisição do alfabeto’, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar a habilidade de ler e escrever...” (Soares, 2003, p. 16).

A pesquisadora explana ainda dois conceitos importantes na alfabetização:

“É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); esse último é que, sem dúvida, nunca é interrompido.”

É no processo de desenvolvimento da língua que posteriormente foi se denominar de letramento, ou seja, nesse sentido, letramento está ligado ao resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita e que está em constante desenvolvimento, conforme o indivíduo se relaciona com outros discursos, leituras e experiências. (Soares, 1998).

O letramento, então, é habilidade e competência que o sujeito adquire em se comunicar e se expressar em vários contextos de práticas sociais que o uso adequado da língua é essencial para uma efetiva participação social e cultural.

Além do letramento aqui já exposto, é importante ressaltar, principalmente quando se tem como objetivo a formação do indivíduo leitor, o letramento literário; esse que na concepção de Cosson, busca ir além da mera alfabetização, visa uma sociedade letrada, apropriada da leitura e da escrita, é o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem.

Para isso, cabe entender qual o papel da literatura na formação do aluno-cidadão:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de multiplicar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.

Antonio Candido. O direito à literatura (1995).

Segundo Candido, então, a literatura é fundamental para a formação das pessoas, ela humaniza, dá forma e vazão aos sentimentos e emoções, aumenta seu conhecimento de mundo e capacidade de se pôr no lugar do outro, negá-la, é negar à um direito fundamental.

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance.

Antonio Candido, O direito à literatura (1995)

Desta forma, Candido acredita que a literatura tem que ser vista como um direito, já que a todo momento as pessoas estão sujeitas a “devaneios” e “fabulações”. O acesso e condições de ler um bom texto literário se faz extremamente necessário para a criação do leitor literário que se propõe os estudos desse referido artigo. E para tal realização, sabe-se que é um processo demorado e complexo, nem sempre sendo fácil, pois depende de muitos fatores, sendo eles: sociais, familiares, psicológicos, econômicos,

etc. Porém, o caminho sendo difícil, não necessariamente é impossível. Entende-se que a escola e o ambiente familiar são os pilares para uma formação eficaz do sujeito-leitor.

A escola ocupa o papel social mais importante para a formação crítica do aluno-leitor, há inúmeros documentos que afirmam esse compromisso, BNCC, PCNs, currículos escolares. Nesse sentido, Antunes (2009, p.201) diz: [...] formar leitores, desenvolver competências em leitura e escrita é uma tarefa que a escola tem que priorizar e não pode sequer protelar.” O objetivo da escola é preparar o aluno para a vida, é formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres como cidadão e sujeito ativo na sociedade, para se construir enquanto pessoa, de modo que contribui com os outros sujeitos situados nos meios sociais incomuns. A literatura desempenha papel crucial nessa formação crítica dos sujeitos.

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominantes.

A literatura, entre muitas funções que desempenha, tem como princípio questionadora, emancipadora, e formadora de discursos, quando, paralelamente, questiona os discursos dominantes. Não tem um lado, porém desperta na mente leitora os lados que se formam a todo momento. “Por isso nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de perigo.” (Candido, 1995).

Ainda segundo Candido: “No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas.” O que o autor quer dizer com ‘transcender as normas estabelecidas’ não deve ser entendido com a errônea interpretação em ser rebelde e indisciplinado, mas, sim, no sentido de superar, ir além, ou seja, a literatura capacita as pessoas a se superar, a reinventar as coisas, melhorá-las, mostra mais caminhos.

3. ANALISANDO O CONTO “UMA VELA PARA DARIO”, DE DALTON TREVISAN.

Para tal efeito, principiando em autores fundamentais para o entendimento, valorização e compreensão de textos literários, e principalmente usando os recursos e ideias da Estética da recepção e do Letramento, analisar-se-á o conto “Uma vela para Dario”, de Dalton Trevisan, objetivando em uma aula de literatura para alunos do ensino médio da rede pública.

O Texto de Dalton Trevisan foi extraído do livro Vinte contos menores, Editora Record – Rio de Janeiro, 1979, pág.20.

Dalton Jérson Trevisan nasceu em Curitiba, Paraná, no dia 14 de junho de 1925. Formou-se em direito, exerceu advocacia durante seis anos. Trabalhou em uma fábrica de cerâmicas da família. Estreou na literatura com a novela “Sonata ao Luar” (1945). Após sua estreia produziu muitos trabalhos, escreveu em revistas, morou alguns meses na Europa. Ganhou repercussão nacional a partir de 1959, com a publicação de “Novelas Nada Exemplares”, que reunia quase duas décadas de produção literária. Recebeu pela obra, o Prêmio Jabuti de Câmara Brasileira do Livro, bem como outros muitos prêmios no decorrer da sua carreira. O livro “O Vampiro de Curitiba (1965) é o mais conhecido do autor, livro que lhe rendeu o apelido do título do livro, por seu temperamento recluso e avesso à entrevista. Trevisan se tornou um especialista em contos, e seus contos, caracteristicamente modernista, fragmentado, caracteriza a vida urbana de seus personagens em meio ao caos e a violência, ao descaso e a solidão em grandes cidades; também destaca, em muitos contos, a segregação e marginalização de alguns grupos sociais, relegados à própria sorte. Ademais, observa-se também, em seus personagens a dubiedade e falta de caráter, a falta de empatia, e a desumanização do ser humano. Características essas que evidenciam no conto em análise.

Levando em consideração a Estética da Recepção na leitura do texto, levar-se-á em questão para interação e construção de sentido do texto três agentes: autor, obra e leitor.

A Estética da Recepção ou Teoria da Recepção propõe uma reformulação da historicidade literária e da interpretação textual, rompendo com a visão tradicional da obra literária, a qual deixava de lado o papel do leitor no processo de interpretação e recepção dos textos. Pela estética da recepção o leitor ganha protagonismo e papel fundamental na construção de sentido do texto.

Porém, para um estudo, a interpretação a de se partir sempre do texto, que é a manifestação da linguagem, da comunicação, do pensamento e das ideias. Para tal afeito, observa-se a estrutura do conto em análise, para identificar qual gênero textual que ele se constrói, a coesão e coerência das ideias expostas, as palavras usadas, figuras de linguagens.

Em um primeiro momento a leitura tem que ser despreocupadas em analisar o texto, e sim, fruir enquanto leitura. Após esse momento leitor-obra, é crucial a abordagem do professor enquanto mediador e articulador do saber sistemático, e o aluno, nessa primeira abordagem ao texto, é necessário uma análise textual-estrutural, conforme exposto acima. Obedecendo as habilidades de competências (BNCC) de leitura de textos literários.

Na sequência, foca-se na obra enquanto objeto de criação, seu contexto de produção, espaço, tempo, autor e criador, que ambas, obra-autor, foram criadas e influenciadas pela sociedade que nasceram.

Segundo Candido (Candido, 2023), para uma interpretação mais completa é necessário fundir “texto” e “contexto”, “externo” e “interno”, entende-se como externo tudo que é social, tudo que vem fora do texto e o integra. “[...] Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (Candido, 2023, p. 16).

Nessa sequência, importante ressaltar, que o leitor já está como elemento inicial da interpretação, embora seu papel inicial se restringe a leitura, e desta forma, obedece a um mecanismo interno do leitor, um momento individual; mesmo, esse individual, não sendo solitário, pois ao ler, o leitor carrega consigo toda a sua gama de conhecimento prévio e social.

Em relação ao conto analisado, já identificado como gênero conto, o leitor o “aceita” como tal, aceitando “jogar o seu jogo”, conforme já foi citado acima (Eco, 1994), onde o leitor, para melhor compreender o texto literário, é ciente do seu caráter fictício.

“Dario vinha apressado, guarda-chuva no braço esquerdo e, assim que dobrou a esquina, diminuiu o passo até parar, encostando-se à parede de uma casa. Por ela escorregando, sentou-se na calçada, ainda úmida de chuva, e descansou na pedra o cachimbo.”

No primeiro parágrafo o autor apresenta uma personagem, Dario, e o ambiente onde se passa a cena, em uma rua. Na sequência a personagem continua sentado, e algumas pessoas começam a rodear o homem, perguntam se ele está bem, mas não obtiveram respostas. Dario não diz nada durante todo o texto.

“A velhinha de cabeça grisalha gritou que ele estava morrendo. Um grupo o arrastou para o táxi da esquina. Já no carro a metade do corpo, protestou o motorista: quem pagaria a corrida? Concordaram chamar a ambulância. Dario conduzido de volta e recostado à parede - não tinha os sapatos nem o alfinete de pérola na gravata.”

Aqui é apresentado ao leitor que Dario está morrendo. Movem-se para ajuda-lo, porém desistem. Mas não está explícito o porquê da desistência. Nesse ponto o papel do leitor é fundamental, pois:

[...] O lugar sistêmico é dado pelos lugares vazios, os quais são lacunas que marcam enclaves no texto de demandam serem preenchidos pelo leitor. Com efeito, os lugares vazios de um sistema se caracterizam pelo fato de que não podem ser ocupados pelo próprio sistema, mas apenas por um outro. Quando isso acontece, inicia-se a atividade de constituição do leitor, razão pela qual esses enclaves representam um ralé importante onde se articula a interação entre texto e leitor. Os lugares vazios regulam a formação de representações do leitor, atividade agora empregada sob as condições estabelecidas pelo texto.

(Wolfgang Iser, 1999, p.107)

Esses “lugares vazios”, são exclusivamente papel do leitor preencher, pois, de certa forma, o escritor precisa do leitor para preencher tais espaços, o imagina, como “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar. O leitor-modelo se aprofunda no texto compreendendo e entendendo a intenção do autor, além de aceitar “jogar” com o texto fictício (ECO, 1994, p.14).

Nesse sentido, em uma interpretação mais profunda, presente nos espaços vazios, e como dito a cargo do leitor, pode se inferir que no conto em análise as pessoas que tentavam ajudar Dario, foram impedidas de continuarem, pois questionadas quem pagaria a corrida, ninguém se prontificou em pagar, restringindo-se em chamar a ambulância (serviço público), e, desta forma, não se comprometendo de fato em ajudar, já que a responsabilidade pode ser empurrada para outro. Aqui surge a dúvida subentendida em se realmente estão dispostos a ajudar.

Outro ponto a ser preenchido pelo leitor repousa no final do parágrafo: “Dario conduzido de volta e recostado à parede - não tinha os sapatos nem o alfinete de pérola na gravata.” Não diz no texto o que aconteceu com o alfinete de pérola na gravata de Dario. Pode ter caído? Ou Alguém pegou? Na sequência do texto outros episódios vão se sucedendo da mesma forma, ou tentam ajuda-lo, mas desistem logo no primeiro obstáculo:

“Alguém informou da farmácia na outra rua. Não carregaram Dario além da esquina; a farmácia no fim do quarteirão e, além do mais, muito pesado. Foi largado na

porta de uma peixaria. Enxame de moscas lhe cobriu o rosto, sem que fizesse um gesto para espantá-las.”

Em seguida continua os espaços em branco em que se infere que as pessoas não estão o ajudando, e sim, pegando todos os seus objetos de valor, até tirarem tudo dele, inclusive a sua identidade:

“Registrou-se correria de mais de duzentos curiosos que, a essa hora, ocupavam toda a rua e as calçadas: era a polícia. O carro negro investiu a multidão. Várias pessoas tropeçaram no corpo de Dario, que foi pisoteado dezessete vezes. O guarda aproximou-se do cadáver e não pôde identificá-lo — os bolsos vazios”

Alguns símbolos ocupam papel fundamental na compreensão do texto, o papel da morte, da miséria humana, do descaso das pessoas e falta de empatia pelo próximo, da desgraça alheia como espetáculo. Aparece também o símbolo da caridade, quando “um menino de cor”, único que, na sua inocência de criança, compadece do defunto e deixa uma vela para Dario, simbolizando o respeito, porém a vela é apagada no final pela chuva.

“Fecharam-se uma a uma as janelas e, três horas depois, lá estava Dario à espera do rabeção. A cabeça agora na pedra, sem o paletó, e o dedo sem a aliança. A vela tinha queimado até a metade e apagou-se às primeiras gotas da chuva, que voltava a cair.”

Destaca-se, nesse ponto, a importância e o papel do letramento na interpretação e construção de sentido do texto literário, ou também não literário; no conto em análise, característicos de textos literários, a informação não está implícita no texto, sendo necessário um esforço do leitor, usando o seu conhecimento de mundo, de leituras anteriores e toda gama de vivência, bem como conhecer os problemas sociais a qual a obra se situa, para, assim, construir com eficácia o sentido do texto. Essa trama de leitor-obra, exigindo do leitor um esforço grande para construir sentido no texto, forçando-o a inferir, comparar, supor, negar, aceitar, pensar, é onde, com esse conflito entre o pensamento do leitor e o que a obra traz, é o crescimento do leitor enquanto sujeito consciente e crítico em relação a si próprio e aos outros, ou seja, a sociedade em que vive, aos grupos sociais em que se insere; e, assim como no texto literário o leitor é sujeitado a complexidade da obra e seu entendimento, na vida real, também encontra a sua complexidade, ou a sua falta de complexidade, é onde a literatura e vida real, uma depende da outra, ambas se completam: arte e vida, ficção e realidade.

Em uma compreensão mais aprofundada, entende-se, e só é possível esse entendimento sabendo da realidade atual da sociedade, a qual, segundo o texto, evidencia-se o descaso e banalização do sofrimento, da frialdade das pessoas, e do caráter de aproveitador, oportunista. Em uma sociedade que não seria assim, esse texto não faria sentido. Porém, o texto traz um alento, embora fugaz, quando o menino simples, mostra-se o mais humanizado, mostrando respeito ao defunto, fez aquilo que poderia fazer naquela situação. Infere-se, desta forma, em um possível preenchimento de espaços “não-ditos”, a mensagem de quão importante e como falta às pessoas o respeito e a humanização, e para isso, basta gestos simples e verdadeiros. Que na falta de valores tão caros, como o ser humano pode se distanciar cada vez mais da sua natureza humana, a qual si distingue do animal, justamente por pensar, sentir empatia; e, também valores construídos socialmente, como viver em comunhão e respeito com o próximo, valores que ao distanciarmos, nos aproximamos cada vez mais do animalesco e da barbárie, a destruição da sociedade, do homem (mulher), enquanto sujeito consciente.

CONCLUSÃO

Portanto, é possível concluir, ressaltando a importância da literatura para a formação eficaz do leitor na escola, para a formação de um indivíduo consciente do seu papel enquanto cidadão e agente influenciado e que influencia as várias manifestações sociais e culturais que a escrita se situa.

Destaca-se, ainda, mais uma vez, o papel fundamental que a escola desempenha na formação de indivíduos leitores que, além das habilidades de leitura e escrita, a fruição da leitura por gosto, a vontade de continuar a aprender, a sua formação integral enquanto pessoa, a qual a leitura desempenha um papel preponderante.

Para exemplificar como seria uma análise de um conto em sala de aula, criou-se aqui algumas possíveis abordagens tomando como referências a Estética da Recepção e o Letramento, no entanto fica claro que são possíveis abordagens, não se limitando a elas.

Esperou-se com esse artigo destacar a importância da Estética da Recepção e do Letramento enquanto teorias que colocam o leitor como protagonista e agentes fundamentais na interpretação e sentido do texto.

Reafirma-se, também, como a Estética da Recepção e o Letramento dão ao leitor, por vê-lo como agente central no texto, responsabilidades e protagonismo, espera-se com isso, que os alunos criem mais confiança em si mesmo, desenvolvam habilidades e competências em criar caminhos e alternativas para sobrepor obstáculos que a vida tende a apresentar, bem como fazem nos textos literários, a qual o escritor depende e espera do bom leitor.

Ainda, espera-se, que os alunos, usando da Estética da Recepção e do Letramento, usem do seu repertório de conhecimentos prévios, da sua intuição e raciocínio lógico, para compreender os textos que, ao lê-los, também o absolvam para contribuir nas futuras leituras.

E para finalizar, esse artigo objetivou, com as teorias e exemplos, criar caminhos pautados nas teorias já citadas, mais que qualquer coisa, além de proporcionar perguntas e continuidade na discussão acerca do papel do leitor no texto, e, posterior como esses textos são recepcionados e qual o efeito que esses textos criam no leitor. Sabendo que além do próprio leitor é modificado pelo texto, criando nele especulações, perguntas, refutação, etc. Mas, além de tudo, o efeito que, mudando o leitor, é refletido na sociedade em geral, nos meios que os leitores estão inseridos, e, logo, espera-se que esses meios sociais que o leitor, agora tocado pelas emoções e sentimentos suscitados pelos textos, estejam sempre em evolução enquanto pessoas. Desta forma, espera-se que a sociedade em geral possa ser afetada positivamente pelos efeitos que a literatura pode causar nos leitores.

REFERÊNCIAS

JAUSS, Hans Robert. A história da literatura como provocação à teoria literária. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. 78p.

Wolfgang Iser, O ato da Leitura: uma teoria do Efeito Estético, 1999. Vol. 2. Editora 34.

Cosson, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. Ed, 8 reimpressão. – São Paulo: contexto, 2018.

Soares, Magda. Alfabetização e letramento. Magda Soares, - 7. Ed., 6 reimpressão. – São Paulo: contexto, 2023. 192p.

Candido, Antonio (1918-2017) Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. Antonio Candido. – I. Ed. – São Paulo: Todavia, 2023.

file:///C:/Users/gilso/Downloads/Uma%20vela%20pra%20Dario%20-%20Dalton%20Trevisan.pdf

file:///C:/Users/gilso/Downloads/[E-book]_O_direito_%C3%A0_literatura%20(1).pdf

Metodologia do ensino de língua portuguesa e literatura[Nilcéa lemos Pelandré...[et al].
– Florianópolis: LLV.CCE.UFSC,2011. 194p. :il. ISBN 978-85-61482-29-9.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL

Lucas Rodrigues
José Luis da Rocha Santos
Sabrina de Almeida Marques
Sheyla Cabral Santos Buickvieser
Luciana Bizeto

RESUMO

Os medicamentos genéricos no Brasil ganharam força no ano de 1999 onde foi aprovada a LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999. Nesse processo as indústrias passaram a produzir medicamentos legais como cópias perfeitas do medicamento de referência, onde também se tornaram produtos mais acessíveis a população. Esse trabalho foi uma pesquisa exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa. O presente trabalho visa descrever a evolução histórica dos genéricos no Brasil. Destacar a participação do Profissional Farmacêutico nas etapas de desenvolvimento, registro e comercialização dos Genéricos.

Palavras-chave: Genéricos; assistência farmacêutica; varejo; venda de genéricos.

ABSTRACT

The generic medicines in Brazil gained strength in the year 1999 where it was approved the LAW Nº 9.787, OF FEBRUARY 10, 1999. In this process, industries began to produce legal drugs as perfect copies of the reference drug, where products were also more accessible to the population. This work was an exploratory research carried out through a bibliographic survey with a qualitative approach. This paper aims to describe the historical evolution of generics in Brazil. Highlight the participation of the Pharmaceutical Professional in the stages of development, registration and marketing of Generics.

Keywords: Generics; pharmaceutical services; retail; sale of generics.

1. INTRODUÇÃO

Em 1999 foi aprovada a Lei dos Genéricos, um marco no Brasil. Após a adoção desta lei, as indústrias farmacêuticas passaram a produzir medicamentos legais como cópias perfeitas dos medicamentos de referência que tinham a sua patente expirada em um prazo médio de 15 a 20 anos, tornando possível a introdução de medicamentos denominados genéricos em todo território brasileiro. A fim de serem prontamente disponibilizados para aquisição em drogarias e farmácias, esses medicamentos passam por testes de equivalência farmacêutica e bioequivalência.

O medicamento genérico possui o mesmo princípio ativo do medicamento de referência (medicamento inovador, o primeiro a obter o registro pela ANVISA). Passa por estudos de equivalência farmacêutica e bioequivalência e podem ser intercambiáveis com o medicamento referência. Os testes de equivalência farmacêutica e bioequivalência, têm como objetivo assegurar que o medicamento genérico tenha o mesmo perfil farmacocinético do medicamento de referência, permitindo, assim, sua produção e distribuição no mercado varejista (LEMES, E. O. et. al., 2018). Os Genéricos para serem comercializados, requerem os seus registros na ANVISA.

O presente trabalho visa descrever a evolução histórica dos genéricos no Brasil. Destacar a participação do Profissional Farmacêutico nas etapas de desenvolvimento, registro e comercialização dos Genéricos.

2. METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva e exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, obtidos a partir do acervo bibliográfico do presente na instituição e artigos encontrados nas bases de dados Scielo, Medline, Lilacs, Blogs e Revistas eletrônicas. Foram selecionadas 10 publicações, compreendidas entre os anos de (2002 a 2023). Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores (Genérico, Bioequivalência, Intercambialidade).

2.1. A HISTÓRIA DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL

Em 1991 no Brasil foram dados os primeiros passos em direção aos medicamentos genéricos quando um deputado apresentou projeto que pretendia remover as marcas comerciais dos medicamentos, ou seja, eles deveriam ser identificados pelos componentes ativos que continham e não por nomes “fantasia”. Em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha José Serra como ministro da Saúde, foi promulgada pelo Ministério da Saúde a lei dos genéricos (Lei 9.787, de 1999). A lei autorizava a comercialização, por qualquer laboratório, de medicamentos cujas patentes estivessem expiradas. A lei previa ainda a padronização das embalagens que deveriam ter uma grande tarja amarela com a letra “G” de genérico e, por extenso, o nome do princípio ativo. Na embalagem do medicamento genérico não se pode trazer o nome de referência ou fantasia. O produto tem obrigatoriamente que custar, no mínimo, 35% menos que os medicamentos comuns, melhorando o acesso da população mais carente aos medicamentos. Contudo, desde 1960 os Estados Unidos já

adotavam o medicamento genérico e por volta de 1980 já tinham definido os critérios sobre os genéricos, que também foi adotado por outros países. Estima-se que 75% dos medicamentos vendidos nos Estados Unidos e 90% no Canadá, sejam genéricos. No Brasil, no ano de 2019 a venda desses medicamentos correspondeu a 35% do total de medicamentos vendidos (SOUZA, C. M. A. et. al., 2023).

Nas últimas duas décadas, a Lei dos Genéricos mudou radicalmente e a indústria farmacêutica e esses produtos se tornaram o eixo central da ampliação do consumo de medicamentos no País. Desde o surgimento dos genéricos o uso de medicamentos para controle de colesterol cresceu mais de 2.320% e o consumo de anti-hipertensivos aumentou 743% nas últimas duas décadas enquanto os medicamentos para o tratamento de diabetes tiveram expansão de mais de 1.600%. Alguns números no ano 2004, já mostravam que “o mercado de genéricos representava pouco mais de 5%, e logo depois passou para 19% em 2009, 30% em 2015 e alcançou 37% em 2018 (CGEE, 2017, Anvisa, 2019, apud SOUZA, C. M. A. et. al., 2023). Além disso, em de 2023, mais de 120 laboratórios já possuíam linhas de produtos genéricos, com mais de 3.800 registros disponíveis em 21,7 mil apresentações para os consumidores, fornecendo cobertura para a maioria das doenças conhecidas. Para os consumidores, segundo os próprios laboratórios farmacêuticos, esses produtos proporcionaram uma economia de mais de R\$ 127 bilhões nas últimas duas décadas (UNIFAR <https://www.unifar.com.br/genericos-completam-20-anos-e-apresenta-economia-de-bilhoes-2/>).

2.2. MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Os candidatos à genéricos devem ser submetidos ao estudo clínico de bioequivalência e biodisponibilidade, tendo, assim, a garantia de que possuem mesmo valor terapêutico de um medicamento de marca (MONTEIRO, W. M. et. al., 2005) e aos testes de equivalência farmacêutica, para serem registrados, produzidos e comercializados, precisam aguardar a expiração da patente ou de outros direitos exclusivos do medicamento de referência [CITATION DIA06 \I 1046].

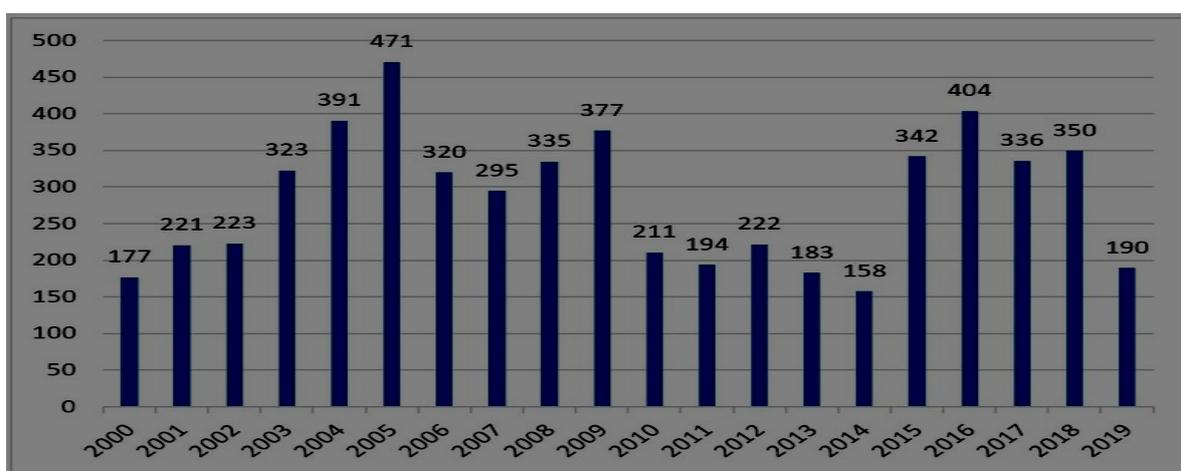
2.3. MEDICAMENTOS GENÉRICOS REGISTRADOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS.

De acordo com a ANVISA desde o ano 2000 até 2019, 5.723 medicamentos genéricos foram registrados. Destes, 2.398 registros foram cancelados, restando 3.325

medicamentos genéricos com registros válidos. Quanto as informações sobre o crescimento do mercado de medicamentos genéricos, observa-se um aumento da concorrência e da oferta de produtos no mercado brasileiro. Isso resulta em uma maior disponibilidade de medicamentos para diversos tratamentos, redução de gastos e um acesso ampliado à população. A taxa média de crescimento anual do segmento cresceu 18,3% em valor de venda e 18,7% em unidades vendidas entre 2003 e 2019, ao mesmo tempo em que para os demais medicamentos foi de 6,4% e 6,0%, respectivamente. (SOUZA, C. M. A. et. al., 2023). Dentre as 3.729 formas farmacêuticas de medicamentos genéricos com registros válidos até 05/08/2019, há 644 diferentes princípios ativos isolados ou em associação. Hoje em dia existem cerca de 133 empresas que são detentoras dos registros das 3.729 formas farmacêuticas de medicamentos genéricos com registros válidos até 05/08/2019.

O medicamento genérico inédito corresponde ao primeiro medicamento genérico a ser registrado para determinada substância ativa ou associação, para determinada concentração ou para determinada forma farmacêutica. Neste caso os pedidos de registro são tratados com prioridade, pois têm especial importância na ampliação da oferta, redução do preço do tratamento e estímulo da concorrência. Até 05/08/2019 foram registrados 1.039 medicamentos genéricos inéditos. Deste total, 708 para determinada substância ativa ou associação, 214 para forma farmacêutica e 104 para concentração. O número de medicamentos genéricos inéditos registrados no Brasil está ilustrado na figura 1.

Figura 1: Medicamentos genéricos registrados por ano Brasil



Fonte: Generics And Biosimilars Initiative, ANVISA apud Sabadini, L (2021)

Um levantamento feito pela PróGenéricos, a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares, revela que, apesar de as previsões indicarem que serão necessários cerca de 4 anos para que a categoria atinja 40% de participação de mercado nas vendas de medicamentos no varejo em nível nacional, três estados brasileiros já alcançaram esse patamar. São eles: Minas Gerais (com 44,27% de participação), Pernambuco (com 41,43%) e Rio Grande do Sul (com 41,15%). Esses três estados fazem parte de um grupo de sete cuja participação de mercado é superior à média nacional, que atingiu 36,61% no primeiro semestre de 2023. Os outros estados desse grupo são: São Paulo (37,13%), Rio de Janeiro (38,14%), Paraíba (39,06%) e Rio Grande do Norte (38,74%). Os dados foram fornecidos pelo IQVIA, um instituto global especializado no monitoramento do mercado farmacêutico, e referem-se às vendas do primeiro semestre de 2023. Os números com esses indicadores do ano de 2023 é demonstrado na figura 2:

Figura 2: Demonstrativo de crescimento da venda de medicamentos genéricos por estado.

MG	44,27%
PE	41,43%
RS	41,15%
PB	39,06%
RN	38,74%
RJ	38,14%
SP	37,13%

Fonte: Acessória de imprensa da PróGenéricos, apud. <https://medicinas.com.br/genericos-mercado/>

De acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, esses sete estados combinados abrigam mais da metade (53,30%) da população total do Brasil e são responsáveis por cerca de dois terços (63%) das vendas gerais de medicamentos genéricos em todo o país.

2.4. DEZ MEDICAMENTOS GENÉRICOS MAIS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS.

Levantamento realizado em 2022 pela Close-Up International, sobre o mercado farmacêutico brasileiro listou os dez medicamentos genéricos campeões de vendas nas farmácias. Os dados levam em conta os últimos 12 meses até setembro. Com R\$ 130,

milhões em vendas no período, crescimento de 42%, o anti-inflamatório, analgésico e antitérmico cetoprofeno, da Medley, ocupa a primeira colocação no ranking. Curiosamente, o remédio foi apenas um entre as centenas de medicamentos em falta nos hospitais e farmácias do país ao longo do ano de 2022. Em segundo lugar vem a Losartana Potássica, da Neo Química, com R\$ 110,6 milhões em vendas. De acordo com a PróGenéricos (2021), nos mercados que envolvem classes terapêuticas de medicamentos utilizados no tratamento de doenças crônicas, os genéricos se estabeleceram como a opção preferida pelos consumidores brasileiros. No segmento de medicamentos para controle do colesterol, os genéricos são responsáveis por 75% das vendas em unidades. Já no caso do diabetes, os genéricos representam 35% das unidades comercializadas, enquanto no segmento de anti-hipertensivos eles conquistaram uma participação de 73% nas vendas. (SOUZA, C. M. A. et. al., 2023). A lista com os 10 medicamentos genéricos mais vendidos em 2022 está demonstrada na figura 3:

Figura 3: Ranking dos 10 medicamentos genéricos mais vendidos em 2022.

Ranking	Produto Genérico	Fabricante	Medicamento Referência	Vendas
1	Cetoprofeno	Medley	Profenid	R\$ 130,8
2	Losartana Potássica	Neo Química	Cozaar	R\$ 110,6
3	Naratripitana	Nova Química	Naramig	R\$ 108
4	Levotiroxina	Merck	Synthroid	R\$ 102,3
5	Rivaroxabana	EMS	Xarelto	R\$ 94,7
6	Metformina	Prati-Donaduzzi	Glifage XR	R\$ 90,9
7	Pantoprazol	Medley	Pantozol	R\$ 88,9
8	Ivermectina	Vitamedic	Revectina	R\$ 82,9
9	Amoxicilina+ Clavulanato de Potássio	Sandoz	Clavulin BD	R\$ 80,3
10	Amoxicilina+ Clavulanato de Potássio	EMS	Clavulin BD	R\$ 77,9

Fonte: SINCOFARMA, 2022. Valor em milhões de reais.

3. ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO, REGISTRO E COMERCIALIZAÇÃO DOS GENÉRICOS.

O Farmacêutico é um profissional que possui uma formação ampla e que pode se capacitar para as diferentes áreas da assistência farmacêutica. No caso dos genéricos, o farmacêutico pode atuar no (1) desenvolvimento farmacotécnico, onde busca encontrar formulações que tenham eficácia e segurança visando garantir a equivalência terapêutica entre o genérico e o referencial; (2) participação nos estudos de bioequivalência, ou seja, na pesquisa clínica, desde a colaboração para o seu desenho, como na análise dos metabólitos, por meio de técnicas sofisticadas, para comparar o perfil do candidato a genérico com o perfil do medicamento de referência; (3) na elaboração do Dossiê e demais documentos que serão peticionados junto à ANVISA, para a obtenção do registro e autorização para a produção e comercialização; (4) atuação na farmacovigilância, monitorando possíveis eventos adversos ou ineficiência terapêutica; (5) na comercialização dos medicamentos, como representantes comerciais, divulgando esses medicamentos aos prescritores, etc; (6) na aquisição de medicamentos genéricos para compor o rol de medicamentos ofertados no serviço hospitalar e unidades básicas de saúde; (7) atuar na equipe técnica da ANVISA, para análise dos documentos e registro. Os exemplos supra citados, correspondem a uma pequena amostra da atuação do farmacêutico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir da implantação dos Genéricos no Brasil, houve um aumento expressivo, quanto a quantidade de novos registros destes medicamentos.

O farmacêutico é o profissional capacitado para atuar nas diferentes etapas relacionadas ao desenvolvimento, registro e comercialização do Medicamento Genérico.

REFERÊNCIAS

CRUZETA, A. P. S.; DOURADO, A. C. L.; MONTEIRO, M. T. M.; MARTINS, R. O.; CALEGARIO, T. A.; GALATO, D. Fatores associados à compreensão da prescrição médica no Sistema Único de Saúde de um município do Sul do Brasil. *Temas Livres - Ciênc. saúde coletiva*, 18, n. 12, Dez 2013. 3731-3737. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/FzhfxTFVrRKqPTVY5ss5K5k/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 out. 2023.

DIAS, C. R. C.; ROMANO-LIEBER, N. S. Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, n. 8, p. 1661-1669, 2006.

Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csp/a/GDrNcKwNRjzMHp8VLhWKV4y/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 22 out. 2023.

LEMES, E. O.; ALMEIDA, N. S. V.; EUBANKS, P. H. P.; RESENDE, S. R.; LUZ, W. C. M. História do Medicamento Genérico no Brasil. *Ensaio Cienc*, v. 22, n. 2, p. 119-123, 2018. Disponível em: <<https://ensaioseciencia.pgsskroton.com.br/article/view/4178>>.
Acesso em: 25 out. 2023.

Medicina S/A. Genéricos atingem mais 40% de participação de mercado em MG, PE e RS. Publicado em 03/10/2023. Disponível em: <<https://medicinasasa.com.br/genericos-mercado/>>. Acesso em 07 dez.2023.

MONTEIRO, W. M.; MELO, G. C.; MASSUNARI, G. K.; HÜBNER, D. V.; TASCA, R. S. Avaliação da disponibilidade de medicamentos genéricos em farmácias e drogarias de Maringá (PR) e comparação de seus preços com os de referência e similares. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 41, n. 3, p. 334-343, jul./set 2005. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbcf/a/MLWGgJWzhbyzGp4WThFXmgP/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 22 out. 2023.

SABADINI, L. Lista dos Medicamentos Genéricos mais vendidos nas farmácias, 2021. Disponível em:< <https://www.inovafarma.com.br/blog/medicamentos-genericos/>>
Acesso em 28 abril 2024.

SINCOFARMA. Os 10 medicamentos genéricos mais vendidos em farmácias. 2022. Disponível em: <<https://www.sincofarma-go.com.br/noticias/os-10-medicamentos-genericos-mais-vendidos-em-farmacias/>> Acesso em 28 abril 2024.

SOUZA, C. M. A.; HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J. O papel da concorrência na determinação dos preços dos medicamentos genéricos no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 32, n. 1, p. 163-184, janeiro-abril 2023. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ecos/a/xMWCZx6w5dfs9wRsqz8xCth/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 22 out. 2023.

UNIFAR. Genéricos completam 20 anos. Disponível em:
<<https://www.unifar.com.br/genericos-completam-20-anos-e-apresenta-economia-de-bilhoes-2/>> Acesso em: 28 abril 2024.

ZANELLA, C. G.; AGUIAR, P. M.; STORPIRTIS, S. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, n. 2, Fev 2015. 325-332. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csc/a/9dRB7Bb9656Lxsr3ZRjmYYf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2023.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA DE DADOS EM AMBIENTES ACADÊMICOS

Giulio Vincenzo Di Berardo
Gustavo Rodrigues Da Silva
Henrique Lourenço Tamada
Luciana Ferreira Baptista

RESUMO

Este artigo explora os desafios e soluções para a implementação de políticas de segurança de banco de dados em instituições de ensino superior. Ele destaca as ameaças comuns, como acesso não autorizado e ataques cibernéticos, e enfatiza a importância das políticas de segurança de dados e conformidade com regulamentos de privacidade. Um estudo de caso oferece insights sobre medidas técnicas de segurança, como criptografia e controle de acesso, juntamente com a necessidade de conscientização dos usuários.

Palavras-chave: Banco de Dados. LGPD. Segurança de Banco de Dados

ABSTRACT

This article explores the challenges and solutions for implementing database security policies in higher education institutions. It highlights common threats such as unauthorized access and cyber attacks, emphasizing the importance of data security policies and compliance with privacy regulations. A case study provides insights into technical security measures such as encryption and access control, along with the need for user awareness.

Keywords: Database. LGPD. Database Security.

1. INTRODUÇÃO

No cenário atual, as instituições de ensino superior estão cada vez mais imersas em um ambiente digital, gerenciando uma quantidade significativa de informações sensíveis. A diversidade de usuários e tipos de dados, juntamente com a crescente dependência de tecnologias digitais, criou um contexto complexo e desafiador.

O problema central que este artigo aborda é a crescente vulnerabilidade dessas instituições a ataques cibernéticos. A segurança de dados tornou-se uma questão crítica, com implicações que vão desde a violação da privacidade individual até a interrupção de serviços essenciais.

Este trabalho tem como objetivo fornecer uma visão abrangente dos desafios específicos enfrentados pelas instituições de ensino superior na segurança de dados. Ele se propõe a explorar a complexidade da proteção de dados em ambientes acadêmicos, destacar a importância de medidas de segurança robustas e fornecer insights para garantir a proteção das informações.

2. METODOLOGIA APLICADA

Para desenvolver o tema proposto, adotamos o levantamento bibliográfico. Essa modalidade de revisão, também chamada de pesquisa ou revisão bibliográfica, consiste em um esforço investigativo detalhado a fim de oferecer recursos para discussão do trabalho científico, como explica Pizzani et al. (2012, p. 54). Souza, Oliveira e Alves (2021, p. 65) reforçam que “A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada”. Fontes acadêmicas, como livros, artigos de periódicos e teses, foram consultadas para fornecer uma base teórica sólida.

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

3.1. BANCO DE DADOS

Na definição de Elmasri e Navathe (2018, p. 4), “Um banco de dados é uma coleção de dados relacionados. Com dados queremos dizer fatos conhecidos que podem ser registrados e que possuem significado implícito”. Dentre as aplicações básicas de um banco de dados tradicional, os mesmos autores oferecem o exemplo prático de sua utilização em uma instituição de ensino superior (universidade). Eles também ressaltam que o banco de dados deve refletir alguma peculiaridade do mundo real e suas transformações. Além disso, a coleção nele armazenada deve algum significado e organização lógica coerente. Por fim, deve ser projetado para algum objetivo específico, ou seja, atender a funcionalidades de seus usuários.

No contexto acadêmico, bancos de dados desempenham um papel fundamental na gestão e armazenamento de uma vasta gama de informações, incluindo registros acadêmicos, informações financeiras, dados de pesquisa e outros dados administrativos. Esses sistemas fornecem uma infraestrutura centralizada para coleta, organização e recuperação eficiente de dados, facilitando a tomada de decisões, a análise de dados e o suporte às operações diárias das instituições de ensino superior.

3.2. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS (SGBD)

Um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) é uma ferramenta de software que auxilia na criação, manutenção e uso de um banco de dados. Ele serve para definir as características dos dados, como tipo e estrutura, e para armazenar essas definições como metadados. O SGBD também gerencia o armazenamento dos dados em si. Além disso, ele permite que os usuários realizem operações como buscar informações específicas, atualizar os dados para refletir alterações e criar relatórios baseados nesses dados. O resultado da combinação do repositório de dados com o software de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) será denominada como sistema de banco de dados (Elmasri e Navathe, 2018, p. 4).

3.3. SEGURANÇA DE BANCO DE DADOS

Dentro de um banco de dados de grande porte utilizado por múltiplos usuários, é essencial que apenas pessoas com autorização tenham acesso a dados delicados, como informações pessoais ou confidenciais. Um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) necessita incorporar um mecanismo de segurança que permita ao seu administrador estabelecer e gerir contas e suas respectivas limitações, aplicadas automaticamente pelo SGBD. Adicionalmente, o software de SGBD pode ser configurado para restringir o acesso a funcionalidades específicas somente ao pessoal qualificado, bem como limitar os usuários a somente realizar tarefas previamente estabelecidas (Elmasri e Navathe, 2018, p. 18).

3.4. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece uma série de princípios que devem ser seguidos ao tratar dados pessoais dentro de um sistema de banco de dados. Isso inclui a garantia de transparência, finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e não discriminação. O tratamento dos dados deve ser feito de forma a respeitar a privacidade e a liberdade dos titulares dos dados.

Ela também impõe obrigações aos controladores e operadores de bancos de dados, como a necessidade de obter consentimento explícito para coleta e uso de dados, além de informar os titulares sobre quais dados estão sendo coletados e por quê. Os titulares têm o direito de acessar seus dados, corrigi-los, excluí-los ou até mesmo portá-los para outro serviço. As empresas devem estar preparadas para responder a esses

pedidos e garantir a proteção dos dados contra acessos não autorizados ou situações de vazamento.

4. ANÁLISE DE AMEAÇAS E VULNERABILIDADES

Entre as principais ameaças enfrentadas estão o acesso não autorizado, roubo de identidade, vazamento de informações pessoais e ataques cibernéticos. O acesso não autorizado é uma ameaça persistente, com potencial de comprometer dados confidenciais armazenados em sistemas acadêmicos. Isso pode ocorrer devido à falta de controle de acesso adequado ou à exploração de vulnerabilidades em sistemas de segurança. Os invasores podem obter acesso a informações confidenciais, como registros acadêmicos, informações financeiras e dados de pesquisa.

O roubo de identidade é outra ameaça significativa, onde os criminosos podem usar informações pessoais de alunos, professores ou funcionários para obter acesso ilegal a sistemas ou realizar atividades fraudulentas. Isso pode resultar em danos financeiros e reputacionais para as vítimas, além de prejudicar a integridade dos dados (Belarmin, 2014).

5. POLÍTICA DE SEGURANÇA DE DADOS

Nesse cenário, estabelecer políticas de segurança de dados robustas e garantir a conformidade com regulamentações de privacidade, exigida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é de vital importância para salvaguardar a integridade e a privacidade das informações.

As políticas de segurança de dados fornecem o arcabouço necessário para proteger informações sensíveis contra ameaças internas e externas. Elas não apenas delineiam os procedimentos para o armazenamento seguro de dados, mas também estabelecem diretrizes claras para o acesso e compartilhamento de informações dentro da instituição. Ao implementar políticas de segurança de dados robustas, as instituições acadêmicas podem reduzir significativamente o risco de violações de dados e proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

Além disso, este cuidado é essencial para evitar penalidades financeiras e proteger a reputação da instituição. Essas regulamentações estabelecem padrões rigorosos para o tratamento e proteção de dados pessoais, exigindo que as instituições

implementem medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos dados.

6. ESTUDO DE CASO

6.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Na madrugada de 24 de setembro de 2023, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sofreu um ataque cibernético que comprometeu a segurança de seus servidores e dados institucionais. Hackers exploraram senhas fracas, acessando informações confidenciais e dados pessoais de alunos, resultando em um vazamento de informações sensíveis, como nomes, endereços, números de identificação e registros acadêmicos e, inclusive, levando a uma suspensão emergencial de todos os sistemas e serviços digitais da universidade. A resposta da UFMS incluiu uma investigação interna para determinar a extensão do acesso não autorizado, a comunicação do incidente às autoridades competentes e à comunidade acadêmica, e a implementação de medidas de proteção de dados para os alunos afetados (Câmara,2023).

6.2. RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA

Diante das ameaças representadas pelos ataques narrados no estudo de caso, trazemos duas possíveis soluções apresentadas pela doutrina para proteção das informações registradas no banco de dados e evitar o acesso por pessoas não autorizadas: a criptografia de dados e o controle de acesso granular.

6.3. CRIPTOGRAFIA DE DADOS

Uma abordagem robusta para garantir a confidencialidade e integridade dos dados é a criptografia. Entre as técnicas de criptografia, destaca-se o uso de criptografia homomórfica como uma solução excepcional.

A criptografia homomórfica é uma técnica avançada que permite que operações matemáticas sejam realizadas diretamente sobre dados criptografados, sem a necessidade de descriptografá-los. Isso significa que consultas e operações podem ser realizadas em dados criptografados, mantendo sua segurança e confidencialidade em todos os momentos.

Essa capacidade é especialmente relevante em ambientes de banco de dados, nos quais a análise de dados sensíveis muitas vezes requer a execução de consultas complexas e operações computacionais sobre conjuntos de dados criptografados. Ao

aplicar a criptografia homomórfica, as organizações podem manter a privacidade dos dados, mesmo quando estão sendo processados e analisados.

Além disso, a criptografia homomórfica oferece uma camada adicional de segurança, pois elimina a necessidade de revelar chaves de descryptografia a terceiros, minimizando assim o risco de exposição de dados sensíveis. No entanto, é importante ressaltar que a implementação eficaz da criptografia homomórfica requer um cuidadoso planejamento e considerações sobre desempenho, pois operações sobre dados criptografados tendem a ser computacionalmente intensivas (PEREIRA,2021).

6.4. CONTROLE DE ACESSO GRANULAR

O controle de acesso granular é uma pedra fundamental na segurança de bancos de dados, garantindo que apenas usuários autorizados tenham acesso a informações específicas necessárias para suas funções (MIANO, 2016). Isso é alcançado por meio de políticas de autenticação robustas, que podem incluir métodos de autenticação multifatorial e biometria, e por sistemas de autorização que definem claramente os níveis de acesso para diferentes categorias de usuários (Machado, 2020). O controle de acesso granular não apenas aprimora a segurança de dados, mas também está alinhado com os princípios do menor privilégio, minimizando o risco de acesso não autorizado e possíveis violações de dados. Ao delinear precisamente as permissões de acesso com base nos papéis e responsabilidades do usuário, as instituições podem fortalecer sua postura de segurança geral e aderir aos requisitos de conformidade regulatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de políticas de segurança de banco de dados é vital em ambientes acadêmicos para proteger informações confidenciais. Isso envolve desde a conscientização sobre segurança da informação até medidas técnicas robustas, como controles de acesso rigorosos e criptografia de dados. A segurança de dados é um processo contínuo que requer adaptação às novas ameaças e tecnologias, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CÂMARA, J. De CPF a fotos: UFMS confirma que dados pessoais de alunos foram acessados por hackers em vazamento. G1 MS, 11 out. 2023. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/10/11/de-cpf-a-fotos-ufms-confirma-que-dados-pessoais-de-alunos-foram-acessados-por-hackers-em-vazamento.ghtml>>. Acessado: 29 mar 2024.

ELMASRI, R.; Navathe S. B. Sistemas de banco de dados. Tradução Daniel Vieira, Rev. técnica Enzo Seraphim e Thatiana Faria Piola Seraphim. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasi, 2018.

MACHADO, S. B. N. Um estudo comparativo sobre as técnicas de controle de acesso combinando RFID e biometria. 2020. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Software) – Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara. 2020. Disponível em: <<http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5824>>. Acesso: 25 abr 2024

MIANO, M. G. V. Elementos necessários para o desenvolvimento de uma política de segurança da informação para uma IES pública. Revista Tecnológica da Fatec Americana, Americana. v.4, n.2, p.112-125, set. 2016/mar.2017. Disponível em: <http://www.fatec.edu.br/revista_ojs/index.php/RTecFatecAM/article/view/113/104>. Acesso em: 28 abr 2024.

PEREIRA, H. V. L.; MORAIS, Eduardo. Introdução à criptografia completamente homomórfica com implementação em Sage. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS, 21., 2021, Belém. Minicursos [...]. Porto Alegre: SBC, 2021. p. 1-50. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/view/71/312/599>>. Acesso em: 28 abr 2024.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA (LLA): CARACTERÍSTICAS GERAIS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO

Débora Inácio de Oliveira Leite
José Luis da Rocha Santos
Sabrina de Almeida Marques
Débora Inácio de Oliveira Leite

RESUMO

Um dos cânceres mais comuns na infância e adolescência é a chamada leucemia linfóide aguda (LLA). A LLA ocorre quando uma célula da medula óssea, o linfoblasto, desenvolve erros no seu DNA, gerando leucócitos malignos na medula óssea e sangue. Os sintomas podem incluir aumento dos gânglios linfáticos, hematomas, febre, dor óssea, sangramento da gengiva e infecções frequentes, sendo assim, os sintomas, em sua maioria, se apresentam de formas muito parecidas com doenças comuns na infância, levando a diagnósticos errôneos e tratamentos ineficazes, diminuindo a possibilidade de cura. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo abordar a LLA, assim, como sua causa, sintomas e formas de tratamento, visando à disseminação do conhecimento sobre esta doença, e o papel do farmacêutico para solucionar problemas e garantir a adesão dos pacientes no tratamento.

Palavras-chave: câncer infanto-juvenil, papel do farmacêutico, leucemia linfóide aguda

ABSTRACT

One of the most common cancers in childhood and adolescence is the so-called acute lymphocytic leukemia (ALL). ALL occurs when a bone marrow cell, the lymphoblast, develops errors in its DNA, generating malignant leukocytes in the bone marrow and blood. Symptoms may include enlarged lymph nodes, bruises, fever, bone pain, bleeding gums and frequent infections, therefore, the symptoms, for the most part, present themselves in ways very similar to common childhood illnesses, leading to erroneous diagnoses and ineffective treatments, reducing the possibility of a cure. Therefore, this work aims to address ALL, as well as its cause, symptoms and forms of treatment, aiming to disseminate knowledge about this disease, and the role of the pharmacist in solving problems and ensuring patient adherence to treatment.

Keywords: childhood cancer, role of the pharmacist, acute lymphocytic leukemia

1. INTRODUÇÃO

A Leucemia Linfóide Aguda (LLA) é o tipo de câncer mais comum na infância e adolescência (representa 90% das leucemias), essa patologia ocorre quando surge um linfócito imaturo e anormal na medula óssea, devido a um erro genético, causando uma

grande produção de leucócitos anormais e diminuindo a produção de células normais como os eritrócitos, leucócitos e plaquetas, porém as causas dessas ocorrências no organismo permanecem desconhecidas (DIAS *et al.* 2016).

Essa neoplasia é diagnosticada através de análises microscópicas do sangue, da medula óssea e do líquido cefalorraquidiano, a partir delas pode-se avaliar a aparência das células, a quantidade delas, as reações químicas e a presença de certas substâncias. Isso ajuda a identificar o tipo específico de leucemia (ALMEIDA, 2009).

A partir do diagnóstico, é feito o tratamento que se baseia na divisão de algumas fases: indução da remissão, intensificação-consolidação, prevenção da leucemia no SNC e continuação ou manutenção da remissão e tem duração em média de dois a três anos (PEDROSA & LINS, 2002).

Contudo, o diagnóstico precoce é o maior desafio que as famílias e pacientes encontram; os sinais e sintomas que são apresentados inicialmente não são fundamentalmente específicos, em sua maioria, se apresentam de formas muito parecidas a doenças comuns na infância, ou até mesmo doenças como lúpus eritematoso sistêmico, febre reumática, aplasia medular, entre outros, e mesmo os pais recorrendo a diferentes profissionais da saúde, acabam por receber o diagnóstico errôneo, e por fim levando ao encaminhamento ao centro de tratamento especializado apenas quando o paciente já se encontra com a doença em estágio avançado (COSTA FERMO *et al.* 2014).

Com base nessas informações, vale ressaltar que é fundamental os pais e/ou responsáveis manterem consultas frequentes com o pediatra e se atentarem aos sinais e sintomas que possam se apresentar, são eles: anemia (palidez); hematomas ou sangramento; dor óssea; caroços ou inchaços, principalmente aqueles indolores e sem febre; perda de peso inexplicada, tosse persistente; sudorese noturna e falta de ar; alterações nos olhos, como estrabismo ou manchas brancas, o famoso "olho de gato"; inchaço abdominal; dores de cabeça persistentes ou graves; vômitos pela manhã com piora ao longo do dia; dor em membros, febre e inchaço sem traumas (FRASÃO, 2014)

No caso de pacientes que apresentam Leucemia Linfóide Aguda (LLA) e outras neoplasias, há uma alta prevalência de problemas relacionados com medicamentos (PRM), esses problemas podem estar relacionados com a complexidade de seus regimes de tratamento que envolvem diversos medicamentos antineoplásicos e as

diversas etapas de terapias (indução, consolidação, intensificação ou manutenção), com base nisso, os serviços farmacêuticos implementados são indispensáveis para aumentar a detecção de PRM, proporciona a detecção de problemas relacionados a prescrição de medicamentos, acompanha e pode garantir a adesão dos pacientes ao tratamento. Com isso, conclui-se que o serviço farmacêutico contribui para o aumento da detecção e resolução de problemas relacionados com medicamentos, sendo assim um método efetivo para promover o uso seguro e racional de medicamentos antineoplásicos, melhorando na adesão e resultados no tratamento (FARIAS *et al*, 2016).

Este trabalho tem por objetivo abordar a LLA, o câncer pediátrico mais comum, assim, como sua causa, sintomas e formas de tratamento, visando à disseminação do conhecimento sobre esta doença e a partir disso auxiliar na diminuição dos casos de diagnósticos tardios, mostrando também a importância do profissional farmacêutico no tratamento dessa neoplasia.

2. METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com pesquisa qualitativa, onde foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados Bireme, Medline, Lilacs. Foram selecionadas matérias relacionadas ao tema e artigos para agregar na pesquisa, estes com publicações compreendidas entre os anos de 2002 a 2022. Os foram encontrados utilizando os seguintes descritores: Câncer Infanto-Juvenil, Leucemia Linfóide Aguda.

3. LEUCEMIA LINFOIDE AGUDA (LLA)

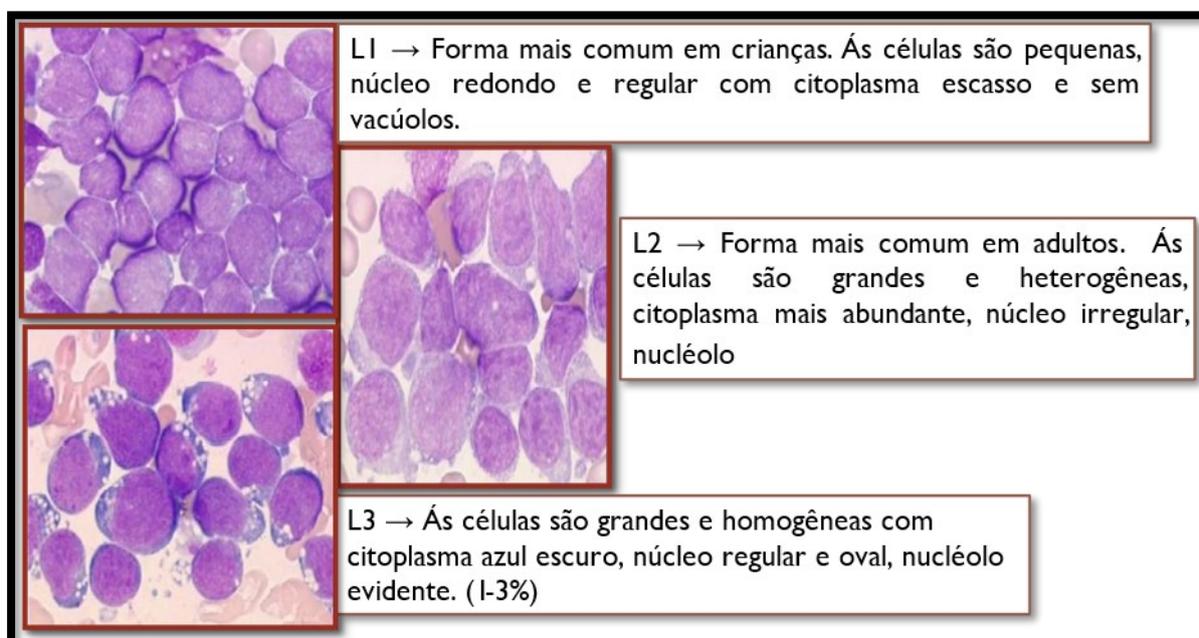
A leucemia linfóide aguda (LLA) é o câncer pediátrico mais comum (cerca de 70% dos casos) com uma incidência um pouco maior em crianças do sexo masculino, de raça branca, porém sua incidência também pode ocorrer em adultos acima de 60 anos (cerca de 20% dos casos) (FARIAS & CASTRO, 2004). Tem por característica, a transformação maligna e a proliferação não controlada de uma célula progenitora hematopoiética de longa vida anormalmente diferenciada, resultam em alto número de blastos circulantes, substituição da medula normal por células malignas e potencial para infiltração leucêmica no Sistema Nervoso Central e testículos. Porém as causas dessas ocorrências no organismo ainda permanecem desconhecidas (DIAS *et al*. 2016).

a) Etiologia: Segundo estudos, vários fatores de riscos foram examinados para determinar quais estão diretamente ligados a LLA, porém apesar de alguns pacientes

que apresentam o diagnóstico, realmente terem um ou mais fatores de risco identificados, nem todos os pacientes diagnosticados com LLA têm fatores de risco e devido a isso existe uma dificuldade de confirmar a relação de causalidade entre um fator de risco conhecido e a neoplasia (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2018). Porém, a condição genética denominada Síndrome de Down é um fator de risco comum para a LLA na infância e crianças com LLA associada à Síndrome de Down têm taxas de remissão mais baixas, maior taxa de mortalidade durante a fase de indução e menor taxa de sobrevida. (GREER, 2009);

b) Morfologia dos blastos: A classificação FAB (Franco-Americano-Britânico) foi criada em 1976 por um grupo internacional de pesquisadores com o objetivo de padronizar o diagnóstico e a classificação das leucemias e síndromes mielodisplásicas. Essa classificação leva em consideração a morfologia dos blastos, que são as células cancerígenas presentes na leucemia linfóide aguda. De acordo com a classificação FAB, as LLA são divididas em três tipos citológicos principais, LLA-L1, LLA-L2 e LLA-L3, de acordo com a Figura 1.

Figura 1. – Classificação e caracterização morfológica da Leucemia Linfóide Aguda, esquema adaptado de (FERNANDEZ, 2006).



A **LLA-L1** é caracterizada por apresentar linfoblastos pequenos, com escasso citoplasma, núcleos não visíveis ou de difícil visualização e aspecto monomorfo. Essa é a variedade mais comum em crianças, representando cerca de 85% dos casos. A **LLA-L2** é constituída por blastos grandes, com citoplasma abundante e irregular, nucléolos

visíveis. Essa forma representa aproximadamente 15% dos casos de leucemia. Já a **LLA-L3** é a forma mais rara em crianças, correspondendo a cerca de 1% dos casos de leucemia. Essa variante é constituída por células de citoplasma com forte basofilia e vacuolização abundante. Ela corresponde à forma leucêmica do Linfoma de Burkitt e requer um enfoque terapêutico especial por ser uma variante da LLA de células B (FERNANDEZ, 2006).

A classificação FAB foi um marco importante no diagnóstico e na compreensão das diferentes formas de leucemia, permitindo um melhor direcionamento do tratamento para cada tipo específico.

4. SINTOMAS

Os sinais e sintomas da LLA podem se manifestar desde alguns dias até semanas antes do diagnóstico. Os sintomas iniciais mais comuns são decorrentes da hematopoiese alterada, com conseqüente: anemia, febre, trombocitopenia, granulocitopenia. A anemia pode se manifestar com fadiga, fraqueza, palidez, mal-estar, dispnéia ao esforço, taquicardia e dor no peito por esforço. A trombocitopenia pode causar sangramento de mucosas, hematomas que ocorrem com facilidade, petéquias/púrpura, epistaxe, gengivas com sangramento e sangramento menstrual intenso. Hematúria e sangramento gastrointestinal não são comuns. Os pacientes podem apresentar hemorragia espontânea, incluindo hematomas intracranianos ou intra-abdominais. A granulocitopenia ou neutropenia pode levar a alto risco de infecções, incluindo aquelas de etiologia bacteriana, fúngica e viral. Os pacientes podem apresentar febre e infecção grave e/ou recorrente (EMADI, 2022).

A LLA é a forma de leucemia com maior frequência de sintomas reumatológicos, e a similaridade de sinais e sintomas entre Leucemias Agudas. A Leishmaniose Visceral (LV) pode levar a equívocos de diagnóstico, especialmente nas regiões de alta prevalência do Brasil. A esplenomegalia, anemia, neutropenia, trombocitopenia e contagem anormal de linfócitos são sintomas comuns a ambas as condições. Portanto, é importante incluir a LV no diagnóstico diferencial nessas regiões (VASCONCELOS *et al.*, 2014).

5. DIAGNÓSTICO

Inicialmente, os primeiros exames a serem realizados para a obtenção do diagnóstico são: hemograma e mielograma (DANTAS *et al.* 2015), porém, na ocorrência

de suspeitas de acometimento do sistema nervoso central (SNC), é realizado a análise do líquido cefalorraquidiano (LCR – líquido) (ALMEIDA, 2009). Outros exames podem ser solicitados também, tais como: coagulograma, testes bioquímicos, sorologias, DHL e raio X do tórax. Entretanto, é por meio do mielograma, com avaliação citoquímica, imunofenotipagem, citogenética e biologia molecular que é dado o diagnóstico definitivo (OLIVEIRA, 2008).

Na LLA pode ser observado anemia discreta, aumento de leucócitos, redução de plaquetas e presença de blastos (linfoblastos) acima de 20%. Na maioria dos pacientes com Leucemia Linfóide Aguda (LLA), o exame de mielograma mostra um aumento no número de células na medula óssea, principalmente linfoblastos leucêmicos. Isso leva à substituição das células normais da medula óssea por células leucêmicas, enquanto as células precursoras mielóides e eritróides são preservadas. Além disso, pode haver fibrose medular em cerca de 10 a 15% dos casos. É importante realizar colorações citoquímicas no material aspirado da medula óssea (FARIAS & CASTRO, 2004).

Em caso de pacientes menores de 18 anos suspeitos de Leucemia Linfóide Aguda (LLA), é recomendado realizar exames adicionais para avaliar a função hepática, função renal, eletrólitos, hemoclassificação, provas de coagulação, fenótipo de Rh, desidrogenase láctica (DHL), ácido úrico e exame de fezes. Além disso, é importante descartar a possibilidade de uma doença infecciosa, como hepatite B/C, HIV, Vírus Epstein-Barr e citomegalovírus (VIZCAÍNO, 2016).

6. TRATAMENTO

O tratamento da LLA consiste principalmente em: quimioterapia sistêmica, quimioterapia do SNC profilática e às vezes, imunoterapia, terapia direcionada, transplante de células-tronco e/ou radioterapia do SNC, quando recém diagnosticada geralmente consiste em 3 a 4 ciclos de blocos de quimioterapia resistente não cruzada nos primeiros 9 a 12 meses, seguidos por 2 a 3 anos de quimioterapia de manutenção. As fases gerais da quimioterapia para leucemia linfoblástica aguda incluem: indução da remissão, intensificação-consolidação, prevenção da leucemia no SNC e continuação/ manutenção da remissão. A fase de intensificação-consolidação é indicada para erradicar as células leucêmicas residuais (PEDROSA & LINS, 2002).

A maioria dos tratamentos quimioterápicos não atinge as áreas do cérebro e medula, por isso pode ser necessário injetá-la diretamente no líquido cefalorraquidiano

(quimioterapia intratecal) para matar células cancerígenas nessa área. A quimioterapia intratecal pode ser administrada durante uma punção lombar ou usando um cateter especial (reservatório Ommaya). Os medicamentos mais utilizados durante o tratamento quimioterápico são: vincristina, dexametasona, prednisona, daunorrubicina ou doxorubicina, citarabina, metotrexato, L-asparaginase ou PEG-L-asparaginase, entre outros (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2018)

Alguns regimes usam um corticoide para reduzir a carga da doença antes da indução intensiva. Em adultos mais jovens, um regime que inclua asparaginase e/ou ciclofosfamida para indução, semelhante aos protocolos de tratamento usados em crianças, pode aumentar as taxas de resposta e alcançar uma doença residual mínima indetectável. Se a remissão completa não é alcançada após a indução, alguns regimes recomendam um segundo curso de indução para tentar fazer com que mais pacientes alcancem a remissão completa antes da consolidação (EMADI, 2022).

A frequência das sessões de tratamento pode variar de acordo com a resposta do paciente e o protocolo estabelecido pelo médico responsável. (FADEL, 2014). A quimioterapia não apenas ataca as células cancerígenas, mas também afeta as células saudáveis do corpo, o que pode resultar em efeitos colaterais. Os efeitos colaterais variam de acordo com o tipo de medicamento, dose e duração do tratamento. Alguns efeitos colaterais comuns da quimioterapia incluem queda de cabelo, inflamação na boca, perda de apetite, náuseas, vômitos, diarreia ou constipação, maior risco de infecções devido à diminuição dos glóbulos brancos, hematomas ou hemorragias devido à diminuição das plaquetas, melena, hematêmese, anorexia, fadiga e falta de ar devido à diminuição dos glóbulos vermelhos. Geralmente, esses efeitos colaterais são temporários e tendem a desaparecer após o término do tratamento. É importante informar o médico sobre qualquer sintoma, pois a maioria desses efeitos colaterais pode ser gerenciada de forma eficaz. (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2018).

7. PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ATENÇÃO BÁSICA E CONTRIBUIÇÃO NA SAÚDE DO PACIENTE COM LLA

Os profissionais farmacêuticos desempenham um papel de extrema importância no desenvolvimento e sucesso dos tratamentos de leucemias. Eles atuam como parceiros essenciais no cuidado aos pacientes, fornecendo suporte e orientação especializada em relação à adesão ao tratamento, informando sobre os efeitos medicamentosos, os possíveis efeitos colaterais e as interações medicamentosas. Além

disso, os farmacêuticos oferecem soluções mais completas, utilizando também ações voltadas a atenção farmacêutica, para garantir uma melhor qualidade de vida dos pacientes, contribuindo para a eficácia e segurança da terapia, (MARTINS, 2016).

Na farmácia clínica, o farmacêutico pode ofertar diversos serviços para os usuários dos sistemas de saúde, por exemplo, o acompanhamento farmacoterapêutico, manejo de problemas de saúde autolimitados, educação em saúde, revisão da farmacoterapia, rastreamento em saúde, entre outros. Os farmacêuticos também podem realizar atividades técnico-assistenciais no sistema único de saúde, essas atividades podem ser de grande contribuição para melhorar e ajudar no bom desenvolvimento dos tratamentos dos pacientes, sendo elas: Realizar ações de educação em saúde voltadas para a comunidade, realizar visitas domiciliares em pacientes nos quais se identifica a necessidade, bem como realizar o atendimento individual visando atender as necessidades de saúde do indivíduo, participar da elaboração de planos terapêuticos para o usuário, buscando que o paciente entenda as suas condições de saúde e seja corresponsável com o seu tratamento, realizar dispensação, orientação e acompanhamento farmacoterapêutico na unidade de saúde visando à promoção da saúde e à prevenção e resolução de problemas relacionados a medicamentos (CASTRO, 2021).

Segundo estudos, há uma alta prevalência de problemas relacionados com medicamentos (PRM) em pacientes que apresentam Leucemia Linfóide Aguda (LLA) e outras neoplasias, esses problemas podem estar relacionados com a complexidade de seus regimes de tratamento que envolvem diversos medicamentos antineoplásicos e as diversas etapas de terapia (indução, consolidação, intensificação ou manutenção), com base nisso, os serviços farmacêuticos clínicos implementados são indispensáveis para aumentar a detecção de PRM e também proporcionar a detecção de problemas relacionados a prescrição de medicamentos. Com isso, conclui-se que o serviço farmacêutico contribuiu para o aumento da detecção e resolução de problemas relacionados com medicamentos, tratando-se de um método efetivo para promover o uso seguro e racional de medicamentos antineoplásicos, melhorando na adesão e resultados no tratamento (FARIAS *et al*, 2016).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.R.C. “Farmacêuticos em oncologia: uma nova realidade”. São Paulo: Atheneu, pp.228-233, 2004. Acesso em novembro de 2023.

ALMEIDA, T.J.B. “Avanços e perspectivas para o diagnóstico da leucemia linfóide aguda”. Candombá – Revista virtual, v.5, n.1, p.40-55, 2009. Acesso em novembro de 2023.

AMERICAN CANCER SOCIETY.; “What Causes Acute Lymphocytic Leukemia?”. 2018. Disponível em: <https://www.cancer.org/cancer/types/acute-lymphocytic-leukemia/causes-risks-prevention/what-causes.html>. Acesso em novembro de 2023.

AMERICAN CANCER SOCIETY.; “Quimioterapia para leucemia linfocítica aguda (LLA)”. 2018. Disponível em: <https://www.cancer.org/cancer/types/acute-lymphocytic-leukemia/causes-risks-prevention/what-causes.html>. Acesso em novembro de 2023.

CASTRO, J. C. “Papel do farmacêutico na atenção básica”. Sanar, 2021. Disponível em: <https://www.cancer.org/cancer/types/acute-lymphocytic-leukemia/treating/chemotherapy.html>. Acesso em novembro de 2023.

COSTA FERMO, V. et al. “O diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil: o caminho percorrido pelas famílias”. Scielo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/95kDKGxKb5K6dHD8stmDFkH/?lang=pt&format=html>. Acesso em março de 2023.

DANTAS, G. K. S. et al. “Diagnóstico Diferencial da Leucemia Linfóide Aguda em Pacientes Infanto-Juvenis”. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 3 – 18. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/efrai/Downloads/Dialnet-DiagnosticoDiferencialDaLeucemiaLinfoideAgudaEmPac-5193289.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

DIAS, P. P.; SILVA, A. D. S.; OLIVEIRA, J. S. A. Mortalidade Infantil por Leucemia Linfóide nas Regiões do Brasil. Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde, v. 6, n. 1, p. 11 – 21. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/reb/article/view/9693/7091>. Acesso em novembro de 2023.

EMADI, A. “Leucemia Linfoblástica Aguda (LLA)”. Manual MSD, 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/hematologia-e-oncologia/leucemia/leucemia-linfobl%C3%A1stica-aguda-lla>. Acesso em maio de 2023.

FADEL, A. P. “Investigação Laboratorial de Leucemia Linfóide Aguda”. Academia de Ciência e Tecnologia. 2014. Disponível em: http://www.ciencianews.com.br/arquivos/ACET/IMAGENS/revista_virtual/hematologia/ar_tapfa_del.pdf. Acesso em novembro de 2023.

FARIAS, M. G.; CASTRO, S. M. “Diagnóstico laboratorial das leucemias linfóides agudas”. J. Bras. Patol. Med. Lab., Rio de Janeiro, v.40, n.2, pp.91-98, Apr. 2004. Disponível em: 15
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167624442004000200008&lng=en&nrm=isso. Acesso em novembro de 2023.

FARIAS, T. F.; AGUIAR, K. S.; ROTTA, I.; BELLETTI, K. M. S.; CARLOTTO, J. “Implementação de um serviço farmacêutico clínico em hematologia”. 2016. PP.384-90. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eins/a/bXJCKPXnGRmh3fkLJPZcjXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em novembro de 2023.

FERNANDEZ, L.R.F. “Laleucemia aguda linfoblástica, su diagnóstico y clasificacion. GalenoredInternacionalBolívia”. 2006. Disponível em:
http://galenored.com/bolívia/reportajes/leu_agud_linfob.htm. Acesso em novembro de 2023.

FRASÃO, G. “Câncer infanto-juvenil: diagnóstico precoce possibilita cura em 80% dos casos”. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/cancer-infantojuvenil-diagnostico-precoce-possibilita-cura-em-80-dos-casos>. Acesso em março de 2023.

GREER, John P. (Ed.) et al. “Wintrobe’s clinical hematology”. 12 ed. Philadelphia: Wolters Kluwer, 2009. 2653 p.

MARTINS, Júlio Cesar. “A importância do Farmacêutico no tratamento dos pacientes com Leucemia”. Bio Sana’s Serviços de Saúde, 2016. Disponível em:
<https://www.biosanas.com.br/post/1150/a-importancia-do-farmacaceutico-no-tratamento-dos-pacientes-com-leucemia>. Acesso em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Solange Uchoa de. “Perfil clínico-epidemiológico das crianças e adolescentes com leucemia linfóide aguda (LLA) em um hospital pediátrico de Fortaleza – CE”. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Acesso em novembro de 2023.

PEDROSA, Francisco; LINS, Mecneide. “Leucemia linfóide aguda: uma doença curável”. Revista Brasileira de Saúde Materno infantil, Recife, v. 2, n. 1, p. 63 – 68, jan./ abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/Jp59Gqff3tBPrSHX6tYYD3f/?lang=pt>. Acesso em novembro de 2023.

VASCONCELOS, G. M. “The concurrent occurrence of Leishmania chagasi infection and childhood acute leucemia in Brazil”. Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 356 – 362, set. 2014. Disponível em:
<https://www.htct.com.br/pt-the-concurrent-occurrence-leishmania-chagasi-articulo-resumen-S1516848414000863>. Acesso em novembro de 2023.

VIZCAÍNO, M. “Guía de atención integral para la detección oportuna, diagnóstico, tratamiento y seguimiento de leucemia linfocítica aguda em niños, niñas y adolescentes”. Revista Colombiana de Cancerología, Bogotá, v.20, n.1, pp. 17–27, jan. /jun. 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012390152016000100004&lang=pt>. Acesso em novembro de 2023.

LUCÍOLA: O REFLEXO DO BRASIL, PRELÚDIO DA REVOLUÇÃO

Natália Rainho Silva
Sílvia Aparecida Fortunato Santos

RESUMO

O presente artigo propõe-se como ferramenta de contextualização entre a História e o cenário de seus acontecimentos através da literatura. Nele exploram-se os meandros da sociedade brasileira no pós-independência, tomando como filtro de análise o papel e as relações das cortesãs em seu funcionamento, utilizando-se como microscópio uma das obras de seu maior expoente, José de Alencar, escritor de *Lucíola*.

Palavras-chave: Romantismo, Sociedade, Brasil, 1800, Mulher.

RESUMEN

El presente artículo se propone como una herramienta de contextualización entre la Historia y el escenario de sus acontecimientos a través de la literatura. Explora los entresijos de la sociedad brasileña posindependentista, tomando como filtro de análisis el papel y las relaciones de las cortesanas en su funcionamiento, utilizando como microscopio una de las obras de su máximo exponente, José de Alencar, escritor de *Lucíola*.

Palabras-claves: Romanticismo. Sociedad. Brasil. 1800. Mujer.

1. INTRODUÇÃO

E então estávamos muito bem independentes, com registro em cartório e tudo mais. Finalmente, a vida no Brasil iria mudar e adquirir os pseudos-charmes europeus sobre os lençóis do Novo Mundo: cafés, salões, boutiques, palacetes e uma boêmia à parisiense. E esta primeira jóia moderna concentrou-se no Rio de Janeiro, com suas belíssimas praias, à sombra do Corcovado, já com música importada, tínhamos a Corte, o centro do Brasil e o destino mais chique como manda o figurino da capital. As ruas eram povoadas por inúmeras gentes, estrangeiros, santas beatas, virgens bordadeiras, senhoras donas de casa, rapazes etiquetudos, senhores ricos e certos da monarquia, os padres e bispos. Enquanto, estes iam e vinham, nas casas mais escondidas, entre alguma viela e outra, meninos morriam amarelados, escravos trabalhavam e algumas mulheres de olhos chorosos, apertavam os espartilhos para venderem seus corpos nos maravilhosos salões cariocas. Neste artigo, tomaremos como ferramenta de análise a

posição das cortesãs do 1800 para compreender a sociedade brasileira do período, tendo como mecanismo de contextualização a obra *Lucíola*, de José de Alencar.

2. DESENVOLVIMENTO

As relações entre arte e realidade têm sido discutidas ao longo dos séculos, assim como, o que é arte e seu significado para os seres humanos. Para as duas questões existem numerosas respostas, cada qual adequada para aquele que pergunta e para aquele que tenta responder. Todavia, é impossível negar que mesmo em diferentes graus, a arte reflete os pensamentos e sensações daquele que a produz, e que estes são condizentes ao seu tempo, local, idade, sexo, etnia, cor, classe e principalmente as pessoas ao seu redor, as quais junto a ele dão forma a sociedade a que pertencem. Verifiquemos alguns exemplos: Na Pré-História, pintamos bisões e outros animais, já que a caça era uma das principais atividades, tal como o fogo e aqueles que pertenciam ao grupo e suas histórias. Já na Antiguidade passamos a pintar deuses e suas façanhas, a pensar e escrever sobre as leis ideais à sociedade, criamos um conceito para a política e seguimos registrando através da arte tudo o que nos acometia. Se minha sociedade diz que Afrodite era a deusa mais bonita e “bonito” significa um corpo atlético, cabelos louros e longos, olhos azuis e pele branca, então a pintura será como tal e quem a olhar gravará na memória que o padrão renascentista europeu é o correto e dará sorte quem o tiver ou t incessante trabalho para quem o buscar.

Neste sentido, surgem alguns aspectos os quais devem ser verificados por quem decide compreender determinado período ou sociedade. Biesdorf e Wandscheer (2011, p.02) “O ser humano se expressa por meio da arte desde os tempos mais remotos; a expressão artística é a forma que o homem encontra para representar o seu meio social.” Ainda, as autoras destacam:

De acordo com Buoro (2000, p. 25) “Portanto, entendendo arte como produto do embate homem/mundo, consideramos que ela é vida. Por meio dela o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que se descobre, inventa, figura e conhece.” Desta maneira podemos dizer serem as invenções filhas das épocas em que acontecem, pois não há descoberta científica ou produção artística sem que existam condições materiais e psicológicas favoráveis ao seu aparecimento. Elas sempre se apoiam em acontecimentos anteriores, inscritos em um processo histórico. (BUORO, 2000, p. 82)”.

(BIESDORF; WANDSCHEER, 2011, p.02)

Assim, para compreender um determinado período histórico torna-se fundamental conhecer a sua arte e, portanto, conhecer aquele que a produz e adentrando no ciclo

“sujeito - arte - sociedade” como também no “sociedade - arte - sujeito”. Quem produz, produz de um lugar, em um tempo e para e sobre uma sociedade.

Com estes conceitos preestabelecidos, seguiremos para nossa metonímia - microscópio, isto é, o romance alencariano *Lucíola*, iniciando nossa discussão pela análise histórica de seu período. Publicado em 1862, *Lucíola*, emergiu em um Brasil pós-independência e em um Rio de Janeiro como Capital Nacional de um Jovem Império. Em verdade, ainda buscava-se compor uma identidade brasileira, instrumento fundamental para a criação de um país. Bakhtin aponta:

A identidade nacional é um discurso e, por isso, ela, como qualquer outro discurso, é constituída dialogicamente (BAKHTIN, 1970, p. 34-36; 1988, 86-88 e 96, 100; 1992, p. 319 e 353-358).

Logo, qual seria então o discurso utilizado para pautar a brasilidade? Quem seria escolhido como personagem para ilustrá-la, qual o papel entregue para cada um? Quem seria o protagonista? Quem faria os figurantes? E principalmente, quem ilustraria esta tela? De onde ilustraria? Para quem ilustraria?

A resposta para estes questionamentos inicia-se pelo entendimento de que o Brasil precisava se estabelecer como nação e para tal, acreditava-se necessário seguir os exemplos das nações colonizadoras, as europeias, inserindo sob uma desculpa “nacionalista” crenças importadas. O Brasil necessitava mais do que nunca educar sua sociedade nos padrões de sociedade europeu, fazendo-o por meio da imposição e demasiadamente da exclusão daqueles que não se rebaixavam ou não podiam fazer-se pertencentes. O triunfo dependia exclusivamente do poder sobre os sujeitos e seus papéis nessa tela, esta teoria aprofunda-se ao pensarmos sobre relações de poder e controle de corpos, como afirma Roberto Machado (2006, p. 168) ao estabelecer uma análise pautada em Foucault:

“A mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo -, e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder.”

Ocorre que para dominar é preciso dominar o corpo. No Brasil, seguimos com escolhas tradicionais, o corpo indígena, o corpo preto, o corpo homossexual, o corpo

deficiente, o corpo feminino. É neste último que a focaremos nossa tese, já estabelecendo outra compreensão foucaultiana:

“Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais.”

(FOUCAULT, 1988, p. 98).

Controlar o corpo feminino é crucial ao pensarmos nos modelos de sociedade tradicionais europeus. É preciso comandar quem tem o poder de inserir mais indivíduos na sociedade e isto se faz sobre todas as perspectivas, desde o modo de se vestir ao tipo de vocabulário, faz-se necessário ter alguém que garanta uma sopa rala para o operário cansado do trabalho ou uma galinha dourada na manteiga muito bem assada pelas cozinheiras da mansão para o dono de uma rica loja. Mais ainda, alguém precisa garantir a repetição deste sistema, dando à luz e fazendo disso sua única e crucial função. A mulher precisa casar e precisa imprescindivelmente parir. Os pesquisadores Fernanda Karyne de Oliveira, Bruno Santos Melo e Jailma da Costa Ferreira em “A Representação da Mulher Prostitua em *Lucíola* de José de Alencar” traçam um perfil preciso sobre o que era esperado das brasileiras no século XIX:

“Nesta sociedade em que os dizeres do patriarcado imperavam, a mulher em sua função de esposa era vista pela sociedade como o sinônimo de honestidade, expressa pelo recato e pelo caráter intemerato, sendo responsável pelo exercício de suas funções no lar e pela perpetuação da prole.”

(OLIVEIRA; MELO; FERREIRA; 2017, p.04)

Assim, se a mulher do esposo, mãe, branca, burguesa e do lar não teve sua participação na História celebrada, certamente nada sobrara registro algum daquelas que subjugaram o seu papel social, isto é, as cortesãs, melhor ainda, as mulheres sexualizadas, que não só não tinham filhos e não se casavam, mas vendiam seu prazer para quem pretendia dominá-las.

É certo que não estamos falando de um feminismo ou de alguma rebelião feminina, a prostituição é um produto de uma sociedade agressiva e que violenta suas mulheres, tirando-lhes tudo até que lhes restem apenas o corpo como mercadoria de

venda para uma subsistência. Entretanto, como aponta Daiane Antunes Dias, o fator sexual as colocava em um local específico no contexto social:

“Considerando-se o leito conjugal um altar de recato, silêncios e véus, compreende-se o fascínio que a vontade sexual das prostitutas exercia nas fantasias masculinas. Elas eram, então, um “mal necessário” para a sociedade, uma vez que o “tálamo conjugal” era a única forma de sexo lícito”

(DIAS, 2003, p. 33)

O quadro social brasileiro então se monta, partindo da aplicação de um modelo europeu e adquirindo seus defeitos. É neste momento em que se estabelece, por fim, o eixo condutor deste artigo, isto é, o porquê do romance *Lucíola*, estabelecer-se como ótica revolucionária. A chave para esta reflexão encontra-se em seu período artístico, o Romantismo.

Como discutimos anteriormente, a arte (vale destacar que a literatura pertence à arte), sempre expressa o reflexo de seu tempo. Para Candido:

“o Romantismo brasileiro foi tributário do nacionalismo”, ainda que nem todas as suas manifestações se enquadrassem estritamente nele; mas haveria sobretudo uma busca por autonomia, entendida assim como uma independência temática, dada pela soberania do tema local

(CANDIDO, 1975, v. 1, p. 15).

Ou seja, o movimento Romântico no Brasil também buscou construir uma identidade nacional, utilizando-se dos mesmos mecanismos citados anteriormente, atribuindo papéis específicos de acordo com a necessidade da sociedade a ser produzida.

A obra composta por José de Alencar nos traz em formato de romance epistolar, a história de Maria da Glória, uma garota de dezenove anos, descrita muito bonita, a qual quando criança a família atingida pela epidemia de febre amarela e como última esperança, é obrigada por um homem mais velho e rico à servi-lhe sexualmente em troca de dinheiro para as despesas médicas da família. Obviamente, após a cura, os familiares descobrem a origem do dinheiro e expulsam a criança de casa e esta se vê fadada à violência da prostituição infantil. A protagonista cresce, assume outra identidade e torna-se a cortesã mais desejada de todo Rio de Janeiro. Independente, corajosa, bela, inteligente, educada, e principalmente, contrária ao que se esperava de uma mulher de sua classe: ternura, doçura, caridade e busca pelo amor.

É interessante destacar que as cartas que compõem o romance são escritas por Paulo, jovem provinciano, recém-chegado à Corte, o qual se apaixona por Lucíola e vive um dilema ao tentar vivenciar este amor e assumi-lo socialmente. Ora, é um escritor homem narrando a história de uma mulher através de um personagem homem. É certo que não haveria grandes mudanças, é certo que ela se arrependeria da vida profana e assumiria a “culpa” pelo patriarcado. Todavia, o que nos chama atenção em Lucíola é justamente a escolha de uma prostituta como protagonista, a partir da qual permite a denúncia sutil e quase inconsciente de uma sociedade construída mediante ao domínio e exploração de minorias.

Neste sentido, explica-se o uso dos termos “Prelúdio da Revolução”. A mania brasileira de contar a História pela metade, só seria corrigida à medida que os personagens apagados fossem reiterados ao contexto social e aos seus papéis fundamentais para os fatos históricos. Inserir uma prostituta como protagonista, mesmo sob os estereótipos da época, anuncia a mudança nas narrativas e na construção de uma identidade nacional, como destaca Kolontai:

“No Romance, o autor faz críticas (des) veladas à sociedade burguesa, apresentando nos também a representação da mulher enquanto prostituta. A prostituta aristocrática do escritor busca sua redenção na tentativa de viver um amor puro, pois para ela a prostituição —rouba o que é mais valioso nos seres humanos, a capacidade de sentir apaixonadamente o amor, essa paixão que enriquece a personalidade pela entrega dos sentimentos vividos.”

(KOLONTAI, 2011, p. 31)

Em suma, Lucíola trata-se de uma literatura fundamental para aqueles que pretendem compreender a construção da sociedade brasileira e entender suas relações de poder, valores e crenças, vislumbrando a formação do papel das mulheres e das minorias sociais e por conseguinte, adquirindo ferramentas para a cada dia fazer-se participante ativo da formação histórica brasileira e dando voz àqueles que durante séculos foram calados e que hoje lutam em resistência para tornar o Brasil um país democrática, igualitária e para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perpassar pelos conceitos de arte, poder, identidade e Romantismo, conseguimos estabelecer suas inter-relações, tal como seus vínculos com a formação da sociedade brasileira e o romance Lucíola, de José de Alencar. Realizar esta leitura nos permite conhecer os meandros sociais do Brasil mediante ao filtro do corpo feminino

e do ser mulher, mais especificamente, o ser mulher prostituída. Lucíola é uma jóia literária e uma viagem pelo Brasil Imperial recém criado e o pontapé de uma nova narrativa, pautada, mesmo que rudimentarmente, em um novo discurso, este que abrange a todos os brasileiros e dá voz àqueles que com sua força lutaram e fizeram de seus corpos colunas de sustentação do nosso país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. Lucíola. São Paulo; Martin Claret; 2008 e 150 páginas.

RODRIGUES, G. Antonio Candido, leitor de Machado de Assis: Nacionalismos e Romantismos. Volume XIV, São Paulo; Revista Machado de Assis em Linha; 2021, 14 páginas.

Oliveira, F. Melo, B. FERREIRA, J. A Representação da mulher prostituta em Lucíola de José de Alencar. Volume II; Paraíba; Revista Conages; ano da publicação e 09 páginas.

FRANÇA, K. BRAUNER, M. O corpo feminino sob uma perspectiva foucaultiana: Ruma à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. Rio Grande; editora; 2018, 08 páginas.

BRÍGIDO, E. Michel Foucault: Uma análise do poder. Volume IV; Curitiba; Revista de Direito Econômico e Socioambiental; 2013; 20 páginas.

DIAS, D. A mulher na obra Lucíola. Campinas; Revista Ideias; 2010; 04 páginas.

FIORIN, J. A Construção da Identidade Nacional Brasileira. São Paulo; Revista Bakhtiniana; 2009, 12 páginas.

BIESDORF, R. WANDSCHEER, M. Arte uma necessidade humana: Função social e educativa. Volume II; Jataí; Revista Eletrônica de Pedagogia; 2011; 11 páginas.

SILVA, A. A identidade da personagem feminina: uma leitura de Lucíola, de José Alencar. Guarabira; 2014; 17 páginas.

MICROPLÁSTICOS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS, COMPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA

Larissa Schiavo Ceschi
Antônio Aparecido Silva
Lucca Borro
Bruno Carmo Sá
Antonio Carlos Camacho
Larissa Schiavo Ceschi

RESUMO

O plástico está presente em todos os lugares: no ar, na água e nos solos. Ele é um meio para a globalização e representa o estágio avançado do capitalismo desregulamentado, um sistema que transfere os custos de produção em prejuízo das pessoas e do ambiente. O impacto dos plásticos na fragmentação dos ecossistemas é evidente, pois os polímeros, por sua natureza duradoura, persistem no meio ambiente, contribuindo para a contaminação de diversos ecossistemas. Essa contaminação gera uma necessidade urgente de pesquisa para entender melhor os efeitos dos plásticos nos diferentes habitats e em suas cadeias alimentares. A complexidade dessa problemática ressalta a importância de abordagens multidisciplinares para enfrentar os desafios causados pela disseminação descontrolada do plástico.

Palavras-chave: Fragmentação, Polímeros, Ecossistema, Contaminação, Pesquisa.

ABSTRACT

Plastic is present everywhere: in the air, water and soil. It is a means of globalization and represents the advanced stage of deregulated capitalism - a system that transfers production costs to the detriment of people and the environment. The impact of plastics on the fragmentation of ecosystems is evident, as polymers, due to their long-lasting nature, persist in the environment, contributing to the contamination of various ecosystems. This contamination generates an urgent need for research to better understand the effects of plastics on different habitats and their food chains. The complexity of this problem highlights the importance of multidisciplinary approaches to face the challenges caused by the uncontrolled spread of plastic.

Keywords: Fragmentation, Polymers, Ecosystem, Contamination, Research.

1. INTRODUÇÃO

Polímeros sintéticos são denominados de plástico. Grande parte possui origem fóssil e, portanto, é produzida a partir do gás natural ou petróleo, é composto de monômeros de hidrocarbonetos. O primeiro material plástico foi inventado no século XIX,

no ano de 1907 por Leo Baekeland, mas nem sempre foi assim até o século XX, o uso do plástico era bastante restrito. O principal fator para a disseminação do plástico, foi a descoberta de que ele poderia ser produzido a partir de um resíduo gerado pela indústria petroquímica.

Embora a indústria petroquímica tivesse ciência dos impactos gerados pelo plástico ao meio ambiente e aos seres humanos, tratava-se de um material extremamente barato por ser fruto de um resíduo. O que contribuiu vastamente para a propagação deste novo material.

Então, devido às suas características como versatilidade, flexibilidade, leveza e durabilidade, eles estão vinculados ao fornecimento de diversas necessidades da sociedade, como abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de alimentos, sistema energético, transporte, conectividade, saúde e higiene. Sua imagem positiva, vinculada à modernidade e limpeza contribuiu para seu uso crescente. Porém, sua ascensão ocorreu somente durante a Segunda Guerra Mundial.

(PLASTIC ATLAS, 2019).

A grande problemática do plástico trata-se do descarte inadequado de um polímero tão resistente que permanece durante anos até que seja completamente degradado.

Este trabalho tem como objetivo contextualizar o surgimento do plástico e sua onipresença na sociedade contemporânea. Exemplificar como o descarte inadequado deste material pode proporcionar um enorme prejuízo ambiental e social.

2. POLÍMEROS SINTÉTICOS

Os polímeros sintéticos, conhecidos como plásticos, são predominantemente derivados de gás natural ou petróleo e foram inventados em 1907 por Leo Baekeland. Inicialmente de uso restrito, sua disseminação ocorreu quando se descobriu que poderiam ser produzidos a partir de resíduos da indústria petroquímica, tornando-se baratos e versáteis. Sua presença tornou-se onipresente em nossa vida diária, encontrando-se em uma variedade de produtos devido ao baixo custo de produção. No entanto, essa disseminação resultou em enormes problemas ambientais, com aproximadamente 9,2 bilhões de toneladas de plástico produzidas entre 1950 e 2017, projetando-se um aumento para mais de 600 milhões de toneladas anualmente a partir de 2025.

Embora a indústria petroquímica tivesse ciência dos impactos gerados pelo plástico ao meio ambiente e a todas as formas de vida, tratava-se de um material extremamente barato por ser fruto de um resíduo. Então, devido às suas características como versatilidade, flexibilidade, leveza e durabilidade, eles estão vinculados ao fornecimento de diversas necessidades sociais. Sua imagem positiva, vinculada à modernidade e limpeza contribuiu vastamente para a propagação deste novo material.

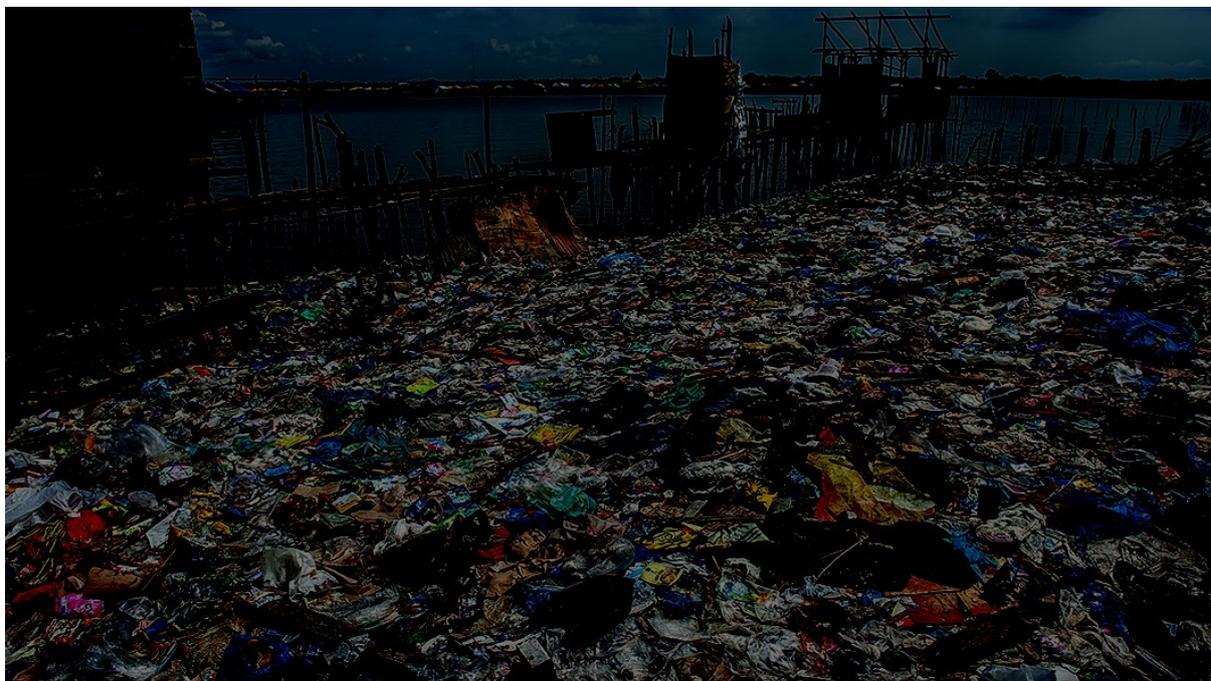
(PLASTIC ATLAS, 2019).

Mesmo que haja avanços na gestão de resíduos, como dobrar a reciclagem na União Europeia desde 2006, o crescimento na produção de plástico supera a capacidade de tratamento de resíduos. Estima-se que até 2030, mais de 104 milhões de toneladas de plástico poluirão o ecossistema, afetando gravemente a biodiversidade e a saúde humana, com 80% dos resíduos nos oceanos sendo plástico, prejudicando centenas de espécies marinhas e causando mortes significativas.

Resultado dessa elevada produção e da degradação lenta, os resíduos plásticos transformaram-se num verdadeiro desafio para a sustentabilidade global, sendo responsáveis por vários problemas ambientais, ecológicos e de saúde humana. Qualifica-se que cerca de 80% dos resíduos presentes nos oceanos é plástico, com entrada de mais de 8 milhões de toneladas por ano, afetando mais de 800 espécies marinhas e matando até 1 milhão de aves e 100.000 mamíferos anualmente.

(UNITED NATIONS, 2020).

Figura 1: Lixo retirado do mar



Fonte: <https://www.nature.com/articles/d41586-022-03793-3>

3. CONTEXTO HISTÓRICO

O primeiro registro de material plástico no oceano data de 1970 (JAMBECK, Jenna R. et al., 2015). Os resíduos plásticos são apontados como onipresentes, alcançando até mesmo a sistemas considerados intocados. A degradação se dá por fragmentos de diversos tamanhos, de nano plásticos a macro plásticos. A poluição do ecossistema marinho está presente em todos os níveis, sendo a ingestão e o emaranhamento as interações mais comuns, afetando desde o fitoplâncton e o zooplâncton até os grandes mamíferos e aves, chegando ao ser humano.

O descarte inadequado de resíduos é responsável pela morte de aproximadamente 100 mil animais marinhos anualmente (National Geographic, 2018), e estima-se que de todo o material plástico produzido ao longo de 150 anos, apenas 40% foram usados apenas uma única vez antes do descarte (ONU, 2018). Uma pesquisa liderada por Roland Geyer, ecologista industrial, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, (GEYER; AMBECK; LAW; 2017), desde 1950 (início da produção de materiais sintéticos em larga escala) até 2015, os seres humanos produziram cerca de 8,3 bilhões de toneladas métricas de plástico. Desse número, aproximadamente 6,3 bilhões de toneladas se tornaram resíduos, que foram destinados aos aterros sanitários, oceanos ou em outros lugares inadequados para o descarte. Estima-se que menos de 10% desta quantia de plástico foi reciclada.

Figura 2: Tartaruga no Oceano sobre os plásticos



Fonte: <http://www.iadb.org/>

4. EQUILÍBRIO CLIMÁTICO

Os oceanos desempenham um papel crucial no equilíbrio climático global, regulando o clima e abrigando ecossistemas vitais. O aquecimento das águas prejudica a reprodução do zooplâncton e causa o branqueamento dos corais, resultando em colapsos ecológicos. O plástico flutuante serve como substrato para dispersão de espécies, promovendo a bioinvasão aquática e a perda de diversidade biológica. O aumento da temperatura das águas, intensificado atualmente, contribui para o derretimento das geleiras polares, agravando os problemas ambientais globais

A flutuação do plástico pode também servir como substrato para dispersão de fauna por longas distâncias, contribuindo para a introdução de espécies exóticas. Esta bioinvasão aquática gera perda de diversidade biológica e, portanto, pode ser considerada poluente biológico. Muitos tipos de organismos, particularmente briozoários, cracas, poliquetas, hidrozoários e moluscos, usam os restos marinhos dispersos nas massas d'água como "casas flutuantes", o que aumenta a oportunidade de dispersão das espécies. Ainda, quando muitos organismos se utilizam de um mesmo resíduo como substrato, este pode acabar afundando, gerando uma dispersão de fauna vertical, principalmente por organismos como bactérias e vírus, que possuem alta capacidade de adaptação

(BARNES, 2002)

É vital considerar alternativas além da reciclagem para lidar com o problema do plástico. Governos devem oferecer incentivos e regulamentações, empresas podem substituir o plástico na produção, e os consumidores devem adotar práticas como separação de lixo e reutilização de produtos. A economia circular, que promove o desenvolvimento sustentável e a reciclagem eficiente, é essencial. O "plástico verde", feito de etanol de cana-de-açúcar, é uma opção reciclável. Outras alternativas incluem vidro, papel reciclável e embalagens de cogumelo. No entanto, a produção de embalagens emite grande quantidade de dióxido de carbono (CO₂), sugerindo que a melhor opção seria evitar embalagens sempre que possível. Todos os setores devem unir esforços para agir rapidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proliferação do plástico na sociedade moderna trouxe consigo uma gama de vantagens, desde sua versatilidade até sua acessibilidade econômica. No entanto, essa disseminação desenfreada também resultou em uma crise ambiental global de proporções alarmantes. A poluição plástica tornou-se uma ameaça significativa para os ecossistemas terrestres e marinhos, afetando a biodiversidade, a saúde humana e até mesmo o funcionamento dos sistemas climáticos.

A magnitude do problema é evidenciada pela quantidade massiva de plástico produzida anualmente e pela sua persistência no ambiente. Milhões de toneladas de plástico acabam nos oceanos a cada ano, onde se fragmentam em microplásticos que podem persistir por séculos. Esses resíduos afetam uma ampla gama de espécies marinhas, desde as mais minúsculas até as maiores, incluindo aves marinhas, tartarugas, mamíferos marinhos e até mesmo os humanos, que consomem frutos do mar contaminados.

Nos próximos dez anos, é possível que entre 22 milhões e 58 milhões de toneladas de resíduos sejam despejadas nos rios e, por consequência, nos oceanos anualmente. Surpreendentemente, isso é considerado uma perspectiva positiva, pois reflete as inúmeras iniciativas ambiciosas de governos e indústrias para diminuir a poluição plástica. Para resolver o dilema dos resíduos plásticos nos oceanos, é necessária uma alteração profunda na maneira como encaramos a produção, utilização e descarte do plástico.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA DA ONU PARA O MEIO AMBIENTE. Dia histórico no combate à poluição plástica: Nações se comprometem a desenvolver acordo juridicamente vinculante. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/dia-historico-no-combate-poluicao-plastica-nacoes-se> - Acesso em 10 de mar. 2023.

BARNES, D. Invasions by marine life on plastic debris. *Nature*, 416(6883), pp.808-809, 2002.

GEYER, Roland; JAMBECK, Jenna R.; LAW, Kara Lavender. Production, use, and fate of all plastics ever made. *Science advances*, v. 3, n. 7, p. e1700782, 2017.

GUEDES, ISABELLA. Economia circular: o que é, suas características e benefícios. *Meio Sustentável*, 2023. Disponível em: <https://meiosustentavel.com.br/economia-circular/>. Acesso em 05 de jul. 2023.

JAMBECK, Jenna R. et al. Plastic waste inputs from land into the ocean. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 768-771, 2015.

PLASTIC ATLAS. History: Breakthrough in three letters, 2019. <https://hk.boell.org/en/2021/04/22/history> - Acesso em 05 de jul. 2023.

NATIONAL GEOGRAPHIC. A rota do plástico: do lixo aos ecossistemas marinhos, 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2022/04/a-rota-do-plastico-do-lixo-aos-ecossistemas-marinhos> - Acesso em 05 de jul. 2023.

UNITED NATIONS. Agencies say post-pandemic world has a chance to combat plastic pollution, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720961> - Acesso em 10 de mar. 2023

NOITE NA TAVERNA: A SOCIEDADE PRÁTICA, O GÓTICO DENUNCIA

Mariana da Silva Lima
Sílvia Aparecida Fortunato Santos

RESUMO

Noite na Taverna é uma obra pouco falada do principal poeta da segunda geração do Romantismo Brasileiro, Álvares de Azevedo, e seus elementos góticos fazem constantemente com que os leitores que se atrevem a lê-la tenham de optar por um dos dois caminhos: amor ou ódio ao que leem ali. Entretanto, será que as histórias retratadas ali distanciam-se de forma tão absurda assim da veracidade dos fatos que ocorriam no Brasil recém-nascido? O presente estudo tem como objetivo apresentar como o gótico nesta obra vem para expor os crimes cometidos pela sociedade: tão hediondos e tão disfarçados pela idealização romântica.

Palavras-chave: Gótico. Noite na Taverna. Romantismo brasileiro. Álvares de Azevedo. Sociedade.

ABSTRACT

“Noite na Taverna” is a less known piece of work by the main poet of the second generation of Brazilian Romanticism, Álvares de Azevedo, and its Gothic elements constantly mean that readers who dare to read it have to choose one of two paths: love or hate what they read there. However, do the stories portrayed there distance themselves in such an absurd way from the veracity of the facts that occurred in newly born Brazil? The present study aims to present how the Gothic in this piece of work comes to expose the crimes committed by the society: so heinous and so disguised by romantic idealization.

Keywords: Álvares de Azevedo. Brazilian Romanticism. Gothic. Night at the Tavern. Society.

1. INTRODUÇÃO

Era entre seus 17 a no máximo 20 anos que um determinado jovem, diretamente da Faculdade de Direito de São Paulo, deu à luz uma coleção vasta de poesias, quase nada de prosa romântica e menos ainda de teatro.

Com sua produção poética carregada de elementos ultrarromânticos, este rapaz – que morreu tão cedo – é considerado o maior poeta do romantismo brasileiro. De morte precoce, e boêmio: a cara da Segunda Geração Romântica. Nada mais trágico do que

morrer de tuberculose e depois de algumas cirurgias falhas depois de ter passado seus últimos anos estudando Leis nas grandes academias brasileiras.

Falamos de Álvares de Azevedo: o principal poeta do Romantismo e um dos maiores expoentes góticos que já pisaram em terras tupiniquins. Autor da famosa *Lira dos Vinte Anos*, o jovem carioca em terras paulistas também nos presenteou com o pouco falado *Noite na Taverna*, do qual trataremos neste artigo.

Aqueles que leem *Noite na Taverna* sofrem de um grave caso de amor e ódio, provavelmente. Ame ou odeie os personagens; ame ou odeie as histórias escabrosas em que Álvares nos faz meros espectadores, sem podermos socorrer todos os que foram tão agredidos por nossos protagonistas. Estupros, canibalismo, abortos, necrofilia, e tudo de pior que possa existir numa sociedade. Em cada capítulo da novela, somos cada vez mais absorvidos na atmosfera caótica que embala nossos personagens, sentados à mesa de uma taverna.

Mas é apenas em uma mesa de taverna que essas histórias são contadas? Ou será que uma sociedade que acaba de sair da situação de colônia portuguesa não vê esses atos apenas porque fecha os seus olhos a eles? No presente estudo, abordaremos a questão do gótico em *Noite na Taverna*, destacando como este gênero de narrativa romântica funciona como forma de denúncia para os crimes cometidos pela sociedade em geral. Serão levantados os principais elementos narrativos do gênero presentes em *Noite na Taverna*, e uma recapitulação do contexto histórico em que a obra de Álvares de Azevedo foi escrita.

Portanto, pegue sua taça de vinho, meu querido convidado, que hoje te mostrarei como um gótico não só se veste de preto e passeia pelo cemitério, mas também denuncia cada história escondida em uma lápide.

2. DESENVOLVIMENTO

Para nos aprofundarmos em uma obra, é necessário que compreendamos seu contexto histórico e seu autor. Partindo deste ponto fundamental, pensemos no Brasil de 1850.

Em 1824, Dom Pedro I finalmente libertou (sem “nenhum” interesse político) o Brasil das poderosas garras de Portugal. Agora éramos um país independente, cujas

terras “têm palmeiras onde canta o sabiá; as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá” (DIAS, 1959, p.95). Desembarca em nossas terras o Romantismo, de belas mulheres, belas falas, bela natureza e de busca por um herói nacional: aqui, o que encantou nossos poetas e romancistas foram as belas paisagens (que ainda não haviam sido destruídas pelo homem) e os nossos indígenas, tão selvagememente bons e de lábios de mel (ALENCAR, p. 19).

Fechou-se o livro miserável do tráfico africano. Ajudou-se a Argentina a libertar-se da tirania de Rosas. Tratou-se de liquidar a onerosa herança dos limites, legada pelas metrópoles peninsulares. Regularizaram-se e amudaram-se as comunicações por vapor com a Europa. Obras novas, vindas paquete a paquete, transportaram além do Tejo, e mesmo além do Sena.

(ABREU, 1938, p.119-120 apud MOISÉS, 2009, p.429)

É claro, entretanto, que não eram todos os que viam tudo da mesma forma. Entre os nossos jovens rebeldes, influenciados pelas ideias anglo-saxônicas de Lord Byron, pudemos encontrar Bernardo Guimarães, autor de *A Escrava Isaura*, mas, principalmente, o jovem Álvares de Azevedo, de quem iremos falar (MOISÉS, 2009, p. 430-431).

Segundo Schonfelder (2023, p.19), o próprio Álvares satirizava o nacionalismo extremo e a grande hipocrisia daquilo que pregavam homens como José de Alencar, que falava tanto do “bom selvagem”, sendo que o próprio homem branco acabou de matá-lo. Bebendo da fonte inglesa e tendo acompanhado o “trabalho” da morte de perto, quando perdeu o irmão caçula aos 4 anos, Álvares de Azevedo rapidamente mergulhou na poesia e na prosa, e teve a maior parte de suas obras publicadas posteriormente à sua morte, visto seu precoce falecimento aos 20 anos. Seu trabalho mais contemplativo da prosa com certeza foi *Noite na Taverna*, que tinha um contraponto absurdo em relação à sua *Lira dos Vinte Anos*.

Na poesia, Álvares de Azevedo sempre destaca a bela mulher, o desejo de morte e o pessimismo, tal como podemos ver no trecho abaixo, extraído do poema “Amor”:

Vem, anjo, minha donzela,
Minha alma, meu coração!
Que noite, que noite bela!
Como é doce a viração!
E entre os suspiros do vento
Da noite ao mole frescor
Quero viver um momento,
Morrer contigo de amor!

Álvares é a capa de revista do mal do século, com seu olhar sério e compenetrado, mas, ao mesmo, tão jovem e imaturo. Enquanto isso, na prosa, que é do que trataremos, Álvares arranca as cortinas e mostra tudo de pior que a sociedade pode cometer: estupros, traições, incestos, necrofilia, abortos canibalismo, infanticídio, assassinatos...

Parece uma grande lista de crimes cometidos por algum tipo de serial killer, mas são só as principais temáticas de *Noite na Taverna*, “novela” ou conjunto de relatos, publicada em 1855.

Extremamente detalhista em cada cena a ser composta, o autor traz as principais marcas do gótico, mas agora em literatura brasileira: com uma percepção do mundo desencantada, temos os principais elementos convencionais do gótico, sendo o *Locus Horribilis*, as personagens monstruosas e a presença fantasmagórica do passado (FRANÇA, 2016, p.2493).

“Gótico” é um termo provindo da Inglaterra, na época em que os pesquisadores ingleses estavam fissurados pelos godos, tribo germânica que possuía ódio à tirania (FRANÇA, 2016, p.2493). Conforme Solaz (2003), o gótico europeu vinha na contramão dos iluministas, influenciados na busca incessante pela razão, enquanto os góticos valorizavam o sentimentalismo.

Algum tempo depois, na Revolução Francesa, o termo designava ainda “pensadores revolucionários que liberavam ‘forças incontrolláveis e monstruosas’” (STEVENS, 2000, p.18 apud FRANÇA, 2016, p.2494). Considerando o contexto sócio-político da França durante a revolução, é compreensível o uso do termo para referência a este grupo, que buscava ainda algum nacionalismo exacerbado, inclusive mantendo a aristocracia e a monarquia, dada sua visão tradicionalista.

No entanto, em terras brasileiras, não encontramos o nacionalismo na produção gótica da época, mas sim muitas referências ao europeu. Isso pode ser observado, inclusive, nos próprios nomes dos protagonistas de *Noite na Taverna* – Solfieri, Bertram, Gennaro, Claudius Hermann e Johann – e também nas ambientações das histórias contadas por eles, tais como Londres e Paris, como podemos ver no excerto abaixo, extraído do capítulo narrado por Claudius Hermann:

[...] Para ela nada basta... nem as danças do oriente, nem as lupercais romanas, nem os incêndios de uma cidade inteira lhe alimentarão a seiva de morte, esta *vitalidade do veneno* de que fala Byron. Meu lance no *turf* foi minha fortuna inteira. Eu era rico, muito rico então: em Londres ninguém ostentava mais dispendiosas devassidões, nenhum nababo numa noite desperdiçava somas como eu.

(AZEVEDO, 2000, p.49)

Essa forte presença da aura europeia liga-se principalmente às fontes de inspiração de Álvares de Azevedo, que desde jovem traduzia para consumo de seus colegas de faculdade obras de Lord Byron, Goethe, Chateaubriand, entre outros grandes nomes do Romantismo na Europa.

Como citado anteriormente, a narrativa gótica possui três elementos principais os quais abordaremos a partir de agora.

O primeiro destes elementos possui de nome o termo latim *locus horribilis*, o qual pode ser diretamente traduzido como “lugar horrível”. Esse aspecto da história leva-nos diretamente à ambientação da narrativa como um lugar assustador e que causa incômodo ao leitor: no segundo capítulo, narrado pelo personagem Solfieri, temos uma tenebrosa cena em uma igreja, durante um velório.

Quando dei acordo de mim estava num lugar escuro: as estrelas passavam seus raios brancos entre as vidraças de um templo. As luzes de quatro círios batiam num caixão entreaberto. Abri-o: era o de uma moça. Aquele branco da mortalha, as grinaldas da morte na frente dela, naquela tez lívida e embaçada, o vidrento dos olhos mal-apertados... Era uma defunta!... E aqueles traços todos me lembraram uma ideia perdida... Era o anjo do cemitério! Cerrei as portas da igreja, que, ignoro por que, eu achara abertas. Tomei o cadáver nos meus braços para fora do caixão. Pesava como chumbo...

(AZEVEDO, 2000, p.18)

Neste excerto, já conseguimos identificar também o elemento seguinte de uma narrativa essencialmente gótica: as personagens monstruosas, aqui representadas pelo protagonista, tal qual ocorre na maioria dos contos, havendo poucas exceções neste livro de outros personagens (além dos protagonistas) que cometem crimes tão hediondos, tal qual a necrofilia deste segundo capítulo.

Um desses casos – senão o único – ocorre já no capítulo seguinte, “Bertram”. Neste capítulo, nosso protagonista relata ter sido apaixonado por uma mulher casada, a qual manteve um relacionamento extraconjugal com ele. Quando o marido da mulher descobre a traição temos a seguinte cena:

Quando Ângela veio com a luz, eu vi... era horrível!... O marido estava degolado. Era uma estátua de gesso lavada em sangue... Sobre o peito do assassinado estava uma criança de bruços. Ela ergueu-a pelos cabelos... Estava morta também: o sangue que corria das veias rotas de seu peito se misturava com o do pai! — Vês, Bertram, esse era meu presente: agora será, negro embora, um sonho do meu passado. Sou tua e tua só. Foi por ti que tive força bastante para tanto crime... Vem, tudo está pronto, fuja. A nós o futuro!

(AZEVEDO, 2000, p.25)

Com tal dama cometendo o assassinato do marido seguido do infanticídio do próprio filho em nome de uma paixão pelo protagonista do conto, temos novamente a presença da personagem monstruosa. Tal monstruosidade dá-se de maneira diferente da comum para a maior parte dos romances góticos que, como Drácula de Bram Stoker e outros vampiros, eram monstros em seu sentido mais literal:

De ancestral criatura monstruosa canibal, sugadora de sangue, da energia vital, da alma das vítimas, passa a ser aristocrata, de aparência pálida, misteriosa e sedutora, mas que esconde o monstro, sendo por isso mesmo mais temível.

(CARVALHO, 2018, p.4 apud SILVA, 2022, p.134)

O fato destes personagens plenamente humanos em todas as características físicas e possuindo sua personalidade grotesca como monstruosa leva-nos ao último dos elementos: a presença fantasmagórica do passado, que, aqui, materializa-se diretamente nos contos em si. Todos estes são memórias compartilhadas sob o ponto de vista dos boêmios, e os diálogos entre estes revelam-nos que muitos parecem se arrepender do que cometeram; entretanto, nas narrativas, o que vemos são homens que tentam limpar sua imagem, quase colocando-se de vítima das mulheres até o fim, como podemos ver no excerto a seguir do capítulo “Claudius Hermann”, o qual estuprou uma duquesa diversas vezes e a sequestrou.

Louca, pobre louca que sois! credes que um homem havia de encarnar um pensamento e sua alma, viver desse cancro, embeber-se da vitalidade da dor, para depois rasgá-lo do seio? Credes que ele consentiria que se lhe pisassem no coração, que lhe arrancassem... a ele, poeta e amante! da coroa de ilusões as flores uma por uma, que pela noite da desgraça a seu amor insano de mãe lhe sufocassem sobre o seio a criatura de seu sangue, o filho de sua vida, a esperança de suas esperanças?

(AZEVEDO, 2000, p.60)

Como podemos perceber, Hermann posiciona-se como grande vítima do amor que vivenciou pela duquesa, a colocando como culpada pelo que ele mesmo cometeu. Observando bem, esta é uma fala infelizmente ainda muito atual que escapa dos lábios de criminosos que cometem feminicídios e estupros, inclusive da sociedade em redor destes casos.

A partir destes pontos, vemos como *Noite na Taverna* funciona como perfeita máscara de Veneza para expôr o que a sociedade comete. Em atitudes e falas dos personagens, Álvares de Azevedo deixa mensagens subliminares de como a sociedade age perante os crimes cometidos, ocultando-os, e precisando ser escancarados pelo aspecto grotesco que só o gótico carrega.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura e análise com uma lente gótica sobre a obra *Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, publicada em 1855, podemos observar o caos social em que se encontrava a elite e a sociedade brasileira em geral do Brasil recém-nascido. Enquanto os conterrâneos de Azevedo exaltavam as belezas naturais do Brasil a fim de construir uma identidade do patrimônio nacional próprio, que acabara de tornar-se independente de Portugal, nosso autor, com sua única obra em prosa, surge para escancarar as mazelas sociais, ainda que carregado de elementos do Romantismo, como a exaltação de algumas mulheres.

Destacando as grandes orgias em tavernas como sendo camarim de diversos crimes cometidos, Azevedo nos traz o Brasil realista em sua forma mais grotesca, como manda o gótico, utilizando-se de ambientações assustadoras: entretanto, seus personagens principais não possuem desejos suicidas como manda o Romantismo lírico, mas induzem outros a isto e os fazem até com suas próprias mãos, violentando mulheres vivas ou mortas, cometendo atos antropofágicos ou findando famílias inteiras, embora destacando-se sempre como homens de bem.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Objetivo, 2019.

AZEVEDO, Álvares de. *Noite na Taverna e Lira dos Vinte Anos*. Erechim: Edelbra, 2000.

DIAS, Gonçalves. *Canção do Exílio. Poesia Completa e Prosa Escolhida*. Rio de Janeiro: José de Aguiar, 1959.

FRANÇA, Júlio. O gótico e a presença fantasmagórica do passado. *Abralic*. Rio de Janeiro, n. 15, p.2492-2500, 2016.

MOISÉS, Massaud. *Romantismo, Segundo Momento Romântico, Poesia. História da Literatura Brasileira, Vol 1, Das Origens ao Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2009. p.428-443.

SCHONFELDER, Laura Cavalheiro Vieira. A presença do gótico em Lira dos Vinte Anos e Noite na Taverna, de Álvares de Azevedo. 2023. 50f. Dissertação (Curso de Letras: Habilitação em Português e Inglês) – Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2023.

SILVA, Natália Rainho et al. Drácula, o maior dos vampiros: entenda porque o vampiro de Bram Stoker é um ícone do terror clássico. XIX Workshop Multidisciplinar sobre ensino e aprendizagem. Campo Limpo Paulista, n. 19, p.131-138, 2022.

SOLAZ, Lucía. Literatura Gótica. Biblioteca Virtual Universal. Universidad Complutense de Madrid, 2003.

O PERFIL LEXICAL DOS TERMOS DO POEMA FAROESTE CABOCLO

Karina Belizio Pereira
Margarete Barroso Trentino

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise morfológica dos termos, neste caso, adjetivos, advérbios, substantivos e verbos, extraídos do poema Faroeste Caboclo do poeta Renato Russo. Convencidos de que a palavra isolada é um fato artificial, o estudo destes termos, compreende o domínio do conhecimento a respeito da palavra contextualizada. Então, para conhecer e entender completamente as palavras, não se pode apenas identificá-las, classificá-las e decompô-las. Assim, descrevemos a estrutura, traçamos o perfil e realizamos a estatística do conjunto lexical, apontando a incidência dos diferentes termos (palavras/vocábulo) utilizados, pelo poeta, no todo significativo do poema.

Palavras – chave: análise morfológica, substantivo, poema, verbo.

1. INTRODUÇÃO

O universo de pesquisa concentrado no poema: Faroeste Caboclo do poeta Renato Russo, extraído do álbum: Legião Urbana “Mais do Mesmo”, do qual foram coletados e analisados os seguintes vocábulos: adjetivos, advérbios, substantivos e verbos.

Convencidos de que a palavra isolada é um fato artificial, o estudo dos termos extraídos do poema: Faroeste Caboclo compreende o domínio do conhecimento a respeito do vocábulo aplicado em um contexto.

Segundo Basílio (2005), “As palavras são elementos de que dispomos permanentemente para formar enunciados e quase sempre fazemos uso automático das palavras, sem parar muito para pensar nelas”.

Muitas vezes, as palavras utilizadas na construção de um enunciado são formadas pelo próprio criador do enunciado, dependendo da necessidade.

Para o completo conhecimento e entendimento dos termos, não se pode apenas identificá-los, classificá-los e decompô-los. Torna-se necessário traçar o perfil lexical de cada um deles e relacioná-los com os demais termos, no todo significativo que é o poema: Faroeste Caboclo.

Desta forma este estudo desenvolveu uma pesquisa visando uma reflexão a cerca do perfil lexical dos termos encontrados no poema: Faroeste Caboclo, considerando a morfologia das palavras. Assim, descreveremos a estrutura dos referidos termos (palavras/vocábulos), traçando o perfil lexical dos mesmos com realização de estatística lexical, apontando a incidência dos diferentes termos utilizados, no poema.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, a morfologia ocupa-se das palavras quanto a sua estrutura e formação, bem como quanto às suas flexões e classificações.

Entendendo que conhecer a estrutura de uma palavra é penetrar no seu íntimo e conhecer as várias partes que a constituem e lhe imprimem significado, torna-se necessário o conhecimento profundo deste instrumental – a palavra – para melhor utilização no processo comunicativo, seja ele verbal ou escrito.

Ainda segundo a NGB, a palavra considerada do ponto de vista fonético, como constituída de fonemas e sílabas provida ou não de tonicidade, recebe a denominação de vocábulo; palavra é a denominação mais adequada se enfocarmos o ponto de vista semântico. Entretanto, na realização desta pesquisa, não se levará em conta essa distinção, e os dois termos: *palavra* e *vocábulo* serão usados como sinônimos, conforme Kehdi (2007).

Segundo Nicola (1994), no estudo de uma palavra, dominá-la é explorar toda sua potencialidade. Logo conhecer a sua estrutura não é saber decompô-la, mas também, é saber compor uma nova palavra realizando, desta forma, um trabalho com dinamismo e criatividade da língua: entendendo, transformando e criando palavras.

Barreto (1980) afirma: “A chave de uma boa classificação gramatical é a proposição e como elementos de uma proposição é que se deve analisar as palavras. Será sempre imperfeita a classificação baseada exclusivamente na forma ou estrutura.”

Partindo disso, e considerando que a língua se relaciona estreitamente com os avanços tecnológicos e comportamentais e com as invenções é que analisaremos os dados linguísticos dentro do gênero discursivo do poema: Faroeste Caboclo e não somente a palavra isolada.

A normalização e organização dos termos analisados basear-se-á no modelo de análise de Valter Kehdi e José Lemos Monteiro e na gramática normativa de Domingos Paschoal Cegalla, descrevendo a estrutura e o perfil lexical dos termos retirados do poema supracitado.

2. HISTÓRIA DO ESCRITOR E DO POEMA

Este estudo será concentrado no poema: Faroeste Caboclo do poeta Renato Russo, extraído do álbum: Legião Urbana “Mais do Mesmo”, do qual serão coletados os dados a serem analisados, neste caso, as categorias gramaticais: adjetivo, advérbio, substantivo e verbo.

2.1. TROVADOR SOLITÁRIO E O TEMPO NÃO PERDIDO

Renato Manfredini Júnior nasceu em 27 de março de 1960, mas se tornou famoso com o sobrenome: Russo, inspirado no poeta e filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, no filósofo racionalista inglês Bertrand Russell e no pintor pós-impressionista francês Henri Rousseau.

Assim era Renato Russo: uma salada de referências e homenagens bastante exemplar do ecletismo que marcou a vida e a obra de um sujeito que não via barreiras entre poesia e filosofia, entre arte e a própria vida.

Autor de letras complexas, muitas vezes “quilométricas”, mas inesquecíveis, e dotado de posturas irreverentes, tanto no palco quanto na vida, Renato Russo incorporou como poucos o papel de “menestrel” de um mundo onde desilusões e esperanças colidem, verso após verso. Um mundo onde o desejo de liberdade e a certeza da impossibilidade de sua satisfação no sistema em que vivemos convivem em luta permanente. Uma luta que, nos versos e na voz de Renato, às vezes brotou como grito de guerra, noutras como denúncia afiada e, em outras tantas, como doloroso lamento.

Proveniente de uma família de classe média, o músico passou por uma série de experiências pessoais e artísticas que moldaram sua personalidade e criatividade: entre os sete e dez anos, viveu em Nova York; aos treze, mudou-se para Brasília; dos quinze aos dezessete, conviveu com uma doença óssea que o manteve preso à cama e, conseqüentemente, aos livros e à música.

Nesse período, apresentando-se como “O Trovador Solitário”, Renato compôs futuros sucessos como “Faroeste Caboclo” e montou a banda Aborto Elétrico (1978-1982), de onde surgiram bandas como: Capital Inicial e a Legião Urbana.

Os quatro primeiros discos da Legião, banda que Renato Russo fazia parte, são marcas registradas do período atravessado pelo país nas décadas de 70 e 80.

Poucos artistas conseguiram, de forma tão ampla e complexa, levar para a arte os sentimentos controversos que abalaram o Brasil durante aqueles anos. Afinal, havíamos acabado de derrubar uma ditadura, mas suas marcas e mazelas continuavam por todos os cantos da sociedade; vivíamos a esperança da construção de um novo país, confrontados diariamente com as mais nefastas negociatas; desejávamos abraçar a liberdade sexual e, repentinamente, nos víamos cercados pelo medo da Aids.

Quando o álbum “Legião Urbana” foi lançado, em 1985, muito daquilo que os jovens (e, inclusive, não tão jovens, que haviam militado no decorrer dos anos 70 e 80) da época tinham engasgado em suas gargantas ou sufocado em seus peitos ganhou voz e vida nos versos de músicas como “Geração Coca Cola”, “Será”, “Ainda é cedo”, “Por enquanto” e em muitas outras composições de Renato Russo.

Do mesmo período, tem-se a coletânea “Que País É Este”. Lançado em 1987, o LP reunia músicas desde 1978 (sendo sete letras da Banda Aborto Elétrico), entrando definitivamente para a história da música brasileira: “Faroeste caboclo” - a mirabolante e quilométrica história de João de Santo Cristo, contada num estilo que o próprio autor definia como uma mescla de Raul Seixas e cordel.

Vitimado pelas contradições de seu tempo, em 1990, Renato Russo declarou ser portador do vírus HIV e, como muita gente naquela época, atravessou um verdadeiro martírio público, motivado pelo preconceito, pela falta de medicamentos e pelo isolamento, até sua morte, em 11 de outubro de 1996.

A banda lançou outros álbuns como: “Música para acampamentos” (1992, coletânea ao vivo), “O descobrimento do Brasil” (1993) e “A tempestade ou o livro dos dias” (1996). Nesse período a relação da banda não foi exatamente das mais calmas, muito por conta, inclusive, da difícil personalidade do próprio Renato e de suas incursões em polêmicos discos solo, como “Equilíbrio Distante” (1995) e, particularmente, “The Stonewall Celebration Con-cert” (1994). Este é uma coletânea de músicas feitas ou

celebradas por gays, cujo título faz referência à rebelião no bar Stonewall, que deu origem ao movimento GLBT em 1969.

Ao lembrarmos de Renato Russo é importante frisarmos o fato de ele ter conseguido embalar diferentes gerações de jovens que, com suas letras, conseguiram dar voz a suas próprias angústias, cantar seus medos, gritar por seus desejos, verbalizar suas verdades, versar sobre sua vontade de mudar o mundo, chorar por seus amores e rir com a certeza de que nada foi em vão.

2.2. UMA ÉPICA DE SANTO CRISTO

Faroeste Caboclo é um poema musicado que traz a assinatura do poeta brasileiro Renato Russo. Composto em 1979, ele só foi lançado oficialmente em 1987, no álbum Que País É Este. Para nosso estudo o poema foi extraído do álbum: "Mais do Mesmo".

Mais do Mesmo é a segunda coletânea da banda brasileira de rock Legião Urbana, lançada em 1998 após a morte de Renato Russo e o fim da banda. Todas as canções foram escolhidas por Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá e retiradas dos oito álbuns de estúdio da banda.

O poema Faroeste Caboclo narra a história de João de Santo Cristo, um traficante nascido no Nordeste do Brasil que se muda para Brasília e se redime ao apaixonar-se por uma mulher chamada Maria Lúcia, sendo posteriormente assassinado por Jeremias, um traficante rival.

A história de Santo Cristo é de difícil execução devido ao tamanho da letra: 159 versos que não se repetem em nenhum momento. A harmonia e o ritmo desse poema musicado, contudo, são extremamente simples, apesar da duração incomum para uma canção popular: nove minutos e três segundos.

A obra foi censurada, junto com Conexão Amazônica, do mesmo disco, mas por razão diferente: a presença de palavrões, enquanto "Conexão" foi censurada por causa da temática, sobre o tráfico de drogas. Porém, em "Faroeste Caboclo", foi feita uma edição onde se colocou um sinal sonoro sobre os palavrões, assim a música foi liberada para radiodifusão.

3. ANALISANDO O FAROESTE CABOCLO

Tomaremos como base o mapa conceitual a seguir, para a análise morfossintático-semântica dos termos: palavras e vocábulos do poema de Renato Russo.

3.1. MAPA CONCEITUAL DO POEMA FAROESTE CABOCLO



A flutuação categorial entre adjetivo e o substantivo é grande, embora sejam considerados como duas classes de palavras distintas, nas gramáticas de língua portuguesa.

Funcionalmente, muitos nomes podem ser, dependendo do contexto, substantivos (termos determinados) ou adjetivos (termos determinantes). Logo no enunciado “*Um peruano que vivia na Bolívia*”, o vocábulo peruano trata-se de um adjetivo funcionando como substantivo, já no título do poema *Faroeste Caboclo*, acontece o inverso com o vocábulo caboclo, ou seja, um substantivo funcionando como adjetivo. Entretanto, existem nomes que são essencialmente adjetivos e outros que são essencialmente substantivos, mas a distinção de funções não é absoluta.

No aspecto flexional, ambos são susceptíveis de flexão de gênero e número, apresentando pequenas diferenças. O gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e feminina, caracteriza-se por flexão através do morfema zero (forma não marcada), no masculino e do morfema [a] (forma marcada), no feminino: professor – professora. O número que cria contraste entre forma singular e plural, também é caracterizado por flexão pelo morfema flexional [s], no plural e pela forma não marcada no singular: (criança – crianças). Portanto, em nossa língua, o masculino e o singular são caracterizados por um morfema zero, ou seja, pela ausência da marca.

3.2. ENTENDENDO OS ADJETIVOS, ADVÉRBIOS E SUBSTANTIVOS

Com o auxílio de morfemas apropriados, podemos enriquecer o léxico da língua portuguesa, atentando para o cumprimento de certas normas linguísticas.

Lemos (2002) afirma:

Peca pela falta de bom senso a atitude condenatória em relação a todo e qualquer neologismo ou palavra não dicionarizada, sobretudo numa época em que ideias e inventos novos surgem a cada dia.

Morfologicamente, o *substantivo* é definido como uma palavra que apresenta as categorias de gênero e número, com as correspondentes flexões, embora demonstrando alto teor de eficiência em relação a classes como *verbo* e *advérbio*, a definição morfológica de substantivo não distingue adequadamente esta classe dos *adjetivos*, pois estes possuem as mesmas categorias. A diferença entre estas duas classes notam-se, entretanto, pela distinção imanente/dependente, uma vez que o gênero e o número dos adjetivos dependem do gênero e do número dos substantivos a que se referem, enquanto no caso dos substantivos o gênero e o número são imanentes.

Quanto ao advérbio, este pode ser definido em oposição às demais classes observadas pela simples propriedade de ser morfológicamente invariável, mas no decorrer deste estudo é verificado que tal invariabilidade não é tão simples assim.

As classes de palavras podem também ser definidas por um critério sintático. Assim, atribui-se palavras a classes a partir de propriedades distribucionais e/ou funcionais. Nesse caso, o *substantivo* é a palavra que pode exercer a função de núcleo do sujeito, objeto e agente da passiva, e o *adjetivo* é definido como palavra que acompanha, modifica ou caracteriza o substantivo.

Sintaticamente, a classe dos advérbios é definida, facilmente, pois o *advérbio* exerce junto ao verbo função de modificador, análoga à função do adjetivo junto ao nome. Lembramos que o advérbio também modifica um adjetivo e um próprio advérbio, podendo se referir à frase como um todo, então, estudaremos esta classe com atenção.

Do ponto de vista, semântico, se estabelece tipos de significado como base para atribuição de palavras a classes.

Segundo Basílio (2005):

A maior parte das definições de substantivo que encontramos nas gramáticas é de base semântica. Em geral, o substantivo é definido como a palavra com que designamos os seres. Pela sua própria natureza, o substantivo é definido com relativa facilidade pelo critério semântico. O adjetivo, no entanto, é de definição bem mais difícil a partir de um critério semântico puro, dada a sua vocação sintática, por assim dizer. De fato, o adjetivo não pode ser definido por si só, sem pressuposição do substantivo, já que sua razão de ser é a especificação do substantivo.

Conclui-se, então, que na estrutura linguística a função semântica do adjetivo é de suma importância, visto que os adjetivos têm a mesma função que os afixos, permitindo a expressão ilimitada de conceitos sem exigência de uma sobrecarga de nossa memória.

Os advérbios são definidos analogamente aos adjetivos, mas aqueles permitem especificação da ação, do estado ou fenômeno descrito pelo verbo, enquanto que estes permitem especificações do substantivo.

As palavras *cidade* e *criança* são substantivos primitivos, enquanto que *plantação* e *terror da cercania* tratam-se de substantivos derivados e compostos, respectivamente porque tiveram sua constituição a partir de vocábulos já existentes, no português. A palavra *plantação* teve sua formação a partir do verbo *plantar* com o acréscimo do sufixo *ção*. Dizemos, então, que o processo utilizado para formação da palavra *plantação* foi a derivação progressiva, mais precisamente a sufixal. No caso do vocábulo *terror da cercania*, temos a formação pelo processo da composição por justaposição, unindo duas palavras já existentes: *terror* e *cercania*, em um só vocábulo, utilizando o expediente sintático *da* para exprimir característica à palavra *terror*.

Analisando os adjetivos e substantivos encontrados no poema Faroeste Caboclo, podemos destacar termos primitivos, compostos e derivados, identificando e descrevendo seus processos de formação. Observe alguns versos do poema:

E morreu junto com João, seu protetor
Jeremias maconheiro sem vergonha
 Seu futuro era incerto
 Destemido e temido no Distrito Federal

Os adjetivos, *protetor*, *maconheiro*, *incerto* e *destemido* surgiram a partir de palavras já existentes: proteger, maconha, interessar e temer, pelo acréscimo de afixos.

Observe a formação das palavras supracitadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Formação de adjetivos.

Palavra	Processo de formação	Como acontece a formação?
protetor	Derivação progressiva por sufixação	Verbo proteger com acréscimo do sufixo <i>tor</i> , ou seja, um verbo dando origem a um adjetivo como em trabalhador e traidor
maconheiro	Derivação progressiva por sufixação	Acréscimo do sufixo <i>eiro</i> ao substantivo maconha, neste caso, um adjetivo a partir de um substantivo como em sorveteiro e carpinteiro
incerto	Derivação progressiva por prefixação	Origem a partir do adjetivo certo acrescido <i>do prefixo in</i> , temos então, adjetivo dando origem a adjetivo.
indecorosa	Derivação progressiva parassintética	Verbo decorar acrescido do prefixo <i>in</i> e do sufixo <i>osa</i> simultaneamente. Um verbo formando um adjetivo.

Alguns substantivos também se originam de palavras pertencentes ao léxico da língua portuguesa. Veja nos versos a seguir e na tabela de formação dos substantivos.

E lá chegando foi tomar um cafezinho
 E sem ser crucificado a plantação foi começar
 "Eu vou sofrer as consequências como um cão."
 Organizou a Rockonha e fez todo mundo dançar

Tabela 2 – Formação de substantivos.

Palavra	Processo de formação	Como acontece a formação?
cafezinho	Derivação progressiva por sufixação	Substantivo <i>café</i> com acréscimo do sufixo <i>zinho</i> , caracterizador de grau diminutivo.

plantação	Derivação progressiva por sufixação	Acréscimo do sufixo <i>ção</i> ao verbo <i>plantar</i> , neste caso, um substantivo a partir de um verbo.
conseqüências	Derivação progressiva por prefixação	Origem a partir do substantivo seqüência acrescido do prefixo <i>con</i> , temos então, um substantivo originando outro. O morfema flexional <i>s</i> é a marca do plural.
rockconha	Composição por aglutinação, trata-se de um neologismo.	Substantivo criado pela junção de <i>rock</i> com <i>maconha</i> , com supressão da sílaba <i>ma</i> do vocábulo <i>maconha</i> . Essa palavra pode ser considerada o único neologismo do poeta, no poema em análise.

Em nossa pesquisa, observamos uma tendência do poeta pelos adjetivos e substantivos originados pelo processo de derivação por sufixação, ou seja, palavras acrescidas de sufixos.

Alguns sufixos possuem extrema produtividade, enquanto outros entram na formação de raros vocábulos. Entre os improdutivos destacamos [iz] em *aprendiz* de *carpinteiro*, enquanto *eiro* trata-se de um sufixo bastante produtivo, que descrevemos na tabela 3, junto com outros, mostrando os respectivos sentidos impressos à nova palavra.

Tabela 3 – Sufixos e sentidos.

Sufixo	Sentido atribuído à palavra	Exemplos
inho (a)	valor diminutivo	velhinhas, menininha, caixinha boyzinhos, bandeirinhas.
agem	ação ou resultado da ação	passagem, viagem
eiro (a)	atividade, estabelecimento comercial, coleção	sorveteiro, bebedeira, boiadeiro
ência	ação ou resultado da ação, formando substantivo abstrato	violência
ário	formam substantivos a partir de outros substantivos	noticiário
ção	formam substantivos a partir de verbos	plantação, discriminação
dade	formam substantivos abstratos	novidades
dor	formam adjetivos partindo de verbos	trabalhador, traidor

Na tabela 4, apresentamos o panorama da constituição dos termos, adjetivos e substantivos, utilizados pelo poeta na composição de seu poema e constatamos que embora as palavras *primitivas* sejam predominantes, as *compostas* e *derivadas* também devem ser observadas.

Tabela 4: Formação dos substantivos e adjetivos

Processos de Formação	Quantidade	Percentual
Composição	30	12,24%
Derivação	43	17,56%
Palavras Primitivas	172	70,20%
Total	245	100 %

Detalharemos o quadro de ocorrências por palavras formadas pelo processo de derivação, quando definirmos derivação imprópria englobando também os advérbios, uma vez que este processo de formação de vocábulos é bastante usado pelo poeta, constituindo uma marca de seu poema.

3.3. FAROESTE CABOCLO: A PRÓPRIA DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA

A partir do título desse poema: *Faroeste Caboclo*, entendemos perfeitamente o que vem a ser o processo de derivação imprópria.

Em *Faroeste Caboclo*, temos a palavra *Caboclo* (pertencente a classe dos substantivos) funcionando como adjetivo, ou seja, termo especificador do substantivo *Faroeste*. Logo conclui-se que, *Caboclo* é uma palavra derivada impropriamente.

Outros casos acontecem, durante a análise do poema de Renato Russo, mas devemos considerar que o processo de derivação imprópria envolve o processo sintático-semântico, considerando a impossibilidade de analisar sem levar em conta os significados, quando não ocorre alterações nas estruturas das palavras.

No trecho a seguir, percebemos a formação de palavras por derivação imprópria:

E o boiadeiro tinha uma passagem
 Um peruano que vivia na Bolívia
 E um dia vem na porta um senhor de alta classe com dinheiro na mão
 O velho disse:
 Santo Cristo era só ódio por dentro
 Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar
 No Ano Novo eu começo a trabalhar"
 "Amanhã, as duas horas na Ceilândia
 Um homem que atirava pelas costas
 "Eu vou sofrer as consequências como um cão."

Nos versos do poema, observamos adjetivos funcionando como substantivos em: *boiadeiro, velho, peruano, velhinhas*; substantivo como adjetivo (predicativo do sujeito)

em: *só ódio*; pronome de tratamento com função de substantivo em: *senhor* e ainda, substantivos desempenhando função de advérbios ou adjuntos adnominais em: *como um cão* (significando caninamente), *na Ceilândia, pelas costas*.

Analisando isoladamente o verso “Que as velhinhas colocavam na caixinha do altar”, a expressão *na caixinha do altar* pode ser substituída pelos advérbios: aqui, lá, acolá. Logo o enunciado em análise desempenha uma função adverbial de lugar, como nos enunciados *na Ceilândia, na Bolívia*; enquanto que na expressão *no Ano Novo*, a utilização do substantivo composto Ano Novo e a preposição contraída (em + o) significa uma circunstância temporal, equivalente a *quando*.

Para uma melhor visualização, dessa marca do poeta, segue a tabela 5 com a formação das palavras por derivação, com destaque para a derivação imprópria que acabamos de definir. Para os resultados alcançados nessa tabela foram considerados os adjetivos, advérbios e substantivos derivados. Os vocábulos primitivos são 234 (Duzentos e trinta e quatro) termos, dentre eles: adjetivos, advérbios e substantivos, os verbos serão tratados no próximo item.

Tabela 5 – Derivação dos adjetivos, advérbios e substantivos

Processos de Derivação	Quantidade	Percentual
Derivação Imprópria	60	68,97%
Derivação Parassintética	02	2,28%
Derivação Prefixal	03	3,45%
Derivação Regressiva	03	3,49%
Derivação Sufixal	19	21,83%
Total	87	100 %

Verbos

Verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, tempo, modo e voz. Em termos significativos, o verbo costuma indicar uma ação, um estado ou um fenômeno da natureza.

Há, no entanto, verbos cuja significação escapa a esses três itens: suceder, acontecer (indicam ocorrência); querer, desejar, aspirar (indicam vontade e desejo); convir, cumprir (indicam conveniência) e outros. Assim, o verbo deve ser caracterizado pelas suas flexões e pelo seu papel dentro da oração.

O verbo apresenta duas partes: uma invariável e outra sujeita ao mecanismo flexional. Nos temas verbais, a vogal temática é geralmente tônica e com uma função específica: marcar a conjugação verbal. É a vogal temática que indica a que conjugação pertence o verbo. É comum identificá-las pelo infinitivo, são as vogais que antecedem o *r* desinencial: vogal temática *a* - 1ª conjugação; vogal temática *e* - 2ª conjugação e vogal temática *i* - 3ª conjugação.

Nos verbos as desinências marcam o modo, o tempo, a pessoa e o número. As categorias verbais são as seguintes:

- **Modo:** Indicativo; subjuntivo e imperativo
- **Tempo:** Presente; pretérito (imperfeito, perfeito e mais que perfeito); futuro (do presente e do pretérito)
- **Pessoa:** Primeira; segunda e terceira
- **Número:** Singular; plural

Além dos chamados verbos regulares, que seguem o padrão geral, existem os verbos irregulares. Esses verbos ditos irregulares desviam-se do padrão morfológico geral, imprevisível em face dos padrões regulares e causam algumas dificuldades na interpretação de seus constituintes. O tema é o que causa maior problema, pois pode estar sujeito à alomorfias ou alternâncias. No caso das desinências, a solução é encontrada usando morfe zero se houver lacunas.

Verbos	Infinitivo	Rd	VT	DMT	DNP
está	estar	est	á	Ø	Ø
dá	dar	d	á	Ø	Ø
disse	dizer	diss	e	Ø	Ø
trouxe	trazer	troux	e	Ø	Ø

No poema “Faroeste Caboclo”, encontramos 188 (cento e oitenta e oito) verbos e 34 (trinta e quatro) locuções verbais. Desses 188 verbos, 78 (setenta e oito) pertencem a primeira conjugação, 82 (oitenta e dois) a segunda conjugação e 28 (terceira) a terceira conjugação. A categoria gramatical do tempo predominante no poema é o pretérito do modo indicativo com 124 (cento e vinte e quatro) verbos, sendo que 63 (sessenta e três) estão no pretérito perfeito e 60 (sessenta) no pretérito imperfeito.

A tabela a seguir nos oferece um panorama geral do grau de incidência dos verbos no pretérito do indicativo predominante no *corpus* analisado:

Tabela 6 – Tempos e modos verbais

VERBOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Pretérito Perfeito do Indicativo	63	33,51%
Pretérito Imperfeito do Indicativo	60	31,91%
Presente do Indicativo	26	13,83%
Futuro do Pretérito do Indicativo	1	0,53%
Infinitivo	29	15,42%
Gerúndio	6	3,20%
Imperativo	3	1,60%
TOTAL	188	100 %

O termo perfeito e imperfeito designam a categoria gramatical chamado aspecto verbal. É denominada aspecto, pois as formas verbais têm a propriedade de designar a duração do processo que indicam. No sistema verbal do português, o aspecto é claramente perceptível quando contrastamos formas como *estava* e *estou*. No primeiro caso, temos o aspecto imperfeito, pois o processo é apresentado em curso e ainda inconcluso; no segundo caso temos o aspecto perfeito, pois o processo já está concluído: pretérito imperfeito e perfeito, respectivamente.

O poema “Faroeste Caboclo”, justamente por ser um poema narrativo: conta uma história, há nele enorme presença de verbos no passado. A narração é uma modalidade de texto estruturada com base em uma sequência de ações (o enredo) que provocam alterações nos estados narrativos. Assim, esse poema narrativo opõe momentos descritivos, em que se apresenta um dado estado de coisas, e momentos propriamente narrativos, em que ocorrem ações que alteram esse estado de coisas. A esses dois momentos distintos no poema, correspondem diferentes formas verbais. É fato que todas estão no passado, porém em diferentes tipos de passado.

A estruturação nas formas do pretérito é de aspecto não-acabado/acabado, “perfeito” quer dizer “acabado”: *per-* “totalmente” feito. Já “imperfeito” *in-* não perfeito, “inacabado”.

Portanto, o pretérito perfeito refere-se a um fato já ocorrido, concluído. E o pretérito imperfeito pode designar um fato passado contínuo, permanente, habitual.

Considerando o processo de formação de palavras em que se recorre à palavra já existente para ampliá-la (derivação progressiva ou afixal), encontramos, na análise dos verbos do poema, somente as ocorrências descritas abaixo.

Verbo	Estrutura	Derivação
descobriu	[des [cobr]iu]	prefixal
reconheceu	[re [conhec]eu]	prefixal
revendia	[re [vend]ia]	prefixal
desvirginava	[des [virgin]ava]	parassintética
embebedou	[em [beb[e] dou]]	parassintética

Após análise dos verbos, encontrados no poema *Faroeste Caboclo*, verificamos um alto grau de incidência de verbos no passado (pretérito) marcados por desinências flexionais e mínima ocorrência de verbos constituídos por derivação. O que nos leva a concluir que essa é uma marca significativa do poeta no que se refere ao tratamento dos verbos, nesse poema.

Os dados coletados no *corpus* pesquisado demonstram algumas características que marcam o poema “*Faroeste Caboclo*”. A estatística lexical feita durante a coleta de dados permite-nos apresentar um panorama geral do que foi encontrado com o estudo morfossintático-semântico dos termos desse poema, conforme mostra a tabela a seguir.

TABELA 7 – Categorias Gramaticais

TERMOS (PALAVRAS/VOCÁBULOS)	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Adjetivos e locuções adjetivas	48	8,35%
Advérbios	106	18,43%
Substantivos	196	34,09%
Verbos e Locuções verbais	225	39,13%
TOTAL	575	100 %

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ordenando os dados coletados na proposta de análise morfossintática de termos: palavras/vocábulo, tabulamos e verificamos as ocorrências de processos de formação ou flexão dos adjetivos, advérbios, substantivos e verbos, encontrados no poema *Faroeste Caboclo*. Então, separamos as palavras simples das derivadas e das compostas, depois as distribuimos em classes de palavras, sempre levando em consideração o total de termos que fez parte dos *corpora* de pesquisa.

De posse da tabulação desses dados, pudemos descrever o perfil lexical do poema, destacando as características predominantes do poeta Renato Russo, ao escrevê-lo.

Descrevemos o perfil lexical do poema, apontando para uma produção com predominância de termos verbais e simples, contudo uma grande marca na criação desse poeta foi observada, que é a derivação imprópria.

O poeta utiliza deste processo de derivação, com certa frequência, mudando a classe gramatical das palavras, ou seja, o que era substantivo passa a ser adjetivo ou o inverso, recorre ainda à derivação imprópria, com as conjunções, para transformar substantivos em advérbios (adjuntos adverbiais). Logo, na análise dos termos derivados, quase setenta por cento dos termos são palavras formadas por derivação imprópria.

Assim o verdadeiro perfil lexical do poema *Faroeste Caboclo* fica mascarado, pois constatamos através da análise do mapa conceitual (figura 1), que é previsível deduzir o estilo de escrita de Renato Russo. Um estilo simples com o uso de palavras/vocábulo primitivos, principalmente os substantivos e adjetivos, pois mesmo trabalhando com os verbos o escritor não vai muito além das flexões verbais.

Se um novo perfil fosse traçado, desconsiderando a formação de advérbios a partir de substantivos (derivação imprópria), destacaríamos uma predominância de substantivos, com um percentual de 52,52%, isto é, praticamente a metade dos termos, sem considerarmos os adjetivos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Pesquisa na Escola: o que é e como se faz*. SP: Loyola, 1997.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 7ª ed. SP: Ática, 2003.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46ª ed. SP: Companhia Editora Nacional, 2005.
- DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. SP: Cultrix, 2004.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- LUFT, Celso Pedro. *Gramática e Ortografia Oficial*. 6ª ed Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.
- ROJO, Roxane. *A prática de linguagem em sala de aula: praticando com PCN's*. ED: PUC/SP, 2000.
- SACCONI, Luiz Antônio. *Dicionário Essencial da Língua Portuguesa*. SP: Atual, 2001.
- SILVA, Maria Cecília P. de Souza e KOCK, Ingedore Villaça. *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia*. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003
- TERRA, Ernani e NICOLA, José de. *Minigramática da Língua Portuguesa*. Ed. Reform SP: Sciprione, 2007.

O QUE DIFERE OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS DOS MEDICAMENTOS REFERÊNCIA E SIMILARES?

Lucas Rodrigues
José Luis da Rocha Santos
Sabrina de Almeida Marques
Sheyla Cabral Santos Buickvieser
Luciana Bizeto
Lucas Rodrigues

RESUMO

Os medicamentos referência, genéricos e similares, possuem algumas semelhanças e diferenças, o que pode causar dúvidas aos consumidores. Nesse trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa. Foram abordados os conceitos dos medicamentos referência, genéricos e similares e o embasamento legal, técnico e científico para cada uma das classes. E, a função do farmacêutico como ponto focal no esclarecimento sobre as respectivas dúvidas dos consumidores.

Palavras-chave: Genéricos; Referência; Similar; Bioequivalência; Intercambialidade.

ABSTRACT

Reference medicines, generics and similar ones, have some similarities and differences, which can cause doubts among consumers. In this work, exploratory research was carried out through a bibliographic survey with a qualitative approach. The concepts of reference, generic and similar medicines and the legal, technical and scientific basis for each class were covered. And, the role of the pharmacist as a focal point in clarifying consumers' respective doubts.

Keywords: Generics; Reference; Similar; Bioequivalence; Interchangeability.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil existem três categorias de medicamentos os de referência, genéricos e similares. O medicamento referência é o primeiro a ser lançado no mercado, e é o inovador e o primeiro a ser registrado no mercado com eficácia, segurança e qualidade comprovadas junto ao órgão federal competente (Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA). Tanto o medicamento genérico como o medicamento similar, possuem o mesmo princípio do medicamento de referência. No entanto, o medicamento genérico, obrigatoriamente passa por estudos de equivalência farmacêutica e bioequivalência e podem ser intercambiáveis com o medicamento referência. Já, o

similar tem a obrigatoriedade de passar somente pelo teste de equivalência farmacêutica. Os testes de equivalência farmacêutica e bioequivalência, têm como objetivo assegurar que o medicamento genérico tenha o mesmo perfil farmacocinético do medicamento de referência, permitindo, assim, sua produção e distribuição no mercado varejista (LEMES, E. O. et. al., 2018). Genéricos e Similares, para serem comercializados, requerem os seus registros na ANVISA.

O presente trabalho visa abordar os conceitos de medicamentos genéricos, referência e similares. Salientar o papel do farmacêutico na orientação a seus clientes sobre os medicamentos genéricos.

2. METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva e exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, obtidos a partir do acervo bibliográfico do presente na instituição e artigos encontrados nas bases de dados Scielo, Medline, Lilacs. Foram selecionadas 14 publicações sendo todos publicados em periódicos nacionais, compreendidos entre os anos de (2002 a 2023). Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores (Genérico, Bioequivalência, Intercambialidade).

3. DESENVOLVIMENTO

Para melhor a compreensão sobre os medicamentos referência, genéricos e similares, seguem abaixo algumas definições:

(1) Formas farmacêuticas: são formas física de apresentação do medicamento, exemplos: comprimidos, cápsulas, drágeas, pastilhas e supositórios, pomadas, géis e cremes, xaropes, gotas, soluções nasais, oftálmicas e injetáveis, sprays, aerossóis.

(2) Biodisponibilidade: indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina.

(3) Bioequivalência: consiste na demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos apresentados sob a mesma forma farmacêutica, contendo idêntica composição qualitativa e quantitativa de princípio(s) ativo(s), e que tenham comparável biodisponibilidade, quando estudados sob um mesmo desenho experimental. Nesse

processo, ocorre um estudo clínico com voluntários (sadios ou portadores da doença), para comparar o perfil farmacocinético (absorção, distribuição, biotransformação e excreção) do candidato a genérico com o medicamento referência.

(4) Equivalência farmacêutica: Segundo a RDC nº 31/2010 "Equivalentes Farmacêuticos: são medicamentos que possuem mesma forma farmacêutica, mesma via de administração e mesma quantidade da mesma substância ativa, isto é, mesmo sal ou éster da molécula terapêutica, podendo ou não conter excipientes idênticos, desde que bem estabelecidos para a função destinada. Devem cumprir com os mesmos requisitos da monografia individual da Farmacopéia Brasileira ..."

(5) Intercambialidade de medicamentos: atividade privativa do farmacêutico, que permite a troca do medicamento de referência pelo medicamento genérico correspondente e vice-versa. Sempre que houver a substituição, o farmacêutico deve indicá-la na prescrição, carimbar, datar e assinar, conforme a legislação vigente. Atualmente, alguns similares podem ser intercambiáveis com o medicamento referência, desde que atenda as exigências da ANVISA (Resolução CFF nº 349, de 20 de janeiro de 2000) O processo de intercambialidade está ilustrado na figura 1.

Figura 1. Intercambialidade de medicamentos



Fonte: Freitas, 2016.

(6) Medicamento referência: é um fármaco inovador, foi o primeiro a ser descoberto e, a sua eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente; é o primeiro registrado pelo órgão federal do país Lei 9787/99 (ANVISA, FDA), possui nome comercial e a concessão de patente por meio da prévia anuência da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – incluído pela Lei 10196/01 – RDC 21/2013 que alterou a RDC 45/2008.

(7) Medicamento similar: é o fármaco que possui as mesmas substâncias ativas, concentração, forma de administração, posologia e indicação terapêutica que o medicamento referência; possui nome comercial (ANVISA, 2020).

(8) Medicamento genérico: foi instituído por meio da LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999, é o medicamento que possui a mesma substância ativa, dose, forma de administração, posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência. Mas não possui marca própria, sendo comercializado pelo nome do princípio ativo; foi submetido ao teste de bioequivalência, como foi criado após a o término da patente do medicamento de referência, não arcou com os custos de pesquisa do fármaco inovador, podendo ser adquirido pelo consumidor, por preço muito mais acessível.

3.1. MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Os medicamentos genéricos deverão passar por testes de bioequivalência e biodisponibilidade, tendo, assim, a garantia de que possuem mesmo valor terapêutico de um medicamento de marca (MONTEIRO, W. M. et. al., 2005). Além dos testes de equivalência farmacêutica e do estudo clínico de bioequivalência, para o medicamento genérico ser produzido, precisa aguardar a expiração da patente ou de outros direitos exclusivos do medicamento de referência e obter o seu registro na ANVISA [CITATION DIA06 \l 1046]

O INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão responsável pela concessão de registros de marcas no Brasil, sendo que, no caso de medicamentos, é necessário que a ANVISA "aprove" a marca para que o produto possa ser comercializado. Os medicamentos genéricos são rotulados de acordo com a DCB (Denominação Comum do Brasil) e, caso contrário, de acordo com a DCI (Denominação Comum Internacional). 334 Isso pode ser encontrado na embalagem, que pode conter apenas o nome do princípio ativo, com os dizeres “Medicamento Genérico – Lei nº 9.787/99” e, uma tarja amarela com o “G” destacado em azul, conforme o conceito. (MONTEIRO, W. M. et. al., 2005).

As similaridades e diferenças entre medicamentos de referência, genéricos e similares podem ser visualizados no quadro1.

Quadro1: Similaridades e diferenças entre medicamentos de referência, genéricos e similares.

	MEDICAMENTO REFERÊNCIA	MEDICAMENTO GENÉRICO	MEDICAMENTO SIMILARES
CARACTERÍSTICAS	PRODUTO DE MARCA E INOVADOR	INOVADOR BIOEQUIVALENTE	EQUIVALENTE
LEI	LEI Nº 9.279, de 14 DE MAIO DE 1996.	LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.	LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999.
EFICÁCIA	COMPROVADA	COMPROVADA	NÃO COMPROVADA
INTERCAMBIALIDADE	NÃO SE APLICA, POIS, É INOVADOR	SIM	NÃO
REGISTRO	ANVISA	ANVISA	ANVISA
SEGURANÇA	COMPROVADA	COMPROVADA	SIM
TESTES DE BIOEQUIVALÊNCIA	SIM	SIM	SIM
IDENTIFICAÇÃO	NOME COMERCIAL	NOME DO PRINCÍPIO ATIVO	NOME COMERCIAL

Fonte: Autoria própria.

3.2. EMBALAGEM DO MEDICAMENTO GENÉRICO.

Os genéricos devem atender tanto à Resolução RDC nº 71/2009 que determina as normas para a rotulagem de medicamentos em geral. De acordo com as regulamentações atuais, os medicamentos genéricos devem ser identificados por uma faixa amarela com a letra "G" e a descrição "medicamento genérico" (RDC 71/2009) A faixa amarela que está na caixa do medicamento especifica sua identificação; para os medicamentos com venda controlada, as embalagens devem ter uma faixa vermelha ou preta, conforme a substância de controle especial (conforme a RDC 71/2009), a embalagem do medicamento genérico está ilustrada na figura 2:

Figura 2: Informações de identificação da caixa de um medicamento genérico



Fonte: Farmacêuticas, 2016.

3.3. PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM RECEITUÁRIOS MÉDICOS.

O médico deve prescrever o medicamento pela denominação genérica. Os profissionais, médico e o farmacêutico, devem esclarecer as dúvidas de seus pacientes, sobre a equivalência do medicamento genéricos com a referência. Em atendimento ao Projeto de Lei 3249/00, os médicos do setor público, Sistema Único de Saúde-SUS, são obrigados a prescrever o medicamento pela denominação genérica. A adesão da nomenclatura genérica traz vantagens por reduzir a possibilidade de erros de medicação na dispensação e por diminuir o custo dos medicamentos quanto da necessidade de aquisição. (CRUZETA, A. P. S. et. al., 2013). No quadro 2, podem ser visualizados alguns exemplos de medicamentos intercambiáveis.

Quadro2: Exemplos de medicamentos intercambiáveis

Medicamento referência	Medicamento genérico	Forma Farmacêutica	Concentração
Citalor	Atorvastatina cálcica	Comprimido revestido	40 mg
Depakene	Ácido valpróico	Capsula mole	250mg
Cataflam Pro Emulgel	Diclofenaco (dietilamônio)	Gel	11,6mg/g
Puran T4	Levotiroxina sódica	Comprimido	88mcg
Rocefin	Ceftriaxona dissódica hemieptaidratada	Pó solução injetável (im)	1000mg/3,5mL
Fluimucil	Acetilcisteína	Xarope	40mg/ml
Sandrena	Estradiol	Gel (sachê)	0,1 (1mg/g)

Fonte: Autoria própria, com base em ANVISA <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/similares/lista-de-medicamentos-similares-intercambiaveis.pdf/view>

3.4. PAPEL DO FARMACÊUTICO NA DISPENSAÇÃO DO MEDICAMENTO GENÉRICO.

O farmacêutico é o profissional mais preparado dentro de drogarias, Unidades Básicas de Saúde e hospitais para orientar seu cliente sobre o uso e a intercambialidade entre o medicamento genérico e o medicamento referência, assegurando a seu cliente a confiança sobre a qualidade e explicando a ele sobre as etapas e testes solicitados pela ANVISA que torna este produto com a mesma equivalência e eficácia do medicamento de referência, além de mostrar que é um produto financeiramente mais atrativo para ele, pois no dia a dia de uma drogaria a pergunta mais corriqueira que o farmacêutico recebe no seu balcão de atendimento é o cliente questionando sobre se realmente medicamento

genérico tem o mesmo poder de ação dos medicamentos de referência. Por isso o farmacêutico deve estar muito bem-informado sobre os benefícios dos medicamentos genéricos para esclarecer esse assunto sem deixar dúvidas ao seu cliente. Ao realizar a dispensação, é dever do farmacêutico fornecer informações e orientações ao paciente sobre a correta utilização dos medicamentos, destacando a importância da adesão à farmacoterapia, possíveis interações com outros medicamentos e alimentos, além de alertar sobre potenciais reações adversas e as condições adequadas de conservação do produto. Essa função informativa e educacional da dispensação desempenha um papel crucial na cadeia de cuidados com a saúde (ZANELLA, C. G. et. al., 2015). O farmacêutico poderá sugerir a intercambialidade ao seu cliente, (1) quando médico prescreve um medicamento pelo nome de referência, o qual poderá ser substituído por um medicamento genérico ou medicamento similar equivalente; (2) quando o médico prescreve pelo nome genérico, poderá ser dispensado um medicamento genérico ou um de referência, jamais por medicamentos similares. No entanto, caso o prescritor não autorize a intercambialidade, ele deverá deixar registrado no receituário, por meio de um texto simples ou carimbo, a autorização da troca (RDC nº 16/2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos conceitos medicamento referência, medicamento genérico e medicamento similar, propicia uma melhor abordagem na atenção farmacêutica.

O farmacêutico é o profissional capacitado para orientar a população sobre a intercambialidade. Para tanto, deve estar sempre atualizado sobre essas classes de medicamentos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO-RDC Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2007. Aprova Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0016_02_03_2007.html> Acesso em 23 out. 2023.

ANVISA. Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO-RDC Nº 71, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009. Estabelece regras para a rotulagem de medicamentos. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0071_22_12_2009.html> Acesso em: 06 dez. 2023.

ANVISA. Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO-RDC Nº 31, DE 11 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a realização dos Estudos de Equivalência Farmacêutica e de Perfil de Dissolução Comparativo. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0031_11_08_2010.html> Acesso em 06 dez.2023.

ANVISA- Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO-RDC Nº 21, DE 10 DE ABRIL DE 2013. Altera a Resolução - RDC nº 45, de 23 de junho de 2008, que dispõe sobre o procedimento administrativo relativo à prévia anuência da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0021_10_04_2013.html> Acesso em 23 out. 2023

ANVISA. Ministério da Saúde. Conceitos e Definições.2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acesoainformacao/perguntasfrequentes/medicamentos/conceitos-e-definicoes>> Acesso em: 22 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. RESOLUÇÃO Nº 349 DE 20 DE JANEIRO DE 2000 Ementa: Estabelece a competência do farmacêutico em proceder a intercambialidade ou substituição genérica de medicamentos. Disponível em< <https://cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/349.pdf>> Acesso em: 22 out. 2023.

CRUZETA, A. P. S.; DOURADO, A. C. L.; MONTEIRO, M. T. M.; MARTINS, R. O.; CALEGARIO, T. A.; GALATO, D. Fatores associados à compreensão da prescrição médica no Sistema Único de Saúde de um município do Sul do Brasil. Temas Livres - Ciênc. saúde coletiva, 18, n. 12, Dez 2013. 3731-3737. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/FzhfxTFVrRKqPTVY5ss5K5k/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 out. 2023.

DIAS, C. R. C.; ROMANO-LIEBER, N. S. Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil. Cad. Saúde Pública, v. 22, n. 8, p. 1661-1669, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/GDrNcKwNRjzMHp8VLhWKV4y/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 out. 2023.

FARMACEUTICAS. Medicamentos Genéricos, Similares, Intercambiáveis e Referência-Confuso? 2016. Disponível em: < <https://www.farmaceuticas.com.br/medicamentos-genericos-similares-intercambiaveis-e-referencia-confuso/>> Acesso em 22 out. 2023.

FREITAS, M. S. T. Intercambialidade entre medicamentos genéricos e similares de um mesmo medicamento de referência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/9/9139/tde-14122016-093243/publico/Marcia_Sayuri_Takamatsu_Freitas_DO_original.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

LEMES, E. O.; ALMEIDA, N. S. V.; EUBANKS, P. H. P.; RESENDE, S. R.; LUZ, W. C. M. História do Medicamento Genérico no Brasil. *Ensaio Cienc*, v. 22, n. 2, p. 119-123, 2018. Disponível em: <<https://ensaioseciencia.pgsskroton.com.br/article/view/4178>>. Acesso em: 25 out. 2023.

MONTEIRO, W. M.; MELO, G. C.; MASSUNARI, G. K.; HÜBNER, D. V.; TASCA, R. S. Avaliação da disponibilidade de medicamentos genéricos em farmácias e drogarias de Maringá (PR) e comparação de seus preços com os de referência e similares. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 41, n. 3, p. 334-343, jul./set 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcf/a/MLWGgJWzhbyzGp4WThFXmgP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, J. A.; JUBE, L. G. A.; PACHECO, M. S. Medicamentos genéricos e similares: porque não podem ser intercambiáveis entre si? *Faculdade União de Goyazes*, p. 1-31, 2018. Disponível em: <<https://fug.edu.br/repositorio/2018-1/Farmacia/FAR%204%202018-1.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2023.

ZANELLA, C. G.; AGUIAR, P. M.; STORPIRTIS, S. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, n. 2, Fev 2015. 325-332. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/9dRB7Bb9656Lxsr3ZRjmYYf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2023.

ORGULHO, PRECONCEITO E UMA SOCIEDADE VELADA

Mariana da Silva Lima
Fábio Luiz Villani

RESUMO

Tal como vemos diariamente, às vezes às claras, outras às sombras, os pensamentos estabelecidos por uma sociedade ditam o cotidiano de cada classe da população, seja de maneira mais ou menos influente. No presente estudo, analisamos como Jane Austen aplicou os pensamentos firmes e quase imutáveis da poderosa sociedade inglesa do fim do século XVIII em sua principal e mais conhecida obra, Orgulho e Preconceito, destacando as expectativas que essa população tinha sobre o público feminino.

Palavras-chave: Sociedade. Jane Austen. Orgulho e Preconceito. Papel-social. Mulheres. Inglaterra.

ABSTRACT

As we see daily, sometimes in the light, others in the shadows, the thoughts reached by a society dictate the daily life of each class of the population, whether in a more or less influential way. In the present study, we analyze how Jane Austen applied the firm and almost immutable thoughts of the powerful English society of the end of the 18th century in her main and best known work, Pride and Prejudice, highlighting the expectations that this population had about the female audience.

Keywords: Society. Jane Austen. Pride and Prejudice. Social role. Women. England.

1. INTRODUÇÃO

Os ares campestres ingleses, com manhãs claras e tardes tipicamente chuvosas já nos levam a Jane Austen, ainda mais se as chuvas forem acompanhadas de um bom chá e de damas em busca de um bom partido para terem um status ao menos bom pelo resto de suas pacatas vidas. Entretanto, limites eram impostos, nem todas as escolhas eram dessas mulheres – inclusive, seria mais fácil enumerar quais eram as escolhas que elas tinham. Mas isso, claro, era pensar demais, algo que também não era tão bom para um ser do sexo feminino, exceto na visão de nossa protagonista, Elizabeth Bennet. Mas do que adianta toda essa vontade de mudar o agora se ela não teria sequer direito ao que lhe deveria ser garantido, como sua casa, quando chegasse a morte de seu pai?

Este é o cenário que encontramos em “Orgulho e Preconceito” – mulheres desesperadas por um bom casamento, buscando fugir da miséria que lhes aguarda. E,

regados a muito chá e bolinhos, iniciaremos nossa busca pelo entendimento do papel das mulheres na Inglaterra do século XVIII, sob a visão crítica de Jane Austen, outra vítima deste sistema.

2. DESENVOLVIMENTO

Se é de um livro que trataremos, entendamos seu autor, primordialmente. Um autor sempre coloca seus traços e sempre está em seu livro, basta procurá-lo. Jane Austen nasceu na Inglaterra, e viveu sua vida entre o fim do século 18 e o início do século 19, morando no campo. Não se casou e não foi por falta de oportunidade: negou os pedidos de casamento que recebeu, exceto por um, mas desfez este único noivado no dia seguinte. Assim, passou sua vida na situação que mais assombrava as mulheres de sua época: a solteirice. Sem reconhecimento nenhum, nossa autora publicava seus livros no anonimato, e só teve o reconhecimento merecido após sua morte, quando seu irmão recorreu para colocar o nome de Jane como autora de obras como *Persuasão*, *Razão e Sensibilidade*, *Orgulho e Preconceito*, entre outras.

Mas por que o anonimato? A resposta é mais simples do que parece, e pode-se encontrá-la em diversos artigos, livros de história, ou até mesmo olhando para o passado de forma menos aprofundada: Jane Austen era uma mulher, e uma mulher que não se casou. Que *status* tinha, quando o casamento era a finalidade de vida de muitas mulheres, além da principal forma de ascensão social (NEVES, 2021)?

Agora que conhecemos Jane Austen, conheçamos sua obra-prima: *Orgulho e Preconceito*, publicado pela primeira vez em 1813, traz a vida no interior da Inglaterra com a família Bennet, de cinco filhas solteiras, um pai um tanto quanto despreocupado e uma mãe desesperada para casar suas filhas, pois estas cairiam em desgraça caso seu pai morresse quando ainda estivessem solteiras. Dentro desta grande valsa nesse baile, temos a protagonista, Elizabeth (Lizzie, para os íntimos), que deseja somente escolher seu futuro marido (o qual parece dever cumprir uma lista de requisitos básicos), e também o Sr. Darcy, um nobre inglês com supostos ares de superioridade, que se apaixona pela jovem Elizabeth, assim como ela se apaixona por ele, mas ambos têm muito orgulho a engolir e muito preconceito a ser superado e repensado antes de ficarem juntos num belo final feliz.

Incrustada nisso tudo de forma bem aparente, temos ela, a protagonista deste artigo: a sociedade, julgando e ditando cada sentimento e pensamento dos personagens

que essa obra aborda intimamente. Mas o que é a sociedade nisso tudo? Bem, segundo o próprio Durkheim (2007), a vida social não é outra coisa que o meio moral, ou melhor, o conjunto dos diversos meios morais que cercam o indivíduo. E a autora já nos revela isso logo no famoso primeiro parágrafo do livro: “É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro, possuidor de boa fortuna, deve estar necessitado de uma esposa.” (AUSTEN, 2022, p. 7)

Este reconhecimento não vem de lugar algum senão da sociedade onde os personagens estão inseridos, e ela é a própria sociedade em que se inseria a autora, já que a teoria literária, ou seja, o que está nos livros, não pode ser separada da teoria cultural, mesmo que possa ser distinguida dentro dela (WILLIAMS, 2019), como o que fazemos aqui. E é em vários detalhes da obra que encontramos as marcas dessa sociedade.

A começar pelo próprio drama da família Bennet: se o pai morrer antes das filhas casarem, suas propriedades vão todas para um primo distante, o Sr. Collins, e as filhas ficariam “ao-Deus-dará”. Isso se dava por conta da Lei do Morgadio que, como nos mostra Fuks, as propriedades eram diretamente passadas ao descendente primogênito homem, não às mulheres. Essa lei, que baseava toda a estrutura social da época, conferia mais uma vez à mulher um papel de alguém sem direitos de propriedade, já que tudo se dava por uma noção de linhagem masculina, e isso é até mesmo visualizado pela Sra. Bennet, mãe da protagonista, ao passo que ela mesma declara ao marido: “Acho que é a coisa mais injusta deste mundo sua propriedade ser arrebatada de suas próprias filhas; e lhe asseguro que, se eu fosse o senhor, já teria tomado uma providência há muito tempo.” (AUSTEN, 2022, p. 74)

Entretanto, é a partir deste ponto que vemos como muitas mulheres permitiam-se estar naquela situação, tal como uma espécie de etiqueta – “ética das pequenas coisas” – a fim de não perderem sua posição e reconhecimento social mediante o que lhes era imposto, inclusive buscando se adequar sempre mais às regras e ao esperado de uma dama de boa família, “bela, recatada e do lar”.

Pensando nesta etiqueta e no desejo de pertencimento, caímos na questão da identidade, dos papéis sociais, do papel de gênero.

Este papel social da mulher é destacado ao longo de toda a obra, ressaltado em muitas falas, como na da Srta. Bingley, mulher solteira da alta sociedade que almeja conquistar o coração de Darcy:

(...) Nenhuma mulher pode ser realmente considerada completa se não se elevar muito acima da média. Uma dama deve possuir um vasto conhecimento de música, canto, desenho, dança e das línguas modernas para merecer esse epíteto; além disso, é preciso que tenha algo em sua maneira de andar, no tom de voz e no modo de exprimir-se, ou só o merecerá pela metade.

Como um gancho nisso, ainda vemos a ascensão social através do casamento pela situação em que as meninas Bennet se encontram ser salva apenas por um casamento, ou ainda pelo enlace entre Charlotte Lucas, amiga da protagonista, com o Sr. Collins, o mesmo futuro dono da propriedade dos Bennet, que decide pedir Charlotte em casamento após ser recusado veementemente por Elizabeth. A Srta. Lucas aceita tornar-se a Sra. Collins, mesmo que não tivesse relação afetiva nenhuma, mostrando somente um interesse de mobilidade social, tão ressaltado por Mota (2017), em seu trabalho *Sociologia da cultura: classes sociais e gênero em Jane Austen*.

Ainda vemos muito sobre papel feminino em cada detalhe, a exemplo de uma conversa entre a Srta. Bennet e Lady Catherine de Bourgh, que quase atua como uma metonímia para a elite inglesa, onde a última critica a criação de Elizabeth e suas irmãs:

Por que as outras também não aprenderam [a tocar piano]? Todas deveriam ter aprendido. Todas as garotas da família Webb sabem tocar, e o pai delas não tinha um rendimento tão bom quanto o seu. [...] Mas com certeza não tiveram oportunidade. Sua mãe deveria tê-las levado à cidade todas as primaveras, para que tomassem lições.

Por fim, vemos como Jane Austen usou de sua realidade enquanto mulher na Inglaterra rural para criticar essa mesma sociedade que a cercava com a maestria que só ela tinha. Mobilidade social através do casamento, educação feminina machista, lei do Morgadio: todos aspectos que assombravam a vida da autora estão presentes em *Orgulho e Preconceito* que, mais que um romance, é um retrato de sua época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma profunda análise do livro *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, vemos pelos olhos desta autora, afetada pela sociedade que conduzia sua vida, como a mulher era somente um objeto de beleza e exposição para seus pais e depois seu marido, e como o casamento, que é o tema central da obra, servia apenas (salvo alguns casos) para sair de uma classe social a outra. A somar, portanto, vemos qual o papel-

social feminino: sem direito de escolha do próprio destino, tinha o papel de ser uma boa dama, letrada somente na medida certa e não mais inteligente do que o homem, para que não trouxesse a ele o desgosto.

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. Orgulho e Preconceito. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

NEVES, Júlia Braga. A instituição do casamento na literatura: Jane Austen e George Meredith. *Marxismo Feminista*. 18 mai. 2021. Disponível em: <<https://marxismofeminista.com/2021/05/18/a-instituicao-do-casamento-na-literatura-jane-austen-e-george-meredith/#:~:text=a%20institui%C3%A7%C3%A3o%20do%20casamento%20na%20literatura%3A%20jane%20austen%20e%20george%20meredith,-J%C3%BAlia%20Braga%20Neves&text=%C3%89%20uma%20verdade%20universalmente%20reconhecida,estar%20atr%C3%A1s%20de%20uma%20esposa.&text=por%20direito%20C%20propriedade%20de%20uma%20ou%20outra%20de%20suas%20filhas>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, v. 3, 2007.

FUKS, Rebeca. Orgulho e Preconceito de Jane Austen: resumo e análise do livro. *Cultura Genial*. Disponível em <<https://www.culturagenial.com/orgulho-e-preconceito-jane-austen/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MOTA, T. D. S. *Sociologia da Cultura: Classes Sociais e Gêneros em Jane Austen*. Revista Elaborar, 2017.

ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA A FAVOR DA PREVENÇÃO CONTRA O CANCER DE PELE

Paola Iracema de Camargo Vaz
Sheyla Cabral Santos Buickvieser
Sabrina de Almeida Marques
Luciana Bizeto
José Luis da Rocha Santos

RESUMO

Câncer é um termo que abrange mais de 100 diferentes tipos de doenças malignas que têm em comum o crescimento desordenado de células, que podem invadir tecidos adjacentes ou órgãos a distância. O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão da literatura sobre educação para a promoção e prevenção do câncer de pele. O câncer de pele é o mais frequente no Brasil e no mundo. O farmacêutico possui grande contato com a população, possui conhecimento técnico, podendo colaborar para melhor qualidade de vida dos pacientes com Câncer de Pele, esclarecer as dúvidas do paciente e cuidador/familiar, auxiliar no uso racional do fármaco e informar sobre o monitoramento do paciente passando mais confiança e proporcionando um tratamento mais efetivo, podendo também contribuir para a sua prevenção.

Palavras-chave: Câncer de pele, Carcinoma, Sol, Filtro solar.

ABSTRACT

Cancer is a term that covers more than 100 different types of malignant diseases that have in common the disordered growth of cells, which can invade adjacent tissues or distant organs. The objective of this work was to carry out a review of the literature on education for the promotion and prevention of skin cancer. Skin cancer is the most common in Brazil and around the world. The medicine has great contact with the population, has technical knowledge, and can contribute to a better quality of life for patients with Skin Cancer, clarify the doubts of the patient and caregiver/family member, assist in the rational use of the medicine and inform about patient monitoring providing more confidence and comfort with more effective treatment, which can also contribute to prevention.

Keywords: Skin cancer, Carcinoma, Sun, Sunscreen.

1. INTRODUÇÃO

Em 2011 o câncer foi o segundo maior motivo de falecimento no país, atrás somente das enfermidades cardiovasculares (CARDOSO; GONÇANVES; SABOIA, 2022).

O Câncer de Pele é provocado pelo crescimento anormal das células que compõem a pele. Existem diferentes tipos que podem se manifestar de formas distintas, sendo os mais comuns denominados carcinoma basocelular e carcinoma espinocelular – chamados de câncer não melanoma. Um terceiro tipo, é o melanoma, apesar de não ser o mais incidente, é potencialmente letal. Quando descoberta no início, a doença tem mais de 90% de chance de cura.

O farmacêutico possui maior contato com a população, conhecimento técnico colaborando para melhor qualidade de vida dos pacientes com câncer de pele, esclarece as dúvidas do paciente e cuidador/familiar, auxilia no uso racional do fármaco e informa sobre o monitoramento do paciente passando mais confiança e proporcionando um tratamento mais efetivo.

O presente estudo tem por objetivo abordar o Câncer de Pele e os estudos acerca da orientação do farmacêutico a favor da prevenção e o auxílio ao seu tratamento, tendo como justificativa uma alternativa aos pacientes, uma vez que esse é um profissional que possui domínio da patologia e de sua farmacoterapia. Dessa forma, este trabalho pode contribuir para um melhor entendimento no âmbito informativo a respeito do profissional farmacêutico e do câncer de pele.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, e foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados Scielo e Medline. Foram selecionados 10 artigos, sendo todos publicados em periódicos nacionais e internacionais, compreendidos entre os anos de 2003 a 2023. Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores: Câncer de pele, Radiação UV, Filtro solar, Carcinoma.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. TUMOR – NEOPLASIA

Neoplasia é uma proliferação desordenada de células no organismo, formando, assim, uma massa anormal de tecido. A maioria das células dos tecidos estão em constante multiplicação, até mesmo porque essa é uma forma de repor as células mortas. Pode ser classificada como benigna ou maligna. A neoplasia benigna tem, geralmente, crescimento lento, ordenado e apresentando limites definidos. A neoplasia

maligna, também conhecida como câncer, de forma geral, tem um crescimento mais rápido, as células não apresentam diferenciação e invadem tecidos vizinhos. As neoplasias podem ser ocasionadas por fatores genéticos ou ambientais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2018).

3.2. CÂNCER

O câncer é uma enfermidade de ordem crônica que causa muitos transtornos, aos doentes abordados da própria, permeado de dores extensas e agonias intermináveis não apenas a si, como os familiares que o acompanham (CARDOSO; GONÇANVES; SABOIA, 2022).

O mesmo é um termo que abrange mais de 100 diferentes tipos de doenças malignas que têm em comum o crescimento desordenado de células, que podem invadir tecidos adjacentes ou órgãos a distância. Dividindo-se rapidamente. Estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores, que podem espalhar-se para outras regiões do corpo (INCA, 2022).

3.3. CÂNCER DE PELE

A exposição excessiva ao sol e sem o uso de filtro solar são fatores de risco para desenvolver câncer de pele. Em um país ensolarado como o Brasil é preciso ficar alertar para os sintomas desta doença e a importância do diagnóstico precoce. Por isso, estar informado sobre a doença é a melhor maneira de preveni-la, diagnosticá-la e trata-la (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Mais comum em pessoas com mais de 40 anos, porém, com a constante exposição de jovens aos raios solares, a média de idade dos pacientes vem diminuindo. “A infância é o período da vida mais suscetível aos efeitos danosos da radiação UV, que se manifestarão mais tardiamente na fase adulta sob a forma de câncer de pele (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

O sinal de alerta deve acender quando surgem manchas na pele que coçam, ardem, descamam ou sangram e também em caso de feridas que não cicatrizam em quatro semanas. Esses sintomas podem ser indicativos do câncer de pele não melanoma, que ocorre principalmente nas áreas do corpo mais expostas ao sol, como rosto, pescoço e orelhas. O tipo não melanoma ocorre com maior frequência, tem baixa mortalidade, mas pode causar deformações. Ele é responsável por 177 mil novos casos

da doença por ano e apresenta alto percentual de cura se for detectado e tratado precocemente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

3.4. CÂNCER DE PELE NÃO MELANOMA

O câncer de pele não melanoma, o qual surge nas células basais ou escamosas, divide-se em dois grupos, sendo eles:

Carcinoma Basocelular: É o câncer de pele mais frequente na população, correspondendo a cerca de 70% dos casos, se manifestam por lesões elevadas peroladas, brilhantes ou escurecidas que crescem lentamente e sangram com facilidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Carcinoma Espinocelular: É o segundo tipo de câncer de pele de maior incidência no ser humano. Ele equivale a mais ou menos 20% dos casos da doença. É caracterizado por lesões verrucosas ou feridas que não cicatrizam depois de seis semanas. Geralmente causam dor e possuem sangramentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

3.5. CÂNCER DE PELE MELANOMA

O câncer de pele melanoma é o mais raro tipo de câncer de pele. Esse câncer origina-se em células chamadas melanócitos, que apresentam como função produzir melanina, pigmento responsável por dar cor à pele. O melanoma apresenta grande relação com a hereditariedade, porém apresenta também relação com a exposição inadequada ao sol (ARAUJO, 2015).

3.6. FATORES QUE PODEM LEVAR AO CÂNCER DE PELE

O principal agente causador do câncer de pele é a radiação ultravioleta (UV) natural proveniente do sol, a qual divide-se em UVA, UVB e UVC, tendo em vista que os raios UVC são bloqueados pela camada de ozônio, são os raios UVA e UVB que chegam a terra e trazem consequências como, danificar o ácido desoxirribonucleico (DNA) das células da pele. (INCA, 2016).

Deve-se destacar que as câmaras de bronzamento artificial também são fontes de radiação UV e estão associadas ao melanoma. Por esse motivo, elas são proibidas para fins estéticos no Brasil desde 2009 (INCA, 2016).

Alguns tipos de exposições e condições que podem levar ao aumento no risco de desenvolvimento de Câncer de Pele não melanoma, como a exposição aos raios ionizantes, por exemplo a radioterapia, o arsênio e os hidrocarbonetos; Fototerapia com UVA; Cicatriz de queimadura; Úlcera venosa crônica; Osteomielite crônica; Portadores de diversas dermatoses.(ZINK, 2014).

3.7. EFEITOS NOCIVOS DO SOL

O clima tropical, a grande quantidade de praias, a ideia de beleza associada ao bronzeamento, principalmente entre os jovens, e o trabalho ao ar livre, favorecem a exposição excessiva à radiação solar (INCA, 2022).

A radiação UV, ao atingir a pele desprotegida, pode provocar mutações no DNA das células e fazer com que transformações malignas ocorram (BALOGH, *et al.*, 2011).

3.8. DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE PELE

O diagnóstico precoce de lesões iniciais e com dimensões menores implica menos chance de deformidades e/ou cicatrizes inestéticas e, até mesmo, de algum prejuízo funcional em decorrência do tratamento cirúrgico do câncer de pele não melanoma. No caso do melanoma, o diagnóstico precoce significa preservar a vida do paciente, uma vez que a presença de metástases associa-se à mortalidade elevada, e o diagnóstico de lesões iniciais, com espessura ainda inferior a 1 mm, mostra-se como único tratamento realmente efetivo disponível na atualidade (COSTA, 2012).

A determinação do câncer de pele envolve principalmente o exame clínico, feito por meio da inspeção visual da pele do paciente, e a análise histopatológica por meio de biópsia da lesão. Está última é indicada quando, no exame clínico, houver suspeita de câncer de pele não melanoma ou de melanoma. A dermatoscopia e a microscopia confocal são técnicas que podem atualmente ser utilizadas como ferramentas de auxílio no diagnóstico dos cânceres de pele (COSTA, 2012).

3.9. TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER DE PELE

O tratamento do câncer de pele é dividido de acordo com a malignidade do mesmo, sendo assim dividido em:

Câncer de Pele não melanoma - Uma vez diagnosticado, existe uma variedade de tratamentos disponíveis.

De acordo com a *National Comprehensive Cancer Network (NCCN)*, o tratamento do Câncer de Pele não melanoma deverá sempre ter como prioridade a cura completa do tumor. Depois disso, as outras prioridades são:

1. Preservação da pele sã adjacente;
2. Preservação da função da área tratada;
3. E melhor o resultado cosmético possível (ZINK, 2014).

Câncer de Pele melanoma - O melanoma maligno é a forma mais agressiva de câncer de pele, em que o tratamento tardio é praticamente ineficaz, os marcadores moleculares mostram-se de grande importância para a sobrevivência de pacientes que desenvolvem esse tipo de doença (FIGUEIREDO, *et al.*, 2003).

3.10. PREVENÇÃO CONTRA O CÂNCER DE PELE - FOTOPROTEÇÃO

A fotoproteção consiste na atitude mais eficaz à prevenção do câncer de pele. O uso de protetores solares aplicados à pele antes da exposição solar é a estratégia de proteção mais adotada pela população (COSTA, 2012).

Alem do uso do protetor solar existem outras maneiras que podem colaborar na prevenção do câncer de pele, como evitar a exposição ao sol, principalmente nos horários em que os raios são mais intensos (entre 10h e 16h), utilizar óculos de sol, roupas que protegem o corpo, chapéus de abas largas, bonês, sombrinhas e guarda-sol. Atualmente, estão disponíveis roupas e acessórios com proteção UV, que dão maior proteção contra os raios solares (INCA, 2016).

Em caso de exposição solar necessária, principalmente em torno do meio-dia, recomenda-se a procura por áreas cobertas que forneçam sombra, como embaixo de árvores, marquises, toldos etc., com o objetivo de minimizar os efeitos da radiação solar (INCA, 2016).

3.11. ATUAÇÃO E ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA CONTRA O CÂNCER DE PELE

O farmacêutico tem uma atribuição respeitável e de grande apreciação na fotoproteção, devido a sua qualificação e competência de viabilizar a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos. Atráves do seu discernimento, auxilia na orientação de seleção e aplicação do protetor solar de acordo com as características da pele. Desta forma, pode contribuir com a disseminação de informações sobre os benefícios e malefícios das

radiações UV, efeitos da exposição prolongado ao sol e a não utilização de uma barreira fotoprotetora na pele (SILVA; SOUZA; LABRE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, conclui-se que o câncer de pele é um problema de grande relevância, o mesmo possui vários tipos e características, contudo é de fácil diagnóstico e fácil prevenção, visto que a exposição excessiva à radiação UV sem o uso adequado de filtro solar é o principal fator de risco.

O farmacêutico possui maior contato com a população e conhecimento técnico, podendo colaborar pela melhor qualidade de vida dos pacientes com Câncer de Pele e também na prevenção, sabendo que culturalmente existe ainda uma resistência no uso de filtro solar, muitas vezes por falta de conhecimento e orientação sobre o uso adequado.

Sendo assim, o papel do farmacêutico na prevenção deste tipo de câncer é fundamental para a saúde da população, já que ele trata tanto no âmbito preventivo quanto no âmbito patológico.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, F. A. Avaliação do conhecimento de trabalhadores rurais do município de Lagoa do Sítio – PI quanto ao câncer de pele e suas medidas preventivas, 2015. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2015/Biologia_2015/Francisca_Aparecida_de_Ara%C3%BAjo.pdf (Acesso em: 21 de outubro de 2023, às 20h27min).

BALOGH, T. S.; VELASCO, M. V. R.; PEDRIALI, C. A.; KANEKO, T. M.; BABY, A. R. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962011000400016> (Acesso em: 21 de outubro de 2023, às 20h55min).

CARDOSO, J. S.; GONÇANVES, N. N.; SABOIA, J. E. C. As contribuições da atenção farmacêutica ao paciente com câncer de pele, 2022. Disponível em: Tópicos Especiais em Ciências da Saúde: teoria, métodos e práticas 6 DOI: 10.47573/aya.5379.2.95.6 <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/Livros/L188C6.pdf> (Acesso em: 15 de setembro de 2023, às 20h32min).

COSTA, C. S. Epidemiologia do câncer de pele no Brasil e evidências sobre sua prevenção, 2012. Disponível em: Diagn Tratamento. 2012;17(4):206-8.

<http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2012/v17n4/a3341.pdf> (Acesso em: 24 de setembro de 2023, às 20h03min).

CRF-SP (Conselho Regional de Farmácia – São Paulo). Dia mundial do câncer: educação em saúde, 2011. Disponível em: <https://portal.crfsp.org.br/comunicacao-/2462-dia-mundial-do-cancer.html> (Acesso em: 15 de setembro de 2023, às 21h47min).

FIGUEIREDO, L. C.; CORDEIRO, L. N.; ARRUDA, A. P.; CARVALHO, M. D. F.; RIBEIRO, E. M.; COUTINHO, H. D. M. Câncer de pele: estudo dos principais marcadores moleculares do melanoma cutâneo, 2003. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/2098/1302> (Acesso em: 24 de setembro de 2023, às 16h57min).

HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ. Dezembro Laranja, mês da conscientização sobre o câncer de pele, 2020. Disponível em: <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/dezembro-laranja-mes-de-conscientizacao-sobre-o-cancer-de-pele/#:~:text=A%20campanha%20Dezembro%20Laranja%2C%20foi,de%20maior%20incid%C3%Aancia%20no%20Brasil> (Acesso em: 15 de outubro de 2023, às 20h16min).

INCA (Instituto Nacional de Câncer). Exposição solar, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-solar> (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 19h44min).

INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva). Informativo: detecção precoce. Boletim ano 7, n.º.3, setembro/dezembro 2016. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/informativo-deteccao-precoce-3-2016.pdf> (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 17h53min).

INCA (Instituto Nacional de Câncer). O que é câncer?, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/o-que-e-cancer/#:~:text=C%C3%A2ncer%20%C3%A9%20um%20termo%20que,adjacentes%20ou%20%C3%B3rg%C3%A3os%20a%20dist%C3%A2ncia> (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 16h24min).

INSTITUTO ONCOGUIA. Tratamentos do Câncer de Pela Melanoma, 2015. Disponível em: <https://www.oncoguia.org.br/conteudo/tratamentos/554/138/> (Acesso em: 04 de novembro de 2023, às 19h32min).

THULER, L. C. S.; SANT`ANA, D. R.; REZENDE, M. C. R. ABC de Câncer: Abordagens básicas para o controle do câncer, 2011. Disponível em: ABC do câncer : abordagens básicas para o controle do câncer / Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro : Inca, 2011. 128 p. : il https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc_do_cancer.pdf (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 21h46min).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Câncer de pele: saiba como prevenir, diagnosticar e tratar, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt->

br/assuntos/noticias/2020/dezembro/cancer-de-pele-saiba-como-prevenir-diagnosticar-e-tratar (Acesso em: 15 de setembro de 2023, às 21h14min).

NOVAIS, A. C. Desenvolvimento de aplicativo para a detecção de riscos de câncer de pele, 2023. Disponível em: <https://cienciadacomputacao.saomateus.ufes.br/sites/cienciadacomputacao.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/arthurnovais.pdf> (Acesso em: 14 de outubro de 2023, às 15h26min).

REVISTA ABM + SAÚDE. Figura 4 – Profundidade dos tipos de câncer de pele em relação as camadas da derme, 2021. Disponível em: <https://www.revistaabm.com.br/artigos/dezembro-laranja-cuidados-contra-o-cancer-de-pele> (Acesso em: 14 de outubro de 2023, às 22h32min).

REVISTA ABRALÉ. Figura 3 – Evolução do tumor benigno para o maligno, 2021. Disponível em: <https://revista.abrale.org.br/saude/2020/02/tumor-benigno-e-cancer-hematologico/> (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 22h57min).

SBD (Sociedade Brasileira de Dermatologia). Câncer da pele, 2016. Disponível em: <https://www.sbd.org.br/doencas/cancer-da-pele/> (Acesso em: 24 de setembro de 2023, às 14h17min).

SECRETARIA DA SAÚDE GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Dezembro Laranja é o mês de conscientização de câncer de pele, 2021. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Noticia/Dezembro-Laranja-e-mes-de-conscientizacao-do-cancer-de-pele> (Acesso em: 14 de outubro de 2023, às 19h08min).

SILVA, A. S.; SOUZA, T. B.; LABRE, L. V. Q. Benefícios da fotoproteção e o papel do farmacêuticoda formulação ao uso: uma revisão bibliográfica, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n1-005> (Acesso em: 15 de outubro de 2023, às 22h45min).

UFPR (Universidade Federal do Paraná). Figura 1 – Desenvolvimento celular normal e Figura 2 – Desenvolvimento celular anormal, 2020. Disponível em: <https://jandaiadosul.ufpr.br/o-que-afinal-e-cancer/> (Acesso em: 23 de setembro de 2023, às 23h48min).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Neoplasia, 2018. Disponível em: <https://www2.ufac.br/geralpat/neoplasia> (Acesso em: 24 de setembro de 2023, às 19h13min).

ZINK, B. S. Câncer de pele: a importância do seu diagnóstico, tratamento e prevenção, 2014. Disponível em: Revista HUPE, Rio de Janeiro, 2014;13(Supl. 1):76-83doi: 10.12957/rhupe.2014.12256 <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistahupe/article/view/12256/9763> (Acesso em: 24 de setembro de 2023, às 15h33min).

PANIS ET CIRCENSES: A ILUSÃO PSEUDO-TECNOLÓGICA INOVADORA E OS MALEFÍCIOS DA DIGITALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PAULISTA

Natália Rainho Silva
Silvia Aparecida Fortunato Santos

RESUMO

O presente artigo busca dar voz e fazer-se argumento científico a todos os professores, diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino, secretários de educação, acadêmicos, políticos e paulistas que se comprometeram e acreditam que a educação é a chave para um estado sóbrio, ético, desenvolvido e atento ao futuro. Discutir-se-ão o quadro educacional e social da educação paulista, os conceitos e diferenças entre tecnologia, inovação e digitalização, suas aplicações na atualidade educacional, tal como seus malefícios, causas e consequências juntamente com propostas de intervenção e soluções para o problema.

Palavras-chave: Tecnologia, Inovação, Digitalização, Educação.

RESUMEN

Este artículo busca dar voz y argumentar científicamente a todos los docentes, directores, coordinadores pedagógicos, supervisores docentes, secretarios de educación, académicos, políticos y paulistas que se han comprometido y creen que la educación es la clave para un estado sobrio, ético, desarrollado y orientado al futuro. Se discutirá el marco educativo y social de la educación paulista, los conceptos y diferencias entre tecnología, innovación y digitalización, sus aplicaciones en la educación actual, así como sus daños, causas y consecuencias junto con propuestas de intervención y soluciones al problema.

Palabras-clave: Tecnología. Innovación. Digitalización. Educación.

1. INTRODUÇÃO

Escrever um artigo apontando os malefícios da digitalização na educação e, por conseguinte, da tecnologia e inovação parece fruto de uma gigantesca hipocrisia, uma vez que para a própria elaboração do artigo utiliza-se de um computador, internet para consulta de teses, livros e materiais de referência bibliográfica, tal como para apresentações para o público do trabalho desenvolvido, por meio de slides, projetores, microfones e câmeras. Mais ainda, pode parecer retrógrado, afinal, desde o início do século, a tecnologia e seus adjuntos passaram a ser foco e solução para a maioria das atividades humanas: não é necessário carregar milhares de notas na carteira, a compra pode ser realizada pela simples leitura de um QR-Code; reuniões burocráticas podem

ser resumidas em duas linhas de e-mail; podemos aprender idiomas através de aplicativos, sites e escolas virtuais, fator que se aplica a outras áreas do conhecimento, sejam idiomas até receitas de Ovos Centenários chineses. Porém, apesar do brilho, o uso da tecnologia e os processos de inovação e digitalização na educação apresentam aspectos e consequências mais complexas do que possamos imaginar, como as dificuldades de acesso, falta de estrutura, ineficácia do controle de qualidade, desvalorização do conhecimento e dos profissionais da educação, sucateamento do ensino, bem como perdas na capacidade de aprendizagem.

Para este estudo tomaremos o sistema educacional do estado de São Paulo, com enfoque nas escolas estaduais, tomando por metodologia uma revisão bibliográfica das pesquisas na área e relatórios de desempenho educacionais estaduais e nacionais.

2. DESENVOLVIMENTO

Para iniciarmos nossa discussão quanto aos malefícios da digitalização e a ilusão tecnológica-inovadora, é importante que tenhamos estes três conceitos plenamente estabelecidos em nossas mentes. Assim, partiremos pela definição de tecnologia, a começar pela apontada por Silva (2002, p.02) em seu artigo “Tecnologia: Conceitos e Dimensões, para o XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção”, a saber: “tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços”. Em uma simples busca etimológica, encontramos a origem grega da palavra, conforme o artigo publicado no site Etimologia.com.br:

“tem referência no grego como *technología*, associada a *tecnólogos*, formado por *téchnē*, compreendendo o ideia de arte e habilidade, (...) e *lógos*, para estabelecer caráter de ciência ou estudo. Portanto, a tecnologia é a passagem pela qual o conhecimento e as ferramentas divergem para criar algo útil e funcional.”

(VESCHI, 2020, disponível em < www.etimologia.com.br>)

Estes conceitos nos levam à compreensão da tecnologia em seu aspecto mais amplo, isto é, seu caráter de ferramenta, utilizado para aprimorar ou facilitar algum elemento do cotidiano. Em suma, é ato da solução, a criação de um meio para solucionar um problema. É importante notar que em nenhum dos conceitos-base os termos “digital”, “computador” ou “internet” são vinculados, pois estes são exemplos de ferramentas tecnológicas, criações que cumprem seu papel aprimorador e facilitador, tal como outras grandes invenções: a roda, o papel, o trirreme grego, as caravelas portuguesas, a

bússola e as panelas. É impossível pensar em um mundo sem rodas, da bicicleta ao carro; como registrar a História, as compras, as ideias ou frequentar o banheiro, sem papel? Os gregos jamais teriam vencido a guerra do Peloponeso sem o desenvolvimento de seus ágeis barcos, nem os portugueses teriam aprimorado os conhecimentos marítimos e realizado a conquista da América sem suas grandiosas caravelas, e teriam navegado em círculos sem suas bússolas. Quanto às panelas, o que seria do *Homo sapiens sapiens*, sem a possibilidade de transportar seus alimentos, fervê-los contra bactérias e desenvolver seu paladar, agricultura e cultura através das diferentes preparações de um alimento? O que seria deste artigo sem um notebook e a internet?

Tendo em mente a ideia de tecnologia como sinônimo de ato de solução é que seguimos para a próxima definição, a da inovação. No artigo “Inovação: Conceitos, Metodologias e Aplicabilidade, Articulando um Construto à Formulação de Políticas Públicas - Uma reflexão sobre a Lei da Inovação em Minas Gerais”, os autores realizam a revisão bibliográfica a respeito da conceituação da inovação, apresentando-nos diversas tipologias e propondo uma reflexão mais assertiva, conforme o recorte a seguir:

“Dessa forma, as definições do termo inovação a tratam como um processo gerenciável, que envolve desde as pesquisas básica e/ou aplicada até a comercialização no mercado de bens e serviços ou implantação na organização – fica claro que o processo de inovação não compreende somente as atividades criativas e inventivas ou de descoberta de novas tecnologias, mas também as atividades de gestão, de difusão e adoção das novidades.”

(LOPES, BARBOSA, 2012, p.03)

A partir da conceituação fornecida pelos autores, obtivemos algumas palavras-chave para a compreensão da inovação e sua relação com a tecnologia, sendo elas “processo” e “novidade”, essas associadas a atividades de criatividade e novidade. Para que possamos nos aprofundar no debate, manteremos a apresentação de contexto linguístico da palavra, a qual, segundo o Dicionário Michaelis On-line, surge do Latim *innovatio*, cujas definições seguem como “Ato ou efeito de inovar/ Tudo que é novidade; coisa nova” (MICHAELIS, 2024). Assim, temos a nossa frente uma ação que ocorre através de processos com o objetivo de aprimorar ou solucionar diversos aspectos dentro das mais variadas atividades; é a busca por um novo mecanismo capaz de mudar ou melhorar uma situação. Vejamos alguns exemplos: a geladeira, o chuveiro elétrico, a lâmpada, o fogão a gás e a escova de dentes. Afinal de contas, a conservação dos alimentos, os banhos, a iluminação das ruas, o preparo de alimentos e a higiene bucal são completamente diferentes após a invenção dos itens citados anteriormente. O

mesmo acontece para com modelos de gestão: nos anos trinta, o modelo de produção e gerenciamento Ford era o mais interessante com seus altos estoques; hoje, o modelo Toyota parece mais sustentável e financeiramente aplicável. A inovação é a capacidade de enxergar os problemas e aplicar/criar a ferramenta para solucioná-lo. Assim, a tecnologia é um produto da inovação.

Caminhando para a última conceituação, a digitalização, encontramos a seguinte definição do Gartner Glossary: “é o uso de tecnologias digitais para mudar o modelo de negócios e disponibilizar novas oportunidades de geração de receita e valor. É o processo de migrar para um negócio digital.” (GARTNER, 2024). Apesar do caráter mercadológico da definição, podemos aplicá-la ao contexto geral da transformação de processos analógicos de uma determinada área para processos digitais, vinculados a computadores, internet, *databases*, etc. Tais mudanças são capazes de alterar tanto o modelo de negócio quanto modelos sociais. É a partir desta definição que encontramos o cerne desta discussão, pois a digitalização, a transformação do concreto para o digital, nada mais é do que uma das milhares de ferramentas tecnológicas criadas para a solução/aprimoramento de situações cotidianas como uma das centenas de possibilidades de inovação. Ou seja, em análise mais delineada, a digitalização só pode ser considerada tecnologia ou inovação quando oferecer resultados reais e aplicáveis a um problema, do contrário, tal como uma geladeira que não refrigera, uma caravela que afunda e uma panela furada, não possui senão o valor de mais um conjunto de cabos, telas e chips inúteis. Isto significa que, um computador conectado à rede, não é uma inovação nem uma tecnologia se não desenvolverem a utilidade ao humano. É este último termo o fator determinante para nosso eixo Tecnologia-Inovação e Digitalização, isto é, o fator humano, pois só há a plenitude de seus usos se o usuário for plenamente capacitado para utilizá-la, e portanto, oferecer um tablet a alguém não significa incluí-lo à Tecnologia e Inovação.

Pensando nisso, adentramos em nossa “pré-metonímia”, a educação brasileira. Não é novidade discutir educação no Brasil e principalmente questionar seus métodos e aplicar modelos advindos de outros países completamente alheios a nossa realidade sem sequer questionar sua aplicabilidade. Para seguirmos nossa discussão, começaremos por uma análise do quadro educacional, utilizando como intervalo temporal os anos de 2022 e 2023. Como parâmetros avaliativos, tomaremos os dados

obtidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM sob o funil do estado de São Paulo.

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ocorre anualmente em todo o Brasil, com o objetivo de fornecer dados referentes à educação, tal como possibilitar a entrada dos candidatos em universidades públicas e privadas. A prova ocorre em duas etapas, sendo a primeira relacionada às Áreas Humanas e Linguagens, com a inclusão de uma Proposta de Redação que abrange temas interdisciplinares e da atualidade, enquanto a segunda etapa avalia as áreas da Matemática e Ciências da Natureza. Para melhor aprofundamento e análise, utilizaremos como prisma três elementos da prova: as questões de Linguagens, Matemática e a Redação.

Segundo a sinopse do ENEM (INEP, 2022), em 2022, os 542.412 estudantes paulistas obtiveram a média de 542,45 pontos em questões de Linguagens e seus Códigos, 573,30 pontos em Matemática e 661,38 na Redação. É importante averiguarmos alguns fatores importantes para a análise destes dados: *a priori* temos as mudanças nas políticas públicas no que tange a educação, ocorridas pela troca entre governos, pelos resquícios da Pandemia do Covid-19 e, principalmente, pelas inúmeras variantes e substituições de materiais didáticos, o que, vale destacar, ainda se mantinham em seu formato analógico.

Já em relação ao ano de 2023, pudemos notar uma preocupante alteração na média de acertos dos alunos, conforme também indicam as sinopses estatísticas do ENEM (INEP,2022): 516,20 em Linguagens e seus Códigos, 534,90 em Matemática e 641,06 na Redação. E esta transformação brusca e negativa possui como fonte o tema deste artigo, isto é, a digitalização da educação.

Com o início do governo de Tarcísio de Freitas, chegaram às escolas novos ideais e modelos educacionais. Em meio ao cumprimento das promessas de campanha, ligadas ao progresso e à modernização, tal como a busca elevar os índices de empregabilidade e inovação, a gestão paulista apostou todas as fichas na palavra mais próxima que encontraram aos termos anteriores: a tecnologia. Porém, cometeram o equívoco de mirar a tecnologia e atingir na digitalização.

Material Digital, Tarefa SP, Leia SP, Redação Paulista, Me Salva! Khan Academy e Alura. Quantas plataformas digitais, quantas infinitas possibilidades de aprendizagem! Não há mais o peso dos livros didáticos na mochila, as tarefas são feitas e corrigidas na

hora, não há desperdício de papel para a impressão de livros de literatura, a Redação é corrigida por uma inteligência artificial que não conhece regras mínimas de revisão textual, os simulados preparatórios para vestibular postos em telas, as aulas de matemática são substituídas por uma plataforma multimídia, além, é claro, da possibilidade de transformar todos os brasileiros em programadores natos!

Definitivamente, se os gestores educacionais estavam interessados em promover a inovação e a tecnologia em sala de aula por meio da hiper digitalização do ensino, podemos dizer que falharam miseravelmente, pois segundo relatório da UNESCO 2024:

“Existem poucas evidências robustas do valor agregado da tecnologia digital na educação. A tecnologia evolui mais rápido do que é possível avaliá-la: produtos de tecnologia educacional mudam a cada 36 meses, em média. A maioria das evidências é produzida pelos países mais ricos. No Reino Unido, 7% das empresas de tecnologia educacional conduziram estudos controlados randomizados e 12% usaram certificação de terceiros. Uma pesquisa entre professores e gestores em 17 estados dos Estados Unidos demonstrou que somente 11% haviam solicitado evidências revisadas por pares antes de adotar tecnologia educacional.”

(UNESCO, 2024, p.07)

Ou seja, não há evidências de que a ferramenta tecnológica utilizada, isto é, a digitalização, realmente contribua para a formação dos estudantes, seja na ideia da disponibilização de hardwares ou na de softwares, uma vez que destes também não há evidência real sobre os efeitos positivos no ensino. Pensando em efeitos positivos, o relatório nos fornece outros dados:

“A tecnologia teve efeitos positivos baixos a moderados em alguns tipos de aprendizagem. Uma avaliação de 23 aplicativos de matemática usados no nível primário demonstrou que eles se concentravam em memorização e prática, em vez de habilidades avançadas.”

(UNESCO, 2024, p.06)

Além disso o relatório estabelece um parecer interessante quanto a relação tecnologia e qualidade:

“E a tecnologia não precisa ser avançada para ser efetiva. Na China, gravações de aulas de alta qualidade distribuídas a 100 milhões de estudantes rurais melhoraram seus resultados em 32% e diminuíram a desigualdade salarial entre populações urbanas e rurais em 38% (...) a tecnologia deveria se concentrar em resultados de aprendizagem, e não em contribuições digitais. No Peru, quando mais de 1 milhão de laptops foram distribuídos sem serem incorporados à pedagogia, a aprendizagem não melhorou. Nos Estados Unidos, uma análise de mais de 2 milhões de estudantes indicou que as lacunas de aprendizagem

aumentaram quando a instrução estava sendo feita de forma exclusivamente remota”

(UNESCO, 2024, p.7 e 9)

Assim, notamos o risco ao apostar na digitalização educacional sem verificar sua real possibilidade de aplicação e possíveis efeitos, pois as experiências têm sido negativas. A situação agrava-se ao refletirmos sobre a qualidade dos materiais, uma vez que os conteúdos são produzidos por grandes grupos ligados unicamente à venda de plataformas digitais, além de terem origens nos países ricos, concentrando-se na Europa e América do Norte, sem considerar a diversidade dos países latinos, asiáticos, africanos ou árabes, fator que contribui para o empobrecimento do ensino, como afirma o relatório:

“O conteúdo digital é produzido por grupos dominantes, o que afeta quem o acessa. Quase 90% do conteúdo disponível em repositórios de educação superior com coleções de recursos de educação aberta foi criado na Europa e na América do Norte; 92% do conteúdo da biblioteca global OER Commons está em inglês. Os cursos abertos online e massivos (Massive Open Online Courses – MOOCs) beneficiam principalmente estudantes instruídos e de países mais ricos”

(UNESCO, 2024, p.08)

Entretanto, ainda falamos de análises internacionais, e o objetivo deste artigo é focalizar no Brasil e na educação paulista. Infelizmente, este modelo já teve sua vez e fracasso em nosso país.

Em 2022, o modelo aplicado no sul do país, no estado do Paraná, contou exatamente com o mesmo aplicado em São Paulo: professores perdendo sua autoridade de cátedra e sendo obrigados a transmitir em televisões slides pré-montados; uso de diversas plataformas digitais e uma estrutura ridícula de internet e computadores, além (é claro) da cobrança demasiada sobre os alunos e docentes. Os efeitos foram sentidos rapidamente:

“Para os profissionais da educação, a plataformização não garante melhorias na qualidade do ensino ofertado, e ainda gera prejuízos para a carreira e saúde dos professores. Entre os problemas provocados, estão a sobrecarga física e mental causada pelo alto uso de aparelhos digitais e a desumanização do papel do professor, que passa a atuar como um mero mediador destas tecnologias.”

(CUNHA, 2023, p. 01)

Há ainda outro elemento de interessante análise no tocante das relações entre tecnologia, sociedade e política:

“parece que o fetichismo da inovação tecnológica se faz presente e adquire centralidade nas medidas adotadas enquanto política pedagógica pela secretaria

de educação do estado do Paraná. O sinal de alerta posto por Selwyn (2017) sobre a importância de reconhecer a natureza política da tecnologia e, portanto, sobre desnudar “a crença subjacente na capacidade da tecnologia – de alguma forma – melhorar a educação” (p. 91), bem como sobre os “interesses escusos que estão em jogo na imposição em direção a usos mais intensos de tecnologia na educação” (Selwyn, 2017, p. 93) se mostram atuais”

(ALVES, BARBOSA, 2023, p.04)

Neste sentido a problemática se aprofunda, já que envolve políticas de estado. Esta espinha dorsal liga-se à primeira expressão utilizada como título neste artigo: *Panis et Circenses*. Ora, não parece um excelente slogan para uma boa campanha política a excelente e eficaz inserção de tecnologia na educação? Não serão magníficos os resultados da nova Prova Paulista, em que, para garanti-los, os alunos despreparados recebem provas digitais com três alternativas corretas para aumentar as chances de acertos, conforme a nova disposição da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo?

Os objetivos em causar uma overdose digital nas escolas nos estudantes e docentes possui seu cerne no modelo de amostras rápidas de resultados falsos, obtidos de maneiras pseudo-legalizadas. Cria-se a ilusão de infraestrutura, inclusão e modernidade para fomentação de um ideal governamental inexistente. É proibir o pensamento, através do analfabetismo funcional e um retorno contemporâneo às práticas populistas dos gestores brasileiros.

A solução encontra-se na compreensão do que é tecnologia e sua aplicação como ferramenta, e não nos formatos de computadores e plataformas de venda. A tecnologia está em técnicas de ensino e aprendizagem voltadas ao conhecimento clássico e na formação integral do ser humano, tornando este capaz de inovar. Ensinar programação ou marketing digital na escola não trará novas descobertas tecnológicas, nem grandes marketeiros, quiçá empregos, mas o ensino da língua, da matemática, da literatura, da arte e outras tantas disciplinas importantes, por professores valorizados através de salários justos, oportunidades de formação contínua e gestão adequada, construirá cidadãos cultos e qualificados para as demandas e soluções do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, podemos verificar a dualidade das aplicações pseudo-tecnológicas na educação e quais são suas reais consequências, as quais estão muito distantes da ilusória inovação. A inovação só pode ser alcançada mediante a

formação de qualidade a qual não acontece por meio da entrega de um computador conectado à rede para um aluno, mas sim ensinando-o a compreender o mundo em que vive, sua história e identidade, fomentando a criatividade e então a solução de problemas através de novas ferramentas tecnológicas.

REFERÊNCIAS

UNESCO. Tecnologia na Educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris; Organização das Nações Unidas; 2023 e 35 páginas.

CUNHA, Sílvia. Plataformização do ensino gera prejuízos para a carreira e saúde dos professores no Paraná. Paraná; SinditestPR; 2023 e 3 páginas.

BARBOSA, Renata; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. São Paulo; 2023 e 26 páginas.

INEP. Sinopse do ENEM 2022. Brasília; 2023 e 58 páginas.

INEP. Sinopse do ENEM 2023. Brasília; 2023 e 62 páginas

LOPES, Daniel; BARBOSA, Allan. Inovação: Conceitos, Metodologias e Aplicabilidade, Articulando um Construto à Formulação de Políticas Públicas - Uma reflexão sobre a Lei da Inovação em Minas Gerais. Minas Gerais; 24 páginas.

VESCHI, Benjamin. Etimologia: Origem do Conceito. 2020 e 2 páginas. Disponível em www.etimologia.com.br/tecnologia.

PILULA DO DIA SEGUINTE: CARACTERISITCAS GERAIS E O PAPEL DO FARMACEUTICO

Daiana Santos Santana Souza
José Luis da Rocha Santos
Sabrina de Almeida Marques

RESUMO

O contraceptivo de emergência, conhecido popularmente, como “pílula do dia seguinte”, consiste em um método anticoncepcional de emergência, que tem por finalidade inibir a gestação após relação sexual desprotegida, incluindo agressão sexual ou quando existe falhas de outros métodos contraceptivos. Desde 1996 por meio da nº Lei 9.623 a contracepção emergencial foi inserida no Planejamento Familiar pelo Ministério da Saúde no Brasil. Este medicamento é composto por altas doses de progesterona sintética, denominada de levonorgestrel, que atua impedindo ou retardando a ovulação, dificultando a passagem dos espermatozoides pelo útero e sua chegada na tuba uterina e dificultando reações de fecundação, não sendo, portanto, considerada abortiva. A recomendação feita por farmacêuticos e médicos ginecologistas é que o uso desse medicamento deva ser somente em emergência, pois, a alta concentração de hormônios, em comparação com os métodos anticoncepcionais de rotina, acarreta graves reações adversas, como aumento do risco de eventos tromboembólicos, hemorragia vaginal, hipertensão, desequilíbrio hormonal e do ciclo menstrual, além de favorecer a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis. Sendo assim, o papel do farmacêutico não se baseia somente na dispensação deste medicamento, como também está ligado diretamente na diminuição de impactos negativos, gerados pela falta de orientação das mulheres acerca do uso deste medicamento.

Palavras chaves: Pílula do dia seguinte. Anticoncepcional de emergência. Uso Indiscriminado

ABSTRACT

The emergency contraceptive, popularly known as the “morning-after pill”, consists of an emergency contraceptive method, which aims to inhibit pregnancy after unprotected sexual intercourse, including sexual assault or when other contraceptive methods fail. Since 1996, through Law No. 9,623, emergency contraception has been included in Family Planning by the Ministry of Health in Brazil. This medication consists of high doses of synthetic progesterone, called levonorgestrel, which acts by preventing or delaying ovulation, making it difficult for sperm to pass through the uterus and reach the fallopian tube and hindering fertilization reactions, and is therefore not considered abortive. The recommendation made by pharmacists and gynecologists is that the use of this medication should only be in emergencies, as the high concentration of hormones, compared to routine contraceptive methods, leads to serious adverse reactions, such as an increased risk of thromboembolic events, vaginal bleeding, hypertension, hormonal and menstrual cycle imbalance, in addition to favoring the spread of sexually transmitted infections. Therefore, the role of the pharmacist is not only based on dispensing this

medication, but is also directly linked to reducing negative impacts, generated by the lack of guidance for women regarding the use of this medication.

Keywords: Morning-after pill. Emergency contraceptive. Indiscriminate Use

1. INTRODUÇÃO

O contraceptivo de emergência, conhecido popularmente, como “pílula do dia seguinte, consiste em um método anticoncepcional de emergência, que tem por finalidade inibir a gestação após relação sexual desprotegida, incluindo agressão sexual ou quando existe falhas de outros métodos contraceptivos (MATOS, 2021).

A anticoncepção de emergência é uma combinação de hormônios ovarianos sintéticos, progesterona e estrógeno. É comercializado em duas formas: comprimidos de 0,75 mg (cartela com 2 comprimidos) e dose única que 1,5 mg de (cartela com 1 comprimido). Estes hormônios previnem a liberação de óvulos ou retarda a fertilização. Caso a ovulação tenha ocorrido, esses hormônios provocam a descamação do endométrio, causando sangramento e impedindo a implantação do embrião. A eficácia desse medicamento ocorre apenas com a utilização em um tempo de curto após a exposição sexual (BRANDT *et al.*, 2018).

No Brasil a venda da pílula do dia seguinte é feita mediante apresentação de receita prescrita por médico responsável de acordo com a resolução Conselho Federal de Medicina Nº 1.811/2006 por se tratar de medicamento de tarja vermelha, o que não ocorre, pois na prática apesar de possuir tal tarja a compra é livre em farmácias e drogarias, facilitando assim o acesso por muitas mulheres a esse medicamento, levando a seu uso de maneira irracional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Essa facilidade traz à tona o perigo da automedicação, o uso constante e de forma indiscriminada. Em muitas situações não se questionam quais os riscos deste medicamento, se sua funcionalidade é adequada para situação desejada, ignorando os efeitos colaterais creditando tão somente no primeiro benefício do medicamento para qual foi desenvolvido. Ademais, é de conhecimento que mulheres fazem a utilização deste método com frequência, podendo ser mais do que uma vez ao mês, até mesmo uma vez por semana sem a devida orientação, desconsiderando assim, os efeitos colaterais existentes nesta prática, pois como todos os anticonceptivos hormonais, a pílula do dia

seguinte também tem efeitos colaterais, como náuseas, vômitos, sangramento, e o risco principal à saúde é causar trombose (CFF, 2023).

O objetivo deste trabalho é abordar as características da pílula do dia seguinte e o papel do farmacêutico na sua dispensação, tendo como justificativa o uso excessivo por mulheres, e as dúvidas quanto à sua utilização. Sendo assim, este trabalho pode contribuir para uma melhor atenção farmacêutica frente a este público.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva e exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, onde foram utilizados livros, obtidos a partir do acervo bibliográfico da presente instituição e artigos encontrados nas bases de dados Bireme, Medline, Lilacs. Foram selecionados artigos, sendo todos publicados em periódicos nacionais, compreendidos entre os anos de 2007 a 2023. Os artigos foram encontrados utilizando os seguintes descritores: pílula do dia seguinte, contraceptivo emergencial e papel do farmacêutico.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A ANTICONCEPÇÃO DE EMERGÊNCIA NO BRASIL

A pílula do dia seguinte foi estudada e formulada principalmente pelo canadense Albert Yuzpe em 1972 com objetivo de prevenção a gravidez decorrente de estupro. No estudo realizado originalmente foi obtido uma fórmula composta na superdosagem combinada de progesterona sintética e levonorgestrel que impede a fecundação quando utilizada dentro do período indicado, ou seja, sendo empregado logo após o período do ato sexual (FIGUEIREDO *et al*, 2015).

O contraceptivo de emergência foi reconhecido como medicamento essencial pela Organização Mundial de Saúde, no ano de 1995, quando a referida organização junto com outras seis instituições, as quais atuam em Saúde Sexual e Reprodutiva, formaram o Consórcio Internacional de Anticoncepção de Emergência, objetivando aumentar o acesso e a utilização dos referidos métodos. No Brasil, a contracepção emergencial foi apresentada no período da ditadura Militar, momento este que debates públicos sobre a condições sociais diretas das mulheres eram discutidos com a premissa do controle de natalidade, disponibilizando o medicamento num primeiro momento às mulheres casadas e de classe média (SQUIZANI, 2019).

Desde 1996 por meio da nº Lei 9.623 a contracepção emergencial foi inserida no Planejamento Familiar pelo Ministério da Saúde no Brasil. A Comercialização deste medicamento a base de pílulas orais ocorreu a partir de 1998 com composição nas doses de 1,50 mg de levonorgestrel. No mesmo período também ocorreu a autorização para uso em serviços de atendimento às vítimas de violência através da Norma Técnica Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, sendo reeditada posteriormente em 2005.

A partir de 2003 o Ministério da Saúde ampliou a oferta da pílula do dia seguinte, passando a garantir as mulheres o método por intermédio de indicações estabelecidas, ou seja, situações em que não foi usado método anticoncepcional tradicional, falha de método anticoncepcional regular e casos de estupro (SOUSA & CIPRIANO, 2019).

3.2. COMPOSIÇÃO DA PÍLULA DO DIA SEGUINTE

Conhecida popularmente como pílula do dia seguinte, este medicamento é composto de progesterona sintética denominado de levonorgestrel, nas versões de 1,5 mg, se for dose única, ou de 0,75 mg, para ser usado em duas doses. Existem no mercado três opções oferecidas para a comercialização, a primeira é conhecida como método de Yuzpe que utiliza AHOC (anticoncepcionais hormonais orais combinados) divididas em duas doses, uma dose de 100 µg de etinilestradiol mais 0,5 mg de levonorgestrel, seguida de uma segunda dose de 100 µg de etinilestradiol mais 0,50 mg de levonorgestrel 12 horas depois. Segunda composição é de pílulas anticoncepcionais de emergência de levonorgestrel em dose única de 1,5 mg, ou duas doses de levonorgestrel 0,75 mg separadas por 12 horas. E por fim, as pílulas anticoncepcionais de emergência de acetato de ulipistral (AU), em dose única de 30 mg (OMS, 2021).

De acordo com OMS (Organização Mundial da Saúde) em uma análise de dois estudos mostrou-se que as mulheres que tomavam pílulas anticoncepcionais de emergência com acetato de ulipistral tinham uma taxa de gravidez de 1,2%. Foi demonstrado que com pílulas anticoncepcionais de emergência com levonorgestrel a taxa de gravidez foi de 1,2% a 2,1% (OMS, 2021). Para métodos em que são necessárias duas doses, a primeira preparação deve ser tomada a qualquer momento dentro do período de 72 horas a após a relação sexual, e após 12 horas, a segunda dose (DELUCIA, *et al.* 2007).

O estudo apresentado pela OMS afirma que as pílulas ulipistral são mais eficazes do que outras pílulas anticoncepcionais de emergência entre 72 e 120 horas após a relação sexual desprotegida (OMS, 2021).

3.3. MECANISMO DE AÇÃO DA PILULA DO DIA SEGUINTE

A pílula do dia seguinte é um método utilizado para a prevenção de gravidez após relação sexual. Este medicamento atua na interrupção do ciclo reprodutivo da mulher. O levonorgestrel estimula a secreção de glicodelina-A pelo endométrio, essa proteína diminui a aderência do espermatozoide à zona pelúcida do ovócito, também dificultando ou impedindo a fecundação (DREZETT, *et al.* 2011). O hormônio levonorgestrel atua no corpo feminino de forma diferentes a depender da fase do ciclo menstrual que é ministrado, no entanto, de maneira geral, atua impedindo o encontro entre o ovócito e o espermatozoide, não ocorrendo a fecundação:

- Quando administrado na primeira fase do ciclo menstrual, ou seja, antes da ovulação, a alta dose de progesterona impede que a hipófise libere o LH (hormônio luteinizante), responsável por desencadear a liberação do ovócito, assim retarda de 96 a 120 horas a ovulação.
- Quando administrado na segunda fase do ciclo menstrual, a pílula cria um ambiente inóspito para os espermatozoides dificultando a fecundação (alterando o transporte dos espermatozoides e do óvulo nas trompas, modificando o muco cervical e interferindo na mobilidade dos espermatozoides) (BORGES *et al.* 2015).

Vale ressaltar que os espermatozoides se alojam no colo uterino e são capazes de penetrar o útero e as tubas uterinas cerca de até cinco dias após a ejaculação. O levonorgestrel aumenta a viscosidade do muco cervical e impede a penetração e movimentação dos espermatozoides no útero (BORGES *et al.* 2015).

3.4. USO INDISCRIMINADO DA CONTRACEPÇÃO EMERGENCIAL: EFEITOS ADVERSOS

De acordo com Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) a recomendação de uso da pílula do dia seguinte deve ocorrer somente em situações ditas como emergenciais, por exemplo, caso de violência sexual, relação sexual que não planejada ou desprotegida e nos casos de outros métodos falharem (FEBRASGO, 2018).

A contracepção emergencial utilizada de forma indiscriminada e continua aumenta a propagação das ISTs como a AIDS, gonorreia e sífilis. Outro risco apresentado no excesso de utilização deste fármaco é retenção de líquidos, hipertensão, náuseas e desequilíbrio hormonal e do ciclo menstrual por causa da alta dosagem de progesterona no organismo. Um ponto pouco informado sobre o efeito no uso indiscriminado é o risco potencial de formação de coágulo sanguíneo e o risco da medicação falhar (SANTOS *et al.* 2020).

O Ciclo menstrual da mulher pode ser alterado por causa do uso excessivo deste fármaco, uma vez que, dependendo da fase em é utilizado pode interferir na ovulação, inibindo ou atrasando a menstruação e provocando alteração na resposta endometrial caso esteja na nidacão. Já na fecundação altera a função do corpo lúteo e a motilidade tubária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Ao contrário da pílula de uso regular, a contracepção emergencial é um mecanismo para evitar gravidez indesejada após relação sexual desprotegida ou por razão de violência sexual, com efeito imediato se ingerida logo após o ato sexual, não podendo ter seu uso frequente, de forma rotineira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Para Acácio Magalhaes (2019), por apresentar uma concentração de hormônios aproximadamente dez vezes mais alta que os métodos anticoncepcionais de rotina, o uso abusivo da pílula do dia seguinte pode conferir reações adversas, como o aumento de duas a seis vezes o risco de eventos tromboembólicos e hemorragia vaginal. Essa alta concentração também pode dependendo de cada pessoa reações no organismo feminino, uma taxa hormonal acima do recomendado alterar o peso corporal (PAIVA & BRANDÃO, 2012).

O uso no período de amamentação não é recomendado, pois pode ocorrer a transferência de concentração do hormônio presente no medicamento para o leite materno, o que não seria saudável para o bebê. As mulheres que estão amamentando e utilizam o levonorgestrel só podem amamentar após oito horas de ingestão do medicamento, o que equivale ao tempo necessário para que ocorra o processo farmacocinético completo no organismo, não afetando o leite materno (PÊGO *et al.*, 2021).

Desde o início da utilização dos anticoncepcionais de emergência, os efeitos colaterais relacionados podem ser destacados como os seguintes: náuseas, vômitos,

sangramento uterino irregular, antecipação ou atraso da menstruação, aumento da sensibilidade mamária, retenção hídrica e cefaleia (PAIVA & BRANDÃO, 2012).

3.5. PAPEL DO FARMACÊUTICO NA ORIENTAÇÃO DO USO DA PILULA DO DIA SEGUINTE

A assistência do farmacêutica abrange um conjunto de ações realizadas pelo profissional que possui o objetivo de orientar a qualidade de vida do paciente através da prevenção, descobrindo e solucionando os problemas relacionados aos efeitos dos medicamentos, promovendo uso racional (RODRIGUES, 2021). A Lei nº 5.991/1973 veio estabelecer o processo de dispensação de medicamentos nas farmácias está sob a responsabilidade do profissional farmacêutico. Em sua maioria, os estabelecimentos farmacêuticos possuem um número pequeno de profissionais, que não conseguem suprir a demanda apresentada mostrando o despreparo de proprietários na contratação destes profissionais. Os atendimentos farmacêuticos em estabelecimentos comerciais não primavam antes da lei acima citada pelo cuidado em informar ao consumidor com o devido cuidado sobre os efeitos adversos da pílula do dia seguinte (PLANALTO, 2023).

Atualmente a venda destes medicamentos ocorrem via funcionário balconista que não possuem conhecimento teórico e prático para tal ação desempenhada pelo profissional farmacêutico, contudo o contato direto com o público consumidor retrata a falta de interesse da indústria em advertir seu público para as consequências da automedicação, assim levando um crescente a essa pratica (REIS, 2017). Assim a Lei Nº 13.021/2014 que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas em seu artigo 3º caput abrange o conceito de um estabelecimento farmacêutico, e seus incisos classifica a natureza de atendimento entendidos como primário a saúde (PLANALTO, 2023).

Essa transformação abrange também a questão do uso racional da pílula do dia seguinte pois de acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Saúde do Estado do Estado de São Paulo, com um total de 178 adolescentes entrevistadas, que já fizeram uso da pílula dia seguinte, revelou que 76,7% das jovens que tomaram a pílula do dia seguinte compraram o medicamento sem prescrição médica (SECRETARIA DE SAÚDE, 2009). Auxiliando a fiscalização foram elaboradas as Resoluções nº 585/2013 e nº 586/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF) regulamentam, respectivamente, as atribuições clínicas do farmacêutico e a prescrição farmacêutica, sendo reforçadas pela

Lei nº 13.021/2014, fortalecem a atuação deste profissional, elevando a sua importância dentro de drogarias e farmácias (CRF, 2023).

O farmacêutico dentro do seu campo de atuação possui conhecimento farmacodinâmico e farmacocinético para assumir dentro do seu papel a promoção do uso racional e consciente do contraceptivo emergencial, caracterizando assim como assistência médica (SOUSA & CIPRIANO 2019). Por ser facilmente encontrado em farmácias e drogarias, o contraceptivo emergencial, usado de forma equivocada ou em grandes quantidades acarretam efeitos colaterais na mulher em idade reprodutiva como reações adversas destacam-se vômitos, cefaleias, dores no peito, pernas e virilha, náuseas, retenção hídrica, sangramento uterino irregular, dor abdominal, micção frequente e dolorida, aumento da pressão arterial e fadiga (BRAGA, 2016).

Apesar disso, ainda há forte pressão conservadora quanto a sua disponibilização e utilização, junto à oposição contra as conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos; grupos que tentam frequentemente influir para impedir e, até retroagir, políticas já instituídas têm como alvo constante a contracepção de emergência, que sofre tentativas de restrição, debates morais e disseminação de informações equivocadas que geram preconceito, desinformação e, conseqüentemente, subutilização (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

Esses acontecimentos reforçam a importância da disseminação do conhecimento a respeito da contracepção de emergência, a exposição de informações que levam em consideração a conjuntura social, sanitária e política expõe uma estratégia para o controle da saúde sexual e reprodutiva. Para que assim não ocorra violação de seus direitos sexuais e reprodutivos, para que não ocorra violação dos direitos humanos (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

Sendo assim, o papel do farmacêutico não se baseia somente na dispensação deste medicamento, como também está ligado diretamente na diminuição de impactos negativos, gerados pela falta de orientação das mulheres acerca da prevenção de gravidez indesejada e os riscos apresentados na utilização da contracepção emergencial, pois o uso regular deste medicamento aumenta o risco de gravidez e de confusão no ciclo menstrual, onde a mulher passa a não reconhecer o funcionamento do próprio corpo (FIGUEIREDO *et al.* 2015).

Os profissionais farmacêuticos, assim como a população desconhecem que o SUS realiza distribuição da pílula do dia seguinte. Todo este processo demonstra a importância do Estado em disponibilizar além da informação o acesso ao medicamento para contracepção emergencial, uma vez que, a falta de um destes elementos evidenciam problemas que elevam a discussão sobre a gravidez não planejada e aborto e a falta de cuidado quanto a doenças e infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando grave problemas em países considerado emergentes ou de terceiro mundo, que direito sexual das mulheres surge como uma grande estratégia de promoção a saúde (FIGUEIREDO *et al.* 2015).

REFERENCIAS

BRANDT, GABRIELA PINHEIRO; OLIVEIRA, A. P. R.; BURCI, LÍGIA MOURA. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. *Revista Gestão e Saúde*, v. 18, n. 1, p. 54-62, 2018.

BORGES, T. F. C.; TAMAZATO, A. P. S.; FERREIRA, M. S. C. Terapia com hormônios sexuais femininos e fenômenos tromboembólicos: uma revisão de literatura. *Rev. Ciência. Saúde*, São Luís, v. 5, n. 2, p. 1-11, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Uso em excesso da pílula do dia seguinte pode provocar efeitos adversos severos. Comunicação CFF, 2023. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/06/12/2023/uso-em-excesso-da-pilula-do-dia-seguinte-pode-provocar-efeitos-adversos-severos>. Acesso em: 08/12/2023.

DELUCIA, R.; OLIVEIRA-FILHO, R. M.; PLANETA, C. S.; GALLACCI, M.; AVELLAR, M.C.W. *Farmacologia Integrada*, 3ª ed. 2007 p 641, 642.

DREZETT, J.; ABREU, L. C.; KUROBE, F. C.; PEDROSO, D.; NEVES, J. S. M. S.; LIMA, R. C. Mecanismo de ação da anticoncepção de emergência. *Reprodução & Climatério*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 44-55, 2011.

FEBRASGO. Contracepção de Emergência. 2018. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/705-contracepcao-de-emergencia> Acesso em: 19/11/2023.

FIGUEIREDO, R.; VILELA B.; Paula, A. L. L.; SILVIA H. Panorama da contracepção de emergência no Brasil. Instituto de Saúde São Paulo, p. 8. 2015.

MATOS, MARIA CLARA. O que é pílula do dia seguinte? Disponível em: <https://biton.uspnet.usp.br/espaber/?p=3750>, 2021. Acesso em: 02/10/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,

Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Contracepção de emergência. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/emergency-contraception>. 2021. Acesso: 30/10/2023

PAIVA, S. P, BRANDÃO, E. R. Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, p. 17-34, 2012.

PÊGO, A. C. L.; CHAVES, S. S.; MORAIS, Y. J. A falta de informação e os possíveis riscos sobre o uso exagerado da pílula do dia seguinte (levonorgestrel). *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, p. e511101220611-e511101220611, 2021

PLANALTO DO GOVERNO. LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm Acesso em: 19/11/2023.

REIS, E. B. O atendimento farmacêutico às consumidoras da contracepção de emergência. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VQJz7hFZ3CpChmGrHV4rqdL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19/11/2023

RODRIGUES, C. W.; SOUSA P.; FABIANA, S. S.; MICHEL. G. A. L. Pílula do dia seguinte: importância da atenção farmacêutica no uso de contraceptivo de emergência para as adolescentes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. 2021. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/2039/836/3492> Acesso em: 29/09/2023.

SANTOS, A. H. B.; FERNANDES, R. W. P.; TEIXEIRA, D. A.; ONOFRI, L. O uso indiscriminado do contraceptivo de emergência: uma revisão. *Revista Saúde dos Vales*, v. 1, n. 1, 2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Pílula do dia seguinte é usada sem receita por 76% das adolescentes. 2009. Disponível em <https://saude.sp.gov.br/ses/noticias/2009/junho/pilula-do-dia-seguinte-e-usada-sem-receita-por-76-das-adolescentes>. Acesso em: 01/11/2023

SOUSA, L. G. CIPRIANO, V. T. F. Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2019 n. 22, p. 665-665.

SQUIZANI, R. V. Controvérsias em torno da pílula anticoncepcional: usos e recusas do medicamento por jovens mulheres das classes médias urbanas. 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2686/2571>. Acesso em 19/10/2023.

PSICOLOGIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A MEMÓRIA – BASEADO EM CIÊNCIA PSICOLÓGICA DE MICHAEL GAZZANIGA E LAURIE LUNDY-EKMAN

Mauro Elias Gebran

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de conhecer os tipos de Memórias que os seres humanos possuem, trazendo à luz as suas funcionalidades, informações e localizações. Para tanto elegeu-se a pesquisa do tipo qualitativa de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva. A pesquisa sobre a Memória teve sua base nas aulas de disciplinas que para o seu bom entendimento e aplicação das práticas durante a profissão, exige o conhecimento profundo da saúde mental, memória e o desenvolvimento do ser humano. A memória é a capacidade do sistema nervoso manter e recuperar habilidades e conhecimentos. O ser humano possui memórias que são chamadas de triviais e outras que são vitais. O sistema nervoso com comandos apropriados pode aprender novas habilidades e novos conhecimentos, ou recuperar conforme o que se passou. As Memórias estão localizadas no Córtex de Associação pré-frontal e temporoparietal, no Córtex pré-frontal lateral e lobo temporal medial e ainda no Córtex frontal, tálamo e núcleos da base.

Palavras-chave: Memória de Trabalho, Memória Declarativa e Memória de Procedimentos

ABSTRACT

This work aimed to understand the types of Memories that human beings have, bringing to light their functionalities, information and locations. To this end, qualitative research of a bibliographic, exploratory and descriptive nature was chosen. Research on Memory was based on subject classes that, for a good understanding and application of practices during the profession, require in-depth knowledge of mental health, memory and the development of human beings. Memory is the ability of the nervous system to maintain and retrieve skills and knowledge. Human beings have memories that are called trivial and others that are vital. The nervous system with appropriate commands can learn new skills and new knowledge, or recover from what has happened. Memories are located in the prefrontal and temporoparietal Association Cortex, in the lateral prefrontal Cortex and medial temporal lobe and in the frontal Cortex, thalamus and basal ganglia.

Keywords: Working Memory, Declarative Memory and Procedural Memory.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, pesquisadores e especialistas de renome e extenso conhecimento experimental, assim como outras pessoas leigas, mas curiosas, se debruçam em literaturas e experimentos para descobrirem tudo sobre “A Memória”.

Mesmo que, algumas vezes, falhas, a memória é “a capacidade do sistema nervoso de manter e recuperar habilidades e conhecimentos” (GAZZANIGA ET AL, 2018, p. 267).

A curiosidade calca-se no desvendar do grande tema sobre A Memória e seus tipos atraentes e mergulhar na literatura de Michael Gazzaniga et al. (2018) e seus companheiros de pesquisa com um questionamento simples, mas profundo para estudantes ávidos por respostas, que é: O que é Memória e quais são seus Tipos?

Com esse questionamento, depara-se com a formulação do objetivo geral desta pesquisa, *estudar a memória*. A partir das pesquisas de Gazzaniga et al. (2018), mergulhou-se num mundo específico em que o ser humano pode receber, armazenar e transmitir fatos, imagens e histórias através dos diversos tipos de Memória.

Alicerçando o objetivo geral, concebeu-se o pensamento dos objetivos específicos, que são: *definir memória; identificar memória e descrever memória as fases da memória*.

Justifica-se esta pesquisa pela relevância que há nos estudos das disciplinas do Curso de Bacharelado em Psicologia. Disciplinas que para o seu bom entendimento e aplicação das práticas durante a profissão, exige o conhecimento profundo da saúde mental, memória e o desenvolvimento do ser humano.

Além disso, presta-se esta pesquisa para informar e ajudar na reflexão dos tipos e fases da memória através de uma metodologia dinâmica do tipo qualitativa de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva. O debruçar nos escritos de Michael Gazzaniga quando o professor e pesquisador com sua equipe esclarecem algumas etapas do sentido para o desenvolvimento do cognitivo; linguístico; social e emocional. Pois *A Memória* está envolvida em todos esses pontos.

A seguir, no Desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se compreender: O que é Memória; As Localizações Físicas da Memória; Como as Memórias são Mantidas ao Longo do Tempo, e O Armazenamento de Longo Tempo.

2. OBJETIVO

O objetivo principal desse trabalho foi o de conhecer os tipos de Memórias que os seres humanos possuem, trazendo à luz de suas funcionalidades, informações e localizações.

Alicerçando o objetivo geral, concebeu-se o pensamento dos objetivos específicos, que são: *definir memória; identificar memória e descrever memória as fases da memória*. Baseando-se nas bibliografias conhecidas de Gazzaniga et al (2018) e de Lundy-Ekman (2018).

3. DESENVOLVIMENTO

Através da metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva de Gil (2017) foi possível conhecer os tipos de Memórias que os seres humanos possuem além de poder estudar o Córtex que é responsável pelo armazenamento das Memórias e as informações mais relevantes e essenciais.

De acordo com Gazzaniga et al. (2018), memória é a capacidade do sistema nervoso manter e recuperar habilidades e conhecimentos. O ser humano possui memórias que são chamadas de triviais e outras que são vitais. O sistema nervoso com comandos apropriados pode aprender novas habilidades e novos conhecimentos, ou recuperar conforme o tem que se passou. O que o indivíduo aprendeu a memória guardou e coloca para funcionar assim que despertada para exercer aquela função. Ainda, de acordo com os autores, *a memória não funciona como um vídeo digital que recupera fielmente as experiências do operador*, pois não há uma memória fotográfica. Todas as informações que armazenamos e as memórias que recuperamos podem ser distorcidas.

Os indivíduos podem ter eventos iguais, porém a memória de cada um armazenará de acordo com as habilidades e capacidades oferecidas para cada um. Os sentidos sensoriais estarão operando em cada indivíduo segundo a sua capacidade de armazenagem e operação de aprendizagem.

As pessoas têm estímulos diferentes de aprendizagem, alguns são mais ágeis em exatas outras em ciências, outras em saúde e outras têm mais facilidade de aprender desenhos e suas memórias irão armazenar segundo o comando do sistema nervoso.

Gazzaniga et al. (2018) dizem que existem vários sistemas de memória, e que cada um desses sistemas tem suas próprias regras. Os processos cerebrais estão na base das memórias e servem para informações que precisaremos recuperar mais rapidamente. Também os processos cerebrais são diferentes e agem de acordo com a necessidade do indivíduo. Se a recuperação da memória é para usarmos em dez segundos o processo é mais rápido e potente. O cérebro agirá para que o processo seja dinâmico e autêntico. Se a recuperação da memória é para um evento de longa duração, por exemplo para dez anos, então o processo será mais centralizado e dinâmico com suas parcerias atingidas por sinapses diferenciadas.

Lundy-Ekman (2018, p. 511-513) diz que em seus experimentos foram identificados três diferentes tipos de Memória: 1. Memória de Trabalho; 2. Memória Declarativa, e 3. Memória de Procedimentos.

OS TIPOS DE MEMÓRIA	CONCEITOS	INFORMAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
MEMÓRIA DE TRABALHO	É ESSENCIAL PARA A LINGUAGEM, A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, A NAVEGAÇÃO MENTAL E O RACIOCÍNIO.	ELA MANTÉM AS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O OBJETIVO POR POUCO TEMPO.	CÓRTEX DE ASSOCIAÇÃO PRÉ-FRONTAL E TEMPOROPARIETAL.
MEMÓRIA DECLARATIVA	SE REFERE ÀS LEMBRANÇAS QUE PODEM SER FACILMENTE VERBALIZADAS. TAMBÉM É CHAMADA DE MEMÓRIA CONSCIENTE OU EXPLÍCITA.	FATOS, EVENTOS E LOCALIZAÇÕES.	CÓRTEX PRÉ-FRONTAL LATERAL E LOBO TEMPORAL MEDIAL.
MEMÓRIA DE PROCEDIMENTOS	SE REFERE À RECORDAÇÃO DE HABILIDADES E HÁBITOS. TAMBÉM É CHAMADA DE MEMÓRIA NÃO CONSCIENTE DE HABILIDADE, DO HÁBITO OU AINDA, MEMÓRIA IMPLÍCITA.	MOVIMENTOS E HÁBITOS COM EXPERIÊNCIA.	CÓRTEX FRONTAL, TÁLAMO E NÚCLEOS DE BASE.

Os Tipos de Memórias → Conceitos, Informações e localizações.

Fonte: Laurie Lundy-Ekman (2018, pp. 511-513)

A tabela acima demonstra as funcionalidades da Memórias que o ser humano possui. E assim pode-se verificar que a Memória de Trabalho armazena a fala, a linguagem, a escrita e a resolução de algum tipo de problema. Porém, esse armazenamento é por pouco tempo e então é preciso reaprender para que essa memória seja ativada.

Já a Memória Declarativa, ou explícita, são ativadas no esforço mental de pensamentos e rapidamente são ativadas suas funcionalidades, de modo que fatos e eventos são trazidos à mente rapidamente. Assim, com as localizações também.

Enquanto que a Memória de Procedimentos trabalha esforçando-se nas recordações de habilidades e hábitos. Ela é chamada de Memória Implícita pois rapidamente sua funcionalidade permite que o indivíduo tenha experiências marcantes com movimentos e hábitos.

O Córtex pré-frontal e temporoparietal, ou seja, está localizado no lobo frontal e é a região da inteligência, do raciocínio lógico e da manipulação sobre as demais regiões do cérebro. Aí relaciona-se também as emoções.

Já o Córtex pré-frontal lateral e lobo temporal medial, localiza-se na região de trás das orelhas.

O Córtex pré-frontal é uma região do cérebro que desempenha um papel importante no controle do raciocínio, comportamento emocional, controle da atenção, escolha das opções comportamentais mais adequadas à situação social, funções Cognitivas, pensamento, raciocínio e a percepção sensorial e também a compreensão da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para este trabalho teve êxito trazendo à luz as informações mais importantes de como são armazenadas as Memórias de Trabalho, Descritiva e de Processamento.

De acordo com a literatura bibliográfica realizada para esta pesquisa as Memórias estão localizadas no Córtex de Associação pré-frontal e temporoparietal, no Córtex pré-frontal lateral e lobo temporal medial e ainda no Córtex frontal, tálamo e núcleos da base. Essa divisão que se apropria para o armazenamento das Memórias e ocupa importante localização no Cérebro.

A Memória de Trabalho é responsável pela capacidade de realizar multitarefas e são centrais à cognição. Enquanto a Memória Declarativa é dividida em dois tipos, episódica que é uma coleção de eventos pessoais e específicos e semântica, que é o conhecimento comum adquirido, mas não baseado na experiência pessoal.

Enquanto que a Memória de Procedimentos é a Memória Não consciente de habilidade do hábito ou memória implícita que produz mudanças de desempenho sem conscientização.

Este trabalho não teve a intenção de esgotar assunto tão relevante sobre Memória, mas contribuir para que outros pesquisadores da comunidade científica e leitores leigos tenham mais uma base de leitura e pesquisa.

REFERÊNCIAS

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. *Ciência Psicológica*. [tradução: Maiza Ritomy Ide, Sandra Maria Mallmann da Rosa, Soraya Imon de Oliveira e Revisão Técnica: Antônio Jaeger] 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

LUNDY-EKMAN, Laurie; *Neurociência: fundamentos para a reabilitação*. [tradução Karina Carvalho] 5ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

QUALIFICAÇÃO DE “GRUPOS ECONÔMICOS” NO DIREITO TRIBUTÁRIO.

Amanda Correia dos Santos
Evandro Ferigato

RESUMO

Este estudo visa examinar a responsabilidade tributária dos grupos econômicos em comparação com empresas individuais, destacando as diferenças nessa responsabilidade no contexto brasileiro. Utilizamos métodos de pesquisa bibliográfica para fundamentar nossa análise.

Palavras-chave: Grupos econômicos, Responsabilidade Tributária, Empresas.

ABSTRACT

This article aims to analyze tax liability within economic groups compared to individual companies, emphasizing the differences in this responsibility in Brazil. The methodological approach relies on bibliographic research.

Keywords: Economic groups, Tax Liability, Companies.

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento das atividades empresariais nos últimos anos, tem sido necessário unir esforços para alcançar vantagens competitivas. Isso levou à formação de grupos econômicos, suscitando debates sobre suas responsabilidades fiscais. A utilização de reservas se mostra imprescindível, uma vez que antecipar os gastos futuros da empresa permite que ela organize seu planejamento de modo a garantir lucros em seu empreendimento, evitando prejuízos (COSTA et al., 2018).

O que começou como uma união de interesses em busca de lucro e posição no mercado, agora se revela uma rede de atividades complexas. Embora os grupos econômicos não sejam ilegais, e não haja legislação brasileira que os defina como ilícitos, eles são vistos com desconfiança pelo fisco devido à falta de preservação da autonomia dos contribuintes, o que gera conflitos patrimoniais e jurídicos.

Portanto, este estudo pretende avaliar as responsabilidades fiscais dos grupos econômicos no Brasil e a capacidade das leis em exigir tais obrigações.

2. O DIREITO TRIBUTÁRIO NAS EMPRESAS.

De acordo com Pilati e Theiss (2016), a elisão fiscal pode surgir tanto da própria legislação quanto de lacunas e oportunidades decorrentes da lei. O Código Tributário Nacional estabelece as obrigações e os deveres do fisco e dos contribuintes, enquanto aqueles que lidam com o direito tributário se encarregam da arrecadação e fiscalização dessas obrigações. A utilização de provisões é essencial para que a empresa possa estruturar seu planejamento visando lucros e não prejuízos.

Desde a criação do contrato social, o direito tributário está presente nas empresas. Questões internas, como a contribuição fiscal dos funcionários, os recolhimentos de tributos sobre os serviços prestados e o pagamento de taxas relacionadas aos serviços, são aspectos tributários que a empresa precisa considerar desde o início de suas atividades. Colling et al. (2017) destacam que, conforme os conceitos apresentados pelos autores até o momento, a elisão fiscal é uma prática legalmente permitida, mas requer a intervenção de um profissional contábil qualificado ou de uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em contabilidade, fiscalidade e direito.

Paula, Costa e Ferreira (2017) conduziram uma análise sobre os impactos da carga tributária nos pequenos negócios antes e depois da implementação do Simples Nacional, investigando se houve alterações significativas com o novo regime tributário. A escolha do regime tributário também é crucial desde o nascimento da empresa. No Brasil, existem três regimes tributários, cada um adequado a diferentes tipos de empresas e atividades. A complexidade da legislação muitas vezes leva empresas a não cumprirem suas obrigações de forma regular, resultando em dívidas que perduram por anos.

Recorrer a profissionais especializados pode prevenir o pagamento de juros, fiscalizações e interdições devido ao não pagamento de tributos. A elisão fiscal, prática legal que permite às empresas planejar antecipadamente sua tributação, é uma ferramenta importante para reduzir ou eliminar tributos, aproveitando as oportunidades oferecidas pela legislação. O procedimento pelo qual as entidades buscam estratégias legais e discutem métodos para reduzir o pagamento de tributos é conhecido como elisão fiscal, uma prática legítima que auxilia as empresas a aproveitar situações reais na legislação para diminuir ou eliminar os tributos recolhidos (COLLING et al., 2017).

A abordagem qualitativa busca atribuir significado aos dados, considerando o fenômeno dentro de seu contexto. O direito tributário não deve ser encarado apenas como um ônus para as empresas, mas sim como uma oportunidade para melhorar sua saúde financeira, competitividade e credibilidade. Conforme Triviños (1987), a abordagem qualitativa visa interpretar o significado dos dados, considerando o contexto em que o fenômeno ocorre.

Segundo Paula, Costa e Ferreira (2017), em termos evolutivos, a principal base legal no Brasil que estabeleceu um método único para organizações com menor presença no mercado foi estabelecida em 1984, com a Lei nº. 7.256 - o “Estatuto da Microempresa” - que oferece suporte em áreas administrativas, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Muitas empresas podem estar isentas do pagamento de certos tributos de forma legal, sem recorrer à evasão fiscal. Promover uma capacidade maior de investimento e competir no mercado são benefícios importantes proporcionados pelo direito tributário.

O artigo 179 da legislação estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios concederão tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, simplificando suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou eliminando ou reduzindo tais obrigações por meio de lei.

3. O DIREITO TRIBUTÁRIO NOS GRUPOS ECONÔMICOS

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009, um grupo econômico é caracterizado pela direção, controle ou administração de uma empresa sobre duas ou mais empresas, formando um grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

A elisão fiscal, que é uma forma legal de reduzir a carga tributária, é frequentemente utilizada por grupos econômicos, gerando controvérsias sobre como o direito tributário deve ser aplicado. Pilati e Theiss (2016) explicam que a elisão fiscal é uma maneira legal de reduzir a carga tributária, desde que seja realizada de forma transparente e conforme permitido pela legislação.

Com a atual crise financeira no Brasil, o número de empresas inadimplentes com suas obrigações tributárias tem aumentado, levando algumas empresas do mesmo

grupo a sofrer execução fiscal mesmo estando em dia com suas obrigações. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem sido debatida quanto à necessidade do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) para redirecionar a execução fiscal para outras empresas do mesmo grupo.

Gonçalves, Nascimento e Wibert (2016) destacam que o planejamento tributário pode ser considerado uma das várias formas de controlar os resultados e, conseqüentemente, melhorar o desempenho financeiro da organização, visando aumentar sua posição no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ramos e Martinez (2018) e Paula, Costa e Ferreira (2017) afirmam que a elisão fiscal é altamente recomendada, pois é uma prática permitida por lei, permitindo que as empresas determinem antecipadamente como lidarão com a tributação de seus produtos ou serviços, evitando complicações com o fisco.

As obrigações tributárias são fundamentais tanto para empresas individuais quanto para grupos econômicos. No entanto, a cobrança fiscal sobre grupos requer cuidado, pois o simples fato de pertencer a um grupo não autoriza o fisco a responsabilizar diretamente suas empresas membros. É necessário que a Fazenda Pública analise cuidadosamente cada caso e comprove a obrigação.

REFERÊNCIAS

ART. 179 DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988. Disponível em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_179_.asp> Acesso em: 22 Jun. 2019.

BARG, Anderson. A responsabilidade tributária de grupos econômicos na execução fiscal. Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região n. 4 Disponível em: <<https://ajufe.org.br/images/bkp/ajufe/arquivos/downloads/artigo-05-ok-74181219.pdf>> Acesso em 07 de maio de 2022.

BASTOS, Frederico. ZUGMAN, Daniel. IBET. Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Grupos econômicos e execuções fiscais. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.ibet.com.br/grupos-economicos-e-execucoes-fiscais/>> Acesso em 16 de maio de 2022

BISOLO, T.; BAGGIO, D. K. Planejamento tributário: estudo do regime tributário menos oneroso para indústria. Revista de Administração IMED, v. 2, n. 3, p. 195-206, 2012.

COLLING, T.; GOLDONI, A. G.; MORAES, J. P.; ARRUDA, J. R. Elisão Fiscal: Um Estudo sobre a Melhor Opção Tributária entre Lucro Presumido e Regime Especial de Tributação para uma Empresa da Construção Civil no Período de 2012 a 2016. Revista Capital Científico -Eletrônica, v. 15, n. 4, p. 129-142, 2017.

COSTA, D. F.; SILVA, A. C. M.; MOREIRA, B. C. M.; COSTA, M. F.; ANDRADE, L. P. Proposta de um Modelo de Previsão do Resultado para o Planejamento Tributário de Pequenas Empresas. Enfoque Reflexão Contábil, v. 37, n. 3, p. 93-110, 2018.

CVL, Advogados. O Direito Tributário na prática empresarial. Palmas. Cavalcante, Valduga & Lage Advogados Associados, 2020. Disponível em: <<https://www.cvladvogados.com.br/blog/80-direito-tributario-pratica-empresarial.html> > Acesso em 16 de maio 2022

DE MELO, Veloso. Direito Tributário. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://velosodemelo.com.br/areas-de-atuacao/direito-tributario/>> Acesso em 16 de maio de 2022.

DEMO, P. Introdução ao ensino da metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987

ELISÃO FISCAL. Disponível em <<https://blog.contaazul.com/elisao-fiscal-pagar-menos-sonegarimpostos>> Acesso em: 24 Jun. 2019.

GONÇALVES, R. S.; NASCIMENTO, G. G.; WILBERT, M. D. Os Efeitos da Subvenção Governamental frente à Elisão Fiscal e a Geração de Riqueza. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 15, n. 45, p. 34-48, 2016.

IMPOSTÔMETRO BRASILEIRO. Disponível em <<https://impostometro.com.br/>> Acesso em: 22 Jun. 2019.

JORNAL DO SENADO – IMPOSTOS BRASILEIROS. Disponível em <<https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/impostos/not03.htm>>. Acesso em: 12 Nov. 2019.

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

LEIS DE INCENTIVOS FISCAIS. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/leis-de-incentivos-fiscais-conheca-asvantagens-para-sua-empresa/>> Acesso em: 24 Jun. 2019.

LUCRO PRESUMIDO: Disponível em <http://www.portaltributario.com.br/guia/lucro_presumido.html>. Acesso em: 12 Nov. 2019.

LUCRO PRESUMIDO: Disponível em <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucropresumido/>> Acesso em: 16 Set. 2019.

LUCRO REAL. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/o-que-e-lucro-real.htm>>. Acesso em: 12 Nov. 2019. Revista Gestão em Foco - Edição nº 12 – Ano: 2020 revistaonline@unifia.edu.br Página 47

LUCRO REAL: Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/impostos-e-aliquotas-do-lucro-realentenda-como-funciona/>>. Acesso em: 15 Set. 2019.

MARTINEZ, A. L.; SONEGHETI, K. S. Contingências fiscais em face das mudanças de incidência do PIS e da COFINS. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 3, n. 3, p. 6-18, 2015.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDES SOARES, Cristiane. Qual é a importância do direito tributário para a sua empresa? São Paulo. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <<https://cristianesoaresmendes.jusbrasil.com.br/artigos/531077253/qual-e-a-importancia-do-direito-tributario-para-a-sua-empresa>> Acesso em 16 de maio 2022.

MUCCI, D. M.; HORTA, R. A. M.; FARIA, B. R.; NETO, M. R. Planejamento tributário aliado à gestão financeira eficaz: Estudo de caso de uma empresa de porte médio do setor atacadista baseado em análises de regime de tributação. In: XIV SEMEAD: Seminários em Administração FEA-USP, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... SEMEAD, 2011.

MUNIZ, João Guilherme. Sobre o conceito de grupo econômico no direito brasileiro. São Paulo, Equipe âmbito Jurídico, 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/sobre-o-conceito-de-grupo-economico-no-direito-brasileiro/>> Acesso em 07 de maio de 2022.

OLIVEIRA, M. T. A importância da Contabilidade no processo de decisão entre lucro real e lucro presumido. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAULA, R. M.; COSTA, D. L.; FERREIRA, M. P. A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional. Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.

PESO DOS IMPOSTOS SOBE PARA 33,58% EM 2018. Disponível em <<https://economia.ig.com.br/2019-03-28/cargatributaria-do-brasil.html>> Acesso em: 22 Jun. 2019.

PILATI, R. H.; THEISS, V. Identificação de Situações de Elisão e Evasão Fiscal: Um Estudo com Contadores no Estado de Santa Catarina. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 15, n. 46, p. 61-73, 2016.

PINHEIRO, Monya. Grupo econômico entre empresas e a legítima segregação de atividades produtivas para o CARF. Salvador, PPF Advocacia, 2021. Disponível em:

<<https://ppf.adv.br/grupo-economico-entre-empresas-e-a-legitima-segregacao-de-atividades-produtivas-para-o-carf/>> Acesso em 07 de maio 2022.

RAMOS, M. C.; MARTINEZ, A. L. Agressividade Tributária e o Refazimento das Demonstrações Financeiras nas Empresas Brasileiras Listadas na B3. *Pensar Contábil*, v. 20, n. 72, p. 4-15, 2018.

RODRIGUES, Deusmar José. Grupo Econômico em Direito Tributário. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <<https://sevilhacontabilidadegoiania.jusbrasil.com.br/artigos/747671312/grupo-economico-em-direito-tributario>> Acesso em 16 de maio de 2022.

SALZARULO, Luiz Eduardo Mariano. Grupo econômico. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/grupo-economico-5183771.html>> Acesso em: 07 de maio de 2022.

SIMPLES NACIONAL. Disponível em < <https://www.jornalcontabil.com.br/impostos-e-regras-em-vigor-dosimples-nacional-2019/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SIMPLES NACIONAL. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/guia/simples.html>> Acesso em: 12 Nov. 2019.

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-tudo-sobre-o-sistematributario-nacional/>> Acesso em: 22 de Jun. 2019.

SPINELLA DE ALMEIDA, Bruno. O que é e qual a importância do Direito Tributário para a sua empresa? Maringá, 2018. Disponível em: <<https://www.vsm.adv.br/importancia-do-direito-tributario-para-empresa/>> Acesso em 16 de maio de 2022.

TIPOS DE IMPOSTOS. Disponível em <<https://www.treasy.com.br/blog/tipos-de-impostos/>>. Acesso em: 12 Nov. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELLO, A. P. C.; MARTINEZ, A. L. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 23, p. 117-140, 2014.

RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS E COMUNIDADE: NOVAS PRÁTICAS ANTIMANICOMIAIS

Giovana Tarin Ibañez ,
Maria Eduarda de Oliveira
Rafaela Fachini Pedroso
Kaianne Gabrielle de Souza
Tatiana de Lima Silva
Cristiana Tavares

RESUMO

Este artigo propõe uma contextualização abrangente da temática relacionada às comunidades terapêuticas e às práticas antimanicomiais contemporâneas, explorando as implicações para os indivíduos envolvidos, a prestação de serviços de saúde mental e a participação ativa da comunidade. Para enriquecer essa abordagem, são apresentadas revisões de literatura, análises de artigos, reportagens investigativas, relatos de experiências práticas e perspectivas diversas do grupo acerca desses contextos. As discussões abordam questões sensíveis, como as violações de direitos dos usuários, as políticas de saúde mental e a forma como a comunidade está respondendo às recentes mudanças, incluindo a abordagem do término dos "manicômios judiciais" e a implementação de novas práticas de intervenção antimanicomial. Este trabalho visa proporcionar uma visão abrangente e aprofundada desses tópicos cruciais, promovendo uma compreensão mais completa e informada das questões que permeiam o universo das comunidades terapêuticas e das práticas antimanicomiais na atualidade.

Palavras-chave: Comunidade terapêutica, Saúde mental, Intervenção antimanicomiais, Políticas públicas, Judiciário, Psicologia social, WEA.

ABSTRACT

This article proposes a comprehensive contextualization of the theme related to therapeutic communities and contemporary anti-asylum practices, exploring the implications for the individuals involved, the provision of mental health services and the active participation of the community. To enrich this approach, literature reviews, article analyses, investigative reports, reports of practical experiences and diverse perspectives of the group regarding these contexts are presented. Discussions address sensitive issues, such as violations of users' rights, mental health policies and how the community is responding to recent changes, including addressing the end of "judicial asylums" and the implementation of new anti-asylum intervention practices. This work aims to provide a comprehensive and in-depth view of these crucial topics, promoting a more complete and informed understanding of the issues that permeate the universe of therapeutic communities and anti-asylum practices today.

Keywords: Therapeutic community, Mental health, Anti-asylum intervention, Public policies, Judiciary, Social psychology, WEA.

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 1979 sobre influencia o renomado psiquiatra italiano Franco Basaglia toma-se início ao movimento de Psiquiatria Democrática na Itália, porém somente em 6 de abril de 2001, a Lei 10.216 estabeleceu novas diretrizes para políticas de saúde mental, ao prever a substituição progressiva dos manicômios no país por uma rede complexa de serviços que compreendem o cuidado em liberdade como elemento fundamentalmente terapêutico.

Fato que atualmente ainda existem resquícios desse passado tenebroso discutido neste artigo sobre o encasulamento, onde instituições nomeadas de comunidades terapêuticas em sua maioria com intuito religioso, tratam seus internatos com torturas, violações de direitos, irresponsabilidades, garantindo muitos lucros e desinformação para sociedade.

2. RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS E AS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL

O início da Reforma Psiquiátrica no Brasil é contemporâneo ao surgimento do movimento sanitário do final dos anos 70, porém, organizando-se com base nos pressupostos da experiência Italiana de desinstitucionalização em psiquiatria e na sua crítica ao manicômio, visando à desconstrução do modelo manicomial.

Porém, a tentativa de legalização de tal Reforma ocorreu somente em 1989, com a apresentação do Projeto de Lei 3.657/89. Sendo aprovado e transformado na Lei 10.216, em abril de 2001. A qual garante o processo de substituição progressiva dos leitos em hospitais psiquiátricos por uma rede comunitária de atenção psicossocial.

Contudo, a desinstitucionalização e a efetiva reintegração dos sujeitos adoecidos mentalmente na comunidade necessitam de uma rede integrada de apoio, que tem o Programa de Saúde da Família (PSF) como porta de entrada para o sistema de saúde. Para responder a tal necessidade, foram criados Programas de Saúde Mental para a implantação do novo modelo assistencial extra-hospitalar, composto por serviços agenciadores e estratégicos: o Hospital-dia, leitos em Hospitais Gerais, Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), Centro de Convivência e Cultura, Mini Equipes de saúde mental nos PSF, Serviços de Urgência e Emergência em saúde mental e Serviços de Residências Terapêuticas (SRT).

Todavia, vale salientar que não se trata precisamente de um serviço de saúde, mas de espaços para morar e viver, onde a admissão de um morador é o começo de um longo processo de reabilitação, que deverá buscar sua progressiva inclusão social e emancipação pessoal, afinal, sua finalidade principal é a moradia, o morar e o viver na cidade.

Para tanto, cada moradia deve ser considerada única, sendo organizada segundo as necessidades, gostos e hábitos de seus moradores, tendo sempre em mente, que as residências têm seu tratamento centrado no modelo humanista, visando oferecer vivências enriquecedoras que promovam maior capacidade para os indivíduos enfrentarem os desafios da vida.

Devido a essas particularidades, a implantação das moradias vem sendo debatida em vários âmbitos, de maneira a garantir que esta alternativa seja a mais eficaz possível para auxiliar o morador em seu percurso, muitas vezes complicado, de reintegração à comunidade, buscando a progressiva inclusão social e sua emancipação pessoal, afinal, a finalidade principal é a moradia, o morar e o conviver na comunidade.

3. CONJUNÇÃO ENTRE A REPORTAGEM DO PODCAST RÁDIO ESCAFANDRO, TEMPORADA O PASTOR, E A CARTILHA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA “O RELATÓRIO DA INSPEÇÃO NACIONAL EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS”

Essas comunidades de intuito terapêutico foram oficialmente reconhecidas pela Resolução nº 29 de junho de 2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em dezembro do mesmo ano, a Portaria nº 3.088/2011 as incorporou à Rede de Atenção Psicossocial (Raps), garantindo financiamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Essas comunidades adotam um modelo de tratamento residencial fechado, baseado na ideia de modificar as condições e o contexto do indivíduo, removendo-o do ambiente de consumo. Isso visa transformar sua personalidade para possibilitar a reintegração social, incentivando valores como solidariedade, honestidade e responsabilidade.

Ribeiro e Minayo destacam que as comunidades terapêuticas brasileiras associam a recuperação e reabilitação dos usuários à evangelização e conversão religiosa. Apesar das particularidades de cada uma, há diretrizes comuns, como estruturação rígida, localização predominantemente rural, normas restritas e ênfase na

disciplina, incluindo distanciamento do local de origem, laborterapia, trabalho em grupo e abstinência total das drogas como requisito.

Contudo, esse tipo de serviço enfrenta críticas, denúncias e fiscalizações rigorosas, como a inspeção realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, que revelou práticas contrárias aos princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Entre as críticas estão a falta de respeito à cidadania dos usuários, violações de direitos humanos e métodos questionáveis. O Conselho Federal de Serviço Social também se opõe à regulamentação desses locais como serviços de saúde, argumentando que o tratamento deve ser providenciado pelo SUS, em conformidade com as deliberações de conferências de saúde mental e a Lei nº 10.216/2001. Além disso, diversas inspeções apontam privação de liberdade, características asilares, violações de direitos, ruptura de laços sociais e falta de abordagem individualizada, contrariando as exigências da Portaria nº 3.088/2011.

Refletindo este cenário o podcast Rádio Escafandro do jornalista Tomás Chiaverini e colaboradores fizeram uma reportagem sobre o pastor Arison Farias de Aguiar, responsável pelo projeto Resgatando Cativos na cidade de Itacoatiara (AM), expondo dependentes químicos nas redes sociais como uma espécie de Reality Show, principalmente no facebook, e aproveitando das tramas dos usuários para seu próprio enriquecimento. Nesse caso existem vários indícios de crimes e irregularidades , incluindo trabalho análogo a escravidão, torturas, e ameaças aos envolvidos.

Esta parte do trabalho fizemos uma associação com esse caso, visitas pessoais do ano de 2022 a comunidades terapêuticas do interior de São Paulo especificamente na cidade de Campo Limpo Paulista que foram interditadas entre elas Associação Missões Videira, Abrigo Comunidade Cristã Peniel, Comunidade Terapêutica Casa do Oleiro e Comunidade Terapêutica Educacional (CTEC). e a cartinha descrita pelo CFP, intitulada de Relatório da inspeção nacional das comunidades terapêuticas lançado em 2017. E separamos algumas problemáticas comuns envolvendo esses casos.

Segundo a Lei da Reforma Psiquiátrica define três modalidades de internação: involuntárias (sem o consentimento do usuário, a pedido de terceiro e realizada por um médico), compulsórias (determinadas pela Justiça) e voluntárias (com o consentimento do usuário).

- A maioria das internações nas casas terapêuticas ocorrem de modo voluntário, porém existem casos em que o indivíduo é influenciado pela família, proprietários da instituição, ou por extrema necessidade econômica.

3.1. “LABORTERAPIA”: TRABALHOS FORÇADOS E SEM REMUNERAÇÃO.

O uso da chamada “laborterapia”, na qual o trabalho seria empregado como ferramenta de disciplina – prática condenada pelos princípios da reforma psiquiátrica estabelecida no Brasil pela Lei nº 10.216/2001. A mão de obra de internos costuma ser usada para serviços de limpeza, preparação de alimentos, manutenção, vigilância e, em alguns casos, até mesmo no controle e aplicação de medicamentos em outras pessoas internadas.

Em algumas comunidades terapêuticas é comum os próprios usuários cuidarem da manutenção do local, no caso Resgatando Cativos, alguns usuários eram obrigados a vender vassouras pelas ruas, e fazer trabalhos diferenciados sem nenhuma remuneração.

3.2. A FALTA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Ausência de registros individuais dos residentes em casas terapêuticas, segundo a Resolução RDC nº 29/2011 da Anvisa estabelece que haja uma ficha individual para cada pessoa residente nas instituições, na qual deve ser registrado periodicamente o atendimento dispensado e intercorrências clínicas (art. 7º). Define também que, nessas fichas, devem ser registradas rotinas, atividades lúdico-terapêuticas, atendimentos em grupos ou individuais, atividades educativas e de desenvolvimento, atendimento médico, participação em rotinas de limpeza e organização, atendimento à família, previsão de tempo de internação e atividades com vistas à reinserção social.

- Em muitas instituições não existem prontuários, evoluções dos casos e muito menos a documentação dos internatos e contatos de familiares.

4. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR?

Tanto para o tratamento de dependentes químicos e internação de idosos, torna-se fundamental o acompanhamento da equipe multidisciplinar. Havendo melhora ou fragilidade nas equipes multidisciplinares de acordo com a Lei da Reforma Psiquiátrica, a internação de pessoas com transtornos mentais é indicada apenas quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Terá como

finalidade, nesses casos, a reinserção social, e oferecerá assistência integral, que deve incluir “serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.” (Lei nº 10.216/2001, art. 4º, parágrafo 2º). Instituições desprovidas desses recursos e que não assegurem os direitos enumerados na lei são consideradas asilares e é vedada a internação nesses locais. Com base nisso, verifica-se a enorme importância da existência de profissionais de saúde capazes de oferecer a assistência integral requerida para as situações em que a internação seja o recurso necessário. Além disso, a Resolução RDC nº 29/2011 da Anvisa estabelece que essas instituições tenham recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas e que proporcionem capacitação à equipe.

A presença médica e caracterização como instituições médicas ou não médicas De acordo com a Resolução nº 2.056/2013, do Conselho Federal de Medicina, caso uma comunidade terapêutica realize internação involuntária e compulsória, parcial ou integral, assim como a prescrição de medicamentos, ela é caracterizada como comunidade de natureza médica. Essa caracterização, conforme o parágrafo 2º do art. 28 da resolução, implica que asCTs “deverão ser dotadas das mesmas condições que os demais estabelecimentos de hospitalização, garantindo plantão médico presencial durante todo o seu horário de funcionamento, e presença de médicos assistentes e equipe completa de pessoal, de acordo com a Lei nº 10.216/2001, as presentes normas e o Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil”. Em comunidades terapêuticas não médicas, não devem ocorrer prescrições médicas, sendo terminantemente vedadas internações involuntárias e compulsórias em função de transtorno psiquiátrico, entre os quais a dependência química, ou de patologias que requeiram atenção médica presencial e constante

(artigo 29, parágrafo 1º).

- A maioria das comunidades terapêuticas não possui nenhuma dessas categorias.

Outra urgência aponta para o Relatório Nacional de Inspeção em Comunidades Terapêuticas, elaborado pelo Ministério Público Federal e Conselho Federal de Psicologia em 2017, destaca o encaminhamento comum de adolescentes para essas comunidades terapêuticas, seja por meio de medidas judiciais ou Conselhos Tutelares. Devido à falta de fiscalização sistemática por parte do governo nessas comunidades e à escassez de dados consolidados sobre os tratamentos oferecidos, torna-se impossível contabilizar com precisão o número exato de adolescentes direcionados a esse tipo de tratamento.

Os leitos hospitalares destinados a pacientes psiquiátricos, outra opção de tratamento para situações emergenciais, são ainda mais limitados. Em 2017, o país contava apenas com 236 serviços hospitalares de referência habilitados para saúde

mental, oferecendo um total de 1.163 leitos. Dessas vagas, 73,6% estavam concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

Os leitos hospitalares destinados a pacientes psiquiátricos, outra opção de tratamento para situações emergenciais, são ainda mais limitados. Em 2017, o país contava apenas com 236 serviços hospitalares de referência habilitados para saúde mental, oferecendo um total de 1.163 leitos. Dessas vagas, 73,6% estavam concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

5. O FECHAMENTO DE MANICÔMIOS JUDICIAIS

A resolução 487/23 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em vigor desde maio determina que os manicômios judiciais no Brasil suspendam a entrada de novos pacientes a partir de agosto de 2023. Até maio de 2024, todos os estabelecimentos devem ser definitivamente desativados, conforme a política antimanicomial estabelecida pela lei 10.216 de 2001.

Apesar de a lei existir desde 2001, pessoas consideradas inimputáveis pela Justiça continuaram sendo encaminhadas para hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTPS). Um relatório de dezembro de 2022 da Secretaria Nacional de Políticas Penais revelou que, dos 832.295 presos no Brasil, 1.869 estão internados em medida de segurança nos 27 hospitais de custódia do país.

Essa medida mantém o indivíduo em tratamento compulsório de saúde, em um local adequado e sob os cuidados de profissionais especializados – pelo tempo que seja necessário. Um exemplo que ficou conhecido foi o do assassino Francisco da Costa Rocha, o "Chico Picadinho". Até então, as 1.987 pessoas que se enquadram nos critérios da absolvição imprópria, segundo dados recentes (2022) do Sisdepen (Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional), ficavam nos HCTPs.

Com a nova resolução, esses indivíduos passam a ser atendidos na Raps (Rede de Atenção Psicossocial) – hospitais gerais com leitos psiquiátricos ou Caps (Centros de Atenção Psicossocial) –, por uma equipe multidisciplinar composta, por exemplo, por psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos e assistentes sociais.

O fechamento dos hospitais gerou intenso debate sobre o destino dos custodiados e daqueles que aguardam julgamento, levando à edição da resolução do CNJ após um período de 22 anos para dar efetividade à política antimanicomial prevista na lei.

5.1. A LUTA ANTIMANICOMIAL

O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, destacado pelo Conselho Nacional de Psicologia, foi crucial para abolir as práticas desumanas dos manicômios até o final dos anos 1980. A lei 10.216/01, resultado desse movimento, garante tratamento terapêutico em ambientes menos invasivos, priorizando serviços comunitários de saúde mental. Ela restringe a internação apenas a casos onde os recursos extra-hospitalares são insuficientes, proibindo instituições asilares desprovidas de recursos adequados.

Além disso, estabelece políticas de alta planejada e reabilitação para pacientes hospitalizados por longos períodos. Essas diretrizes orientaram a resolução do CNJ de 2023, que visa facilitar a reinserção social das pessoas em regime de internação.

5.2. RESOLUÇÃO DO CNJ

A Resolução 487 do CNJ foi criada em resposta à condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, após o paciente Damião Ximenes Lopes ser espancado até sua morte em uma clínica psiquiátrica. Esta resolução reafirma o direito das pessoas com transtorno mental a serem tratadas em instituições não asilares e visa combater a tortura. Introduz a figura das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), que incluem diversos serviços como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), com o objetivo de garantir o tratamento psiquiátrico após o fechamento dos manicômios judiciais.

A resolução também estabelece orientações para audiências de custódia e prioriza o tratamento ambulatorial, além de determinar prazos para a desinstitucionalização. O Judiciário e o SUS são responsáveis pela transferência dos pacientes para as RAPS, onde receberão um plano terapêutico singular elaborado por uma equipe multidisciplinar.

5.3. INCIDENTE DE INSANIDADE E INTERNAÇÃO

Os Tribunais Superiores entendem que apenas a defesa pode solicitar o incidente, pois a medida de segurança não deve ser considerada uma pena, mas sim uma questão de saúde mental. A resolução do CNJ reforça esse entendimento. Além disso, aponta-se que a internação é uma medida excepcional desde a lei 10.216/01, mas ainda é aplicada por alguns magistrados devido à previsão da parte geral do CP.

De acordo com o defensor público, doutor em criminologia e membro da diretoria executiva do IBCCRIM Bruno Shimizu, pessoas internadas são encaminhadas para HCTPS que não são vinculados ao SUS, às RAPS, e que, na realidade, são ilegais e estão associados à administração penitenciária. Ele pontua que o tratamento de saúde mental hoje dispensado pelos juízes criminais é, na verdade, uma "prisão com outro nome". Por isso, em razão da reiteração do desrespeito à lei 10.216/01, o CNJ entendeu que era o momento de cobrar dos juízes a aplicação da lei, via resolução.

A partir dela será possível questionar a atuação de um juiz a respeito das medidas de segurança na via correicional.

5.4. HAVERÁ UMA ABOLIÇÃO DAS INTERNAÇÕES?

Há um consenso na área da saúde mental de que a internação deve ser pelo menor tempo possível para estabilizar o quadro. No entanto, o Código Penal permite que o juiz determine a internação por um período mínimo de um a três anos, sem prazo máximo, e só ele pode ordenar a desinternação após um laudo do hospital de custódia, uma prática considerada equivocada.

A partir da resolução, as internações devem ser baseadas na prescrição médica e no quadro clínico, decididas por uma equipe de saúde, retirando do juiz a autoridade para determiná-las.

A internação não deve ser um fim em si mesma, mas sim uma medida para proteger a pessoa ou outros durante surtos. Após a estabilização, o paciente deve ser reintegrado à comunidade para evitar a dependência institucional e facilitar a reintegração social.

5.5. OPINIÕES CONFLITANTES

Ao longo do ano, uma série de entidades da área médica reagiu à resolução. Em nota de repúdio, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) declarou: “A determinação que o atendimento às pessoas com transtorno mental seja cumprido em leitos de Hospital Geral ou outra instituição de saúde referenciado pelo CAPS não é suficiente ao atendimento adequado e acurado de todos os pacientes/cidadãos nessa situação de enfermidade, podendo causar grande prejuízo à saúde pública, bem como risco ao paciente, familiares e população em geral”.

Em nota conjunta, dezenas de outras entidades também se posicionaram contrárias à medida. Entre elas, o Conselho Federal de Medicina, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e a Federação Médica Brasileira (FMB).

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), elaborou nota em repúdio à resolução do CNJ. Para o órgão, são necessários estudos qualificados, debates plurais, técnicos e democráticos antes da aprovação de uma resolução do gênero.

Segundo o Conselho, o fechamento de locais especializados no recebimento de pacientes com transtornos mentais e a sua alocação em estabelecimentos com enfermos com outras características pode ser prejudicial. A atitude colocaria em risco a segurança dos pacientes, prejudicando a população em geral e a própria família da pessoa, pois terá dificuldade maior para encontrar assistência adequada.

Ainda, afirma que os hospitais gerais não possuem condições para que a assistência médica seja apropriadamente prestada, tampouco estrutura para garantir a integridade física dos pacientes que praticaram infrações penais. As pessoas portadoras de transtornos mentais não ficarão detidas e não poderão ser internadas nos serviços adequados.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, o psiquiatra Raphael Boechat, professora da Faculdade de Medicina da UNB, opinou que o fechamento dos hospitais sobrecarregará o SUS.

O Conselho Federal de Medicina, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a AMB – Associação Médica Brasileira e outras entidades, em maio de 2023, assinaram manifestação contra o fechamento dos hospitais. Essas entidades apontam riscos para a segurança pública.

O Conselho Federal de Psicologia, por sua vez, manifestou apoio à política antimanicomial do Judiciário. Para ele, trata-se de uma oportunidade de qualificar a Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, ampliar o financiamento de políticas públicas de saúde mental e redirecionar as estratégias de institucionalização.

O IBCCRIM declarou apoio irrestrito à resolução do CNJ. De acordo com o instituto, a resolução “representa extraordinário avanço no tratamento e na reabilitação

psicossocial de um significativo número de pessoas, que atualmente sofrem diuturnamente a violência e o abandono que marcam a realidade dos pacientes manicomializados”.

6. AS ABORDAGENS E NOVAS PRÁTICAS ANTIMANICOMIAIS

As novas práticas antimanicomiais buscam promover uma abordagem mais humanizada e inclusiva no tratamento de pessoas com transtornos mentais, buscando superar o modelo manicomial tradicional, que era baseado na exclusão, isolamento e medicalização excessiva. Aqui estão algumas das práticas e abordagens mais relevantes:

- **Desinstitucionalização:** Promover a redução do número de leitos em hospitais psiquiátricos e o fechamento progressivo dessas instituições, priorizando o tratamento comunitário e a reintegração social das pessoas com transtornos mentais.
- **Serviços de Base Comunitária:** Desenvolver uma ampla gama de serviços de saúde mental baseados na comunidade, incluindo centros de atenção psicossocial (CAPS), residências terapêuticas, serviços de atenção domiciliar, centros de convivência e apoio, entre outros.
- **Abordagem Centrada na Pessoa:** Colocar a pessoa no centro do processo terapêutico, respeitando sua autonomia, dignidade e direitos humanos, e envolvendo-a ativamente no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao seu tratamento.
- **Redução do Uso de Medicamentos:** Priorizar abordagens terapêuticas não medicamentosas, quando apropriado, e reduzir o uso excessivo de medicamentos psicotrópicos, optando por intervenções psicossociais, terapias alternativas e estratégias de autocuidado.
- **Atenção Integral e Integrada:** Oferecer uma abordagem holística e integrada à saúde mental, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também os sociais, culturais, econômicos e ambientais que influenciam o bem-estar das pessoas.
- **Inclusão Social e Reabilitação Psicossocial:** Promover a inclusão social e a participação ativa na comunidade, oferecendo suporte para o desenvolvimento de habilidades sociais, educacionais e profissionais, e para a superação de barreiras e estigmas sociais.

- **Rede de Apoio e Empoderamento:** Construir uma rede de apoio ampla e diversificada, envolvendo familiares, amigos, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, para oferecer suporte emocional, prático e social às pessoas com transtornos mentais.
- **Promoção da Participação e Controle Social:** Incentivar a participação ativa da comunidade e das pessoas com transtornos mentais na formulação e implementação de políticas públicas de saúde mental, promovendo o controle social e a democracia participativa. Essas novas práticas antimanicomiais visam garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade das pessoas com transtornos mentais, promovendo sua inclusão e autonomia dentro da sociedade.

7. COMO A SOCIEDADE ENCARA A MUDANÇA DOS TRATAMENTOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS MENTAIS.

A mudança das intervenções de tratamento das pessoas com doenças psiquiátricas é encarada de maneiras diversas pela sociedade, dependendo do contexto cultural, social e político de cada país ou região. No entanto, alguns pontos gerais sobre como a sociedade pode encarar essa mudança incluem:

- **Redução do Estigma:** busca promover uma abordagem mais humanizada e inclusiva em relação às questões de saúde mental. Isso pode ajudar a reduzir o estigma associado às doenças mentais, permitindo que mais pessoas busquem ajuda sem medo de discriminação ou julgamento.
- **Ênfase na Recuperação e Autonomia:** valoriza a recuperação e a autonomia das pessoas com transtornos mentais. Isso pode ser visto de forma positiva pela sociedade, pois promove a ideia de que as pessoas com problemas de saúde mental têm capacidade de se recuperar e viver vidas plenas.
- **Desinstitucionalização:** muitas vezes envolve a redução do uso de hospitais psiquiátricos tradicionais em favor de serviços comunitários e abordagens ambulatoriais. Alguns membros da sociedade podem ver isso como uma melhoria no tratamento e no cuidado das pessoas com transtornos mentais, tornando-os menos segregados e mais integrados à comunidade.
- **Desafios e Resistência:** Por outro lado, também pode enfrentar resistência de certos setores da sociedade, especialmente aqueles ligados ao estabelecimento médico tradicional ou a interesses econômicos associados à manutenção de grandes instituições psiquiátricas. Além disso, algumas pessoas podem temer que

a redução de instituições psiquiátricas tradicionais possa levar a problemas de segurança pública.

- **Necessidade de Educação e Conscientização:** Uma mudança efetiva na abordagem da saúde mental requer educação e conscientização da sociedade com o todo. Isso inclui informar o público sobre os benefícios em termos de direitos humanos, bem-estar geral e eficácia clínica.

Em resumo, a sociedade pode encarar a mudança das intervenções como um processo complexo e multifacetado, envolvendo mudanças na cultura, políticas de saúde mental e percepções individuais sobre transtornos mentais e tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as práticas antimanicomiais representam uma evolução significativa na abordagem aos transtornos mentais, priorizando a dignidade, a inclusão e a autonomia das pessoas afetadas. Embora geralmente bem recebidas por muitos segmentos da sociedade, essas práticas também enfrentam obstáculos, incluindo preocupações com segurança e desconfiança em relação a novos modelos de cuidado.

Superar esses desafios requer um esforço coletivo para educar e sensibilizar a população sobre saúde mental, além de investimentos em recursos e infraestrutura comunitária. Ao promover uma cultura de apoio e compreensão, podemos consolidar práticas antimanicomiais mais amplamente aceitas e eficazes, garantindo que todos tenham acesso a cuidados respeitosos e efetivos, independentemente das circunstâncias. É fundamental trabalhar em conjunto para construir uma sociedade mais inclusiva e solidária em relação à saúde mental, onde o tratamento seja centrado na pessoa e guiado pelo respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. DE; CEZAR, A. T. As residências terapêuticas e as políticas públicas de saúde mental. IGT na Rede, v. 13, n. 24, p. 105–114, 2016.

A vida dos internos em comunidades terapêuticas é pular de inferno em inferno. Disponível em:

<<https://www.intercept.com.br/2019/05/30/comunidades-terapeuticas-internos/>>.
Acesso em: 10 mar. 2024.

BARCELOS, K. R. et al. A normatização de condutas realizadas pelas Comunidades Terapêuticas. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 130–140, 24 maio de 2021.

DELGADO, P. G. “Reforma psiquiátrica: conquistas e desafios”. *Revista EPOS*, v. 4, n. 2, 1 dez. 2013.

Manicômios judiciais extintos? Especialista explica resolução do CNJ. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/390389/manicomios-judiciarios-extintos-especialista-explica-resolucao-do-cnj>>.

MOREIRA, M. I. B. CASTRO-SILVA, C. R. DE. Residências terapêuticas e comunidade: a construção de novas práticas antimanicomiais. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, p. 545–553, 1 dez. 2011.

PALMEIRA, L. Erros e acertos da reforma da assistência psiquiátrica brasileira: para onde vamos? | Entendendo a Esquizofrenia.

RÁDIO ESCAFANDRO. Disponível em: <<https://radioescafandro.com/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>>.

SANTOS, H. P.; MARIA. Práticas de cuidados produzidas no serviço de residências terapêuticas: percorrendo os trilhos de retorno à sociedade. *Revista Da Escola De Enfermagem Da Usp*, v. 43, n. 4, p. 788–795, 1 dez. 2009.

SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de Oliveira; SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo; OLIVEIRA, Chirlaine Cristine. Além dos muros manicomiais: conhecendo a dinâmica das residências terapêuticas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 62, p. 187-193, 2009.

SINCRETISMO BRASILEIRO E O RACISMO RELIGIOSO: DESDE QUANDO? PARA ONDE?

Mariana da Silva Lima
Antonio Reis Junior

RESUMO

No presente estudo, é realizada uma discussão a partir de um forte elemento cultural brasileiro: a Festa da Boa Morte, que ocorre em Cachoeira, no Recôncavo Baiano. A discussão trata da intolerância religiosa em relação ao Candomblé e à Umbanda, estendendo-se para o sincretismo entre tais religiões e o catolicismo, a fim de encontrar o motivo por trás da repulsa da população em relação a essas crenças e descobrir a origem desses pensamentos, perpetuados até os dias atuais.

Palavras-chave: Umbanda, Candomblé, Sincretismo religioso, Racismo religioso, Intolerância religiosa

RESUMEN

En el presente estudio, se realiza una discusión a partir de un fuerte elemento cultural brasileño: la Festa da Boa Morte, que ocurre en Cachoeira, en el Recôncavo Baiano. La discusión aborda la intolerancia religiosa en relación al Candomblé y la Umbanda, extendiéndose al sincretismo entre dichas religiones y el catolicismo, con el fin de encontrar la razón detrás de repulsión del pueblo hacia estas creencias y descubrir el origen de estos pensamientos, perpetuados hasta nuestros días.

Palabras clave: Umbanda. Candomblé. Sincretismo religioso. Racismo religioso. Intolerancia religiosa

1. INTRODUÇÃO

Ano a ano no mês de agosto, a cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, atrai uma legião de turistas para apreciar sua festa: a Festa da Boa Morte, organizada pela Irmandade da Boa Morte, no intuito de celebrar sua fé, a força de suas mulheres, seus antepassados e, principalmente, a liberdade dos afrobrasileiros do regime escravista.

As raízes da festa moram no início do século XIX, época em que as antigas mulheres escravizadas conquistavam sua alforria e passam a viver nessa nova condição.

Com o tempo, formou-se a Irmandade da Boa Morte, grupo fruto do sincretismo candomblecista e católico e descendente das grandes revoltas que ocorreram no Brasil

naquela época (tal qual a Revolta dos Malês em 1835, que era, inclusive, de membros convertidos ao islamismo). A irmandade foi formada por mulheres pretas descendentes do povo lorubá-Nagô e outras etnias, que encontraram umas nas outras a família que lhes foi negada quando seus ancestrais foram escravizados. A Irmandade prestava assistência social, e, com um fundo constituído, adquiria alforria daqueles que ainda eram escravizados.

Com o grupo, veio a Festa da Boa Morte, homenageando Nossa Senhora da Boa Morte, “adotada” pelas mulheres das senzalas. Esta festa, que simboliza muito mais que o fim da vida terrena de Ave Maria e sua posterior assunção, parte da devoção e cumprimento de uma promessa: se Nossa Senhora da Boa Morte trouxesse o fim do regime escravista brasileiro, uma celebração em sua honra seria feita.

No entanto, a celebração em questão causa o estranhamento a muitos que não são da região, onde escutamos que não é uma festa “reconhecida” pelo Vaticano (visto sua forte ligação com o catolicismo), ou que é uma festa “do demônio” assim como as religiões de matriz africana, estejamos falando de candomblé ou umbanda. Ouvimos isso mesmo que a festa não ofenda ninguém e seja algo plenamente cultural.

A partir disso, tentaremos explicar a razão deste espanto e afastamento que as pessoas sentem e muitas vezes cedem aos desejos de fuga quando vêem uma celebração ou qualquer menção às religiões, ritos ou elementos de matriz africana. Com isso, pegue sua pipoca e ligue seu samba, para tentarmos encontrar os motivos desta intolerância travestida de princípio.

2. DESENVOLVIMENTO

Vamos ressaltar alguns dados. Os casos de intolerância religiosa vêm aumentando em nosso país nos últimos anos. Segundo dados do II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, elaborado pela UNESCO, em 2019 tivemos 477 casos registrados de intolerância; já em 2021, os casos saltaram para 966 – um aumento de aproximadamente 102,5%. Desses 966 casos, 244 foram contra membros de religiões de matriz africana, totalizando cerca de 25,3%.

No entanto, chamar de intolerância religiosa aquilo que acontece com as religiões de matriz africana parece não ser o melhor termo já que

A intolerância religiosa pode ser entendida como uma prática marcada pelo não reconhecimento da veracidade de outras religiões. Assim, está relacionada com a capacidade do indivíduo em compreender crenças diferentes das suas

(CARNEIRO, 2019, p. 5).

Levando isso em conta, podemos então classificar o preconceito sofrido pelos praticantes de religiões de matriz africana como racismo religioso, visto que

A noção de racismo religioso dá conta de marcar que grande parte das violências sofridas por determinadas culturas e comunidades são encarrilhadas por uma engenharia de dominação/submissão que tem a raça/racismo/colonialismo como matrizes/motrizes de desenvolvimento do mundo moderno

(MIRANDA, RUFINO, 2019, p. 2 – 3).

Para falarmos sobre as razões desta forma tão enraizada de pensamento e o motivo dessa violência, precisaremos voltar para o Brasil escravista, quando os primeiros africanos foram trazidos em navios negreiros para a Ilha de Vera Cruz. Com a chegada de tantos africanos, era necessário que fosse mantida a ordem social de acordo com uma certa hierarquia imposta pelos europeus, os quais encontraram esta melhor maneira estabelecendo o conceito de bem e mal, onde um era bom (o europeu cristão) e outro deveria ser mau (o africano com seus cultos aos orixás).

Essa prática foi perpetuada acobertada por um certo véu, já que, segundo a Constituição republicana de 1891, o Estado brasileiro é laico, ou seja, não possui uma religião oficial (anterior a isso, a religião oficial era o catolicismo). No entanto, ainda assim, perpetuaram-se os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal de 1890 (já Brasil República), onde era considerada ilegal a prática de magia e curandeirismo, os quais eram diretamente ligados a religiões de matriz africana (MAGGIE, 1992).

Ainda em 1942, mesmo com o novo Código Penal, os artigos 282, 283 e 284 consideram crimes contra a saúde pública o charlatanismo e o curandeirismo, mas “punindo apenas aqueles que praticam o mal” (FERNANDES, 2017). Contudo, quem é aquele que julga esse mal? O que é colocado como “mau” a partir desse momento?

É claro que a Irmandade da Boa Morte é mais antiga do que isso, haja vista que seu início foi ainda no século XIX, em um sincretismo muito bem feito entre candomblé e catolicismo. Elementos de ambas as crenças estão inclusos nessa festa, que é reconhecida pela Igreja Católica em geral (ARQUIDIOCESE, 2015). Ainda que de maneira menos óbvia, o preconceito religioso está presente no olhar de alguns sobre essa festa, principalmente devido ao fato de serem e ialorixás as que carregam o andor

que leva a imagem da santa, e serem por suas irmãs mortas que é realizada a missa no primeiro dia da festa.

Mediante este panorama, também nos lembramos que muitas religiões que não são de matriz africana, na verdade, reconhecem a veracidade desses cultos, mas os ligam ao “mal”, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (também chamada de IURD) onde nos é citado por Santos (2010) que o neopentecostalismo vem disseminando e convencendo seus fiéis de que religiões afrobrasileiras e kardecistas são “obras de Satanás”. Entendemos o sucesso das igrejas neopentecostais em travar uma espécie de “guerra santa contra o mal” a partir do momento que vemos alguns dados trazidos pelo IBGE em sua pesquisa mais recente, onde constata-se que existem mais estabelecimentos religiosos do que escolas e estabelecimentos de saúde no Brasil: são 286 estabelecimentos religiosos para cada 100 mil habitantes, totalizando cerca de 579,7 mil (IBGE, 2022).

Estas ideias, no entanto, não são atuais, haja vista que evangelizar as populações submetidas é parte fundamental do processo da colonização de uma terra, para garantir maior controle sobre essa população (FERNANDES, 2017). Segundo Silveira (2006), desde Roma a Igreja usava como estratégia expansionista o sincretismo com cultos pagãos.

O sincretismo religioso que aconteceu no Brasil entre as religiões de matriz africana e o catolicismo, no entanto, foi diferente: esse fenômeno veio por necessidade de sobrevivência dos africanos, onde, segundo Nascimento (2013) em sua análise sobre o chamado catolicismo negro, “o catolicismo foi inserido nas práticas afro-ancestrais das rezas e não o contrário”.

A partir de então, ainda segundo Nascimento, as elites nacionais vêm considerando essas práticas como coisas de gente atrasada, tem o apoio das igrejas, que relacionam as práticas africanas ao Diabo, ação a qual configura-se racismo religioso, já que, segundo Fernandes (2017), “o que sustenta a hipótese de racismo religioso (...) é exatamente a afirmação da africanidade que a prática religiosa carrega”.

Mas afinal, como interromper esse ciclo? Essa repetição infinita de preconceito e racismo na fala e nas atitudes de muitos, que vem sendo constante em nossa sociedade desde o colonialismo e se faz cada vez mais presente em nosso cotidiano?

O termo “preconceito”, analisado de acordo com a origem da palavra, estabelece-se como “conceito que vem antes”, uma conclusão tirada precipitadamente. A partir desse momento, entende-se que a melhor maneira de diminuir os casos de racismo religioso e de qualquer espécie é com a apresentação destas culturas, maior inserção delas em nossa sociedade principalmente por meio de escolas (conforme já estabelece a lei 10.639/03, que criou a obrigatoriedade da apresentação dessas questões no currículo escolar), visto que a educação é a melhor maneira de mudar uma sociedade. Inclusive pelas escolas que muitas ideologias são inseridas em uma sociedade.

Entretanto, este é um processo demorado que demanda alguns anos até que os casos diminuam mais. Assim, além de todas as penalidades que já são aplicadas para aqueles que cometem esse tipo de infração, é ideal também que a mídia explicita cada vez mais a problemática de pensamentos intolerantes e racistas e apresente também os elementos das religiões de matriz africana para que a população tenha conhecimento do que ela mesma tem preconceito, tal que essa violência vem pela falta de conhecimento pois isso não foi estudado por essa população, não foi apresentado a eles com o mesmo respeito que muitos recebem isso hoje, justamente porque sempre foi considerado “coisa do diabo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo religioso que paira em nossa sociedade tem como principal característica o temor daqueles que possuem o preconceito sobre os elementos das religiões de matriz africana, principalmente os elementos que remontam a africanidade de seus praticantes.

A origem dessas ideias remonta-nos ao colonialismo, onde a igreja acusava estes praticantes de religiões de origem africana de charlatanismo, magia, e isso se perpetuou até a Constituição de 1988, quando o estado laico passou a funcionar ativamente, já que, teoricamente, ele deveria estar em prática desde 1891, o que não aconteceu.

Esses casos de racismo religioso vêm aumentando nos últimos anos conforme os dados que a Unesco nos apresentou, e essas ideias racistas ainda são perpetuadas principalmente por igrejas neopentecostais.

Compreende-se, por fim, que a maneira principal de romper este ciclo é com a inserção de conteúdos sobre essas crenças nas escolas, assim como se ensina sobre

outras religiões, além da realização de programas e políticas que disseminem conhecimento sobre essas crenças, a fim de conscientizar a população.

Festa da Boa Morte. Liberdade, fé, cultura popular, patrimônio imaterial pela Unesco. Com gosto de pipoca e ouvindo o agogô formando um sambinha, finalizamos este estudo. Tanto se fala de Princesa Isabel, e quase nada se fala dos que deixaram seu sangue sobre solo brasileiro para construir o país que temos hoje. Oxalá que tempos melhores venham, em que mostrar a felicidade de um povo não signifique a obrigação de aceitá-la como sua.

REFERÊNCIAS

BORGES, Solange. Conversa Preta fala da Irmandade da Boa Morte.. YouTube, 20 set. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3lfEerRZhcg>>. Acesso em: 20 out. 2023.

CANGUÇU, Carolina; CERQUEIRA, Talita. IRMANDADE DA BOA MORTE | TVE BAHIA | DOCUMENTÁRIO. YouTube, 2 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zKv5EWE_m_iQ>. Acesso em: 20 out. 2023.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: uma violência histórica. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2019.

DE MIRANDA, A. P. M. A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "Cristofascistas". Debates do NER, 2021.

DOS SANTOS, Carlos Alberto Ivanir; DIAS, Bruno Bonsanto; DOS SANTOS, Luan Costa Ivanir. II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. 1 ed. CEAP, Rio de Janeiro, 2023.

DOS SANTOS, Valdelice Conceição. O discurso de Edir Macedo no livro Orixás, Caboclos e Guias. Deuses ou Demônios?: impactos e impasses no cenário religioso brasileiro. 133f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

DUSSEL, Enrique. "Deconstrucción del concepto de tolerancia: de la intolerancia a la solidaridad". Comunicación presentada al XV Congreso Interamericano de Filosofía y II Congreso Iberoamericano de Filosofía. Lima, 2004.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Revista Calundu, Brasília, v.1, n.1, p.117-136, 2017.

MAGGIE, Yvonne. Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MIRANDA, Marina Santos; RUFINO, Luiz. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. Outras leituras sobre o problema. *Problemata: R. Intern. Fil.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

NASCIMENTO, Manuela Santana. “Devagar com esse negro mandingo”: o catolicismo negro vivido por um rezador no recôncavo baiano (1940-1970). XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

NOSSA Senhora da Boa Morte. Arquidiocese de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/nossa-senhora-da-boa-morte>>. Acesso em: 28 mar. de 2024.

OLHA A PITINGA! (canal). FESTA DA BOA MORTE 2023 - MISSA RÉQUIAM PELA IRMÃS FALECIDAS - CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE. YouTube, 13 ago. 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/cxeLuu0HGWw?si=J8kX66VUrDRBpPfz>>. Acesso em: 21 out. 2023.

PINHONI, Marina; CROQUER, Gabriel. Brasil tem mais templos religiosos do que hospitais e escolas juntos; Região Norte lidera com 459 para cada 100 mil habitantes. G1 Globo. São Paulo, 2 fev. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/02/02/brasil-tem-mais-templos-religiosos-do-que-hospitais-e-escolas-juntos-regiao-norte-lidera-com-459-para-cada-100-mil-habitantes.ghtml>>. Acesso em: 7 mar. 2024

SUICÍDIO: UM HOMOCÍDIO DE SI MESMO

Any Caroliny Oliveira Gonçalves
Gabriele Moreira Gomes
Giane Cristine da Rosa Oliviera
Sheila da Silva Moraes
Tiago Barbosa Silva

RESUMO

Este estudo destaca a natureza multifatorial relacionada a suicídio e as preocupantes estatísticas, especialmente no Brasil, que contrapõem a tendência global de redução desses casos. A morte por suicídio, diferentemente da morte natural, envolve um contexto de sofrimento individual silencioso e repercussões profundas entre familiares e amigos, marcados por luto e questionamentos. Diversos fatores são citados como contribuintes para o aumento das taxas de suicídio e autolesões, incluindo problemas de saúde mental como depressão, questões amorosas e familiares, uso de substâncias, bullying, traumas emocionais, diagnósticos de doenças graves, burnout e transtornos psicóticos como a esquizofrenia.

Palavras chave: Suicídio, taxa de suicídio, mídia.

ABSTRACT

This study highlights the multifactorial nature related to suicide and the worrying statistics, especially in Brazil, which contrast with the global trend towards a reduction in these cases. Death by suicide, unlike natural death, involves a context of silent individual suffering and profound repercussions among family and friends, marked by grief and questions. Several factors are reported to contribute to increased rates of suicide and self-harm, including mental health problems such as depression, romantic and family issues, substance use, bullying, emotional trauma, diagnoses of serious illnesses, burnout and psychotic disorders such as schizophrenia.

Keywords: Suicide, suicide rate, media.

1. INTRODUÇÃO

O mundo globalizado e a velocidade no acesso as informações tem feito com que cada vez mais as pessoas tenham acesso a muitas informações em pouco tempo, esse volume de informações tem feito cada vez mais com que as pessoas sonhem com tudo que veem na internet, querem viver viajando, com relacionamentos perfeitos, tirar fotos em lugares incríveis etc. Porém esse mundo que as redes sociais mostram não é real, enxerga-se apenas a parte bonita de tudo, as viagens, mas lindas mensagens e os mais belos sorrisos.

Dentro desse cenário, algumas pessoas que estão frágeis ou passando por situações vulneráveis em sua vida fazem com que essas pessoas comecem a se comparar e sofrer por não terem as mesmas coisas que essas pessoas, ocasionando assim em momentos depressivos, pessoas tristes e acreditando que nunca chegarão aos seus sonhos.

Infelizmente essa situação já é um gatilho para algumas pessoas fragilizadas para desencadear pensamentos suicidas, claro que esse não é o motivo principal, há diversas outras situações como uso de álcool e drogas, bullying, traumas emocionais, diagnóstico de doenças, burnout, esquizofrenia, dentre outras situações.

A preocupação é que apesar de ser um tema latente e que já vem ganhando espaço em diversos ambientes, ainda assim precisa chegar a pessoas que realmente precisam de suporte, precisa-se falar de suicídio além do “setembro amarelo” e dos ambientes escolares. Já existe legislação sobre esse tema até mesmo porque o Brasil teve um aumento considerável no número de suicídios na última pesquisa divulgada pela Fiocruz.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

A morte é um ato natural do ser humano e marca o encerramento do ciclo de desenvolvimento de cada ser. A morte natural, apesar de ser um acontecimento normal ocasiona a todos os familiares e amigos um período de luto, dor e saudades. Porém, em caso de suicídio há dois cenários entre os envolvidos, o da pessoa que geralmente sofre calada com sua dor até tomar a decisão de se suicidar e os familiares e amigos e sofrem com o luto e os questionamentos do porque isso aconteceu.

A abordagem desse tema em alguns locais deve ser tratada com cautela e discernimento visto que parece não ser realidade dentro de alguns cenários e locais, mas já é muito comum em outros. O ato suicida não tem classe social, cor, idade (apesar de ter maior impacto em determinadas faixas etárias) ou situações específicas, isso varia de acordo com a dor e a situação de cada indivíduo e muitas vezes o fato de não falar ou buscar ajuda intensifica cada vez mais esse desejo.

Essa crise coletiva que vivemos em meio a uma mescla de gerações tem dificultado ainda mais aprofundar em meios de identificar formas de auxiliar essas diferentes pessoas inseridas em uma sociedade cruel capitalista que faz com que as

peças queiram tudo que desejam, mas ao mesmo tempo não consigam conquistar todos esses desejos.

Vemos na atual sociedade que o número de suicídios oscilando em indicadores devido a diversos motivos como depressão, problemas amorosos e familiares, uso de álcool e drogas, bullying, traumas emocionais, diagnóstico de doenças, burnout, esquizofrenia, desemprego, violência, dentre outros.

Cada vez mais vemos pessoas próximas em nossas cidades, empresas, conhecidas... Comentarem algo sobre algum caso de tentativa de suicídios, o que traz um pensamento de inutilidade por não ter como ajudar essas pessoas.

Segundo dados da Fiocruz divulgados em fevereiro de 2024:

Apesar da redução de 36% no número de suicídios em escala global, as Américas fizeram o caminho inverso. No período entre os anos 2000 e 2019, a região teve aumento de 17% nos casos. Nesse período, o número de casos no Brasil subiu 43%. Em relação aos casos de autolesões no Brasil, a pesquisa do Cidacs/Fiocruz constatou que, em 2022, houve aumento das taxas de notificação em grupos de todas as faixas etárias, desde os 10 aos mais de 60 anos de idade. A pesquisa também avaliou dentro desse período os números de suicídios e autolesões em relação a raça e etnia no país. Enquanto há um aumento anual das taxas de notificação por essas lesões autoprovocadas em todas as categorias analisadas – indígenas, pardos, descendentes de asiáticos, negros e brancos – o número de notificações é maior entre a população indígena, com mais de 100 casos a cada 100 mil pessoas.

Essa pesquisa mostra que o mundo está caminhando a pequenos passos quando se fala em redução de mortes por suicídio, porém no Brasil ainda é preocupante, visto que está indo na contramão do que está acontecendo no mundo atualmente.

Os dados da Fiocruz também revelam que:

A taxa de suicídio entre jovens cresceu 6% por ano no Brasil entre 2011 a 2022, enquanto as taxas de notificações por autolesões na faixa etária de 10 a 24 anos de idade evoluíram 29% ao ano no mesmo período. Os números apurados superam os registrados na população em geral, cuja taxa de suicídio apresentou crescimento médio de 3,7% ao ano e de autolesão de 21% ao ano, no período analisado.

Esses números representam um descontrole quando se fala no tema e a preocupação em relação a saúde mental e cuidados precisam ser melhorados principalmente no que diz respeito a políticas públicas. Sabe-se que hoje esse tema tem sido muito abordado por empresas, escolas, universidades, porém o suporte para pessoas que tem esse desejo ainda tem algumas deficiências. Hoje é possível enxergar diversos movimentos trabalhando na prevenção desse tema, inclusive a criação de uma

legislação específica como a Lei Nº 13.819, de 26 de abril 2019 que traz um olhar sobre a promoção da saúde mental e prevenção da violência autoprovocada dentre outros temas ligados a prevenção do suicídio, mas ainda com pouca visibilidade.

A sociedade consumista e a era digital têm contribuído significativamente para que pessoas vivem em um mundo imaginário, onde a impossibilidade de ter o que é visto no mundo digital contribui para pensamentos suicidas.

Segundo Loureiro, Moreira e Schsida (2013):

De um modo geral, a mídia pauta a própria mídia, e o processo se torna um círculo vicioso. Assim sendo, pode-se assumir que as notícias, naturalmente, se propagam por todos os canais (tradicionais e não tradicionais, como as mídias sociais), de maneira que se autorreforçam e dão início a um processo de disseminação de ideias e de valores que acabam contagiando as pessoas. Esse fenômeno será chamado de efeito contágio. Nesse sentido, pode-se afirmar, então, que existe um componente de epidemia em determinados episódios de suicídio (pag. 6).

De acordo com Viapiana, Gomes e Albuquerque 2018:

Reações emocionais são motivadas por tudo o que, direta ou indiretamente, satisfaz necessidades dos indivíduos e que se relaciona com as exigências sociais. Objetos e fenômenos que permitem a satisfação das necessidades ou correspondem às exigências sociais suscitam vivências emocionais positivas. Por outro lado, aquilo que obstrui a satisfação de necessidades ou não se adequa às exigências da sociedade resulta em emoções negativas

Essas emoções negativas vão construindo dentro do indivíduo sentimentos que não será possível conseguir tal objetivo, viver tal viagem, ter o relacionamento “perfeito” e assim por diante. E aos poucos vai havendo uma construção de uma ideia de perfeição encontrada através dos meios de comunicação que apesar de não existir é almejada por algumas pessoas, levando a ideação suicida/ planejamento do ato suicida.

No mês de fevereiro de 2024 houve um caso de suicídio dentro de uma empresa da região de Cajamar (SP) que ocasionou uma grande repercussão nas cidades do entorno, elevando ainda mais a preocupação sobre o olhar para as pessoas dentro e fora das organizações. O caso aconteceu no dia 19/02/2024 onde um colaborador ao ser desligado da empresa se jogou de uma escadaria vindo a falecer e em nota oficial da empresa foi divulgado que o colaborador saiu da empresa ainda com vida, porém faleceu durante o trajeto até o hospital.

Esse episódio acende uma série de questionamentos sobre o acompanhamento das pessoas e várias hipóteses sobre esses casos como ninguém notou algum

comportamento diferenciado dessa pessoa? A empresa não disponibilizada algum profissional para acompanhar os colaboradores? Esse colaborador não compartilhou com nenhum amigo/ familiar a sua dor?

Veja que há um leque de porquês para tentar mapear e entender as causas dessa triste situação. E voltamos ao que foi dito no início desse artigo que são os questionamentos que a família se faz para tentar entender o que aconteceu e a dor do luto.

Diante desse cenário e tantos outros casos que acontecem e não são divulgados na mídia nos vem o questionamento “o que está adoecendo a sociedade?”, dentre tantas pesquisas vemos que a influência do capitalismo e de redes sociais são pontos a serem considerados nesses

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o suicídio é uma realidade para a sociedade atual, porém mesmo com essa preocupação ainda não há um real olhar para as situações onde as pessoas sentem-se acuadas, com medo, chegando até mesmo a pensar em se suicidar.

Com a última pesquisa divulgada pela Fiocruz o Brasil precisa trabalhar diversas frentes de trabalho para que haja prevenção ao suicídio e até mesmo tratamento de pessoas que precisem de suporte psicossocial e conseqüentemente não chegue a se suicidar.

Um dos impactos que foi observado durante esse estudo é que as mídias e o fácil acesso a informações contribuem com a angústia e a vontade de se igualar com pessoas que acabam compartilhando informações em redes sociais.

REFERÊNCIAS

Site Fiocruz <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil> Acesso em 08/04/2024.

Site administradores <https://administradores.com.br/noticias/mercado-livre-apos-morte-de-funcionario-empresa-vai-reforçar-apoio-psicologico> Acesso em 08/04/2024.

VIAPIANA, Vitória Nassar. GOMES, Rogerio Miranda. ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. Saúde debate. Rio de Janeiro. V. 42, n especial, p. 175-186, dez 2018

LOUREIRO, Paulo R. A. MOREIRA, Tito Belchior. SACHSIDA. Adolfo. Os efeitos da mídia sobre o suicídio: uma análise empírica para os estados brasileiros. Repositório do conhecimento do Ipea. 2013.

TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DE HIV

Sarah Castro
José Luis da Rocha Santos

RESUMO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é um desafio global para a saúde pública. Desde 1981, houve progressos notáveis no diagnóstico dessa doença e nos dos testes rápidos para detecção do HIV. Atualmente, a AIDS ainda continua sendo um desafio complexo, mas o diagnóstico preciso encurtou o período de "janela imunológica", permitindo uma intervenção precoce e limitando a propagação do vírus. Testes modernos altamente sensíveis detectam o vírus e monitoram a eficácia do tratamento, facilitando o fluxograma de testagem em serviços de saúde pública. Embora a cura definitiva para a AIDS permaneça um objetivo não alcançado, avanços no diagnóstico e tratamento melhoram a qualidade de vida das pessoas com HIV. A importância contínua da pesquisa para tornar os testes mais acessíveis e precisos e combater o estigma e a discriminação associados ao HIV contribuem para a saúde pública global, destacando a relevância dos testes rápidos como uma ferramenta essencial na luta contra a disseminação do HIV e na melhoria do atendimento aos afetados pela doença.

Palavras-chave: HIV, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, Testes rápidos.

ABSTRACT

Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS) is a global public health challenge. Since 1981, there have been notable advances in diagnosing this disease and in rapid tests to detect HIV. Today, AIDS still remains a complex challenge, but accurate diagnosis has shortened the "immunological window" period, allowing for early intervention and limiting the spread of the virus. Modern, highly sensitive tests detect the virus and monitor the effectiveness of treatment, facilitating testing flowcharts in public health services. Although a definitive cure for AIDS remains an unmet goal, advances in diagnosis and treatment improve the quality of life for people with HIV. The continued importance of research to make testing more accessible and accurate and combat stigma and discrimination associated with HIV contributes to global public health, highlighting the relevance of rapid testing as an essential tool in fighting the spread of HIV and improving care for those affected by the disease.

Keywords: HIV, Acquired Immunodeficiency Syndrome, Rapid tests.

1. INTRODUÇÃO

O HIV é o agente responsável pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), afetando milhões de indivíduos em todo o mundo. Estima-se que aproximadamente 38 milhões de pessoas vivem com HIV. No contexto brasileiro, a

situação também é significativa, com uma estimativa de cerca de 450 mil pessoas vivendo com o HIV no país. No entanto, é fundamental destacar que uma parcela substancial desses casos pode permanecer subdiagnosticada, com aproximadamente 15% a 20% das pessoas infectadas desconhecendo seu status sorológico (UNAIDS, 2021).

A disseminação da infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) continua sendo um desafio constante em termos de saúde pública em todo o mundo. Os testes de detecção rápida do HIV desempenham um papel fundamental em uma variedade de cenários, incluindo regiões remotas onde os recursos laboratoriais são limitados, entre comunidades nômades, para parceiros de indivíduos portadores do vírus, em populações vulneráveis, vítimas de agressão sexual, acidentes de trabalho e situações de aborto (COHEN *et al.*, 2016).

Diante deste cenário desafiador, o Ministério da Saúde (MS) do Brasil está firmemente comprometido em aprimorar as estratégias de diagnóstico e tratamento. Isso envolve melhorar a acessibilidade e a precisão dos testes diagnósticos disponíveis, bem como expandir o acesso a esses exames, de modo a atingir um número maior de pessoas. O diagnóstico precoce continua sendo peça-chave nesse esforço, permitindo que os indivíduos iniciem o tratamento o mais cedo possível. Existem diferentes tipos de testes rápidos para HIV, incluindo os testes de fluido oral, testes de sangue e autoteste em casa. Cada um desses tipos tem suas características específicas de aplicação, sensibilidade e especificidade, o que os torna adequados para diferentes cenários de uso (UNAIDS, 2021).

O estudo tem por objetivo abordar a importância dos testes rápidos para HIV, tendo como justificativa uma necessidade crescente de aprimorar as estratégias de prevenção e tratamento. Os biomédicos desempenham um papel crucial na realização e interpretação dos testes para o HIV, garantindo a qualidade e precisão dos resultados, envolvidos na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de diagnóstico, buscando constantemente melhorias nos métodos de detecção do HIV, desempenhando um papel crítico em todas as fases do diagnóstico e tratamento do HIV, tanto a nível nacional quanto globalmente.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada através de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, publicados entre os anos de (2008 a 2023), obtidos a partir do acervo bibliográfico da presente instituição e artigos encontrados nas bases de dados BVS/LILACS, SciELO, PubMed, jornais e revistas científicas. Foram selecionados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, utilizando os seguintes descritores: testes rápidos, HIV, AIDS.

2.1. EPIDEMIOLOGIA

O HIV é um retrovírus que tem impacto significativo na epidemiologia da saúde global e desde a sua identificação na década de 1980, a infecção pelo HIV se tornou uma das principais preocupações de saúde pública em todo o mundo. Em 2021, cerca de 38 milhões de pessoas viviam com o HIV em todo o mundo, afetando todos os continentes e grupos etários. A disseminação do HIV foi desigual, com as regiões da África Subsaariana, Ásia Oriental e do Sul sendo as mais afetadas. Nessas áreas, a doença causou um impacto devastador nas comunidades, sobrecarregando sistemas de saúde e recursos socioeconômicos (UNAIDS, 2023).

A epidemia de HIV tem impactos sociais e econômicos profundos, incluindo estigma e discriminação contra pessoas afetadas, que podem prejudicar o acesso a teste, tratamento e apoio. Além disso, a AIDS é uma das principais causas de morte global, representando uma preocupação crítica em saúde pública (GRECO, 2008).

No contexto do Brasil, a situação epidemiológica do HIV também é relevante, com cerca de 450 mil pessoas vivendo com o vírus, a nação enfrenta desafios significativos em termos de diagnóstico e tratamento. O subdiagnóstico é problema que precisa ser enfrentado já que de 15% a 20% das pessoas infectadas desconhecem o seu status sorológico (UNAIDS, 2023).

2.2. SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (AIDS)

A AIDS é uma doença crônica e grave causada pelo vírus da imunodeficiência adquirida (HIV), que ataca as células de defesa do corpo, chamadas de linfócitos T CD4, levando ao enfraquecimento do sistema imunológico. A transmissão do HIV ocorre principalmente através de relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de agulhas

contaminadas, transfusões de sangue contaminado e de mãe para filho durante o parto ou amamentação (MS, 2018).

A característica preocupante da AIDS é sua ausência de sintomas nos estágios iniciais, levando à necessidade de testes regulares, especialmente em populações de risco. Conforme a doença avança, podem surgir sintomas como febre, sudorese noturna, perda de peso inexplicável, diarreia crônica e infecções oportunistas (MS, 2018).

2.3. DIAGNOSTICO DO HIV

O diagnóstico do HIV é um processo essencial na detecção precoce e no monitoramento da infecção por esse vírus. Este processo é comumente dividido em duas etapas distintas, cada uma caracterizada por abordagens específicas de diagnóstico (MS, 2018).

A primeira etapa do diagnóstico do HIV emprega testes rápidos, que, devido à sua simplicidade e rapidez na obtenção de resultados, são valiosos na triagem inicial para a infecção pelo HIV. No entanto, é fundamental destacar que esses resultados preliminares requerem confirmação por meio de testes laboratoriais em caso de positivo (UNAIDS, 2023).

Testes de Triagem: detectam anticorpos anti-HIV-1 e anti-HIV-2, além de antígenos virais, utilizando exames testes rápidos, proporcionando resultados confiáveis. A segunda etapa do diagnóstico do HIV envolve testes laboratoriais. Esses testes incluem o de anticorpos, que detecta a resposta imunológica ao HIV, e o de carga viral, que quantifica o vírus no sangue (FERNANDES *et al.*, 2020; KELVIN *et al.*, 2018).

Testes rápidos: são essenciais na detecção precoce do vírus, facilitando o acesso ao tratamento e a redução da sua transmissão. Aspectos a serem considerados:

a) Sensibilidade e Especificidade: Geralmente são altamente sensíveis e específicos, detectando com precisão infecções verdadeiras e minimizando falsos positivos. Contudo testes rápidos tendem a ser menos sensíveis nos estágios iniciais da infecção pelo HIV, uma vez que dependem da detecção de anticorpos produzidos pelo corpo em resposta à infecção, logo em infecções muito recentes, o teste pode apresentar falsos negativos

b) Diversidade de Uso e acessíveis: Testes disponíveis e em muitos casos gratuitos em clínicas, centros de testagem e programas de prevenção.

- c) Amostras variadas aceitáveis:** Sangue venoso, capilar, soro, plasma ou fluido oral, dependendo do teste.
- d) Resultados Rápidos:** Resultados em minutos, geralmente, pode fornecer resultados precisos em um período de 20 minutos a 30 minutos após a realização do teste. No entanto, é importante observar que, para algumas pessoas, pode ser necessário um período de janela (tempo entre a infecção pelo HIV e a detecção confiável pelo teste) antes que o teste seja eficaz (SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, 2018).
- e) Aconselhamento Pré e Pós-Teste:** Orientação fundamental para compreender a importância do teste e a interpretação dos resultados.
- f) Interpretação de Resultados:** Os resultados são "Reagente" (positivo) ou "Não Reagente" (negativo), mas positivos precisam de confirmação por meio de testes laboratoriais, porém resultados de testes rápidos são preliminares, o que pode gerar preocupações e ansiedade até a confirmação do diagnóstico.
- g) Teste de Triagem vs. Confirmação:** Embora geralmente sejam altamente específicos, os testes rápidos também podem ocasionalmente gerar falsos positivos. Isso pode criar preocupações emocionais e exigir testes adicionais para confirmação.

Evolução das gerações do HIV

Os testes para detecção do HIV evoluíram através de várias gerações, desde a primeira até a quarta, com melhorias significativas na sensibilidade e na janela imunológica.

a) Primeira geração: o período de janela imunológica abrange 8-10 semanas. Este teste é de natureza indireta e utiliza antígenos derivados do lisado viral do HIV obtidos por meio de culturas em células humanas. Esses antígenos são aplicados na fase sólida, onde reagem com os anticorpos presentes na amostra do paciente. Essas imunoglobulinas, conhecidas como IgG, são um tipo de anticorpo produzido pelo sistema imunológico em resposta à infecção pelo HIV-1, que é uma das principais variantes do vírus da imunodeficiência humana. As IgG interagem com um anticorpo complementar marcado com uma enzima capaz de reagir com um substrato cromogênico. Portanto, a presença de anticorpos IgG anti-HIV-1 é revelada pela formação de um produto final colorido, e a intensidade da cor é medida por um espectrofotômetro (GUARNER, 2017). Essa metodologia inaugurou a era dos testes sorológicos.

b) Segunda geração: Em 1987, surgiram os testes de segunda geração, também com abordagem indireta, mas utilizando antígenos recombinantes ou peptídeos sintéticos derivados das proteínas do HIV. Esses testes foram desenvolvidos com base na detecção de epítomos imunodominantes presentes em algumas moléculas do vírus, que são os principais alvos da resposta imune humoral. A sensibilidade desses testes de segunda geração melhora à medida que mais epítomos imunodominantes são incluídos no ensaio. Eles se caracterizam por reduzir a janela imunológica para uma média de 4-5 semanas e por detectar anticorpos IgG anti-HIV-1 e anti-HIV-2, que são específicos para os antígenos recombinantes ou peptídeos sintéticos derivados das proteínas do HIV (ALEXANDER, 2016).

c) Terceira geração: Em 1991, uma significativa evolução nos ensaios de HIV culminou na terceira geração de testes, adotando um formato de "sanduíche". Nesse novo paradigma, os testes utilizaram antígenos recombinantes ou peptídeos sintéticos, tanto na fase sólida quanto como parte de um conjugado. Essa inovação permitiu a detecção simultânea de anticorpos IgM e IgG anti-HIV. É importante notar que a IgM é a primeira classe de imunoglobulina a ser produzida em resposta a uma infecção, desempenhando um papel crucial nas fases iniciais da resposta imunológica, sendo uma das primeiras linhas de defesa contra invasores como vírus e bactérias. A base desse teste está na propriedade da IgG de ser bivalente, possuindo dois sítios de ligação ao antígeno, enquanto a IgM é pentavalente. Isso permite que um dos sítios da IgG se ligue ao antígeno adsorvido na fase sólida, enquanto os outros sítios Fab da IgG permanecem livres para se ligarem aos antígenos solúveis presentes no conjugado, essa abordagem possibilita a detecção de qualquer classe de imunoglobulina anti-HIV, incluindo IgG, IgM, IgA e IgE.

d) Quarta Geração: em 1997, os ensaios de quarta geração foram desenvolvidos, esses testes inovadores combinaram a detecção de anticorpos IgM e IgG anti-HIV-1, HIV-2 e do grupo O, juntamente com a presença do antígeno p24, uma proteína específica do vírus da imunodeficiência humana. Essa fusão melhorou ainda mais a sensibilidade e especificidade dos testes, enquanto encurtava drasticamente a janela imunológica para aproximadamente duas semanas. O antígeno p24 é uma proteína essencial do vírus HIV, causador da AIDS. A presença da proteína p24 no sangue é um indicativo da replicação ativa do vírus no organismo. Para detectar o antígeno p24, a amostra é misturada com anticorpos anti-p24 marcados com rutênio e anticorpos marcados com biotina. Essa

interação forma complexos do tipo sanduíche, compostos por antígeno-anticorpo-antígeno e anticorpo-antígeno- anticorpo.

É importante notar que, embora esse teste possa detectar simultaneamente o anticorpo e o antígeno, O teste não consegue distinguir se um resultado positivo é devido à presença do antígeno p24 do HIV-1 ou à presença de anticorpos anti-HIV-1 ou HIV-2 (ALEXANDER, 2016).

2.4. TÉCNICAS DE IMUNOENSAIOS: VARIEDADE E APLICAÇÕES

As técnicas de imunoenaios desempenham um papel fundamental no diagnóstico do HIV, oferecendo uma variedade de abordagens:

a) Imunocromatografia de Fluxo Lateral: método versátil de diagnóstico do HIV, adequado para uso em casa e locais com recursos limitados, oferecendo resultados rápidos e altamente sensíveis para análise de grandes volumes de amostras. Nesse método, a amostra é adicionada a uma membrana de nitrocelulose com reagentes de captura nas linhas de teste e controle. Uma solução tampão é aplicada, permitindo que o analito flua uniformemente pela membrana. Anticorpos na amostra interagem com um conjugado de ouro coloidal ligado a anticorpos anti-HIV, formando um complexo anticorpo-conjugado que se liga aos antígenos do vírus, criando uma linha colorida para indicar a positividade do teste. O conjugado não ligado e o excesso do complexo imune continuam a migrar até a linha de controle, onde são capturados por anticorpos anti-imunoglobulina, formando outra linha colorida que valida o teste (JAPOLLA, 2015).

b) Testes de Imunoconcentração: Esses testes têm como base uma membrana de nitrocelulose ou nylon na qual os antígenos do HIV-1 e HIV-2 estão imobilizados (GARCIA, 2013). O processo começa com a aplicação da amostra na membrana de nitrocelulose, onde os anticorpos específicos da amostra se ligam aos antígenos, formando um complexo antígeno-anticorpo. Em seguida, o conjugado é adicionado, e a proteína 'A' se liga aos anticorpos anti-HIV no complexo. A concentração do ourocoloidal permite a detecção de um ponto colorido. A reação é considerada válida se um ponto colorido aparecer na área de controle (GREENWALD, *et al.*, 2006).

c) Testes Rápidos por Aglutinação: Os Testes Rápidos por Aglutinação são fáceis de realizar, de baixo custo e de leitura simples, mas têm baixa sensibilidade e estabilidade limitada Antígeno-Anticorpo. Esses testes usam partículas suspensas revestidas com

antígenos do HIV-1 e HIV-2, e funcionam através da formação de agregados visíveis quando anticorpos específicos estão presentes na amostra e interagem com as partículas insolúveis que contêm determinantes antigênicos em sua superfície (WANG *et al.*, 2014). A interpretação dos Testes Rápidos por Aglutinação é complicada, pois amostras fracamente reagentes se assemelham muito às não reagentes.

d) Testes Rápidos por Fase Sólida: Os Testes Rápidos por Fase Sólida são uma forma eficaz de detecção do HIV. Eles evoluíram ao longo das gerações para melhorar a precisão e a rapidez do diagnóstico. Inicialmente, os testes de primeira geração usavam IgG anti-antígenos virais. A segunda geração incorporou antígenos e peptídeos sintéticos/recombinantes, enquanto a terceira geração detecta todos os tipos de anticorpos. Os testes de quarta geração reduzem significativamente o período de janela imunológica, encurtando o tempo entre a infecção e o diagnóstico em cerca de 2 a 4 dias em comparação com os testes de terceira geração (GREENWALD, *et al.*, 2006).

CONCLUSÃO

Os Testes Rápidos de HIV representam uma revolução no diagnóstico e na detecção precoce do vírus da imunodeficiência humana (HIV), desempenhando um papel fundamental na abordagem da epidemia global de HIV. Essas ferramentas proporcionam resultados rápidos e acessíveis, tornando-se uma pedra angular na luta contra essa doença devastadora. Sua evolução ao longo das décadas é notável, passando por diferentes gerações, desde os primeiros métodos até abordagens mais avançadas e precisas. A capacidade de fornecer resultados em questão de minutos tem um impacto inestimável na saúde pública, permitindo triagens eficazes em diversas configurações de atendimento à saúde. Embora tenham revolucionado o diagnóstico do HIV, desafios persistentes, como a garantia da qualidade dos testes e a conscientização pública, continuam a ser obstáculos a serem superados. No entanto, esses testes representam uma conquista notável na pesquisa do HIV e no aprimoramento dos métodos de diagnóstico, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas vivendo com o HIV e contribuindo para a redução da disseminação do vírus. Em suma, a luta contra o HIV persiste, e a evolução dos Testes Rápidos de HIV reflete uma abordagem multidisciplinar e revolucionária para o controle dessa doença. Biomédicos e outros profissionais de saúde desempenham um papel vital na realização desses testes, garantindo a precisão dos resultados e fornecendo orientações cruciais aos pacientes.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, T. S. Human Immunodeficiency Virus Diagnostic Testing: 30 Years of Evolution. *Clin Vaccine Immunol*, v. 23, n. 4, p. 249-53, abr. 2016
- COHEN, M. S.; CHEN, Y. Q.; MCCAULEY, M.; GAMBLE, T.; HOSSEINIPOUR, M. C.; KUMARASAMY, N.; GODBOLE, S. V. Antiretroviral therapy for the prevention of HIV-1 transmission. *New England Journal of Medicine**, v. 375, n. 9, p. 830-839. 2016.
- FERNANDES, M. J.; et al. Rapid Tests and Their Role in HIV Diagnosis. In: *HIV/AIDS - Research and Disease Monitoring*. IntechOpen. p. 119-135. 2020.
- GREENWALD, J.L.; BURSTEIN G.R.; PINCUS J.; BRANSON B. A Rapid Review of RapidHIV. *Current Infectious Disease Reports*; 8:125-131, 2006.
- GRECO, Dirceu B. (2008). A epidemia da Aids: impacto social, científico, econômico e perspectivas: Dossiê Epidemias. *Estud. av.* 22 (64).
- GUARNER, J. Human immunodeficiency virus: Diagnostic approach. *Semin Diagn Pathol*, v. 34, n. 4, p. 318-324. 2017.
- JAPOLLA, G.; et al. Teste Imunocromatográfico de Fluxo Lateral: Uma Ferramenta Rápida de Diagnóstico. *Enciclopédia Biosfera*, v. 11, n. 22, p. 20152-635, 2015.
- KELVIN, E. A.; GEORGE, G.; MWAI, E.; KINYANJUI, S.; ROMO, M. L.; ORUKO, F.; GOVENDER, K. A Randomized Controlled Trial to Increase HIV Testing Demand Among Female Sex Workers in Kenya Through Announcing the Availability of HIV Self-testing via Text Message. *AIDS and Behavior*, v. 22, n. 12, p. 3743-3754. 2018.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2018). Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV em adultos e crianças. Brasília. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/node/57787>.
- SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. HIV/AIDS – Diagnóstico e Tratamento. 2018. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/hiv-aids-diagnostico-e-tratamento>. Acesso em: 12/09/2023.
- UNAIDS. (2021). Global HIV & AIDS statistics — 2021 fact sheet. Disponível em: <https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>.
- UNAIDS. (2023). Relatório Global do UNAIDS mostra que a pandemia de AIDS pode acabar até 2030 e descreve o caminho para alcançar esse objetivo. Disponível em: < <https://unaids.org.br/2023/07/relatorio-global-do-unaid-mostra-que-a-pandemia-de-aids-pode-acabar-ate-2030-e-descreve-o-caminho-para-alcancar-esse-objetivo/>. Publicado em 13/07/2023.

WANG, Y. WANG, L. ZHANG, J. WANG, G. CHEN, W. CHEN, L. ZHANG, X. Preparation of colloidal gold immunochromatographic strip for detection of *Paragonimiasis skrjabini*. *PloS One*. v. 3, p. 2034-2039, 2014.